

**Euclides Antunes de Medeiros**

**ENCONTROS DE SANGUE:**

**Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios  
Araguaia e Tocantins – 1830/1930**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Setembro de 2012

**Euclides Antunes de Medeiros**

**ENCONTROS DE SANGUE:**

**Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios  
Araguaia e Tocantins – 1830/1930**

Tese apresentada pelo doutorando Euclides Antunes de Medeiros à Banca Examinadora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração História Social, Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Setembro de 2012

### ***AGRADECIMENTOS:***

Agradeço à orientação do Professor Wenceslau pela ampla liberdade que me propiciou na realização da tese.

À Professora Rosângela por ter generosamente, durante toda a trajetória da tese, me agraciado com armas riquíssimas para travar o meu combate pela história.

À Professora Marta pelas contribuições já feitas ao trabalho durante sua realização e na qualificação.

À colega de trabalho, de grupo e de linha de pesquisa Professora Olívia pela rica interlocução, desde a fase do projeto, e sem a qual os resultados da tese teriam outra feição, sem dúvida menos rica. Sendo presenteado primeiro com as armas essa não deixou que me faltasse munição para usá-las.

Aos professores e colegas doutorandos e mestrandos da Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais pelas contribuições nas discussões realizadas nos seminários de tese e, os mais próximos, nos colóquios particulares.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico esse trabalho:*

*À minha sertaneja Olívia, minha "florzinha de piqui", esposa carinhosa, amiga incomparável e colega de trabalho incansável. Minha fonte inesgotável de carinho, amor, compreensão e inspiração.*

*Aos meus filhos, sertanejinhos amados Gilberto e Rayssa. Que a leitura do trabalho possa contribuir em algum momento o despertar da consciência de serem também construtores de sua própria história e da história da região em que vivem.*

*Aos sertanejos da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, especialmente àqueles humildes que tombaram nos encontros de sangue.*

**Euclides Antunes de Medeiros****ENCONTROS DE SANGUE:****Cultura da Violência na Região dos Vales dos Rios  
Araguaia e Tocantins – 1830/1930**

Tese apresentada pelo doutorando Euclides Antunes de Medeiros à Banca Examinadora no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração História Social, Linha de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto – UFU

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Rosângela Patriota Ramos – UFU

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Marta Ermisia Jacinto Barbosa- UFU

---

Prof. Dr. Ivan Aparecido Manoel – UNESP-Franca

---

Prof. Dr. Noé Freire Sandes – UFG

---

**SUPLENTES:**

Prof. Dr.: Eloy Alves Filho – UFV

---

Prof. Dr.: Paulo Roberto de Almeida – UFU

---

## SUMARIO:

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>009</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>OS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTIS: A História, a Memória, a Literatura.....</b>	<b>038</b>
1.1 OLHARES PARA O SERTÃO.....	039
1.2. A HISTORIOGRAFIA NACIONAL: Repensando o Brasil a partir de suas regiões.....	055
1.3. A VIOLÊNCIA NA LITERATURA.....	063
1.4 OS FIOS DA MEMÓRIA: literatos memorialistas e memorialistas literatos.....	075
<b>CAPITULO II</b>	
<b>O POVOAMENTO DOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS: Narrativas, narradores e narrados.....</b>	<b>090</b>
2.1. POVOAMENTO, INDÍGENAS E MISSIONÁRIOS: Dominação, negociação e resistências.....	097
2.2. O POVOAMENTO BANDEIRANTE: A percepção da memória letrada.....	104
2.3. POVOAMENTO, POVOADORES: experiências e estratégias.....	118
2.4. O POVOAMENTO E AS DISPUTAS SERTANEJAS.....	131
<b>CAPITULO III</b>	
<b>AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA E A REPRESENTATIVIDADE DOS SUJEITOS.....</b>	<b>146</b>
3.1 A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: Os militares, a violência e suas representações.....	153
3.2. EXPERIÊNCIAS DE SERTANEJOS POBRES: Branco, Índios e Negros e a liberdade escravizada.....	163
3.3 ENTRE MISTICISMOS E DOMINAÇÃO RELIGIOSA: a violência e as crenças.....	187
3.4 A BALAIADA: o primeiro grande conflito armado e os ajuntamentos de homens.....	196

## CAPITULO IV

<b>A DUPLA FACE DA CULTURA SERTANEJA: TEMPOS DE PAZ E TEMPOS DE REVOLTA.....</b>	203
<b>4.1. ARQUITETURA E PRELÚDIOS DOS CONFLITOS:</b>	
Em Boa Vista e São José do Duro.....	205
<b>4.2. TRANQUILIDADE RELATIVA, VIDA SOBRESSALTADA.....</b>	214
<b>4.3. HOMENS CONTROLADORES E HOMENS DESCONTROLADOS:</b>	
Os ajuntamentos e a morte rondando os Vales.....	224
<b>4.4. SILÊNCIAMENTOS E ELOQUÊNCIA DA MEMÓRIA:</b>	
Encontros de sangue.....	243
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	263
<b>FONTES.....</b>	276
<b>Documentos públicos.....</b>	276
<b>Fontes Literárias.....</b>	276
<b>Fontes Memorialísticas.....</b>	277
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	279

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.....	37
Figura 2: Trabalho e armas.....	93

## RESUMO

A presente tese pretendeu reconstruir parte de uma cultura sertaneja, denominada aqui de *cultura da violência* a partir da historicização das maneiras de viver e de sentir o viver dos sertanejos na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, região constituída pelo atual Estado do Tocantins, antigo norte de Goiás, sul do Pará, e sul do Maranhão entre os anos de 1830 e 1930. A representação historiadora que construí por meio de minha narrativa defende que esse viver e suas representações, construídos pelos sertanejos nesse tempo e nesse espaço, em regra, são violentos, isso por ser o resultado de um aprendizado específico a partir de experiências com a violência e que tal aprendizado está incrustado na memória social dessa região, essa memória sendo reativada – até mesmo nos períodos de relativa tranquilidade – pelos seus habitantes sempre que necessário e de acordo com os interesses dos sujeitos envolvidos nessa reativação, o que engendra e fomenta novos ciclos de violência e que, em seu conjunto, construiu uma *cultura de violência*.

Palavras chaves: encontros, violência, cultura

## ABSTRACT:

This thesis sought to rebuild part of a rural culture, herein referred to as *culture of violence* from the historical narrative of the lifestyles and perceptions the inhabitants of remote regions in the region of the valleys around the Araguaia and Tocantins Rivers, a region consisting of the current state of Tocantins, former northern Goiás, southern Pará and Maranhão, between 1830 and 1930. The historical representation woven into my narrative holds that that lifestyle and its representations, built by the rural folk at that time and in that space, are violent as a rule. This is the result of specific learning picked up through exposure to violence and such learning is embedded in the social memory of this region, and even in periods of relative tranquility this memory is brought to life by its inhabitants as required and in accordance with the interests of the individuals involved, which engenders and encourages new rounds of violence which, as a whole, have built a *culture of violence*.

Keywords: encounters, violence, culture



## APRESENTAÇÃO

É hábito se iniciar uma apresentação de tese pelos percalços encontrados para realizá-la. Não fugirei de expor os meus tropeços, entretanto quero fazê-lo retrocedendo a dois momentos: o primeiro o que me levou a imaginar sua realização. O segundo, o que me levou, de forma um pouco "malamanhada", para usar um termo bem sertanejo, a colocá-la no papel em forma de projeto.

O primeiro foi o momento do “estranhamento” experimentado há onze anos ao mudar-me de Uberlândia-MG para a região que é o foco da tese. Esse estranhamento refere-se a uma violência presente no falar, no gestual, no tratamento em geral da população, independente de classe social, credos religiosos, faixa etária, gênero ou origem étnica. Não que eu não tenha convivido com a violência. De origem rural, logo na primeira infância a família mudou-se para Uberlândia, uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, e cresci junto com essa que atualmente é uma cidade de médio porte beirando um milhão de habitantes. Vivi e experimentei, portanto, a violência dos centros urbanos. Vi essa violência em seus estágios embrionários, vi-a tomar forma, vi-a deformando-se em várias formas. Ela sempre me pareceu localizada: em locais específicos das periferias e praticada por sujeitos e/ou grupos específicos. E embora tenha experimentado junto com o desenvolvimento da cidade um crescimento vertiginoso da violência, visto expandir o número de seus praticantes, sempre me pareceu que uma significativa parcela da população não compartilhava, temia e repudiava as práticas de violência.

Ao chegar ao Norte, numa pequena cidade do norte do Tocantins, Araguaína, ansiava gozar da tranquilidade “quase não violenta” daquela infância. E felizmente considero que tenha me livrado parcialmente daquela “violência urbana” que tanto temia. Pude sentir o prazer de me levantar às duas horas da madrugada e caminhar até o mercado municipal, e saborear um substancioso chambari, dividindo uma mesa com notívagos estranhos que para ali se encaminhavam com o fito de curar suas bebedeiras, outros intuindo encontrar ali uma “quenga” que lhe aquecesse o resto de noite a um preço módico, casais de namorados retornando de um forró, políticos locais que ali têm presença garantida como meio de estarem “junto do povo”, enfim, uma profusão de

sujeitos de diversificadas camadas sociais, credos e etnias. Nenhum me causava aquele “frio na espinha”, tão característico de quando um estranho se aproximava em um grande centro, principalmente às altas horas da madrugada.

Claro que há aqui as mesmas formas de violência vivenciadas nos grandes centros, mas certamente por experimentá-las em nível significativamente inferior, em número e em grau, passei a me sentir mais tranquilo em relação a ela. Libertei-me da “neurose urbana”. Aos poucos um sentimento de pertencimento me envolvia. Cada vez menos forasteiro. Entretanto, algo me chamava a atenção, incomodava-me nas novas relações travadas. Cenas cotidianas, repetidas, mal digeridas, às vezes incompreendidas pelo meu “eu” ainda relativamente forasteiro. Inicialmente identifiquei como uma “rudeza” das pessoas ao tratarem comigo, em certos casos, ausência de gentileza, em outros a mera “falta de educação”. Mas, seria apenas isso? O estranhamento de um forasteiro aos costumes locais? Estaria sendo eu preconceituoso apenas?

Essa “rudeza” eu a via no trato de pais com filhos. No fato de crianças pequenas apanharem de seus pais ou de irmãos mais velhos na rua, corriqueiramente; no de mulheres serem esbofeteadas e às vezes espancadas em público; facas e revólveres mal disfarçados sob as camisas; nas relações de trabalho o trato truculento dos proprietários de lojas para com os funcionários na presença de clientes, e isso somado a jornadas de trabalho de no mínimo doze horas. Todas essas situações corriqueiras ocorridas publicamente sob o olhar indiferente de quem as presenciava.

Eu mesmo vivi algumas situações que denotavam que a população tinha uma significativa familiaridade com as armas: no convite de um pai de aluno para “dar uns tiros” quando de uma visita à sua fazenda e a conseqüente indignação gerada por minha recusa; num episódio em que um de nossos alunos engatilhou um revólver com o fito de ameaçar um colega professor, dentro da sala de aula; em outro no qual outro aluno colocou o cano de uma pistola na boca da namorada e alguns episódios menores.

Divagava, conjecturava, fazia ilações inicialmente. Aos poucos essas divagações ganharam ares de hipóteses. Decidi: havia de ter uma explicação histórica para aquilo que tanto me causava incômodo. Credo sempre que é a partir das preocupações do presente que o historiador estabelece seu norte, surpreendi-me repentinamente de o Norte ser o meu próprio norte. Aquele sentimento de pertencimento havia me aproximado também da literatura regional. A princípio apenas por curiosidade, posteriormente como lazer, um relaxamento, por assim dizer, das agruras do cotidiano

da academia. Um achado! Não sei bem se por obra do acaso ou se por nossa mente ser seletiva, as primeiras obras que recorri poder-se-ia dizer delas: era uma literatura violenta. Repleta de representações acerca do poder de mando dos fazendeiros e/ou “coronéis”, suas querelas e guerras particulares. Representadas também, ora inconscientemente, mas por vezes explicitamente, em modos de viver e trabalhar sertanejo, valores e tradições sertanejas, práticas culturais sertanejas.

Lancei-me então à pesquisa preliminar, objetivando reconstruir e narrar a história deste sertão e de seus sertanejos e, ao iniciar as leituras da historiografia regional acerca dessa temática, deparei-me com uma história das relações sociais no norte goiano, produzida pelo viés da história política e/ou econômica de caráter tradicional, que colocava na cena histórica apenas os chefes políticos locais, os “ciclos econômicos” e seus dados estatísticos. A estrutura narrativa dessa historiografia obscurecia, quase ao ponto de fazer desaparecer modos de viver e trabalhar sertanejo, valores e tradições sertanejas, práticas culturais e o mais importante: a maioria dos sertanejos, quais sejam: os sertanejos pobres. Coloquei, pois, no papel, nesse segundo momento, a proposta da tese:

Essa proposta de investigação pretende historicizar, reconstruir e explicar as práticas de violência experienciadas pelos sertanejos no extremo-norte de Goiás entre as décadas de 1820 e 1930. Entendemos que essas práticas presentes em todas as dimensões da vida dos sertanejos, desde os modos de trabalhar até suas relações afetivas, são constituidoras de um modo de viver sertanejo que forjou ao longo de mais de um século uma cultura e mentalidade violenta na região marcando, indelevelmente o comportamento social da população.<sup>1</sup>

Assim eu iniciava minha apresentação da proposta de pesquisa que originou a presente tese de doutoramento. Hoje, após um exaustivo processo de desconstrução interna, posso afirmar, sem pretender cercear o leitor em sua interpretação, que a tese construiu uma representação historiadora de parte de uma cultura sertaneja, a partir da historicização das maneiras de viver e de sentir um viver.

Portanto, o que estou defendendo por meio dela é que esse viver e suas representações, construídos pelos sertanejos na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins entre 1830 e 1930, em regra, são violentos, isso por ser o resultado de um aprendizado específico a partir de experiências com a violência e que tal aprendizado está incrustado na memória social dessa região, essa memória sendo reativada – até mesmo nos períodos de relativa tranquilidade – pelos seus habitantes sempre que

---

<sup>1</sup> Essa era, resumidamente, minha proposta para a presente tese.

necessário e de acordo com os interesses dos sujeitos envolvidos nessa reativação, o que engendra e fomenta novos ciclos de violência e que, em seu conjunto, construiu uma cultura de violência.

Entretanto, para chegar a esse "afunilamento" exposto acima, houve inúmeros tropeços pelo caminho. À época do projeto, eu estava convicto do recorte espaço-temporal que reproduzi de início. As "práticas de violência", eu as enxergava nas fontes, as "fontes" indicavam que essas ocorriam no período proposto e, essa ocorrência se dava no "Extremo Norte de Goiás". Parecia-me então uma demarcação não passível de problematização.

Eis-me diante dos primeiros percalços. Quanto ao recorte cronológico apenas foi necessário um pequeno ajuste no marco inicial por questão de ordem prática: para o que me propus, as fontes não recuavam suficientemente a 1820. O ajuste ficou para 1830, portanto objetivando abordar o processo de povoamento mais intensivo da região. E quanto ao marco final, continuou 1930, pois já acalentava a ideia de abordar na tese um episódio ocorrido entre 1918 e 1926 conhecido como "o barulho do Duro", ocorrido em São José do Duro, atual Dianópolis - TO. Não obstante, mesmo com esse ajuste, retroagi aos anos de 1820, aqui e ali, quando se fez necessário e quando as poucas fontes sobre esse período me permitiram.

De início, tive que estender a abrangência espacial do trabalho do "extremo norte de Goiás" para a Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins<sup>2</sup>, pois as fontes indicaram uma mobilidade dos sujeitos entre o norte de Goiás, sul do Pará e sul do Maranhão. Tal mobilidade me levou mesmo a repensar uma noção de região que carregava comigo, devo confessar, de forma bastante cristalizada, e por isso mesmo não atendia às questões que a pesquisa colocava. A partir da ampliação espacial, sobreveio a percepção de uma intrincada teia de relações nesse amplo espaço envolvendo várias dimensões da vida dos sujeitos que nele viviam.

Pensar nessas várias dimensões ainda fazia que eu acalentasse a ideia de que as práticas de violência forjavam uma "mentalidade violenta" compartilhada pelos homens e mulheres da região e que, investigando essas práticas, poderia dar conta da própria conformação das relações sociais pautadas tanto em conflitos armados abertos, em períodos específicos, mas principalmente num conflito velado e cotidiano, que revelaria, em primeira instância, a própria luta de classes na região por meio, principalmente, da

---

<sup>2</sup> No capítulo inicial caracterizarei melhor a Região dos Vales e também sua denominação.

vinculação dessas práticas às relações de trabalho. Percebiam aqui um "velho marxista" tentando "driblar" os resquícios da ortodoxia que ainda trazia comigo.

O Problema revelou-se justamente nessa “vinculação”: ao pensar tais práticas como “vinculadas” a várias dimensões da vida desses homens e mulheres, como as relações de trabalho, de certa forma eu as estava isolando, ou se preferirem, autonomizando, e, com isso perdia a compreensão dessas práticas de violência como parte integrante e indissociável de uma cultura assim como é integrante e indissociável dessa as próprias relações de trabalho ou qualquer outra dimensão da vida desses homens e mulheres.

Abandonava aí, ainda no início dos trabalhos, um dos primeiros pressupostos da pesquisa: o de que haveria uma "mentalidade" violenta conduzindo as práticas dos sujeitos sobre os quais tentava entender como viviam entre os séculos XIX e XX na região. Passei a perceber que o que pensava inicialmente como uma "mentalidade" no fundo era apenas um efeito de obliteração que as representações contidas nas fontes causavam em minhas análises preliminares. Avançando, percebi também que tais representações tinham raízes profundas numa formação cultural específica da Região dos Vales que formava o que Edward P. Thompson trata como um "feixe cultural", ou, dito de outra forma, um emaranhado de práticas e representações construídas e reconstruídas na e pelas relações sociais.<sup>3</sup>

Precisei então desmembrar esse “feixe” que é a cultura sertaneja para pinçar as práticas de violência, entendê-las em seus múltiplos significados, atribuídos por diversificados sujeitos sociais, em diversificadas fontes, para só então explicá-las como elemento significativo das relações sociais investigadas, diga-se como elemento fundamental para a compreensão dessas relações, pois assim foi possível atribuir um “peso” a essas práticas bem como explicar em que medida essas práticas e suas representações correspondentes constituem as várias dimensões das vidas dos sertanejos em questão.

Devo esclarecer a esta altura que "desmembrá-lo não pressupõe estabelecer uma transparência "cristalina" para as relações sociais, mesmo porque ao clarear alguns dos significados constitutivos desse feixe vêm à tona outros problemas que a seu turno tecem um novo emaranhado. Como nos lembra Clifford Gertz, avançando sobre as

---

<sup>3</sup>THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 22.

concepções de Lévi-Straus, mesmo quando se parte do mais complexo para o menos complexo, ainda assim o resultado a que se chega é complexo:

Lévi-Straus observa que a explicação científica não consiste, como fomos levados a imaginar, na redução do complexo ao simples. Ao contrário, ela consiste, diz ele, na substituição de uma complexidade menos inteligível por outra. No que concerne ao estudo do homem, pode-se ir até mais adiante, penso eu, no argumento de que a explicação consiste, muitas vezes, em substituir quadros simples por outros complexos, enquanto se luta, de alguma forma, para conservar a clareza persuasiva que acompanha os quadros simples.<sup>4</sup>

Entretanto, se assim o é, o leitor pode questionar: por que a violência continuou sendo o alvo do pesquisador? Ela não seria apenas mais um elemento constitutivo dessa cultura? O que ela tem de específico em relação às outras dimensões como a religiosa, a do lazer, a do trabalho, a da política e tantas outras? E ainda, em que e por que a violência teria uma trajetória diferente nesta região se comparada com outras regiões do país? A resposta a este questionamento não é simples. Na verdade, a própria construção e estruturação dos capítulos da presente tese em seu conjunto é que se pretende enquanto resposta.

Mas de início, e mesmo à guisa de justificativa, devo apontar ao leitor que a violência continuou sendo o fio condutor da tese porque eu quis entender o como e os porquês as concepções acerca de uma região "atrasada e violenta" foram sendo construídas e, principalmente, entender como os sujeitos que habitaram essa região se instrumentalizaram nestas concepções para lidarem com suas vidas. À medida que avançava, a violência se agigantava nas fontes que me traziam os rastros desses sujeitos. Vidas violentas e violentadas, tanto em momentos de conflitos armados deflagrados como em outros de relativa estabilidade.

Entender como determinados sujeitos alternavam (e por que alternavam) a lida com o fogo cerrado das carabinas "papo-amarelo" e com o aço frio dos punhais e das lapianas<sup>5</sup>, violentados pelas relações de trabalho aviltantes e pela opressão rotineira com o trabalho na lavoura e na criação dos rebanhos, com as caçadas e pescarias. Quis entender que sujeitos eram esses que em um momento estavam com a culatra ao ombro e em outro estavam na alça da mira. Momentos de "macheza e valentia" alternados com "covardia e fuga". Sujeitos ora com os bacamartes em punho, ora com a enxada nas

---

<sup>4</sup> GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., 13 reimp. Rio de Janeiro: LCT, 2008. p. 25.

<sup>5</sup> Lapiana ou "peixeira": faca grande conduzida geralmente em uma bainha por dentro o cóz das calças.

mãos calejadas – e às vezes sem essa enxada – como problematizo no conto de Bernardo Élis, *A Enxada*, no primeiro Capítulo.

Procurando esclarecer essas questões iniciais acerca das práticas de violência, percorri uma variedade de modalidades de fontes que, pela própria diversidade, quantidade e riqueza, cabe aqui, nessa apresentação, apenas um esboço. As fontes públicas, tradicionalmente denominadas de fontes oficiais, compostas de Relatórios dos Presidentes de Província e/ou Estados de Goiás, Pará e Maranhão<sup>6</sup>, que datam desde os anos 1835 até a década de vinte do século XX, e são constituídos por sub-relatórios de diversas Diretorias: Indígena, Economia, Cia. de Navegação, Administração, Tesouraria da Fazenda, Agricultura, Indústrias, Jurídicas e Policiais. Trata-se de relatórios enviados às Assembleias Legislativas das referidas Províncias e/ou Estados sobre as providências políticas e sociais tomadas por seus presidentes e/ou governadores.

Esses contêm uma diversidade de informações sobre as ações do poder instituído que permitiram analisar as relações existentes entre o Estado e os poderes políticos localizados, e, o mais significativo é que, em certa medida, permitiram vislumbrar as relações entre os prepostos desses poderes e os sertanejos pobres. Os relatórios específicos das diretorias acima mencionadas, além de terem possibilitado também o tipo de análise já referida, permitiram-nos entrever relações de trabalho, como a camaradagem e a agregação que garantia o poder de mando dos coronéis sobre os sertanejos pobres; questões educacionais como a “instrução para o trabalho”, direcionada aos índios e que funcionava mais como uma forma de submeter os indígenas a esse mando – sendo inclusive utilizados como força militar não institucionalizada nos momentos de conflito –, do que “protegê-los”; questões referentes às ações da polícia e da justiça que geralmente tinham como resultado punir o sertanejo pobre com a violência e, na maioria das vezes, “absolver” os chefes políticos do uso da violência.

As fontes memorialísticas ou “obras de memórias”. Estas obras representam a memória de vários sujeitos, com vinculações diretas e indiretas com a elite política da região estudada. De suas narrativas brotam fatos que, por um lado, inserem os sertanejos pobres do extremo-norte em questões políticas e conflitos armados abertos e, por outro,

---

<sup>6</sup> Esses relatórios compõem uma série documental digitalizada e disponibilizada no site **Center for Research Librarie: global resources network** na aba *Provincial Presidential Reports (1830-1930)* acessível no link <http://www.crl.edu/brazil/provincial>. Por ser relativamente falhos os aspectos catalográficos, daqui em diante os relatórios serão referenciados incicando-se a província e o ano.

por meio de uma riqueza de detalhes, tanto no que tange às suas relações de trabalho quanto às suas práticas culturais, desvelam a construção dos valores, dos modos de viver e trabalhar destes sertanejos. Especialmente nas obras de memória dos missionários, como Frei Audrin<sup>7</sup>, há uma preocupação especial com questões diretamente ligadas à violência, dada a visão missionária de “amenizar as injustiças” e que geram no memorialista uma compreensão do sertanejo pobre ora como um pobre coitado que precisa ser tutelado e salvo dessa violência, ora como o sertanejo que é “antes de tudo um forte”, a medida que por meio de suas estratégias de sobrevivência consegue lidar com ela. Essas representações, via de regra, são apresentadas como as verdades sobre o passado,

baseadas em provas múltiplas e convincentes”, pretendemos afirmar, por mais paradoxal que seja, o fato da continuação, ou se quiserem, da sobrevivência do sertão de outrora, em pleno século XX” [...] tencionamos revelar (...) patricios seus que se acham segregados do mundo civilizado, em remotas paragens onde vivem e pelejam, não apenas resignados, mas ainda corajosos e alegres”<sup>8</sup>.

Quanto aos relatos de viajantes, embora em vários aspectos se aproximem das representações oriundas dos escritos missionários, a exemplo do que se refere à constituição étnica dos sertanejos, diferenciam-se drasticamente no que se refere à caracterização de seus valores morais que geralmente são representados como “ausência de valores”. Muitas das estratégias de sobrevivência dos sertanejos pobres são representadas nessas obras como “ócio”, “vagabundagem” e termos que o valham. Percebe-se claramente uma disputa de valores por meio dessas representações antagônicas e procurei fazer, na medida do possível e de minhas limitações, as devidas correspondências entre elas, a inserção social de seus produtores, os sujeitos que delas são o alvo e as condições materiais em que foram geradas. Foi desse exercício de cotejamento das diferentes representações construídas pelos autores, produzidas em tempos e espaços diferenciados e a partir de interesses diversificados, e às vezes antagônicos, que abri caminho para minha investigação, revelando a multiplicidade de experiências que expressam as ações, reações, adequações, tensões e conflitos nesse mundo sertanejo.

As fontes literárias sobrepõem representações, memórias, fatos e documentos, ficção revelando tanto experiências cotidianas na Região dos Vales dos Rios Araguaia e

---

<sup>7</sup> AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

<sup>8</sup> Id. *Ibidem*, p. 5.



Tocantins como questões diretamente vinculadas ao sistema político e à conformação sócio-cultural dessa vasta região, sendo todas essas dimensões perpassadas pela violência. Não só pelo cotejamento de várias obras, mas às vezes em única obra é possível viajar no tempo entre os séculos XIX e XX – não necessariamente nessa ordem – visitando cenas e cenários, compondo quadros de um quebra-cabeça por meio da seleção de fatos, anseios, emoções e tramas políticas da região, que nos instrumentaliza para uma cognição particularizada por um lado, e por outro, uma visão mais geral e abrangente do mundo sertanejo que estamos tentando revelar. Às vezes um autor ou outro toma um batelão aportando aqui e ali sua narrativa numa determinada localidade, como é o caso de Bernardo Elis referente a São José do Duro e Moura Lima a Pedro Afonso, Boa Vista, São José do Duro e Peixe, todas elas cidades profundamente marcadas pela violência armada, nua e crua, à medida que foram invadidas ao longo de sua história por bandos armados.

Embora se perceba uma vontade de relatar os diversos aspectos concernentes à política regional por meio das rixas entre situação e oposição, que resultaram nessas invasões, essas obras literárias acabam revelando, nos interstícios dessas rixas dos sertanejos dominantes, as experiências, sofrimentos, expectativas e estratégias dos sertanejos pobres. Revelam ainda, às vezes de forma intencional, mas geralmente inconscientemente, as justaposições, imbricamentos e também distanciamentos entre jagunços, cabras, tropeiros, comerciantes, “elites” e pobres e, aí, as práticas de violência no que tange a esses últimos ora aparecem como formas de reação, ora como adequação ou, ainda, como mera submissão, o que nos instrumentaliza para a compreensão de elementos que podem explicar quais os motivos de determinadas opções destes sujeitos, principalmente quando relacionamos essas opções aos seus modos de viver e trabalhar.

A literatura, pela forma como a utilizei, "diz" e dá a ver coisas, ações, situações, objetos, pessoas. Ela nos aproximou tanto de episódios registrados pela historiografia e pela memória da Região dos Vales quanto de uma cultura geral dessa região em suas manifestações imateriais carregadas de valores; suas manifestações materiais fazendo reluzir os arreios da animália, das trempes onde se preparava o passadio dos tropeiros, nas paredes feitas de barro e excremento de gado; das manifestações religiosas carregadas de sincretismo por meio do qual as mandingas acompanhavam o disparo da carabina. Manifestações de uma cultura tencionada sempre entre um tempo de revolta e um tempo de relativa tranquilidade.

Partilhamos da ideia de que, embora cada forma de narrativa sobre o passado tenha suas especificidades, todas são narrativas e todas contêm representações sobre esse passado. Entendemos então que essas narrativas, antes mesmo de se “tornarem” fontes pelo uso que delas fazemos, elas próprias são registros de determinados processos e, como tais, no momento de sua produção, são partes indissociáveis do próprio processo histórico, quando não do relatado, mas ao menos do processo histórico mais geral. Pensando essas fontes enquanto um conjunto, foi enriquecedor acompanhar os refinamentos dos procedimentos de Natalie Zemon Davis. Sua sagacidade em abordar as ações dos sujeitos do passado por meio de analogias entre realidades e possibilidades, utilizando “outras fontes do mesmo tempo e do mesmo lugar, a fim de descobrir o mundo que eles deviam conhecer e as reações que podem ter tido”<sup>9</sup> foi para mim uma luz constante como método/procedimento na construção da tese. O trabalho com essa diversidade de fontes me possibilitou entender aquela alternância entre a enxada e o bacamarte, bem como entender como foi construída, do ponto de vista de construção intelectual, a percepção da região aqui em foco como região violenta.

A memória social subjacente às narrativas aqui utilizadas enquanto fontes de pesquisa é ao mesmo tempo o registro de como os sujeitos foram interpretados ao viverem suas experiências, e nesse viver foram aprendendo a praticar a violência, mas como também funciona como um “instrumento pedagógico” desse aprendizado. Grafada pelos memorialistas e romancistas, pelos que detêm o poder institucional, transmitida oralmente de geração em geração pelos “contadores de causos”, funciona como ensinamento de que determinados valores são importantes à medida que podem ser usados como instrumental para a vida nas relações sociais vividas na Região dos Vales Araguaia e Tocantins. Valores como “macheza”, “valentia”, “lealdade” ou seus contrários “covardia”, “traição” são utilizados muitas das vezes como forma de se posicionarem em seu mundo, seja diante do poder constituído: do padre, do coronel, do fazendeiro, do comerciante, do militar, seja diante dos seus próximos: do compadre, dos vizinhos, da família na consecução de seus objetivos, anseios e interesses.

A violência visível nas praticas rotineiras (e não raras vezes como costume, como é o caso de riscar à faca o couro e cortar orelhas das criações que invadem plantações ou, talvez, com mais frequência cortar as orelhas dos desafetos) foi ao longo dos séculos XIX e XX tornando-se um campo de tensão permanente em que os

---

<sup>9</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 21.

sertanejos aprenderam que ela era, entre outras coisas, um instrumento eficiente na realização de várias expectativas. Nesse sentido, a população da Região dos Vales Araguaia e Tocantins aprendeu a ser violenta, assim como nas demais regiões do país. Entretanto, se em outras regiões, especialmente no centro/sul do país, as formas de violência aprendidas foram sendo substituídas por outras à medida que o “processo civilizador” foi sendo implementado e, portanto “desaprendidas”, na Região em estudo esse desaprendizado ocorreu de forma muito mais morosa e, em muitos aspectos, nem chegou a ocorrer. Daí a violência ter permanecido como fio condutor de minha tese. Na verdade, esse é um fio trançado por três pernas: a violência, seu aprendizado, suas memórias.

Preocupe-me então em entender como as práticas de violência foram sendo construídas e reproduzidas entre os séculos XIX e XX como parte constitutiva dos modos de viver dos sertanejos da Região dos Vales Araguaia e Tocantins. Coloquei-me, assim, a tarefa de perscrutar as interações das diversificadas dimensões das vidas desses sujeitos: a economia de vida (que pressupõe uma economia moral), as relações de trabalho, as afetividades, a religiosidade, a moralidade, os valores éticos, enfim, um feixe de elementos que constituem o conjunto que estamos denominando aqui de cultura sertaneja. O entendimento da trajetória histórica dos sujeitos da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins passa necessariamente pela compreensão das formas pelas quais a violência foi por eles experienciada, e nessa experiência reelaborada como trabalho, como economia, como poder, como valores, como costumes e como linguagem. E se as fontes são, essencialmente, artefatos de linguagem, devemos considerar, com Stuart Hall que:

A linguagem, em seu sentido mais amplo, é o veículo do raciocínio prático, do cálculo e da consciência, por causa das formas pelas quais certos significados e referências têm sido historicamente confirmados. Mas seu poder de convencimento depende da ‘lógica’ que conecta uma proposição à outra na cadeia de significados; onde as conotações sociais e o significado histórico estão condensados e reverberam um no outro. Além do mais, essas cadeias não estão permanentemente seguras, seja em seus sistemas internos de significado, seja em termos das classes sociais e grupos às quais ‘pertencem’.<sup>(10)</sup>

Nesse sentido, o elemento conector na cadeia de significados na linguagem das fontes que se sobressaiu na tese foi a memória. Narrada por vários vieses, com

---

<sup>10</sup> HALL, Stuart. **Da Diáspora**: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. P. 268.

diversificadas intenções e sentidos, ela "reverberou" entre os vários significados atribuídos pela linguagem e as conotações sociais na e sobre a Região dos vales. Essa linguagem, sendo por um lado prenhe de memórias, e tais memórias fazendo exalar o odor intenso da violência, emanado dos "corpos putrefatos, deixados como pasto aos urubus", foram construídas e narradas a partir do viver sertanejo, vale dizer da experiência de homens, mulheres e crianças, que em sua maioria não tinha acesso a cultura letrada.

E se me vi instado a me valer dessas memórias, na forma narrada pelos letrados, devo aqui me preocupar com, como diz Thompson, ao citar o livro XII do Prelude, "Não tanto pelo que é dito [escrito], mas a intensidade com que é sentido"<sup>11</sup>. Thompson, ao discorrer sobre a relação entre cultura letrada e as experiências das "pessoas comuns", embora não esteja discutindo especificamente como a memória interfere nessa relação, inspirou-me a pensar como é profícuo inquirir sobre a intensidade com a qual é sentida as experiências pelo letramento. No caso dos literatos e memorialistas que me forneceram munição para o meu combate pela história em favor da Região dos Vales, inspirou-me questionar sobre a intensidade dos encontros de sangue nos sertões e a intensidade como esses encontros foram narrados.

Foi essa intensidade da narrativa letrada sobre as práticas de violência, recolhidas das memórias da região, que me levou a alçar meus voos entre tempos e espaços díspares procurando entender esses encontros ao tempo em que estruturava a tese. Também é de outro encontro, entre a História, a memória e a literatura que me servi para esse entendimento. E sobre o encontro de *Clio* e *Calíope*, assim como Marina H. Ertzogue e Maria do Espírito Santo R. Cavalcante, quero, aqui, além de me inspirar, homenagear aquela que, tendo partido há tão pouco, já deixou um vazio difícil de ser suprido nessa discussão, Sandra P. Pesavento:

Sandra Pesavento que analisa as crônicas na perspectiva da história cultural, afirma que elas são fronteiras do tempo, narrativas que se constroem para além do verdadeiro e do falso. São reveladoras da capacidade imaginativa de construção social da realidade, para a qual as convenções temporais são limitadas. Por isso, 'se o historiador buscar encontrar nelas a confirmação do real, dada a observação direta do cronista e a sua tradução em narrativa, com certeza vai encontrar nela pistas, guardadas as injeções – ficcionais... \_ do seu tempo e de sua subjetividade ao retratar o mundo'<sup>12</sup>

<sup>11</sup> THOMPSON. E.P. **Os Românticos**. Tradução de Sérgio Moraes Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002. p. 21.

<sup>12</sup> ERTZOGUE, Marina H.; CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo R. A Partilha do Sensível: quando *Clio* encontra *Calíope* para reinventar o passado. In: RAMOS, Alcides Freire, COSTA; Cléria Botelho e PATRIOTA, Rosângela. **Temas de História Cultural**. São Paulo: Hucitec, 2012. p. 132-3.

Tendo as memórias acerca dessa violência se tornado um aporte fundamental da tese, principalmente as presentes nas fontes propriamente memorialísticas, na literatura ficcional e nos relatos de viajantes, assumi a arriscada operação metodológica de não construir uma narrativa cronológica linear à medida que ia lidando com essas memórias.

Assim como as narrativas acerca dessa memória iam e viam no tempo, ao sabor do lembrar dos narradores, permiti-me fazer - talvez a melhor expressão seja, deixei-me seduzir por - esse movimento, no tempo e no espaço. Discutindo memória, analisando memórias, (re) apresentando-as por meio da representação historiadora, assumi o risco, consciente e proposital, de intentar que minha própria narrativa causasse no leitor a impressão dos movimentos da memória. Sou suspeito para julgar se atingi esse objetivo, até porque tenho ciência que os vestígios da "velha ortodoxia" ainda travam e muito meu estilo de escrita, mas a convicção é esta: foi meu desejo e foi intencional.

E se o leitor me permite uma "digressão estilística" que ajude a exorcizar esse ranço, na verdade os tempos da memória é também o tempo sem tempo, o tempo atemporal, que em muitos casos é o tempo da literatura que em Bernardo Élis está indubitavelmente no Título "Ontem como hoje como amanhã como depois" e no Rio Tocantins, alegórico, que desliza interminável, sempre o mesmo rio, as mesmas águas, passando sempre do mesmo jeito, naquela mesma curva, e a personagem do literato ali, olhar fixo nesse rio-alegoria, nesse rio-tempo-sem-tempo, não sabia de onde vinha e nem para onde ia, como ontem, como hoje, como amanhã, como depois.

A estruturação da tese, tendo as práticas de violência como fio condutor e como proposta narrativa, além dessa proximidade com as memórias, exigiu um trabalho acurado, em termos de método e procedimento, dada a diversidade e riqueza das fontes. Nesse sentido, foi necessário revisar pressupostos teóricos que já considerava consolidados, e em alguns casos até mesmo abandoná-los, abraçando outros que a pesquisa demonstrou fazerem-se necessários. Essa desconstrução interna deu-se particularmente a partir da necessidade de instrumentalização para lidar com as fontes literárias, até então uma novidade para este pesquisador. Nesse aprendizado, fui paulatinamente aprofundando a problematização acerca do encontro entre a História, a Memória e a Literatura, o que resultou no **capítulo I: OS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTIS: a História, a Memória, a Literatura.**

Nesse capítulo, exponho os caminhos teóricos e metodológicos que escolhi e que informaram os procedimentos na lida com as fontes. Tentei evitar caracterizá-lo como um *capítulo teórico* à medida que me servi das próprias fontes de pesquisa como norteadoras da problematização acerca do referencial bibliográfico bem como da historiografia revisitada acerca da região estudada. E nesse sentido, o que me pareceu mais promissor, na escolha da estruturação da tese, foi minha opção pelo procedimento de ir vir, ao longo da mesma, no tempo e no espaço, da problematização das fontes e das narrativas nelas apresentadas para os processos e retornando dos processos para os significados das narrações, o que, em meu entender, teve como produto final a minha (re) apresentação dos processos ou, dito de outra forma, a narrativa historiadora por mim construída.

O capítulo inicial, na verdade, para além de satisfazer a necessidade de manter um rigor acadêmico, que sempre defendi contra os estragos do "relativismo" do conhecimento histórico que nosso ofício vem sofrendo nas últimas décadas, é um exercício de condução do leitor no sentido de convidá-lo a repensar nossa prática historiadora: chamar sua atenção para como as *histórias regionais* têm tratado suas temáticas, temas e objetos, muitas vezes ainda presos aos ditames de uma "História do Brasil", praticada a partir do eixo centro-sul que sempre desconsiderou as especificidades regionais do país. Nesse sentido, o tópico 1.1, OLHARES PARA O SERTÃO, e o 1.2 A HISTORIOGRAFIA NACIONAL: repensando o Brasil a partir de suas regiões, pretendeu fazer essa problematização. Em seu conjunto, questiono exatamente que, apesar da história do Brasil ser produzida justamente a partir e pela diversidade de suas inúmeras e diversificadas regiões, a historiografia continua presa aos conceitos, às categorias de análises ditadas pela historiografia do *litoral*, mesmo quando se tenta fazer uma *história dos sertões*.

Nesse sentido, penso que o meu *olhar desviante*, embora aqui e ali ainda se turve por um ou outro resquício de meu antigo apego pela ortodoxia marxista, que ainda me faz referendar algumas de suas premissas, conseguiu chamar a atenção do leitor para o fato de que essas categorias precisam ser urgentemente revistas. Se o resultado foi limitado, fica, ao menos, o caminho aberto para outros historiadores.

Nos tópicos 1.3. A VIOLÊNCIA NA LITERATURA, e 1.4. OS FIOS DA MEMÓRIA: literatos memorialistas e memorialistas literatos, procuro esclarecer por meio da problematização da relação existente entre literatura e memória, os caminhos

que trilhei para reconstruir os significados das práticas violentas, assumindo como perspectiva de análise a violência como uma necessidade dos sujeitos na região. Necessidade construída historicamente, a partir das experiências vividas na e pela sociedade. Por pensar assim é que afirmo nesses tópicos a necessidade de se colocar o memorialista e o literato em segundo plano quando nos debruçamos sobre os vestígios de experiências que as fontes por eles produzidas contêm.

Também considerei fundamental a revisita que fiz a Antônio Cândido, pois, embora eu não o siga de perto, na leitura que faço das fontes no transcórre da tese, a sua percepção da construção de uma "literatura nacional" cotejada a uma *literatura regional*, foi-me extremamente útil para pensar o "desejo de registro" dos literatos com os quais trabalhei. Acredito que para os historiadores que se especializaram e que se detiveram nesses campos específicos, quais sejam, a literatura e a memória, e isso sem relacioná-los, a inspiração em Cândido talvez seja considerada por demais ortodoxa. Entretanto, considero que ainda muitas releituras desse estudioso ainda precisam ser feitas e, aí, destacamos a discussão da relação entre memória e literatura, e, principalmente, se a literatura que lidamos como fonte histórica é a *literatura regional*.

As leituras de Mikhail Bakhtin, Carlo Ginzburg, Natalie Z. Davis e Paul Ricoeur, dentre outros, foram fundamentais para que eu me conduzisse nessa problemática e, a partir deles, trago ao leitor alguns dos literatos e memorialistas, que aparecerão nos demais capítulos, mas que, nesse primeiro, o exercício pode ser caracterizado ainda como uma análise preliminar das possibilidades das fontes. Esse exercício, além de colocar o leitor a par dos procedimentos metodológicos, teve o objetivo de permitir que este realize um primeiro *tour* pela cultura da Região dos Vales; tomar, por assim dizer, um primeiro e mais próximo contato com o objeto da tese.

Nesse capítulo está ausente uma problematização: uma discussão acerca da violência, enquanto noção e/ou conceito, e por estar ausente quero aqui justificar. Esse foi outro risco que assumi e que acredito não deve agradar aos leitores mais conservadores. Embora o fio condutor de minha narrativa seja a violência, à medida que realizava as leituras referentes a essa problemática, do ponto de vista conceitual percebia um problema. O impasse refere-se ao próprio teor da discussão em sua maioria de cunho filosófico, a exemplo das problematizações de Hannah Arendt em "Da Violência" e "A condição Humana". Em suas discussões, essa autora, que se tornou uma referência para quem discute violência, sempre partindo de uma noção ideal de

democracia, discute como a violência distingue-se de outros elementos que, embora a componham (vigor, força, autoridade, coerção), por seu caráter de instrumentalidade, age sobre esses outros elementos com um propósito específico, qual seja, multiplicá-los.

Esse tipo de problematização foi e continua sendo amplamente utilizada por historiadores que se dedicam aos estudos que envolvem a violência atrelada às ações de governos, grupos ou processos revolucionários, sistemas ditatoriais, dentre outras temas e temáticas. É um tipo de abordagem generalizante que, creio, não teria muito a contribuir com a presente tese. Senti-me instado, até em certo momento, a utilizá-la como contraponto no capítulo I às minhas problematizações referentes a uma "pedagogia da violência" e a construção de uma cultura de violência presente em toda a tese. Mas, sinceramente, ao tentar fazê-lo veio-me um sentimento desagradável de estar "forçando" uma discussão que não era a minha.

Em outro deparei-me com abordagens muito específicas em relação à violência, mas que ora se dedicavam a estudos de casos muitos específicos, a exemplo dos estudos atinentes à violência urbana, a violências nas favelas e afins, todos contextualizados fora de meu recorte cronológico, ora um pouco mais abrangentes e relativamente mais próximos das minhas preocupações de pesquisa como os estudos referentes à escravidão ou à violência no campo. Mas mesmo estes ou discutiam a violência a partir daquela matriz filosófica acima referida, para depois "acoplá-la" ao estudo específico, ou partiam de uma matriz estruturalista, tomando a violência como construtora de uma "identidade violenta" e que também pouco contribuiria para a sondagem de minhas questões. Um último conjunto de textos sobre a violência me foi apresentado por uma colega da área da semiótica.

Sobre esse conjunto, confesso apenas ter "passado os olhos", pois tem por matriz o movimento que se autodefine como "pós-modernista" e os autores apresentados estão dentre os considerados mais radicais no interior desse movimento. Além de suas problematizações serem mais apropriadas – se é que o são – à sondagem da violência para as sociedades ocidentais do presente, o que por si inviabilizaria que eu as utilizasse, eu, por formação e por convicção, creio que esse tipo de problematização tem prestado um desserviço ao conhecimento histórico.

Feitas as considerações acima, se era apenas para cumprir o rigor acadêmico, preferi assumir o risco de a tese carecer, nesse aspecto, de tal discussão e deixar o campo aberto para outros pesquisadores, a partir do que construí, problematizar tal



questão. Mas, para que essa justificativa não seja tomada como uma evasiva, quero ainda argumentar que se havemos de indexar a discussão acerca de violência a uma determinada linha de raciocínio, esta linha deve ter por base a história e os processos que ela investiga, e se precisamos indexá-la a um campo específico, acompanho aqui o esforço de Natalie Zemon Davis que, ao problematizar os ritos de violência praticados por católicos e protestantes, após refutar várias possibilidades de explicação para o fenômeno, afirma de forma simples e contundente o seu pressuposto de que:

O conflito é permanente na vida social, embora as formas e o impacto da violência que o acompanham variem, e que a violência religiosa é intensa porque está intimamente relacionada com os valores fundamentais e a autodefinição de uma comunidade. A violência não é explicada em termos de quão loucos, famintos ou sexualmente frustrados são os violentos (embora eles às vezes tenham essas características), mas sim em termos dos objetivos de seus atos e em termos dos papéis e padrões possibilitados pela sua cultura. A violência religiosa, aqui, é relacionada menos ao patológico do que ao normal.<sup>13</sup>

E se não teço maiores comentários aqui, do ponto de vista conceitual, citando e analisando as concepções a que me referi é por entender que isso seria fazer, exatamente, o que estou justificando que não fiz. Entretanto, creio que, apesar da tese carecer desta problematização conceitual, é inspiradora para a problematização da violência, principalmente no que tange à questão de como a violência marca a memória social e como essas marcas da memória esclarecem como agem os sujeitos históricos num determinado contexto cultural.

Passemos ao **capítulo II, O POVOAMENTO DOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS**: Narrativas, narradores e narrados. Nele, problematizo a ocupação e povoamento da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins a partir das relações de trabalho, dos deslocamentos realizados pelos sujeitos, das relações interétnicas, dos projetos de desenvolvimento que pressupõem o apresamento e em muitos casos o extermínio dos índios, a disciplinarização das relações de trabalho e o controle da propriedade da terra. Evidencio nesse capítulo como os sujeitos lidaram com estas questões e como esta experiência foi dando forma à região dos vales, imprimindo uma forma muito específica de desenvolvimento diametralmente oposta à visão de

---

<sup>13</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.p. 155.

"Região esquecida", que é apresentada pela historiografia tradicional acerca dessa região e que utilizo, muitas das vezes, como fontes de pesquisa para a tese.

Embora eu utilize todas as modalidades de fontes em todos os capítulos, neste as fontes públicas, os relatos de viajantes e as obras memorialísticas tiveram um peso maior à medida que as narrativas nelas contidas se prestaram mais eficientemente no sentido de problematizar a própria noção de região e, conseqüentemente, demarcar a Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, uma vez que nestas fontes os deslocamentos da população entre o norte da província de Goiás, sul do Pará e sul do Maranhão são mais visíveis que nas outras fontes.

Início o capítulo já realizando meu primeiro voo no tempo, pois normalmente quando se trata do povoamento de uma região, os historiadores têm por hábito apresentá-lo a partir dos movimentos "pioneiros" que, no caso da Região dos Vales, contextualizada nessa tese, deu-se nas primeiras décadas do século XIX. Parto, ao contrário, do final de década de 1930, discutindo o uso das armas presente num relatório técnico produzido em 1939, justamente tentando demonstrar que a região guarda uma memória acerca das práticas de violência que é "reativada" sempre que necessário por meio de práticas que instituem novos ciclos de violência. No caso, a necessidade do uso das armas nos ambientes do trabalho, a exemplo da atividade extrativista da castanha-do-pará, iniciada em meados do século XIX na Região dos Vales.

E se começo pelas atividades extrativistas da castanha, foi meu olhar desviante que propositadamente insistiu em contornar os marcos historiográficos tradicionais da região. Um desses marcos, quando se trata do seu povoamento, é o "ciclo do ouro", por meio do qual "os historiadores apegaram-se à tarefa de acompanhar o movimento do capital nas áreas próximas às minas ou nas poucas atividades que extrapolavam o território mineiro"<sup>14</sup>, e que, segundo Noé Sandes, embasa toda uma historiografia da "decadência" de Goiás a partir da decadência da mineração à medida que "a memória histórica fixou o quadro de ruína na região por meio de inúmeros relatos de viajantes e dos homens que se envolveram na administração colonial"<sup>15</sup>. Na leitura desse autor, tanto o brilho do ouro no apogeu da mineração, quanto o declínio desta, *obscureceram*

---

<sup>14</sup> SANDES. Noé Freire. Memória e História de Goiás. In: SANDES. Noé Freire et. al. (Org.) . **Memória e Região**. Coleção Centro Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Cultural: Universidade Federal de Goiás. p.19.

<sup>15</sup> Id. Ibidem. p. 22.

outras possibilidades de leituras do povoamento a partir de outras atividades, de outras relações e outras memórias.

Após aquele voo inicial, sondando outras *memórias históricas*, começo a recuar no tempo para evidenciar práticas semelhantes no processo de povoamento propriamente dito. Não sem antes complementar esse vôo, passando pela literatura e pelas "memórias atemporais" nas representações por ela construídas. Devo aqui esclarecer o termo entre aspas: se, por um lado, as memórias presentes na literatura em muitos aspectos carecem de uma temporalidade demarcada, à medida que os literatos (re) colhem na memória social os materiais para construir suas narrativas que em determinados momentos "fundem" tempos e espaços diferenciados, por outro, e em outros momentos, essa literatura colhe na historiografia e na documentação datas, fatos e nomes, demonstrando, assim, um desejo explícito de registro histórico.

Dedico, no tópico 2.1, POVOAMENTO, INDÍGENAS E MISSIONÁRIOS: Dominação, negociação e resistências, uma discussão específica sobre o povoamento e os índios, contextualizada principalmente entre os anos de 1860 e 1880, mas, "saltando" até 1900, problematizo tanto a dominação física e simbólica das ações missionárias quanto as estratégias de acomodação e de resistência indígenas. É uma subdivisão pequena que teve por objetivo deixar clara a especificidade, dentro do processo de povoamento, da relação dos missionários com os índios. Não obstante, os povos indígenas estão presentes no restante do capítulo e no capítulo III, aparecendo ainda esporadicamente no IV.

Abro o tópico 2.2, O POVOAMENTO BANDEIRANTE: A percepção da memória letrada, ainda discutindo a relação entre índios e povoadores e passo a discutir, a partir da memorialista Carlota Carvalho, fonte que teve um peso preponderante neste capítulo, as percepções da cultura letrada acerca do povoamento. Se nesse capítulo dedico maior fôlego na análise à essa autora é porque considero suas percepções mais representativas dos intelectuais, principalmente os memorialistas, no que se refere a uma visão mais geral e mais abrangente da região estudada. Além disso, o fato de a família da autora e de ela própria serem sujeitos do povoamento, levou-me também a privilegiá-la nesse capítulo. E, em que pese as indissociabilidades de cada um que aparece na tese, muito da problematização que fiz em relação à Carlota Carvalho vale para os demais memorialistas. Às vezes, os mesmos posicionamentos éticos, políticos e ideológicos aparecem em autores diferentes apenas com o sinal trocado de positivo para

negativo, como é a comparação que faço nesse tópico entre essa autora e o missionário Frei Audrin, mas a matriz discursiva é a mesma: com uma marcada influência euclidiana, a proposta é civilizar o sertão e os sertanejos.

Das percepções das memórias letradas passo ao tópico 2.3., POVOAMENTO, POVOADORES: Experiências e estratégias, no qual o leitor começará a vislumbrar, no geral, a diversidade dos sujeitos do povoamento, embora esses em sua maioria não tenham nomes, nem patentes, e a experiências dos sujeitos envolvidos no povoamento. A essa altura já aparece subjacente à minha narrativa que caminho pelos interstícios da noção de representatividade à medida que gradualmente o estilo da narrativa vai se tornando mais fluído, trazendo sujeitos construídos em minha narrativa por essa representatividade, como é o caso de um militar, um cabo, que participou de uma expedição de apresamento de índios. O que equivale a dizer que esses sujeitos, que se poderia dizer "imaginados", são, na verdade, fruto das representações dispersas nas várias modalidades de fontes e que eu, narrativamente, reuni e plasmei num sujeito de carne e osso, no caso o referido cabo, no sentido de apresentar os perfis desses sujeitos comuns que, até então, apareciam apenas como espectros desencarnados na historiografia da região.

A par do risco que tal procedimento envolve para nós historiadores, assumi-o de bom grado à medida que, como já disse, a leitura de Davis me inspirava. No denso pós-fácio de "Os Fios e os Rastros", que Ginzburg dispensa a Davis, esse autor, discutindo as noções de representação e representatividade, verdade e verossimilhança, prova e possibilidades, chama atenção para esse risco:

Uma verificação das pretensões de verdade inerentes às narrações historiográficas como tais implicaria a discussão dos problemas concretos ligados, às fontes e às técnicas da pesquisa, a que os historiadores tinham se proposto em seu trabalho. Se esses elementos são desdenhados, como faz White, a historiografia se configura como puro e simples documento ideológico.<sup>16</sup>

Tenho combatido já há algum tempo, embora sem a erudição de um Ginzburg, esse relativismo que se instalou entre nós. E foi esse combate que me auxiliou a refazer vários pressupostos, abandonar alguns princípios cristalizados e, aos poucos, foi crescendo em mim a convicção de que, se, por um lado, devemos refutar tal relativismo, pois "termos como ficção e possibilidade não devem induzir ao erro", por outro,

---

<sup>16</sup> GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 327.

entendemos que "hoje [...] o entrelaçamento de verdades e possibilidades, assim como a discussão de hipóteses de pesquisa contrastantes em alternância com páginas de evocação história, não desconcertam mais", pois "a nossa sensibilidade de leitores se modificou"<sup>17</sup>. Nesse sentido, quando falo do conjunto das fontes e de suas representações, sinto-me seguro, pois foi desse conjunto, cujas muitas das partes não aparecem em minha narrativa, que extrai o que acima denominei de "perfis" dos referidos sujeitos.

Na última subdivisão, 2.4. O POVOAMENTO E AS DISPUTAS SERTANEJAS, o foco da discussão recai sobre as disputas travadas entre os sertanejos pertencentes às elites, cujo registro é uma carta escrita pelo Juiz Barbosa Lima ao Frei Savino de Rimini e, ainda, a partir do rastreamento de um agregado dessas elites, o Carcereiro Salvador Nunes do Vale. Nesse tópico, retorno a uma narrativa mais formal à medida que tive que fazer uma busca minuciosa por Salvador Nunes, que é citado de forma muito esparsa nos relatórios de província, o que exigiu uma datação pormenorizada bem como também pormenorizados relatos dos fatos que o cercavam, sem o que o leitor não entenderia sua inserção nas referidas disputas.

O caminho que escolhi para construir esse capítulo pretendeu dar conta das interações que se tecem entre as narrativas, narradores e sujeitos narrados nas fontes e a narrativa historiadora. O elo de ligação dessas dimensões narrativas foi, sempre, a evocação da memória social, que me permitiu construir o capítulo como uma narrativa que é o resultado da conjugação da percepção dos processos tanto por meio da interpretação do historiador quanto da interpretação dos narradores presentes nas fontes e, ainda, da busca de uma interpretação da própria narração *tout court* no que espero ter alcançado a (re) apresentação dos processos por meio da narrativa historiadora.

No **capítulo III, AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA E A REPRESENTATIVIDADE DOS SUJEITOS**, novamente me valendo da representatividade dos sujeitos e me detendo com mais fôlego nesta questão, inicio discutindo as condições materiais de existência das famílias sertanejas pobres, tendo como referência a morte de uma criança devido aos maus tratos infligidos pelo próprio pai. Embora no capítulo I tenha me esforçado em conduzir o leitor pelos procedimentos teóricos e metodológicos que adotei na tese, considereei pertinente, no capítulo III, no

---

<sup>17</sup>Id. Ibidem. p. 333.

diálogo com minha própria narrativa, aprofundar mais um pouco, a partir de uma digressão ligeiramente teórica, a questão da representação e da representatividade e a relação destas com a memória nas fontes, desta feita me valendo do auxílio de Alessandro Portelli e Paul Ricoeur.

Após tal digressão, no tópico 3.1. A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: Os militares, a violência e suas representações, indo e voltando entre os anos 1835 e 1901, mas centrado nas possibilidades das experiências de um soldado do Destacamento de 1ª Linha de Pastos Bons entre as décadas de 40 e 60 do XIX, abordo a violência praticada por soldados, a relação desses sujeitos com o "mando" político institucionalizado, via Estado. Parto do "sujeito comum" agregado e/ou camarada até à transmutação deste em soldado praticante da violência a mando desse Estado que lhe garante certa impunidade. Faço um breve recuo no tempo até a época da Balaiada (1839), acoplando a memória dessa revolta à memória que ficou marcada na região referente ao medo dos "cachorros do governo", apelido que a um só tempo denunciava a jocosidade e o asco que os militares despertavam na região. Mais uma vez os sujeitos que "construí" narrativamente são representativos de tantos outros soldados quanto as representações sobre eles me permitiram.

Adentro o tópico 3.2. EXPERIÊNCIAS DE SERTANEJOS POBRES: Brancos, Índios e Negros e a liberdade escravizada, trazendo as experiências dos sujeitos que aparecem desde o subtítulo. Problematizo aí as complexas relações sociais na Região dos Vales principalmente no que se refere à figura do escravo negro, em muitas situações mais livre que o homem livre submetido ao sistema de "escravidão por dívida" bem como o índio no mesmo contexto, incluindo aí sua utilização como "força militar". É retomada aqui também a relação entre índios e missionários, que aparecem como os demais sertanejos nessa tese, responsáveis pelas práticas e, por conseguinte, pela gestação de uma cultura de violência.

Mais especificamente sobre os sujeitos escravos sigo os passos de um viajante estrangeiro, George Gardner, discutindo as representações por ele construídas acerca desses sujeitos e encerro o tópico recorrendo à literatura no sentido de problematizar a plasmagem realizada pela memória entre a figura do livre e do escravo a partir das experiências vivenciadas na região. Uma plasmagem que percebo realizada na literatura por meio de uma reativação do passado. Para tanto, lança mão de uma memória acerca do período escravista que impele o literato a um exercício de figuração entre duas

figuras distintas no tempo e no espaço (o escravo e o livre) que se complementam mutuamente e, embora distintas assim, cronológica e espacialmente, de acordo com Erich Auerbach como figuras reais, estariam dentro do tempo, e portanto, dentro da corrente da vida histórica.

No tópico 3.3, ENTRE MISTICISMOS E DOMINAÇÃO RELIGIOSA: A violência e as crenças, trato o misticismo da cultura sertaneja concernente à violência desde seus aspectos imateriais e simbólicos até aspectos da cultura material, embora eu deva admitir que sobre esses últimos muito superficialmente. A ideia que perpassa esse tópico é a relação estabelecida pela religiosidade popular entre as vicissitudes das experiências, as práticas violentas e determinados sujeitos da região, no caso os padres, os militares e os "heróis do sertão". Uma relação reafirmada por uma oralidade que, como defendo nessa tese em vários momentos, é (re) colhida pela literatura e, acrescento aqui, resignificada.

Aprendi com uma brilhante intelectual, dessas poucas a quem chamamos de mestra, já há bastante tempo, que, se a noção de circularidade cultural tanto em Bakhtin quanto em Ginzburg poderia ser parcialmente contestada, isso se estes autores forem tomados isoladamente, pois aí teríamos apenas a possibilidade da "metade de um círculo", ao tomá-los em conjunto, a noção se evidencia em toda sua plenitude, pois enquanto o primeiro parte das influências da cultura popular sobre o letramento, o segundo parte do letramento influenciando um "homem do povo".

E, naqueles momentos de maior inquietação diante das fontes, principalmente dos memorialistas e dos literatos, essa lembrança me serenava e, sem tardar, recorria mais uma vez às suas respectivas obras, "A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais", e "O Queijo e os Vermes". E se os simbolismos retransmitidos por essa oralidade paradoxalmente tão presente e tão fugidía, mas que foi (re) colhida e (re) apresentada até por meio de representações estampadas em paredes construídas de barro e excremento de gado, a referida leitura me lembrava de que, por um lado,

[se] Isso significa que os pensamentos, crenças, esperanças dos camponeses e artesãos do passado chegam até nós através de filtros e intermediários que os deformam. [e] É o que basta para desencorajar [nos]", [por outro lado não deveria] "jogar a criança fora junto com a água da bacia – ou, deixando de lado as metáforas,

a cultura popular junto com a documentação que dela nos dá uma imagem mais ou menos deformada.<sup>18</sup>

Finalizo o capítulo por meio do tópico 3.4., A BALAIADA: O primeiro grande conflito armado e os ajuntamentos de homens, abordando o movimento da Balaiada, embora de forma breve, com o objetivo de esclarecer como esse evento, além de ter marcado a memória social da região acerca das práticas de violência, a partir do êxodo da população que dela fugia, os "transidos pelo medo" em várias direções dos sertões teve repercussões em futuros movimentos armados, como os que aparecerão no capítulo IV, a exemplo do aprendizado dos sujeitos em relação aos "ajuntamentos" que eram utilizados por alguns, inclusive como estratégia para "mudar de vida", aderindo a um movimento armado.

Aqui cabe uma ressalva importante: a Balaiada foi sem dúvida o maior movimento armado ocorrido na região e muito ainda há a se pesquisar sobre ele. Entretanto, dediquei muito pouco a ele nessa tese. Por uma questão até de responsabilidade para com esse possível objeto e em respeito pela sua magnitude e, assim, ou eu o tomaria mesmo como objeto único, o que seria uma outra tese, ou o abordaria apenas parcialmente com o objetivo a que me referi. Ficar no meio termo, dedicando-lhe um capítulo, por exemplo, seria impossível no contexto desta tese. Essa mesma observação vale para as demais revoltas que são passadas em tela no último capítulo.

A problematização que estrutura o capítulo é a compreensão dos significados diferenciados, e da interação desses significados acerca da violência. Dito de outra forma, procurei esclarecer por quem a violência é praticada, quais os móveis dessa prática, por quais formas, mas, principalmente, com quais sentidos. Ora discutindo os sentidos para quem as pratica, ora discutindo os sentidos de quem as narra. Do ponto de vista cronológico, o capítulo está basicamente ambientado entre os anos de 1835 e 1900 embora faça um ligeiro recuo aos anos de 1820.

No capítulo IV, **A DUPLA FACE DA CULTURA SERTANEJA: TEMPOS DE PAZ E TEMPOS DE REVOLTA**, abordo a alternância entre os momentos de turbulência na Região a partir dos movimentos armados, as chamadas "revoltas", e os momentos de relativa estabilidade, esclarecendo como os sujeitos praticaram e

---

<sup>18</sup> GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes**. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 16.



rememoraram a violência e como se articulam/desarticulam tendo esta como mediadora de suas relações sociais.

Já tendo feito uma observação anterior acerca da impossibilidade de dar um tratamento específico a cada revolta, acrescento aqui que, sobre as que apresento nesse capítulo, dei um peso maior à "Primeira Revolta de Boa Vista", pois além das fontes sobre esse conflito serem mais diversificadas e em maior número, a visibilidade da diversidade de sujeitos que nela transitaram é bem mais clara em suas fontes que nas demais. Início o capítulo reafirmando uma questão que perpassa toda a tese, que é o aprendizado da violência, que em outros momentos usei denominar de "pedagogia da violência". Dito de outra forma, estruturei o capítulo partindo do princípio de que esse aprendizado construído, principalmente ao longo do século XIX, forjou uma cultura violenta que é o substrato que, ao mesmo tempo, fomenta e faz eclodir os conflitos armados e fornece as estratégias, sejam bélicas sejam no plano da simbologia, para esses encontros de sangue.

No tópico 4.1., ARQUITETURA E PRELÚDIOS DOS CONFLITOS: em Boa Vista e São José do Duro, procuro demonstrar como os conflitos foram arquitetados, nesses povoados presentes acima no subtítulo, a partir dos interesses dos chefes políticos, os "coronéis do sertão", mas que, no transcorrer dos mesmos, vários sujeitos irão neles se inserir a partir de interesses próprios. Na verdade, foi meu olhar desviante que me levou a tratar dessa arquitetura de forma bastante sumária, pois o que me interessava sempre ao longo da tese era me aproximar o máximo possível desses outros sujeitos sem patentes, sem fazendas, sem nada de seu além de uma vida sobressaltada para ser vivida e da certeza que, num momento ou noutro, o chamado para os encontros de sangue viriam. Assim, se me dediquei a essa arquitetura e aos seus arquitetos, os chefes políticos, é que já há muito tempo incorporei a ideia e o procedimento que nos ensinou Jim Sharpe, que aqui parafraseio: se é para se fazer uma História vista de baixo devemos de nos lembrar que há algo que está a cima e com a qual aquela se relaciona.

E justamente por serem esses homens que interessavam, não tive a preocupação em narrar os conflitos cronologicamente e linearmente, com início, meio e fim, pois muitos dos sujeitos que me interessavam tiveram uma participação que, embora contundente, foi esporádica, inserido nos conflitos ou deles se ausentado de acordo com seus interesses de momento. Nesse sentido, com esses sujeitos cavalguei, às vezes engolindo tempos e espaços, procedimento que possivelmente desagrade um leitor mais

conservador, mas que, como já afirmei, talvez o leve a sentir o movimento fluído das memórias. Esse movimento, creio, perpassa toda a tese, e talvez seja, embora eu seja suspeito para opinar, o que mais contribua no que tange à questão do caráter de originalidade de uma tese.

No tópico 4.2., TRANQUILIDADE RELATIVA, VIDA SOBRESSALTADA, passo a tratar justamente dos momentos de relativa estabilidade, nos quais os sertanejos retomam suas atividades rotineiras. Aqui se faz necessário ressaltar que pensei inicialmente na possibilidade de equilibrar o capítulo dedicando-lhe metade das páginas aos momentos de relativa tranquilidade e metade aos momentos dos conflitos armado. Entretanto, à medida que o estruturava, fui percebendo que, mesmo naqueles momentos, a vida estava sempre sobressaltada.

A vida sobressaltada aparece aqui como a própria irregularidade da vida nos sertões, nos povoados, nas matas: uma alternância entre o tempo dos conflitos armados e o tempo de relativa estabilidade, sempre anunciada como em vias de rompimento pelo espoucar das carabinas ou pelo tropel dos cavalos avançando em direção aos sertanejos. Uma alternância que engendra, dá forma, alicerça e dinamiza, colocando em movimento a cultura sertaneja na Região dos Vales.

No tópico 4.3. HOMENS CONTROLADORES E HOMENS DESCONTROLADOS: Os ajuntamentos e a morte rondando os Vales, continuando ainda na companhia dos coronéis, mas tentando seguir os rastros, acompanhar o cavalgar dos "homens descontrolados" a serviço desses coronéis "controladores de homens", minha própria narrativa vai se tornando, eu diria, um pouco mais violenta. Não porque eu assim desejasse, mas por que o rastro deixado por esses homens foi um rastro de sangue oriundo dos sangramentos, castrações, crucificações, empalamentos, crueldades, de regra, tratadas nas fontes como "excessos".

No tópico 4.4. SILÊNCIAMENTOS E ELOQUÊNCIA DA MEMÓRIA: Encontros de sangue, me valendo do memorialista e jornalista Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota Carvalho, trato da problemática da tentativa de apagamento de uma dada memória ao discutir que a narrativa desse jornalista não estaria preocupada em contar a saga de vitórias de Dias sobre Carlos Leitão. Sua preocupação foi narrar sua marcha ao lado de Leão Leda, outro caudilho do sertão que viveu sob a égide das matanças e pilhagens, pelos sertões maranhenses e o temor que e ambos provocaram nos "poderosos do Grajaú", cidade maranhense no contexto das "guerras republicanas".

A contundência das ações de José Dias, que lhe valeu a alcunha de General do Sertão é contrastante com essa tentativa de apagamento de sua memória e por esse motivo senti a necessidade de tal problematização. Creio ter ficado evidente na discussão que o desejo de opacizar a referida memória vincula-se, por um lado, à necessidade de afastar um homem que se tornava poderoso, por meio de sua habilidade militar e sua experimentação com a violência, muito rapidamente e, por outro, esconder o sangue derramado pelas elites maranhenses em sua caçada a um de seus aliados, Leão Leda. Travei aqui meu combate contra esse esquecimento.

Dou continuidade a esse combate, seguindo os passos do jornalista onde (re) colho, por seu intermédio, as memórias, principalmente da gente humilde que narrou suas percepções ao jornalista nos anos de 1902 sobre esse sangue derramado. Parsondas de Carvalho, por sua vez, (re) colheu-as ali na região de Grajaú, de alguns enquanto ainda gozavam de uma relativa tranquilidade, apesar das notícias de "revolução" que corriam a região, ocupadas em suas atividades cotidianas, dando continuidade aos seus costumes que as ordenavam. Outros lhe deram seus depoimentos depois de terem sofrido na carne a violência das "forças do alto sertão" maranhense. Essas capitaneadas por um desertor que foi alçado à condição de capitão, que promoveu um verdadeiro morticínio em seus deslocamentos, à guisa de caçar Leão Leda, inimigo declarado do Estado, e isso saqueando a região de Grajaú e Carolina.

A ideia que perpassa o capítulo é de que o aprendizado da violência a partir da experiência nos momentos de turbulência é também sentido nos momentos de relativa estabilidade e que esse aprendizado tem a função de construir estratégias de vida, resignificar valores e estabelecer parâmetros de atuação para as relações sociais, o que configurou uma teia de práticas de violências, na qual todos se enredam, independentemente das configurações de classe, étnicas, de gênero, políticas e religiosas dos grupos sociais que habitaram a região.

Neste capítulo, os romances "ficcionais" baseados nas revoltas conjugados às narrativas memorialísticas tiveram preponderância no sentido de esclarecer, além dos processos vividos, como a memória social construída na e pela sociedade funciona como mediadora das relações sociais, inculcando valores, estabelecendo costumes. Problematizo que a construção das narrativas é parte integrante da construção das relações sociais e, conseqüentemente, entender os processos de elaboração dessas narrativas é desvendar também as relações que as construíram. O mesmo tratamento foi

dado às narrativas historiográficas que tomo como fontes, como é o caso de obras que narraram os processos envolvendo as revoltas de Boa Vista.

Antes do início do capítulo I segue uma mapa para que o leitor possa visualizar espacialmente a Região dos Rios Vales Araguaia e Tocantins.<sup>19</sup>

---

<sup>19</sup> Esse mapa foi digitalizado e alterado pelo autor de acordo com a necessidade de caracterização da região em foco. Ele foi elaborado para a dissertação de mestrado: CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. **Trilhas, Veredas e Ribeiras**: os modos de viver dos sertanejos pobres nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins (séculos XIX e XX). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. 2010. Como reelaboramos juntos tanto a denominação quanto o mapa dessa região essa autora gentilmente permitiu aqui sua utilização.

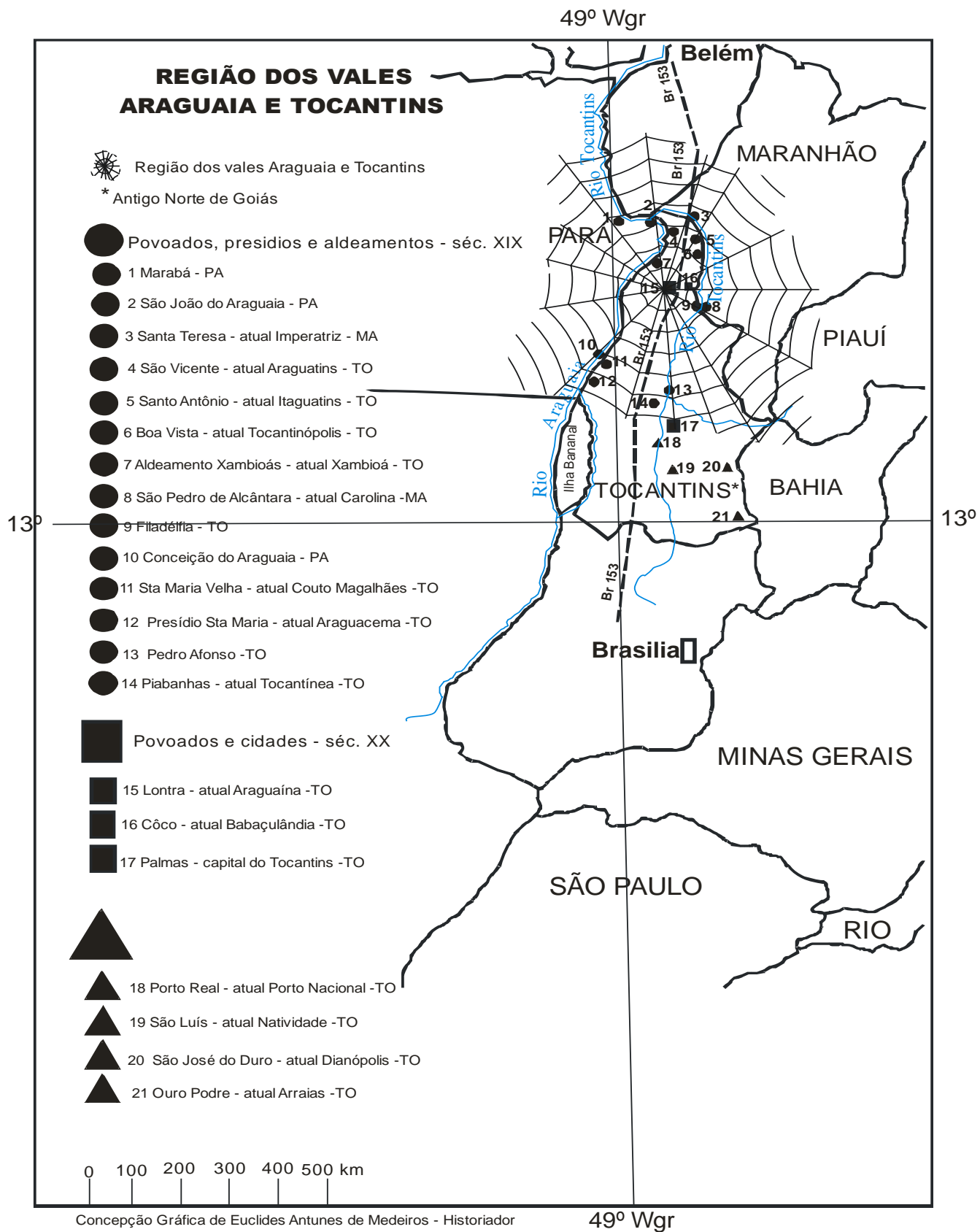


Figura 1 – Mapa da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

## CAPÍTULO I

### OS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTIS

#### A História, a Memória, a Literatura.

As hierarquias sociais são simplificadas, ou os 'de baixo' sobem um pouco, tornado mais parecidos com os 'de cima'; mas as fronteiras restantes são mais firmemente definidas, e faz-se um esforço para apertar o controle sobre a ordem social como um todo

Natalie Zemon Davis

É recorrente na historiografia brasileira a caracterização do processo colonizador como sendo portador da marca da violência. Esta marca gravada a ferro e fogo ou talhada em carne pelo fio da espada teve como primeiro alvo a pele dos habitantes naturais: aqueles que os povoadores denominaram índios. Raimundo Faoro, ao falar do Brasil seiscentista, já a aponta como uma pesada herança difícil de dissolver:

Entre o mar e o sertão, entre o mar e a serra, entre o mar e o indígena havia um mundo novo. Este será o capítulo original da história brasileira, os cenários de outra epopeia, sem a projeção poética da outra, ornamentada pelos deuses latinos e pelas letras da Renascença. O mito edênico do selvagem não durara um século, em seu lugar apareceu o índio feroz, o senhor da terra, traçoeiro e impiedoso. O missionário, representado pelos jesuítas (...) não se deixou seduzir pela imagem cristã da inocência, sugerida pela carta de Pero Vaz. A primeira obra reduzir o índio à paz, pela persuasão ou pela força<sup>20</sup>

Acrescentando, Faoro afirma: “[...]. A colônia prepara para os séculos seguintes uma pesada herança, que as leis, os decretos e os alvarás não lograrão dissolver”<sup>21</sup>. Entre as páginas que separam as duas citações Faoro constrói a ideia de que na “epopeia da colonização”, na lida com esse “novo mundo” hostil, firmam-se as relações sociais que serão a base da “conduta política dos brasileiros” marcada pelos laços de pessoalidade e tendo como protagonistas “o

<sup>20</sup>FAORO, Raimundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 3 ed. São Paulo: Globo. 2001, p.179.

<sup>21</sup> Id. *Ibidem*, p 193.

‘coronel’ e o capanga, o fazendeiro e o sertanejo, o latifundiário e o matuto, o estancieiro e o peão”<sup>22</sup>.

São esses sujeitos que ajudaram a construir a presente tese, mas não se trata de uma relação dual como a apontada por Faoro. O leitor verá no transcorrer da leitura que o tratamento dado a eles aqui, embora ainda guarde alguns traços apontados por Faoro, o que é devido, certamente, à herança por ele referida, mostrar-se-ão diferentes, quer dizer, capazes, relativamente autônomos, vivos, enfim agentes históricos, que é o que são, e não uma “massa” resultante do processo colonizador. Com isso queremos dizer que enxergamos esses sujeitos como construtores desse processo em relações múltiplas e multifacetadas, ambíguas, contraditórias e, de certa forma, até desconcertantes.

Percebe-se em Faoro a já conhecida oposição entre “litoral” e “sertão” e foi esta oposição que lançou raízes em muitas das dimensões dos escritos brasileiros, nas ciências sociais, ciências humanas, na literatura. Neste último campo, em boa medida a obra de Euclides da Cunha, “Os Sertões”, é uma das grandes responsáveis pela construção dessa oposição e dela trataremos ao longo da tese, porém, por hora, basta salientar que, embora haja na historiografia já há algum tempo um esforço em desconstruir essa dicotomia, penso que não seja necessário e muito menos desejável jogá-la de todo por terra. Ela merece, sim, ser ainda problematizada.

## 1.1 OLHARES PARA O SERTÃO

O livro “No Sertão das Minas”, do historiador Alysson Luiz Freitas de Jesus, que tem como foco as práticas de violência vividas na região norte de Minas Gerais por escravos, forros e libertos no século XIX, é um exemplo dessa tentativa de desconstrução. Embora a sua pesquisa seja ambientada em uma região relativamente distante da que estudo, suas problematizações me ajudaram a pensar algumas questões acerca de minha própria pesquisa à medida que me deparei com problemas muito próximos aos meus seja no que se refere à violência seja no que concerne à noção de região ou de sertão.

Na referida obra, o autor trava uma discussão com a historiografia já consolidada em relação a sua temática, contrapondo-se à tendência tradicional em apresentar o norte de Minas Gerais como um espaço dominado pelo poder privado, expressando e “conduzindo os leitores a

---

<sup>22</sup> Id. Ibidem, p. 182.

uma ideia de que o restante da capitania era um ‘paraíso’, onde reinava soberana e absoluta a ordem pública”<sup>23</sup>. Nesse exercício, Freitas de Jesus argumenta que a ideia de que o norte de Minas Gerais seria um espaço peculiar para a atuação do poder privado é de certa forma excessiva, pois esse modelo explicativo, de fato adequado para os setecentos e para toda a capitania das Minas Gerias, ao ser transposto para o século XIX e seguintes conduz à impossibilidade de se compreender as transformações, em suas especificidades, ocorridas em diferentes regiões da capitania, especialmente no norte.

Nesse embate, o autor contesta a ideia de que a violência seria um atributo exclusivo dos norte-mineiros em função de que estes “teriam uma predisposição natural para praticar delitos, ao contrário dos homens ‘civilizados’ do restante do país”<sup>24</sup>. Esse pensamento, segundo ele, coadunaria com o estereótipo da “desordem do sertão”, sendo necessário, então, problematizar o que geralmente é pensado como desordem, como dimensão das especificidades culturais do mundo sertanejo. Ou seja, entendida como uma ordem peculiar àquele mundo e aos sujeitos que ali viviam, e segundo o autor, fundada em “códigos positivos e/ou costumeiros”<sup>25</sup>.

Embora concorde com Freitas de Jesus no que se refere ao estereótipo da “desordem do sertão”, o caminho seguido pelo autor precisa ser ajustado justamente naquilo que se propõe realizar: ao buscar essa “ordem peculiar do mundo sertanejo”, o autor substitui a “predisposição natural para praticar delitos” por uma “identidade norte- mineira”, ou seja, no exercício de desconstruir aquele estereótipo constrói outro: o da unidade cultural, que ele traduz por identidade, como algo também se não "natural" pelo menos "naturalizado".

Ora, a concepção de uma identidade, como a constrói Freitas de Jesus, pressupõe que as práticas de violência, regidas pelos códigos costumeiros, davam sentido às relações sociais entre escravos, forros e libertos, constituindo-se culturalmente tal identidade. A meu ver, nessa construção há certa naturalização das práticas de violência à medida que se parte delas para se chegar às relações sociais, quando se deveria partir das relações sociais, em suas diversas dimensões (culturais, políticas, econômicas) para (se) entender tais práticas.

Dito de outra forma, a identidade aparece aqui como uma estrutura na qual submerge tudo e todos, independentemente de classes sociais, de relações de poder diferenciadas entre sujeitos de categorias jurídicas totalmente díspares. Nesse sentido, a identidade naturaliza as práticas de violência à medida que ela, como uma estrutura no interior da qual tudo se articula,

---

<sup>23</sup>FREITAS DE JESUS, Alysson Luiz. **No Sertão das Minas**: escravidão, violência e liberdade (1830-1888). São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007, p. 41.

<sup>24</sup>FREITAS DE JESUS, op. cit. p. 45.

<sup>25</sup> Id. Ibidem, p. 45.



encobre exatamente como tais práticas são construídas na e pela sociedade, que é, necessariamente, multifacetada, contraditória e conflituosa, e não uma “massa uniforme” moldada por uma identidade específica<sup>26</sup>.

Ainda problematizando a questão da região pelo viés das identidades, há a tese **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins: Identidades e Fronteiras**, da historiadora Maria de Fátima Oliveira, defendida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás, em 2007, na qual propõe alcançar "como em um determinado espaço e tempo, uma identidade foi se construindo, se fragmentando e se reconstruindo ante as transformações ocorridas na região" <sup>27</sup>. No caso, “trata-se de um estudo sobre as identidades e fronteiras em duas cidades das margens do rio Tocantins: Porto Nacional e Pedro Afonso” <sup>28</sup>.

Perceba-se que Oliveira não se preocupa em discutir sua própria noção de região, pois se ela delimita estas duas cidades situadas cerca de 300 quilômetros uma em relação à outra como "estudos de caso" emblemáticos das cidades ribeirinhas do Rio Tocantins, caberia problematizar a delimitação do "determinado espaço e tempo" em relação à Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins<sup>29</sup> que abrange parte de três (3) Estados da região Norte do País: Antigo Norte de Goiás (atual Tocantins), Sul do Pará e Sul do Maranhão e, principalmente, quais os critérios de unificação que ela utilizou tanto para construir pertencimento, quanto para constituir diferenças.

Com feito, mesmo considerando que seu enfoque seja uma "identidade ribeirinha", caberia uma discussão apontando uma possível diversidade de "identidades", por exemplo: no que se refere às cidades que não estão situadas às margens dos rios. Embora a autora diga em sua apresentação que "a abordagem central da tese refere-se ao diálogo entre identidades e fronteiras

---

<sup>26</sup>A respeito de como, independente das condicionantes sociais, Freitas de Jesus trata de forma homogênea os praticantes de atos de violência, ver: ANTUNES DE MEDEIROS, E. Uma Discussão Acerca de Violência, Escravidão e Liberdade. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia /MG: EDUFU. N. 43 – jul;dez. 2010. p. 381-89.

<sup>27</sup>OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins: Identidades e Fronteiras**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2007, p. 10.

<sup>28</sup> Id. *Ibidem*, p. 10.

<sup>29</sup>Essa denominação, ao menos na historiografia, é recente. Embora a expressão *Vales dos Rios Araguaia e Tocantins* seja recorrente nas fontes referentes a esses três estados, ela não havia ainda sido utilizada para delimitar geográfica e historicamente uma região. Com esse sentido, ela aparece pela primeira vez na Dissertação de Mestrado de Olívia Macedo Miranda Cormineiro. As discussões que travei com a autora me foram de grande valia para a construção da presente tese e, tendo participado da construção dessa nomenclatura para a região, adoto-a aqui de bom grado e com a anuência da mesma. Segue a referência da aludida dissertação: CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. **Trilhas, Veredas e Ribeiras: os modos de viver dos sertanejos pobres nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins (séculos XIX e XX)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. 2010.

e, para melhor compreendê-las, é necessária a análise de categorias, como memória, região, sertão e outras"<sup>30</sup>, a ênfase que a autora dá a questão da identidade acaba neutralizando uma possível compreensão da diversidade regional como apontei anteriormente.

Na primeira parte da tese, no tópico *Uma Fronteira Sertão Adentro: o rio, a natureza, o gentio, a região*, Oliveira se vale principalmente dos relatos de viajantes com o intuito de discutir uma "mentalidade" construída ao longo dos séculos de um sertão atrasado. Como a autora afirma: "A lentidão do tempo e a aparente imutabilidade dos costumes são destaques dos relatos"<sup>31</sup>. Apesar de Oliveira questionar essa recorrência, ela fecha o tópico lamentando que as medidas governamentais para o desenvolvimento de Goiás não atingiam o norte do estado e que estas medidas, na verdade, "intensifica[ram] ainda mais as diferenças entre o norte e o sul do estado"<sup>32</sup>.

Embora Oliveira termine por reafirmar aquilo que pretendeu criticar, no caso a "imagem de atraso" construída ao longo dos séculos, já começa a se delinear nesse momento de seu trabalho o fio condutor de sua tese: uma oposição entre uma identidade dos ribeirinhos que lhes seria inerente, ou melhor dizendo, inerente ao modo de vida ribeirinho e outra construída e propagada por uma "visão externa" como a dos viajantes.

O tópico *Uma fronteira sertão a fora: navegando o Tocantins* é introduzido pela autora justamente alertando que:

havia uma contradição entre o discurso do norte pobre, atrasado, isolado e sem assistência por parte do governo, contrastando com uma outra ideia, também geral, de que havia inúmeras riquezas, fabulosas e ocultas, a serem exploradas. Essa ideia, encontrada na memória tanto dos habitantes da região quanto dos viajantes que por lá andaram, foi passada de geração a geração e sedimentou-se no imaginário coletivo. [...] É o olhar 'de fora' sobre o rio e sobre o ribeirinho"<sup>33</sup>.

É interessante a explicação da autora para o título do tópico, que se coloca em oposição ao anterior: enquanto no primeiro, "Sertão adentro", ela se reporta à necessidade do povoamento adentrar o sertão, no "Sertão a fora" ela preocupa-se como em um determinado momento - segundo a autora a partir do século XIX - o rio passa a ser entendido como uma via de saída, uma via de acesso para outras regiões e principalmente para o "litoral" via Belém do Pará, objetivando, entre outras coisas, o escoamento da produção regional, e conseqüentemente o

---

<sup>30</sup> OLIVEIRA, op. cit p. 18.

<sup>31</sup> Id. Ibidem, p. 22.

<sup>32</sup> Id. Ibidem, p. 52.

<sup>33</sup> Id. Ibidem, p. 58.

desenvolvimento dessa região. Entretanto, a autora continua presa a sua armadilha e mais uma vez fecha o tópico se lamentando pelo não desenvolvimento da região:

Embora o comércio com a capital do Pará tenha sido contínuo e o volume de mercadorias significativo, essa via de comunicação não conseguiu dar à região condições de se desenvolver satisfatoriamente. Como veremos mais adiante, o que vai propiciar maior dinamicidade a ela como um todo será a abertura da rodovia Belém-Brasília, mas que, mesmo assim, vai deixar fora da onda de desenvolvimento, num primeiro momento, localidades que ficaram do lado direito do Rio Tocantins. A tentativa, portanto, de desenvolver a região com medidas específicas via sertão afora, pelo Rio Tocantins, não conseguiu atender as expectativas.<sup>34</sup>

Refém da ideia do "norte atrasado", Oliveira afirma que as expectativas não foram realizadas no que concernia ao desenvolvimento regional. Mas se, segundo a própria autora, essas expectativas representavam as demandas e interesses do "olhar de fora", então quais seriam as expectativas dos ribeirinhos? E no que se refere às expectativas dos comerciantes e proprietários de barcos? Elas não teriam sido, ao menos parcialmente, realizadas?

*Terceira Margem: vivendo o Tocantins, construindo identidades:* Nesse tópico finalmente a autora inicia sua discussão acerca da identidade ribeirinha, o que significa, em suas palavras, o "olhar por dentro". Nele Oliveira consegue revelar por meio de alguns relatos parte do cotidiano dos ribeirinhos, embora o final do tópico seja contraditório em relação ao restante, o que fica demonstrado por terminar com a exposição de:

uma viva descrição na Revista Informação Goyana (nº 8, 1935), denominada Barqueiro do Tocantins, que retrata de forma singular a difícil vida dos ribeirinhos nas viagens em rústicas embarcações, num rio repleto de armadilhas, bem seus costumes e imaginário<sup>35</sup>.

Ora, a "viva descrição" aliada a duas fotos não retrata em suas diversas dimensões a "difícil" vida dos ribeirinhos, uma vez que a linguagem poética, construída pelo autor da longa poesia, é quase sempre tomada por Oliveira por sua figuração estilística. Em outras palavras, ao privilegiar a linguagem bucólica, opaciza as dimensões dos significados que os sentidos da poesia procura dar a ver, como demonstra o pequeno trecho a seguir:

Alma rude dos sertões, animada das realidades, o barqueiro vive dessivilisado, sob os encantos das leis reais da vida. Nasceu ali, alimentado da pureza moral de seus campos, dos vergéis, das quebradas, dos serões de pálido luar. O eito, as roçadas, as queimadas, o divertido lançamento das redes e a apanha do pescado são todo o claro de felicidade de seus dias. Tem uma mulher, um cão de caça e um pandeiro. Nem o ganha pão o interessa. Todo mundo tem abundância. Falta, porém sal e ferramenta. A que preço não os conquista? É o que o obriga, principalmente, aos lances de audácia e destemor<sup>36</sup>.

<sup>34</sup> Id. Ibidem. p. 74.

<sup>35</sup> Id. Ibidem, p. 97.

<sup>36</sup> Id. Ibidem. p. 100. Grifos meus.

Os grifos que realizei acima têm por objetivo chamar atenção para alguns indícios particulares. Analisando as expressões que são o núcleo daquele trecho, vê-se que Oliveira toma a poesia, no conjunto, como se representasse exclusivamente “o olhar de dentro”, ou seja, toma-a como se fosse a “expressão viva” da vida do barqueiro em todos os seus aspectos. Recusou-se a problematizar que, naquela narrativa poética, “o olhar de dentro” está imbricando ao “olhar de fora”, e isso é sintomático.

Destarte, problematizar a procedência desta fonte contribuirá para elucidar a questão levantada acima. Ela foi produzida por Romualdo, um barqueiro, que em contato com uma cultura letrada, típica na cidade de Carolina /MA, “aprendeu a escrever de ouvido”, ou seja, aprendeu sem nunca ter participado de qualquer processo de alfabetização. Per si, este esclarecimento coloca-nos diante da circularidade cultural, que transpõe na poesia de Romualdo a questão elementar da expressividade do modo de viver do barqueiro para o riquíssimo campo de possibilidades da inter-relação dialógica construída a partir e dentro da cultura sertaneja.

Oliveira, pertinentemente, observa que o “Barqueiro do Tocantins” traz em si experiências sociais das quais foram apreendidos significados partilhados pelos barqueiros, ou seja, essas experiências foram constituídas a partir de dentro. Por outro lado, a elipse na narrativa de Oliveira acerca do bucolismo que impregna a poesia de Romualdo evidencia que o suposto da existência de uma identidade ribeirinha neutraliza, em termos de procedimento, as possibilidades de que sua análise transponha os limites da compreensão dessa fonte como algo transparente.

Da mesma forma, evita que Oliveira avance no entendimento de que o consenso acerca dos sentidos nos quais ela se pauta para construir critérios de identificação que justifique a identidade ribeirinha são também, e talvez principalmente no caso de Romualdo, pensados e materializados a partir da introjeção de características próprias do olhar externo. A circularidade cultural, nesse caso específico, delimita a situação desta fonte: forjada na relação entre o “olhar de fora” e “um olhar interno”. No entanto, a estratégia adotada pela autora, talvez imperceptível mesmo para ela, de privilegiar os critérios de unidade, prescindindo de argumentar sobre o estabelecimento da diferença, obstou a potencialidade de reconstruir, em seu trabalho, a identidade regional ribeirinha.

Por outro lado, pensar uma "identidade ribeirinha" significaria problematizar tal identidade circunscrita a um determinado espaço, no caso, uma região específica restringida espacialmente por um elemento natural: o rio. Tal problematização deveria levar em conta que qualquer marco "natural" para uma região é antes de qualquer coisa uma escolha política feita ao sabor de determinados interesses, de grupos e ou/classes, e que

[...] a 'realidade' [...] é social de parte a parte e as classificações mais 'naturais' apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, e um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima<sup>37</sup>.

Nesse sentido, o primeiro problema que se deveria colocar seria a questão da "identidade ribeirinha" ser uma construção intelectual (no campo científico) e que as representações acerca dessa "identidade" são resultantes da interação entre as "visões de dentro" e as "visões de fora", incluindo aí o olhar do próprio pesquisador. Colocar-se no centro desse problema é crucial para qualquer pesquisador, pois:

Quando os investigadores entendem erigir-se em juízes de todos os juízos e em críticos de todos os critérios, com sua formação e os seus interesses específicos a isso os impelem, ficam privados de apreender a lógica própria de uma luta em que a força social das representações não será necessariamente proporcionada ao seu valor de verdade (medido pelo grau em que elas exprimem o estado da relação de forças materiais no momento considerado). Mas esses investigadores não fazem melhor quando, abdicando da distância do observador, retomam à sua própria conta a representação dos agentes, num discurso que, à falta de meios para descrever o jogo em que produz esta representação e a crença que a fundamenta, não passa de uma contribuição entre outras para a produção da crença acerca da qual haveria que descrever os fundamentos e os efeitos sociais<sup>38</sup>.

Bourdieu nos lembra ainda que mesmo quando o pesquisador se coloca no centro de tal problematização, admitindo que o resultado geral de seu trabalho é mais uma entre as várias representações construídas acerca do objeto estudado, ainda assim não estamos livres de aparecer como sensores ou cúmplices dessas construções à medida que nos servimos do "discurso autorizado" para identificar, ratificar ou negar as representações construídas sobre e/ou pelos grupos sociais, etnias e regiões, dentre outros. Destarte, quero e devo concordar com o autor no sentido de que, mesmo assim, lidar com as representações, o que no caso aqui em tese nos remete às contidas nos escritos sobre a Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, é um procedimento que possibilita:

munir-se de um meio de explicar mais completamente a 'realidade', logo, de compreender [...] mais exactamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjectivistas.<sup>39</sup>

A experiência de Oliveira exemplifica um dos aspectos do ofício historiográfico mais complexo, pois ao se refletir em termos mais ou menos absolutos muitas vezes não esmiuçamos as mediações entre as vivências, as experiências construídas na partilha social com outros grupos e principalmente as condições, inexoráveis, de reelaboração da memória que, no caso de

<sup>37</sup> BOURDIEU. Pierre. **O poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal), 9 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 115.

<sup>38</sup> Id. Ibidem. p. 121.

<sup>39</sup> Id. Idem, p. 118.

Romualdo, constituía-se uma dimensão concreta porque ele começou a escrever somente ao aposentar-se do ofício de mestre barqueiro.

Em referência à região aqui investigada, os Vales dos Rios Araguaia e Tocantins e especialmente o antigo norte de Goiás, o esforço em desconstruir essa dicotomia, embora mais recente, segue o caminho que em geral a historiografia brasileira propõe: trocar os sinais de negativo por positivo, e/ou ao contrário. Uma obra que me fez refletir muito sobre essa dicotomia foi *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, do historiador Nars Nagib Fayad Chaul<sup>40</sup>. Chaul tem o mérito de problematizar a questão à medida que discute como a ideia de região decadente é construída a partir dos olhares de viajantes e administradores em função de uma nova realidade em Goiás: o empobrecimento dos garimpos, quanto à quantidade de ouro produzida, e a escassez de meios para explorar o ouro de profundidade.

Deste modo, partindo de uma visão externa de opulência, a alta produtividade de ouro no norte da capitania, ao menos até a década de 1780, garantiu a confiança em um “pretenso e permanente” desenvolvimento da sociedade mineradora em Goiás. Porém, quando as lavras de ouro começaram a minguar, afinal a extração de minério no século XVIII no Brasil era quase sempre efêmera, pois não havia tecnologia apropriada para escavar e retirar o minério de profundidades maiores, todo o período pós-mineração foi caracterizado como decadente. Dessa concepção primeira de decadência, segundo Chaul, é que a historiografia se servirá para construir o estigma subsequente, o de atraso:

Viajantes e governadores, intelectuais e políticos, e mesmo o senso comum, viam na precariedade das estradas, na falta de incentivos de toda a ordem do governo real, no estado de extrema pobreza ou excessiva miséria, os símbolos básicos capazes de resumir a transição da fase mineradora para a agropecuária. Ao chegarmos ao período histórico marcado pela preponderância da agropecuária, buscaremos analisar a eficácia da representação da decadência e os frutos legados à análise da Primeira República em Goiás. A República Velha toma a forma do atraso, como representação sinônima de decadência, sobre a qual será construída toda uma interpretação histórica, a ser questionada<sup>41</sup>

Ao contrário das representações de decadência e atraso apresentadas acima, o autor propõe que Goiás no período da República Velha produzia “[...] para sua autossustentação, aos níveis de suas necessidades, dentro de suas possibilidades de transportes e satisfação

---

<sup>40</sup>CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.

<sup>41</sup>Id. *Ibidem*, p. 19-20.

econômicas, não significava decadência ou atraso, mas uma afirmação dessa sociedade [...]”<sup>42</sup>. Concordo com Chaul em sua problematização da construção da representação da decadência à medida que uma significativa historiografia em número e qualidade já demonstrou suficientemente que a sociedade mineradora goiana, dado seu caráter efêmero, não promoveu a riqueza e o “fausto” como verificado na sociedade mineradora de Minas Gerais, por exemplo. Não havendo, portanto, razões para que o estereótipo de decadência e de atraso se consolide.

Partilho também de sua ideia que a região se desenvolvia ao seu próprio ritmo e de acordo com suas necessidades. E aqui devo ressaltar que a construção de uma região que “baste a si mesma”, em suas precisões e suas limitações, parece ser uma construção mais feliz do que atribuir à região uma identidade apriorística ou naturalizada na forma que apresentamos, conforme elaborações realizadas por Freitas de Jesus e Oliveira.

Entretanto, mesmo considerando as relações sociais específicas da região, essa noção de autossuficiência apresenta alguns problemas. Em referência ao atraso, algumas considerações se fazem oportunas, até porque ao se tentar colocar algo no lugar de “região atrasada” é possível se ver tentado a colocar uma “região autossuficiente” na vacância, apenas trocando os sinais de negativo para positivo, o que, ao contrário de resolver problemas, pode criar outros, talvez maiores.

Se o paradigma do qual se parte é o de desenvolvimento, e não tenho dúvidas que é a partir desse lugar que parte Chaul, então se deve assumi-lo por completo. No entanto, se o fizermos não há como não comparar os níveis de desenvolvimento diferenciado entre uma região e outra. O próprio autor chama atenção para o fato de o Brasil ser marcado pelas diferenças de desenvolvimentos regionais. Ou seja, é impensável o “atraso” em si mesmo. Dito de outra forma, o termo atraso só é aplicável se pensado junto com seu oposto: adiantado/desenvolvido. E se se parte do paradigma de desenvolvimento, compara-se, inevitavelmente, algo que é desenvolvido, de acordo com o próprio paradigma, com o que não é, ou ainda não é, seguindo sempre o que está de acordo com esse mesmo paradigma.

Nesse sentido, penso que é mais produtor, ao invés de negar ou “exorcizar” o atraso, entender o que ele significou para aquela sociedade, quais as relações sociais específicas que engendraram aquela forma específica de desenvolvimento e, principalmente, como os sujeitos, mediante as diferentes configurações de classe, funções, papéis sociais e interesses diferenciados agiram no sentido de moldar a sua forma específica de “desenvolvimento”.

---

<sup>42</sup> Id. *Ibidem*, p. 234.

Chaul, embora assertivo no que se refere ao desenvolvimento de Goiás a um ritmo próprio, ao lançar mão da noção de autossuficiência, de certa forma isola a região das relações com as demais à medida que, apesar de reconhecer o desenvolvimento regional desigual da sociedade brasileira, desconsidera justamente que essa desigualdade se constrói exatamente nas relações sociais estabelecidas entre espaços diferenciados que apresentam estágios diferenciados de desenvolvimento de suas forças produtivas e, portanto, o binômio atraso/desenvolvimento é fruto mesmo das relações desiguais estabelecidas entre esses espaços diferenciados.

Goiás desenvolveu-se em seu próprio ritmo em parte em razão do jogo de relações econômicas e políticas estabelecidas com as demais regiões do país, no interior das quais escolhas foram feitas, projetos políticos e ideológicos foram disputados. E nessa disputa devemos considerar que pelas características específicas de seu desenvolvimento, que inclui a extrema precariedade das comunicações e de transportes, sem dúvida geravam-se entraves na articulação de um diálogo e nas trocas comerciais com as demais regiões bem como com o restante da própria província.

Entretanto, devemos considerar também que, não poucas vezes, os entraves das articulações políticas ou das relações comerciais eram resultantes ora da falta de interesse dos envolvidos nestas relações, ora davam-se por força de interesses muito específicos dos mesmos. Nesse sentido, o que a historiografia problematizada por Chaul construiu como “isolamento” e “abandono”, noções tão veementemente rechaçadas por ele mesmo, deve ser entendido como proximidade ou afastamento, dependendo das circunstâncias.

Ao mesmo tempo, proximidade e/ou afastamento são elementos constituidores e constitutivos do desenvolvimento da região e têm os interesses políticos e econômicos como balizadores do quanto essa proximidade ou o afastamento seriam desejáveis ou não nestas relações marcadas pelas diferenças e desigualdades. O próprio Chaul, ao cotejar a historiografia sobre o desenvolvimento de Goiás, nos dá a pista que nos conduz a afirmação acima:

Alguns estudiosos procuram mostrar até mesmo a obstrução destes setores ao desenvolvimento de qualquer projeto que significasse a modernização, uma vez que estariam efetivando uma política de autonomia pela manutenção do atraso. O próprio Bulhões é acusado de não oferecer préstimos políticos à implantação das ferrovias em Goiás. Algumas vezes se levantaram contra essa afirmação.<sup>43</sup>

E cita Maria Augusta Sant'Anna como uma dessas vozes:

---

<sup>43</sup> Id. *Ibidem*, p. 122



As oligarquias, como já mencionado, não se empenharam pela construção da estrada, mas isso não quer dizer que alguns dirigentes e políticos a ela ligados não tenham se levantado em determinado momento em favor da edificação da linha, inclusive como oportunismo político-eleitoral. O Próprio Leopoldo de Bulhões, oligarca goiano que despontara no cenário político nacional, depois de ter sido convencido da viabilidade econômica da estrada, oportunamente passou a lutar por ela<sup>44</sup>

Ora, seria conveniente perguntar o porquê de em um momento Leopoldo de Bulhões posicionar-se contra a instalação da ferrovia e, principalmente, “o quê” o convenceu do contrário. Para além da viabilidade econômica, com certeza a sua mudança de posicionamento em relação à ferrovia lhe rendeu dividendos importantes no jogo das relações políticas na época e esses dividendos sob a forma de poder e de dominação estavam, sem dúvida, umbilicalmente atrelados a dividendos econômicos que adviriam das relações com outras regiões.

Além disso, é necessário ressaltar que as dicotomias “litoral/sertão, desenvolvido/atrasado, civilizado/atávico, entendidas nesse trabalho como aproximação/distanciamento foram construídas cultural, histórica e socialmente, portanto aceitas pelos seguimentos sociais, classes, enfim, pelas sociedades que as construíram e que com elas lidaram. Os sujeitos se reconhecem nessa dicotomia, uma vez que esse “se reconhecer” gera práticas concretas, ou seja, o estigma de região atrasada, abandonada, o que era muitas vezes utilizado como mecanismo para reivindicar sejam verbas, atenção política ou mesmo intervenções diretas na região da parte daqueles que detinham o poder.

Em outras circunstâncias, para os sertanejos pobres, por exemplo, era o afastamento, e não a aproximação ou a intervenção, um porto onde se mantinham seguros contra o recenseamento e, conseqüentemente, contra os recrutamentos e, em muitos casos, longe do alcance da mão pesada do mando local, questões que serão discutidas ao longo dos próximos capítulos. Enfim, a posição confortável em que se colocam os intelectuais que não estão interessados em problematizar a condição de superioridade que foi construída para o litoral e, por oposição, de inferioridade para a noção de sertão, conduz a algumas reflexões que, talvez, contribuam para que a essa dicotomia construída seja atribuída um novo status. Em primeiro lugar, surge uma pergunta: é necessário disputar com o cânone historiográfico, que fala a partir e, muitas vezes, em favor do centro/litoral, com o objetivo de que, não apenas para a noção de

---

<sup>44</sup>SANT'ANNA DE MORAES, Maria Augusta. História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Oriente 1978. Apud. CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997, p. 122-23.

sertão como para a própria concretude do sertão, construíam-se espaços de visibilidade e de reconhecimento intelectual e político?

Não creio que esse seja o caminho: disputar para nivelar litoral e sertão é colocar em risco, inclusive porque o cânone volta-se para o litoral, as possibilidades de que o sertão seja pensado em sua concretude. Insisto, o equívoco não está na nomenclatura sertão, como ainda querem alguns ao se aterem ao vocábulo “desertão”, mas os significados simbólicos, e por isso mesmo tão concretos, que são atribuídos ao termo, tais como: sertão/atraso; sertão/decadente; sertão/abandonado.

Destarte, apesar das singularidades no que concerne à formação territorial e de ocupação dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, o povoamento dessa região capitaneado pelo apresamento e pelo extermínio de indígenas a aproxima do conjunto dos territórios brasileiros. A historiografia regional está repleta de relatos acerca desse extermínio:

Ao tempo da descoberta, eram numerosas as tribos de índios em Goiás, cobrindo todo o seu território. Silva e Souza enumera em 1809 vinte tribos, e certamente não estão incluídas todas. Podemos citar entre as mais importantes: Caiapó, Xavante, Goiá, Crixá, Araés; Xerente, Carajás, Akroá [...] Durante a época da mineração as relações entre índios e mineiros foram exclusivamente guerreiras e de mútuo extermínio. Ao mineiro, sempre apressado e inquieto, faltava-lhe tempo e paciência para tratar de atrair-se o índio mediante uma política pacífica. À invasão de seus territórios e às perseguições dos ‘capitães do mato’ respondiam os índios com contínuas represálias<sup>45</sup>.

Essa historiografia, especialmente a que trata da Região dos Vales do Araguaia e Tocantins, salvo pouquíssimas exceções, foi produzida por um viés bem definido: o da história política e da econômica, sendo as obras, geralmente, um misto de ambas e, em regra, vinculadas à história política oficial.

Um dos historiadores mais representativos dessa perspectiva é Luís Gomes Palacín, que reconstituiu parte da história do extremo-norte de Goiás por meio do estudo de caso do que ficou conhecido como “As três Revoluções de Boa Vista”, cidade denominada atualmente de Tocantinópolis. Esse historiador é de certa forma responsável por imprimir um traço marcante dessa Historiografia: a caracterização do norte de Goiás, do sul do Maranhão e do sul do Pará como o local da decadência, do atraso e do abandono, na forma combatida por Chaul, o que está, como veremos adiante, umbilicalmente vinculado a noção de uma região violenta.

A problematização, realizada até aqui, das ideias de sertão, de litoral, de visão interna, de visão externa, de lugar desenvolvido e de lugar atrasado ou, ainda, de identidade ribeirinha e

---

<sup>45</sup>PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta de Sant`Anna. **História de Goiás**. 5 ed. Goiânia: UCG, 1989, p. 37.

povo indolente, esta última expressão impressa na e pela concepção de Palacín, concorre no decorrer desta investigação para a busca de um deslocamento da análise do pares dicotômicos apresentados até agora para a tentativa de construir, ou melhor, reconstruir uma noção/prática para um termo múltiplo e, ao mesmo tempo, apropriado em vários estudos: a noção simbólica, e por isso mesmo concreta, de região.

Dado que o problema proposto nessa investigação é compreender e explicar como se constituiu e, ainda, se constitui as relações de violência, as práticas violentas e a ideia de região violenta dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, foi necessário problematizar a noção de região, o que se mostrou um procedimento eficaz na consecução desta pesquisa. Procurei reconstruir então a concepção de região dentro e a partir de marcos adequados à compreensão das relações sociais das quais se originam e é originada a violência nos Vales, partindo não de dicotomias ou de fragmentações, mas de alguns supostos de integração, como as ideias que o sociólogo Pierre Bourdieu, em *O Poder Simbólico*, propõe para que seja possível “uma reflexão crítica sobre a ideia de região”<sup>46</sup>:

Só se pode compreender esta forma particular de luta das classificações que é a luta pela definição regional ou étnica, cultural, com a condição de se passar para além da oposição [...] entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real [...] no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais [...] As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais relativos que lhes são correlativos, como o sotaque, é um caso particular [...] das lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e por este meio de fazer e desfazer grupos<sup>47</sup>.

Nesse sentido, a avaliação, por exemplo, produzida por Palacín de que os Vales são propensos à violência traz embutida nela a ideia do estigma, ou seja, de que essa região é violenta em seu estado natural e não em função das condições históricas que a engendrou. De fato, naturalizar o “outro”, enquanto o “eu” seria produzido historicamente, é uma das práticas em que o exercício de dominação e, conseqüentemente, de imposição arbitrária é um dos meios mais eficazes de produzir diferenças ou semelhanças entre grupos, pois “a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito”<sup>48</sup>.

Palacín, por exemplo, utilizando abundantemente fontes oficiais não problematizou que a questão do “abandono”, geralmente reputado aos presidentes de Província, tão presente nas “reclamações” dos chefes políticos locais do extremo-norte escondiam interesses econômicos

<sup>46</sup>BOURDIEU, op. cit., 107.

<sup>47</sup>Id. Ibidem, p. 113.

<sup>48</sup> Id. Ibidem, p. 115

muito específicos: o anseio de aporte de verbas oriundas do governo central. Em outras palavras, sua opção foi a de não questionar que o poder político não re-conhecia as experiências históricas que se dão, como já disse, ora pela aproximação, ora pelo distanciamento.

A percepção de que além de ser a região um espaço concreto e real é também um termo, uma noção prática, um constructo intelectual a partir do qual é possível discutir sempre sobre os limites de variação entre os elementos não idênticos que os determinantes de poder tratam como semelhantes, o que viabiliza a perquirição de região como produto de diferença cultural historicamente construída e demarcada em suas especificidades. Ou seja, por não existir, ao menos formulado taxonomicamente, um contraditório à noção de região, mesmo quando falamos de nacionalismo, pois este é em última instância uma ampliação da noção de regionalismo, é possível reconstruir determinado processo de forma relativamente autônoma, sem que haja a necessidade apriorística de justificar sua posição dentro das relações de poder que classificam os binômios, como no caso de sertão e de litoral. Este é o princípio do qual se parte aqui, não apenas para fazer ver o jogo de poder que ultrapassa a questão dos espaços físicos, mas para avançar em direção às diferenças culturais produzidas no jogo simbólico e que objetivam definir e caracterizar determinada região.

Dessa forma, considerando-se que acima grafamos que Palacín não tinha qualquer preocupação de problematizar os termos do que ele compreendia por atraso, a não ser quando se referia ao aporte de verbas públicas, dada a minha vontade de deslocar a discussão para a reconstrução dos Vales em suas especificidades, é imprescindível atentar para as diferenciações e caracterizações culturais, parte do jogo simbólico, construtoras das tentativas de negatização absoluta das relações históricas construídas na região.

Por outro lado, buscar reconstruir as particularidades regionais, fugindo de qualquer visão homogênea sobre regionalidades e regionalismos, passa pela construção de procedimentos capazes de questionar os padrões de desigualdade construídos e reconhecidos por meio dos pares opostos litoral/sertão, cidade/rural, atraso/desenvolvimento re-fazendo, assim, a região enquanto prática social, cultural e simbólica, de forma que seja possível revelar modos de viver específicos, relações de trabalho específicas, valores, costumes e tradições experienciadas pelos sertanejos que viviam na Região dos Vales do Araguaia e Tocantins.

Estes sujeitos não se viam ou pensavam em si e na região por meio das características de des-valorização, de atraso, de decadência, de pobreza. Ao contrário, viam-se e agiam no mundo como pessoas construindo a si mesmas e a seu território em meio e a partir de práticas culturais que, por serem necessariamente traduzidas simbolicamente, constitui-se espaço de diferenciação

em que as pessoas dessa região se instrumentalizaram para lidarem com suas vidas. Vidas violentas e violentadas sejam em momentos de conflitos escancarados ou em momentos de relativa estabilidade. Esses sujeitos se viam ora lidando com o fogo serrado das papo-amarelo e com o aço frio das lapianas, ora violentados pelas relações de trabalho aviltantes, pela opressão surda e rotineira. Ora com a culatra no ombro, ora na alça da mira. Ora macho e valente, ora acovardado e fugidio, ora com a enxada nas mãos, ora com os bacamartes em punho.

Na historiografia regional em análise, os sertanejos pobres formam uma “massa homogênea”, às vezes apresentados como pobres coitados tutelados pelos “coronéis”, outras vezes fazendo ombro com o “sertanejo forte”, determinados sujeitos que se sobressaem na “luta” para tirar o norte do referido atraso. Em Palacín é dado aos sujeitos o mesmo tratamento dado à região. Ou seja, ao seguir as representações contidas nas fontes oficiais acerca da decadência e do atraso dessa, acaba por projetar sobre os homens que aí viviam uma “decadência moral e psíquica”. Após caracterizar assim o norte, Palacín se vale das “impressões” do deputado Francisco Ayres da Silva emitidas em 1920 sobre a população do extremo norte, mais especificamente de Boa Vista:

Suas impressões sobre a população – embora ele confesse ser de segunda mão – são mais negativas: os goianos são poucos, só um décimo do total, o resto é composto de maranhenses – quatro sétimos – e de nordestinos, piauienses, cearenses, paraibanos, alagoanos, baianos etc.; estes buscadores de fortuna são, regra geral, **‘de má catadura e muita vez o rebutalho de outros centros cultos’**. A distância da capital faz com que o governo goiano encontre extrema dificuldade em fazer sentir sua presença, e desta forma **‘a ação dos maus elementos está com arras suficientes para aniquilar a iniciativa dos bons’**, e a região não encontra garantias para o progresso<sup>49</sup>

Assim, na impossibilidade de pensar a região em um campo de maior autonomia, melhor que jogar por terra as noções de decadência e atraso é compreender seus significados dentro destes espaços simbólicos, culturais e materiais que é uma região. O mesmo vale para as noções daquelas derivadas tais como “indolência” e “ócio”. Percorrendo a documentação oficial, como os Relatórios dos Presidentes de Província e outros tais como os relatos, principalmente os de viajantes, entende-se a partir do quê e como essas representações acerca desse mundo sertanejo foram criadas; todas elas conduzem a ideia de uma “região ignota”, decadente, atrasada, habitada por homens “inescrupulosos”, “vadios e malfeitores”:

Não se tendo satisfeito as mais requisições, releva dizer que para os lugares mais expostos as incursões dos índios se tem enviado armamento e munições [...] A Polícia, Senhores, não tem satisfeito as disposições da lei, e a nossa expectação, com a retirada

<sup>49</sup> PALACÍN, Luís Gomes. **O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás** – O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista – 1890 a 1930. São Paulo: Edições Loyola, 1990, p. 27. Grifos meus.

dos Destacamentos, que guarnecião as Estradas nos limites da Província, para ella entrão homens desconhecidos, armados, sem que se apresentem aos Juizes de Paz, sem que se saibão quaes os seos negócios, quaes os seos destinos, e assim se tem introduzido vadios e malfeitores, donde tem resultado roubos, e assassínios.<sup>50</sup>

Há uma curiosa inversão na documentação oficial analisada no que se refere aos praticantes da violência na região. Esta violência aparece sempre como obra dos “índios ferozes” e de “homens sem destino”, esses últimos, em regra, vindos de fora, o que constituiria, segundo essas fontes, uma “certa zona inculta e sem instrução da sociedade”. Entretanto, é perceptível, cotejando a própria documentação, que os índios, por exemplo, objetivavam por meio de práticas violentas na maioria das vezes defenderem-se como e quando podiam do poder e da sanha belicosa tanto das tropas de linha quanto dos membros da Guarda Nacional, que tinham, justamente, o fito de eliminá-los caso não se submetessem a “civilizada educação” dos povoadores por meio "da candura e do convencimento" na forma propugnada na Carta Régia de 1808. Diga-se, de passagem, esse instrumento jurídico foi largamente utilizado na região como pretexto e como justificativa para o apresamento, venda e massacre das nações indígenas.

Os massacres foram constantes, continuados, e devido à lógica do povoamento, inevitáveis. Carlota Carvalho, em sua obra de memória *O Sertão: Subsídios para a história e a geografia do Brasil*, publicado em 1924, é perspicaz ao afirmar a supremacia em termos de força dos ditos “civilizados” em relação aos indígenas. Sua postura no que se refere a essa lógica da conquista é uma das narrativas que expõe as conjunções, formações e formulações que de certa forma constituíam as bases do adestramento das populações sertanejas dos Vales em termos de violência. Em outras palavras, os “civilizados” – bandeirantes, europeus, padres, ordens religiosas, tropas militares, guardas nacionais - foram os professores da população sertaneja desde suas primeiras relações, a saber, com os indígenas no aprendizado da violência. Discutiremos tais problemas no capítulo II.

Não obstante, todo e qualquer aprendizado, exercitado pedagogicamente de forma regular, constitui-se em experiência que partilhada socialmente ensina não apenas a reação, mas, também, ação. De fato, práticas violentas com o passar das décadas deixaram de ser somente reação, ou forma de defesa, transformando-se em hábito consolidado não apenas pela repetição, mas pela necessidade e, principalmente, pelo entendimento de sua eficácia por toda a população do sertão.

---

<sup>50</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1835.

A violência física visível nas práticas rotineiras e costumeiras foi ao longo dos séculos XIX e XX se tornando um campo de tensão<sup>51</sup> permanente onde os sertanejos aprenderam que ela era, entre outras coisas, um instrumento eficaz na consecução de algumas expectativas. Aprenderam que mesmo se dobrando sob ela quase o tempo todo, em alguns momentos o submetido pode dela se valer para submeter o outro, tirar vantagens e proveito em benefício próprio.

## 1.2. A HISTORIOGRAFIA NACIONAL: Repensando o Brasil a partir de suas regiões

Sobre essas relações construídas e perpassadas pela violência é recorrente na historiografia brasileira uma figura central: o senhor patriarcal encarnado primeiro no “senhor de engenho” e posteriormente no “coronel” como sendo os principais responsáveis pela construção de uma cultura de violência em nossa sociedade. Autores como Raimundo Faoro, que nos fala da pesada herança do patrimonialismo, e Gilberto Freire, que reflete sobre o cotidiano violento, mas também afetivo, da Casa grande e da senzala, e Sérgio Buarque de Holanda, que caracteriza o “homem cordial”, são clássicos sempre retomados e re-lidos pela nossa historiografia no sentido de reforçar a responsabilidade dessa figura.

É o peso do senhor rural, chefe da empresa agroexportadora, proprietário e pater familias, senhor absoluto dos membros da família biológica e dos escravos da senzala e da casa grande, compadre dos agregados que dependem de seu favor para sobreviver da terra ou de pequenos ofícios(...). É por isso que, mais adiante Buarque de Holanda define o brasileiro como um “homem cordial” (1982: 107-109). Definição que deu margem a alguns mal-entendidos, ela expressa, entretanto, se compreendida com perspicácia, o essencial do brasileiro, encaixando a sua violência. (...). Dessa forma, o homem brasileiro pode ser cordial, e por isso mesmo violento. Violento porque faz prevalecer seus sentimentos sobre a aplicação pública da lei. E cordato com a violência, desde que ela não atinja sua família e seus amigos. A violência, contra outros que não os seus, pode ser tolerada porque está inscrita no comportamento social nacional, que é apaixonado. Nada disso o impede de ser generoso com os seus e sorridente para a vida.”<sup>(52)</sup>

A visão historiográfica nacional acerca das práticas violentas e da própria violência inspirou a historiografia regional. Especialmente a historiografia e a sociologia goiana, apesar de

<sup>51</sup>*Campo de tensão* é aqui compreendido como o conjunto de relações onde se batem dominantes e dominados buscando realizar suas expectativas e defenderem seus interesses.

<sup>52</sup>ALMEIDA, Ângela Mendes de. Violência e cordialidade no Brasil. **Estudos** – Sociedade e Agricultura, n. 9, out. 1997, pp. 127-36.

incipiente no que se refere aos estudos voltados para o norte de Goiás, são mais representativas do que as referentes ao sul do Pará e ao sul do Maranhão. Em regra, na maioria dos trabalhos, ao menos até a década de 1970, produziam-se investigações bem sustentadas por fontes, mas deficientes em termos de análise. O trecho a seguir, extraído da obra de Lena Castello Branco Ferreira Costa, *Arraial e Coronel*, de 1978, é representativo do procedimento básico da historiografia regional clássica com a fonte:

Eram os escravos, em Meia Ponte como no restante da Capitania, empregados na perseguição dos índios e na desinfestação dos sertões, ou seja, na guerra de extermínio e captura dos silvícolas. Com efeito: dois séculos depois do descobrimento, repetia-se nas minas de Goiás o entrechoque cultural que marcou a chegada dos europeus ao Novo Mundo [...] Os colonizadores brancos consideravam o índio como bugre ser desprezível, nada mais que um escravo em perspectiva<sup>53</sup>;

Entretanto, o que a historiografia opacizou, intencionalmente ou inconscientemente, nas fontes surge como indícios e evidências dessa cultura de violência e, mais que isso, das posições assumidas pelos autores e pelos agentes representados nas fontes, seja de forma direta, seja de forma indireta. Em linhas gerais, a memória social impregnada em todos os escritos tomados nessa pesquisa como fontes é, ao mesmo tempo, o registro de como os sujeitos foram interpretados e reelaborados ao viverem suas experiências, e nesse viver foram aprendendo a praticar a violência, como também funciona como um “instrumento pedagógico” desse aprendizado.

Essa memória, grafada por memorialistas, romancistas, pelo poder institucional ou transmitida oralmente de geração em geração, informa e ensina aos sujeitos que é importante cultivar determinados valores, pois eles se tornam instrumentos no jogo das relações sociais vividas na região dos Vales Araguaia e Tocantins. Tais valores como “macheza”, “valentia”, “lealdade” ou seus contrários “covardia”, “traição” tornam-se muitas vezes moeda de troca nestas relações à medida que são utilizados pelos sujeitos como forma de se posicionarem no mundo, diante do poder, do padre, do coronel, do fazendeiro, do compadre, da família.

Não nego a relevância desses grupos vinculados ao poder ou mesmo representantes do próprio poder para a construção dessa cultura de violência. Entretanto, considero necessário ressaltar que ao serem colocados sempre no centro da discussão pela historiografia, perdemos a oportunidade de entender como os demais sujeitos, principalmente aqueles que estavam “sob o seu mando”, foram também construtores dessa cultura. Essa é uma das preocupações dessa tese:

---

<sup>53</sup> COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel*: dois estudos de História social. São Paulo: Cultrix, 1978, p. 31.



problematizar essa cultura de violência, procurando atribuir significados a ela no sentido de buscar entender o que ela era, quais sujeitos a praticava, mas principalmente entender os significados diferenciados dados à violência, isso dependendo de quem a praticava, sofria, e dos móveis e interesses que a geravam.

Nesse sentido, a população da Região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins aprendeu a ser violenta, assim como nas demais regiões do país o que aconteceu por meio daquela pesada herança a que Faoro se referiu. Entretanto, se em outras regiões esse aprendizado foi sendo substituído à medida que o “processo civilizador” avançava e, conseqüentemente, determinadas formas de violência eram desaprendidas e outras aprendidas e colocadas em seu lugar, na região em estudo esse desaprendizado ocorreu de forma muito mais morosa e, em muitos aspectos, nem mesmo ocorreu. Essa morosidade relaciona-se com o “desenvolvimento a seu ritmo” problematizado por Chaul e com o qual, em parte, concordo como já afirmei anteriormente.

Destarte, preocupa-me nessa tese compreender e interpretar como as práticas de violência foram construídas ao longo do século XIX e XX como parte integrante dos modos de viver dos sertanejos da Região dos Vales Araguaia e Tocantins. Para isso foi imprescindível sondar as várias dimensões das vidas desses sujeitos: as relações de trabalho, as afetividades, a religiosidade, a economia de vida (que pressupõe uma economia moral), os valores éticos, a moralidade. Enfim, um feixe de elementos que constituem no conjunto o que estamos denominando aqui de *cultura sertaneja*. O entendimento do “ritmo próprio” do desenvolvimento dessa região em minha compreensão se deve em grande medida às formas pelas quais a violência foi nela experimentada, e nessa experiência transformada em valores, em trabalho, em economia.

Essa sondagem evitou o acercar-se da figura do “coronel” e, por conseguinte, da temática “coronelismo” e de suas derivadas como o “banditismo social”, embora tenha abraçado abertamente a temática das relações de poder. Procurei, assim, evitar o pensamento já cristalizado pela historiografia de que:

sob o ponto de vista psicológico a violência manifesta-se da forma mais crua e brutal possível nas regiões mais pobres e longínquas. O homem comum não tinha saídas, nem opção por novos caminhos, mesmo a fuga representava, quando possível, ligar-se a outro coronel. As únicas saídas possíveis foram, por muito tempo, o misticismo e o cangaço, ambas vistas, pelos críticos, como formas de protesto social.<sup>(54)</sup>

É impossível não enxergar em Janotti uma vitimização e até mesmo inferiorização dos demais sujeitos que estão “sob o mando” do coronel em relação a este. As fontes aqui

---

<sup>54</sup>JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo**: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 5 ed., 1986. p. 61.

trabalhadas têm esclarecido que nas relações de poder estabelecidas nessa região, o que Janoti coloca como “as únicas saídas possíveis” pode – e deve – ser entendidas como o que é: uma relação entre sujeitos e não como uma fatalidade. E sendo de fato uma relação, existiu necessariamente trocas, defesa de interesses, barganhas, resistências, acomodações. O fardo de nossa historiografia que trata das relações de poder entre os “coronéis” e o “resto da população” é tão pesado que até mesmo mentes brilhantes que produziram trabalhos significativamente inovadores como a de José Murilo de Carvalho arquearam sob tal carga, o que pode ser atestado nas seguintes palavras do autor:

Este era o Brasil sertanejo que se agitava e revelava seus valores antagônicos aos das elites modernizantes urbanas. Havia ainda o vasto mundo rural que se mantinha silencioso, submetido ao poder dos grandes proprietários de terra, inclusive nas áreas de agricultura de exportação. Sintomaticamente, os movimentos messiânicos do nordeste e do sul se deram em regiões de pequena propriedade, longe do domínio do grande latifúndio. O resto do mundo rural era o reino dos coronéis que dominavam os partidos republicanos estaduais e davam sustentação ao governo federal e estabilidade à república oligárquica. Este mundo, assim como essa república, da qual estavam excluídos 95% dos cidadãos, nada tinham de moderno. Era um mundo de analfabetismo, de trabalho semi-servil, de ausência de direitos, de paternalismo. A única exceção talvez fosse o Estado de São Paulo, para onde se dirigiu o grosso da imigração européia. (...) [os imigrantes] entraram em São Paulo, alterando profundamente a democracia, a economia e a sociedade do Estado. Até mesmo a distribuição da propriedade rural foi democratizada graças à ascensão social dos imigrantes.<sup>(55)</sup>

A “exceção” apontada por Carvalho, apesar de bem contextualizada no interior do processo da onda de imigração italiana, corrobora suas próprias afirmações no que se refere a São Paulo. Isso se pensarmos nos “resultados” desse processo. Entretanto, se pensarmos no processo em si, e nos seus antecedentes, São Paulo seria uma exceção tão clara assim? Vejamos outra comparação entre o Sudeste e o Norte no que concerne às relações de trabalho e ao mandonismo sob outro olhar: o de um preposto do Estado em missão de diagnose das potencialidades econômicas da região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins, Julio Paternostro, cuja viagem se deu em meados da década de 1930. Eis o que ele observou:

Observei no vale do Tocantins, como em outras regiões do Brasil – Nordeste, Minas Gerais, mato grosso – a existência de sentimentos mais humanos entre os criadores, de que entre os donos de plantações. Refiro-me aos que vivem em suas propriedades, pois os que as gerem À distância, residindo nos centros urbanos, têm atitudes, neste particular, semelhantes às dos fazendeiros. Geralmente os vaqueiros têm melhor trato e regalias do que os colonos das fazendas de café. Na atual divisão da sociedade em classes, os criadores de animais, embora se guiem pelos sentimentos da classe a que pertencem, são mais humanitários para com os empregados, possivelmente, por uma influência afetiva das ‘coisas animadas’ que possuem. O animal, além do trato geral do

---

<sup>55</sup>CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados**: escritos de história política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 116.

rebanho, exige atenção ‘individual’, devido à exteriorização da dor, do sofrimento. Nas fazendas de criação o dono precisa muitas vezes acompanhar o caso de ‘uma rês’. Coisa que não acontece com o dono do cafesal. Este não toma conhecimento da anomalia dum pé de café; a propriedade é sempre encarada em conjunto, só se preocupa com o cafesal. É possível que o caráter do sentimento pela coisa possuída se estenda com a mesma forma para com os indivíduos que tratam dela. O dono do cafesal vendo o cafesal vê os colonos; o criador vendo a rês, vê o vaqueiro, e não os vaqueiros. O dono do gado, por exemplo, ordenando a morte de uma rês atacada de doença infecciosa é envolvido em maior ou menor grau pela noção da morte, da dor, ideias estas que solidarizam, humanizam o convívio dos homens e alteram até certo ponto a preponderância dos sentimentos sociais negativos originados pela luta de classes. Daí encontrarmos maior respeito à personalidade do vaqueiro por parte do criador”<sup>(56)</sup>

Embora eu não pactue com a análise psicologizante de Paternostro, sua comparação entre criadores do Norte e cafeicultores do Sudeste nos alerta para o fato de que muitas outras coisas estão em jogo no que se refere às relações estabelecidas entre homens e que transcendem, dependendo da cultura de uma dada região, às questões que envolvem o “direito”, a “democracia”, a “cidadania”. Noções estas caras a uma região e inexpressivas para outras, por fazerem parte ou não das expectativas dos sujeitos que nela habitam e das relações construídas pelos grupos sociais.

Às vezes nós, intelectuais, principalmente os da História, talvez por um apego exagerado pela relação presente/passado, tomamos noções construídas a posteriori de qualquer processo histórico de acordo com as demandas de um tempo específico, um presente que estaria “fora” daquele processo, tanto no que se refere ao intelectual quanto à sociedade sobre a qual este se debruça, correndo o risco de cometer nosso maior pecado: o anacronismo conjugado aos deslocamentos espaciais.

A importância da imigração italiana, citadas por Carvalho, por exemplo, para a construção das relações diferenciadas devem ser problematizadas dentro das limitações de uma análise determinada por processos específicos demarcados temporal e espacialmente, ou seja, social e historicamente. No mesmo sentido, as relações sociais construídas no Norte e Nordeste se deram de acordo com demandas também específicas, circunscritas a questões políticas e econômicas muito díspares em relação ao Sudeste.

É conveniente ressaltar, porém, que se ater a estas especificidades não significa descartar os aspectos relacionais que envolvem ambas as regiões no que se refere aos sistemas políticos e econômicos vivenciados pelo país numa dada conjuntura. Significa investigar caminhos não percorridos, obscurecidos, menosprezados pelas construções historiográficas, como nos alerta Josep Fontana:

---

<sup>56</sup>PATERNOSTRO. Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1945.p. 211-12.

abandonadas nas bifurcações em que se fez uma escolha – nas encruzilhadas em que se escolheu um ou outro caminho –, ou entre a bagagem dos que foram derrotados pelos vencedores que depois escreveram a história para legitimar o seu triunfo, há muitas coisas que vale a pena recuperar<sup>57</sup>

De fato, questões relacionadas às noções de direito, democracia e cidadania estavam no horizonte de expectativas dos imigrantes que chegavam a São Paulo em função de suas trajetórias históricas vivenciadas nas sociedades europeias, mas as expectativas dos sujeitos da região dos Vales, bem com das regiões Norte e Nordeste, no que concerne a estas noções de "direito", inclusive o direito ao uso da terra, não se pautavam em trajetórias análogas.

É digno de nota como Carvalho generaliza suas análises, relativamente apropriadas para o Sul e Sudeste, estendendo-as para o Nordeste. O que questiono inicialmente é o uso da noção de latifúndio e pequena propriedade - umbilicalmente atrelada à noção de “coronel”. Se essas noções - ou a ausência das práticas que lhe deram origem, são apropriadas para esclarecer as revoltas no Sul – a exemplo do Contestado que o autor cita - devemos inquirir primeiro se é válida para o Norte e Nordeste a noção que se tem de latifúndio e pequena propriedade pensada para o Sul, levando-se em consideração as formas pelos quais eram praticados os sistemas de plantação, se monocultura ou não, de criação, se extensiva ou não, de mão-de-obra, de agregação, de colonato, de “escravidão por dívidas”, de trabalho indígena.

Ou seja, devemos indagar se as relações sociais que envolviam fazendeiros e lavradores seriam as mesmas no Sul, no Sudeste, no Norte e no Nordeste. É no mínimo questionável a afirmação de que os movimentos messiânicos no Nordeste tenham se dado “longe do domínio do latifúndio”, e por extensão, longe do domínio dos coronéis. No que se refere ao Movimento de Canudos, citado pelo autor, a leitura que faço de Euclides da Cunha esclarece que a família de seu líder, o Beato Antônio Conselheiro, foi alvo da perseguição dos “mandões” da região.

Foi uma das lutas mais sangrentas dos sertões do Ceará, a que se travou entre estes dois grupos de homens, desiguais na fortuna e posição oficial, ambos embravecidos na prática das violências e numerosos. Assim começa o narrador consciencioso breve notícia sobre a genealogia de Antônio conselheiro. Os fatos criminosos a que se refere são um episódio apenas entre as razzias, quase permanentes, da vida turbulenta dos sertões. Copiam mil outros de que ressaltam, evidentes, a prepotência sem freios dos mandões de aldeia e a exploração pecaminosa por eles exercida sobre a bravura do sertanejo. [...]. Araújo da Costa e um seu parente, Silvestre Rodrigues Veras não viam, porém, com bons olhos, a família pobre que lhes balanceava a influência, sem a justificativa de vastos latifúndios e boiadas grandes. Criadores opulentos, senhores de braço e de cutelo, vezados a fazer justiça por si mesmo, concertaram em dar exemplar

---

<sup>57</sup>FONTANA, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Bauru-SP: Edusc, 1998, p. 277.

castigo aos delinquentes. E como estes eram bravos até à temeridade, chamaram a postos a guarda pretoriana dos capangas.<sup>58</sup>

Há evidências em *Os Sertões* de que a população que constituiu Canudos era formada por imigrantes de vários estados do Nordeste, senão de todos, e que muitos dos que para ali acorriam fugiam da “prepotência sem freios dos mandões de aldeia e a exploração pecaminosa por eles exercida sobre a bravura do sertanejo”<sup>59</sup>. Embora Euclides da Cunha não o diga textualmente, ao caracterizar a população de Canudos, constituída de vaqueiros, lavradores, jagunços e toda sorte de “desvalidos”, deixa entrever que essa população ao buscar ali o “leite e mel” e o trabalho comunitário na terra, prometidos pelas prédicas do Beato, buscava um alívio para o braço de ferro do mandonismo na região, diretamente imbricada às disputas pela posse e pelo domínio das largas faixas de terras aproveitáveis para a criação extensiva.

Conquanto parte significativa da historiografia e da sociologia tenha menosprezado o peso das condições materiais de existência – e em contrapartida colocado um “culturalismo” em seu lugar – principalmente entre as décadas de 80/90 do século XX, devido em grande parte ao vendaval, forte mas, felizmente, efêmero, dos estudos autorrotulados de “pós-modernos”, estudos mais recentes têm recolocado a questão das condicionantes materiais como móveis dos movimentos sociais. E no caso em questão, salientado o peso das expectativas em relação ao uso da terra e das relações de poder provenientes dessas expectativas como razões para revoltas e conflitos sangrentos:

Com a transferência do eixo econômico para o sul, o Nordeste se resumia a uma economia pré-capitalista, semifeudal, com duas classes básicas: o senhor de grandes extensões de terras e o homem sem terra, o semisservo. Foi esse o caldo de cultura para o surgimento para o surgimento do ‘fanatismo’ religioso ou messiânico: Canudos, Contestado, Juazeiro e Caldeirão, o primeiro grande movimento foi liderado por Antônio Conselheiro e se deu no sertão da Bahia. Durante os vinte anos em que perambulou pelo sertão, ocorreram grandes mudanças: ascensão da cultura cafeeira, chegada dos imigrantes europeus, ruína das fazendas no Nordeste e venda em massa de escravos para o sul. A crise do café de 1896 abalou a corrente migratória para o sul, além da chegada de 650 mil estrangeiros no país que também obstaculizou a corrente migratória nordestina. Nesse ambiente, Conselheiro encontrou material humano com que iria por em rebuliço os sertões e estremecer o país. [...]. Canudos crescia, camponeses da Bahia e de estados vizinhos abandonavam as fazendas dos latifúndios e refugiavam-se em Belo Monte. [...] Cultivavam milho, mandioca, feijão, batata, rebanhos de vacas, cabras e carneiros. Comercializavam com as cidades vizinhas: Jeremoabo e Monte Santo<sup>60</sup>.

<sup>58</sup>CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de canudos. 5 edição. São Paulo: Ediouro. s/d., p. 102.

<sup>59</sup> Id. Ibidem. p. 102.

<sup>60</sup>GARCIA, Cyro. Violência e Movimentos Sociais: opressão, repressão e resistência. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA, José Francisco de. (Orgs). **Violência na História**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2009. p. 126-27.

Embora os termos “economia pré-capitalista, semifeudal” empobreça relativamente a análise do autor, a inter-relação das condições econômicas do Nordeste com o Sudeste do país é muito bem costurada – uma ausência no texto de Carvalho – e o que é mais importante, a caracterização da economia de Canudos demonstra as expectativas dos sertanejos que para lá migraram em relação ao uso da terra e às condições de trabalho: vale dizer, a expectativa do estabelecimento de uma economia e de condições de vida diferenciadas daquelas experienciadas no seio do latifúndio, e diga-se de passagem, o que possibilitaria, inclusive, que vivessem a religiosidade “a seu modo” e não de acordo com a religiosidade imposta pelo “processo civilizador” com o estabelecimento do casamento civil, por exemplo.

Gregg Narber, na obra *Entre a Cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural*, de 1998, servindo-se das argumentações de Rose. S. R., chama-nos atenção para a importância que Canudos assumiu no que tange à questão do latifúndio e da mão-de-obra na região:

As melhores tentativas de cálculo colocam a população, no seu auge, entre 15 mil e 25 mil, números que a tornavam a segunda maior cidade da Bahia! (...) o crescimento do arraial foi impressionante, mostrando que a oportunidade de viver em Canudos era extremamente atraente para a população pobre. Dada a dependência que os grandes proprietários de terra e os coronéis tinham de um numeroso contingente de trabalhadores, fica claro que canudos se tornara uma presença intolerável<sup>61</sup>.

O que essa historiografia já cristalizada que estou problematizando nos legou, apesar de toda a renovação historiográfica brasileira das últimas três décadas, é difícil de erradicar: o limbo em que foram colocados os sujeitos que estão “sob o mando”. Um limbo onde não há vontades, aspirações, só incapacidade, resignação e fatalismo. Uma contribuição que vise retirar esses sujeitos desse limbo deve, necessariamente, abandonar definitivamente a perspectiva que vê o “coronel” como o único sujeito responsável pelo estabelecimento das relações sociais. O procedimento metodológico para se alcançar tal abandono, definitivamente, vincula-se a uma releitura de fontes já cristalizadas e a incorporação de outras, como a literária.

---

<sup>61</sup> ROSE, R. S. *Beyonde the Pale of Pity: Key episodes of elite violence in Brazil to 1930*: São Francisco: Austin & Winfield Pub. 1998. p. 61. Apud: NABER, Greg. **Entre a cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2003, p. 55. (grifos meus). Greg Narber serve-se de uma gama variada de pesquisadores, brasilianistas e brasileiros, além de um cuidadoso trabalho com as fontes com o intuito de demonstrar que os movimentos messiânicos e milenaristas no Brasil, incluindo aí todos que Carvalho cita como “exceções que não estavam sob o domínio do latifúndio”, têm em comum várias características, dentre elas o que ele denomina de “tensões socioambientais”. E dentre estas tensões socioambientais é destacado pelo autor o peso que a relação do homem com a terra (no contexto do latifúndio) e as relações entre os fazendeiros (coronéis) e seus “homens” teve para a constituição desses movimentos. Demonstra ainda que a “eliminação” de tais movimentos foi orquestrada, em sua maioria, pelos latifundiários.

Pressupõe distinguir nessa releitura as práticas de outros sujeitos, que já estavam ali, mas não foram vistas! Práticas relacionais, que pressupõem sim, relações com os “coronéis”, mas, nessas relações muitas das vezes os sertanejos, longe daquelas figuras espectrais descarnadas que aparecem em uma historiografia já cristalizada, que se esmerou em colocá-las no limbo do esquecimento, insurgem na cena histórica com suas estratégias, expectativas e anseios e não raro as fontes demonstram que foram capazes de manipular o “poder de mando do coronel” a favor dessas expectativas.

Nesse sentido, é necessário aqui afunilar a discussão acerca do trato com as fontes e a consequente interpretação destas tanto no que se refere aos procedimentos abraçados por mim e que sustentam a presente tese, quanto aos problematizados por outros estudiosos e que em maior ou menor medida me inspiraram a pensar os caminhos de pesquisa que, em suma, são questões que envolvem o procedimento histórico e historiográfico.

Nas fontes a violência, e principalmente as práticas violentas, surge de formas diversas. Nas fontes de origem pública ou oficial as práticas dos homens dos vales aparecem em grande parte como “uma violência genérica” e naturalizada em que as condições, situações e interesses são opacizados devido uma orientação voltada para o controle social a partir da lógica de um projeto civilizador mais amplo.

### 1.3. A VIOLÊNCIA NA LITERATURA

Nas fontes literárias e/ou memorialísticas as práticas violentas, por advir de uma memória social mais heterogênea, compõem a violência a partir de “um viver violento e viver da violência”, ou seja, nestas fontes as práticas violentas são tratadas ora como resultado dos interesses espúrios, ambições e ídolos dos sujeitos que as praticam, ora como uma necessidade inexorável, embora esta inexorabilidade esteja alicerçada em muitos e diferentes aspectos da cultura violenta, que em última instância são a força das condições de existência agindo.

Nesse jogo entre memória, criação e invenção presente nas fontes referidas acima há um elemento *sui generis* e fulcral: a presença, embora às vezes mascarada, das narrativas oriundas da oralidade, passadas de geração a geração pelos “mais velhos”, que têm dentre suas funções não deixar que se esqueçam ou que se percam sentidos de um viver violento pouco perscrutado ainda pela historiografia. Neste jogo, escolhi reconstruir os significados das práticas violentas

assumindo como perspectiva de análise a violência como uma necessidade; necessidade construída historicamente por aqueles sujeitos na e pela sociedade.

Em trecho de uma carta escrita por Hugo de Carvalho Ramos, quando por volta de uns 20 anos de idade, endereçada a um primo, em 1915, e publicada no livro *Tropas e Boiadas*, aparece uma narrativa que se reporta aos seus tempos de menino, passados no sertão onde ouvia as narrativas dos mais velhos. Essas narrativas foram construídas a partir de uma memória que recua à virada do século XX de forma direta e imediata, mas que se perde retrospectivamente no século XIX pelas narrativas desses “mais velhos”, uma vez que não temos, na maioria das vezes, como demarcar precisamente os tempos em que as “histórias antigas” foram por eles colhidas ou construídas.

Eram sempre histórias antigas, das passadas eras dos Impérios e presídios do Araguaia. Ficávamos a escutar, sonhando com essa região longínqua de canguçús e caboclos desnudos, areias infundáveis alvejando à distância, onde a ‘pintada’ vinha uivar em cio À noite, agoniada do luar, e de cujo fundo das águas saiam, em estação propícia, as tracajás À desova pelas praias d’arribação...[...] E a mente exaltava-se, repassando contos e lendas, fruto de leituras precoces duns e outros que, mais felizes, tinham visto ou descrito o Araguaia, e bebido em suas paragens a selvática poesia dos sertões brasílico [...] <sup>62</sup>

Entretanto, embora uma demarcação temporal precisa seja difícil, e em alguns casos mesmo impossíveis, no que tange aos tempos que os escritos literários utilizados como fontes se remetem, aqui e ali os romancistas nos dão pistas sobre essa temporalidade. No caso acima, Ramos faz referência aos presídios do Araguaia e, mais especificamente, ao Fortin (presídio) de Santa Maria que, de 1823 até 1861, ano que finalmente se conseguiu implantá-lo definitivamente, passou por várias destruições provenientes dos ataques dos índios que resistiam à sua implantação.

Os motivos dessa resistência serão analisados no capítulo III. A narrativa da personagem Casimiro, abaixo, insere-se nas refregas oriundas da implantação do Presídio de Santa Maria nos anos referidos acima:

Animado pelo calor da narrativa, acrescentava depois como derrubara doutra vez, numa tarde mui límpida e calorenta d’agosto, um velho carajá que topara acororado no alto duma árvore, todo acobardado e trêmulo ao vê-lo, duma feita, quando vinha dum campeio...[...] E anotava: - Qual! Carajás [...] nação fraca [...] Mas mataste-o atoa, Casimiro? Ora, ora, o velho coroca arregalava-me o olho do alto do pau, assim que nele botei a vista, como guariba assustada a dizer com perrengue: Aí tori [...] aí tori [...] (cristão, cristão), mata Bremeri... (nome lá da língua deles), aí ele não faz mal [...] tori valente!... E tremia, que nem atacado de maleitas. [...] Ora, ora, o perereca batia a

<sup>62</sup>RAMOS, Hugo de Carvalho. Carta Nostalgias. In: **Tropas e Boiadas**. 8 ed. Goiânia: UFG; Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998, p. 24.



queixada como caititu acuado e eu – diacho de velho pra viver! [...] – quando o pampa dera já algumas passadas, torci-me na ação da cutuca, e despejei-lhe nas costelas a carga da reiúna. - Que bufo, vote!<sup>63</sup>

O repassar “contos e lendas” devem ser entendidos então como um recurso à memória e à história que o romancista lança mão para construir sua trama e é por meio desse recurso que nos deixa entreouvir as vozes do passado. Nesse sentido, é pertinente registrar que as lendas e mitos demarcados apenas como ficcionais são, muitas vezes, o desfiar de acontecimentos, processos e fatos destinados ao esquecimento, mas que a oralidade, ao rememorar, conserva nos limites da história, através de laços cujos aspectos são disfarçados na forma de “causos”.

Outro romancista, Bernardo Élis, fala-nos sobre essas vozes do passado presentes em seus romances e de suas intenções para com as mesmas em entrevista concedida a Abdala Jr.

Pretendia uma literatura mais objetiva, mas que não fosse um relatório. A história de ‘O Tronco’ era verdadeira – a tragédia da cidadezinha do Duro. Fiz um romance simples, aproveitando os relatos que me contavam como uma história do folclore popular.<sup>64</sup>

Sua fala é ao mesmo tempo lacônica e preñe de significado. Lacônica por não explicitar os meandros percorridos, os mecanismos utilizados pelo romancista para ir e vir ao passado e ao presente, para driblar os interditos, para ocultar o já sabido. Significativa ao escancarar sem pudor as intencionalidades da narrativa literária. Mesmo que não aparente, não são poucos os ainda reticentes quanto à possibilidade do uso da “literatura de ficção” como fonte histórica. Em uma das atividades institucionais do presente doutoramento fui questionado a respeito da recepção da literatura, utilizada nesse trabalho, pelas “pessoas comuns”.

Tal questionamento alertava para o fato de a maioria daquelas pessoas serem iletradas no século XIX. Preocupei-me inicialmente com essa questão no sentido de tentar entender como e em que medida essa literatura chegava até essas “pessoas comuns” e que efeitos teria tido no sentido de construir representações violentas acerca da região no imaginário dessas pessoas.

Preocupação equivocada de início, mas, devo dizer agora, extremamente salutar para a pesquisa. Foi a partir dela que pude por meio do diálogo com as evidências, inverter a pergunta: substituindo “qual recepção a literatura tinha no seio das pessoas comuns”, por “como e em que medida os relatos [*do folclore*] populares intervieram naquela produção literária”. Essa inversão segue o princípio de que “à medida que alguns atores principais da história – políticos,

<sup>63</sup>Id. Ibidem, p. 26.

<sup>64</sup>ABDALA JR., Benjamin. (org.) BERNARDO ÉLIS: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios. São Paulo: Abril Educação, 1983, p.10.

pensadores, empresários, gerais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena", <sup>65</sup>

Dito de outra forma, apenas à medida que coloquei o literato em segundo plano, obviamente em função de um exercício mental, me foi possível perceber a influência dos relatos populares nos literatos e nas suas escritas e não, exclusivamente ou principalmente, a influência destes últimos sobre as “pessoas comuns”. Cabe aqui observar que esta mútua influência não pode ser apagada, ela existe e é verificável em boa parte da historiografia, da literatura, dos relatos memorialísticos e dos manuais escolares.

Por outro lado, se examinarmos as produções referidas acima a partir de meados do século XX, época em que a região passou por significativas transformações, incluindo aí o processo de escolarização para as “camadas populares”, com os consequentes usos político-ideológicos dessa escolarização, perceberemos um avanço da influência da narrativa escrita, em todas as suas formas, sobre as pessoas comuns: o que nos instiga a pensar, embora não esteja no horizonte deste trabalho tal questão, sobre como e quais instrumentos a circularidade cultural, desde mais ou menos 1950, vem operando na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

Portanto, apesar de no caso deste estudo essa influência colocar-se fora do recorte temporal da pesquisa – entre 1830 e 1930 - algumas leituras apuradas acerca da relação oralidade/lenda e escrita/ficção têm apontado para vestígios, ainda incertos, de que ao passo que a escolarização e o letramento influenciaram as camadas populares, também essas influenciaram a cultura letrada, especialmente a literatura ficcional, por meio de suas narrativas orais ou por meio dos silêncios propositais. Estratégias essas que representaram, talvez, uma forma de resistência ao controle que a escolarização exercia ou pretendia exercer sobre as “pessoas comuns”.

Com efeito, perscrutar a construção ficcional tem revelado que a literatura, apesar de não se pretender registro para a posteridade, está impregnada de memórias construídas nos e pelos relatos populares. No caso da literatura regional<sup>66</sup> utilizada neste estudo como fonte histórica, é perceptível que os literatos assumiram um desejo de memória geralmente explicitado, ora nas “advertências” pré-textuais, ora na própria narrativa, fato que constitui umas das características marcantes de praticamente toda essa literatura.

---

<sup>65</sup>THOMPSON, Edward Palmer. As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos / E.P Thompson; Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001, p. 234. (grifo meu).

<sup>66</sup>A adjetivação "regional" para a literatura traz alguns problemas que discutirei adiante. Uso o termo por ora apenas para situar o leitor que se trata de denominação dada a uma literatura específica que trata da região estudada.

Portanto, nesta literatura há uma estreita vinculação entre memória, história e ficção à medida que os romancistas escrevem a partir de suas próprias memórias individuais, de suas memórias familiares e da memória social e de um trabalho de pesquisa de arquivos, em alguns casos, invejável até ao mais experiente historiador de ofício. Destrinchar essa relação entre História, Memória e Literatura é inquirir também sobre a relação entre ficção e realidade, uma realidade teimosa que “as aspas não conseguem exorcizar”. Carlo Ginzburg nos lembra que:

Os historiadores, escreveu Aristóteles (Poética, 51b), falam do que foi (do verdadeiro), os poetas, daquilo que poderia ter sido (do possível). Mas, naturalmente, o verdadeiro é um ponto de chegada, não um ponto de partida. Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo<sup>67</sup>.

No caso da Literatura utilizada nesta pesquisa, esse entrelaçamento é denso, formando um amálgama que exige do historiador um trabalho exaustivo no sentido de decompor-lhe os elementos de verdade e de ficção, de acontecimentos e de representações acerca de acontecimentos que desvendem os campos de possibilidades do processo histórico que se quer reconstruir.

Uma das características fundamentais da denominada Literatura Regionalista é a aspiração a um realismo, um compromisso que o literato assume consigo mesmo e com a realidade onde está inserido. Dizendo de outra forma, um compromisso em expressar essa realidade, geralmente se valendo da memória, da história e da historiografia e nesse expressar conjuga os acontecimentos por ele acessado com um desejo de devir. É nessa interface entre o que foi e o desejo do que poderia vir a ser que atua o gênio criativo e criador do literato.

No que se refere à definição do tratamento metodológico dado à literatura de ficção nesta pesquisa, a leitura de Antonio Cândido, crítico literário e sociólogo, foi fundamental, embora sua leitura tenha conduzido a um dos primeiros impasses: a questão do regionalismo. Dialogando com esse autor foi possível problematizar a dimensão regional no âmbito da discussão de um "projeto de nação", instrumentalizando-me para acercar dos literatos pensados na pesquisa.

Esse acercar tem o sentido de sondar as interpretações construídas por tais literatos, principalmente quanto às posições que ocupam nos espaços de produção ficcional e que irrompem em suas narrativas, muitas vezes, sob a forma de oposições entre centro e periferia, sertão e litoral, letrados e iletrados, o que influencia na formação dos pontos de injunções e de disjunções que caracterizavam as práticas dos sujeitos habitantes dos espaços dos Vales, do

---

<sup>67</sup>GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 14.

próprio espaço social e do pensamento social que foram investigados a partir da perspectiva que compreende ter havido determinada articulação entre os domínios referidos acima que sustentou o partilhar de práticas violentas e, concomitantemente, reforçou um pensamento social voltado para a violência, com o qual lidamos, nesta região, ainda no presente.

Esta é uma dimensão significativa, pois desvela como as narrativas são, ou não, orientadas em função da forma e do grau de inserção dos literatos na realidade regional e, por outro lado, suas condições de aproximação ou de distanciamento das demandas de construção de uma literatura regional que, de determinada forma, sustentasse do ponto de vista da memória e da inteligência o projeto de nação brasileira.

De fato, a partir do século XIX, principalmente a partir do momento em que cresce a ideia da construção do Estado Nacional Brasileiro, colocou-se a necessidade da elaboração de uma história da literatura, capaz não só de justificar a existência de uma “literatura da terra”, como de construir e distinguir intelectualmente e socialmente suas especificidades. De Ferdinand Denis, passando por Gonçalves Magalhães, até Adolfo de Varnhagen buscou-se fios capazes de coser uma tradição histórico-literária: fundamental para o lançamento dos pilares da ideia e do projeto de Nação Brasileira.

Este projeto envolveu amplos segmentos sociais, que vai desde o Estado e passa por muitos intelectuais que buscaram difundir a ideia de unidade de formação para a literatura brasileira e, dentre estes intelectuais, é possível discernir uma variedade de caminhos para se alcançar a consolidação desse sentimento nacionalista. Araripe Junior, Sílvio Romero e José Veríssimo, influenciados por concepções darwinistas e positivistas, “catalogaram” uma história da literatura brasileira a partir de questões como raça, evolução e meio social, que constituíram o paradigma dominante ao menos até a metade do século XX.

Em outro viés, Candido sustentava que o ponto nodal para a criação e consolidação da Nação era a configuração de uma unidade literária/cultural que figurasse no pensamento social brasileiro como base para todas as demais dimensões, fossem políticas, sociais e culturais. Em 1959 ele publicou *A Formação da Literatura Brasileira*, obra que surge com o objetivo de sistematizar, a partir de procedimentos basilares da crítica literária, a formação de uma literatura nacional que contribuísse com a formação da nação brasileira.

Para construir a noção de unidade/continuidade literária, Cândido procurou delimitar e diferenciar “[...] manifestações literárias, de literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns que permitem reconhecer as notas

dominantes numa fase”<sup>68</sup>. A Fase literária que Cândido tomou como representativa do florescimento de um sentimento nacional foi o Romantismo:

[...] dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros, que antes deles, localizaram na fase arcádica o início de nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas, notadamente o Indianismo, que dominarão a produção oitocentista. Esses críticos conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local e, ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional.<sup>69</sup>

A perspectiva de continuidade, adotada por grande parte da intelectualidade brasileira até mais ou menos a década de 1970, entre universal e local e entre estrangeiro e nacional consolidou a ideia de unidade literária cujo centro era o Romantismo. No que se refere a Cândido, é inegável que empenho literário, que traduz sua erudição literária e histórica, constitui-se em um elemento dinamizador e atualizador dos estudos literários e históricos do Brasil especialmente em função dele reconhecer a literatura “como eminentemente interessada [pois] quem escreve, contribui e se inscreve num processo histórico de elaboração (...)”<sup>70</sup>

Por outro lado, e apesar de sua indiscutível relevância, Cândido não esteve imune às críticas. Em função do caráter inovador de sua tese, desde a publicação de *A Formação da Literatura Brasileira* em 1959 muitas polêmicas foram fomentadas acerca de sua compreensão da constituição literária brasileira. Um exemplo é Afrânio Coutinho que, em 1960, afirma que Cândido pretere os aspectos estéticos do objeto artístico, partindo de uma perspectiva histórica e sociológica que engaja as figuras românticas e do Romantismo na construção da nação.

Além disso, Coutinho combate Cândido lançando mão de uma concepção estilística que destaca as personalidades de Padre Antonio Vieira, Anchieta e Gregório de Matos: enfatizando o período Barroco que de forma singular expressaria a questão estética:

A literatura brasileira não começou no movimento arcádico romântico. Vem de antes, partiu do instante em que o primeiro homem europeu aqui pôs os pés, aqui se instalou, iniciando uma nova realidade histórica, criando novas vivências, que traduziu em cantos e contos populares, germinando uma nova literatura. Naquele instante, criou-se um homem novo, ‘obnubilando’, (...) o homem antigo, o europeu. Foi o homem brasileiro (...). E com ele se ‘formou’ a literatura brasileira<sup>71</sup>.

Na *Formação da Literatura Brasileira* a questão estética, de fato, é opacizada pela questão política, patente no prefácio de *Candido* à 2ª edição, datada de 1962, ao afirmar que

<sup>68</sup> CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007, p. 25.

<sup>69</sup> Id. Ibidem, p. 27.

<sup>70</sup> Id. Ibidem, p. 19-20.

<sup>71</sup> COUTINHO, A. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 37-8.

"tentou sugerir o pressuposto atinente aos períodos, a saber, que há uma solidariedade estreita entre os dois que estudei (Arcadismo e Romantismo), pois se a atitude estética os separa radicalmente, a vocação histórica os aproxima, constituindo ambos um largo movimento"<sup>72</sup>.

Porém, a crítica de Coutinho possui sutilezas que ultrapassam tanto o problema estético, quanto o dos limites que a dimensão histórica imporia à criação e à análise literária. Na verdade, sua crítica dirige-se mais especificamente ao vínculo, propugnado por Cândido, entre a formação da literatura brasileira e a literatura europeia, o que Coutinho interpreta como uma perspectiva colonialista à medida que Cândido defende a literatura brasileira como parte de um sistema organizado cujas bases foram fornecidas pelo projeto colonizador europeu<sup>73</sup>.

Não obstante a pertinência relativa da crítica de Coutinho, o pressuposto histórico que Candido assume não invalida seu procedimento e suas conclusões, pois estão centrados em uma compreensão de arte como parte de uma intervenção política, ou seja, a arte seria histórica, estética e social. Entretanto, são pertinentes as objeções de que Candido construiu um modelo hierárquico que pressupunha o Sudeste como o lócus que prioritariamente construiria a literatura nacional, marginalizando, assim, as produções literárias de outros locais e espaços do país sob o cânone algumas vezes mal compreendido, outras vezes restritivo de literatura regional.

É nesse sentido que Haroldo de Campos defende a ideia de que a literatura brasileira “[...] não teve infância, já nasceu adulta, formada”<sup>74</sup>, em outras palavras: já nasceu romântica. De qualquer forma, indícios se apresentam de que a primazia da unidade literária em torno do cânone romântico, como expressão de unidade nacional, produziu a exclusão das expressões mantidas na “tradição local”, por meio da ideia de que não seriam mais que esboços isolados e isoláveis.

A proposta de Cândido de que o nacional superaria o regional, reafirma-se ao defender que a literatura regional – identificada por ele como tradição literária local distanciada dos centros do Sul-Sudeste – estaria inevitavelmente destinada a ser superada por meio de sua integração à Literatura Nacional. Em suas palavras:

O regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido. Mas de um certo ângulo talvez não se possa dizer que acabou; muitos dos que hoje o atacam no fundo o praticam. A realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão regional

<sup>72</sup> CANDIDO, Antônio. op. cit. p. 18

<sup>73</sup> Cf. COUTINHO, Afrânio. Formação da Literatura Brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas /MEC, 1959.

<sup>74</sup> CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso** Gregório de Matos. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989, p. 64.

como objeto vivo, a despeito da dimensão urbana ser cada vez mais atuante, [...] e então a literatura regional se tornou um total anacronismo.<sup>75</sup>

Admitir a existência de uma literatura regional como fase necessária, mas inevitavelmente destinada a dar lugar a uma literatura nacional, leva-me a enfrentar a concepção de que a ideia de nacional se origina em algum centro de poder, o que, no caso de Cândido, representa a Literatura Modernista Paulista, e que, nestas circunstâncias, os destinos do regional e do regionalismo seriam definidos a partir desse centro e por quem dele participasse. Assim, a realização de uma diferenciação e de uma delimitação a partir do centro, como propunha Cândido, provocou um processo de exclusão expressivo, tanto no que se refere ao campo da arte literária, quanto no que concerne à dimensão política.

Nesse contexto, grupos de intelectuais insatisfeitos com a proposta de literatura nacional demarcada por uma unidade imposta organizaram os Movimentos Regionalistas, preparando-se para defender os espaços de diferenciação regional, não apenas na literatura como também na cultural e na política. É a partir dessas ideias que surge *O Manifesto Regionalista*, escrito por Gilberto Freyre, propondo a valorização da diferença cultural na grande extensão territorial brasileira.

Refletindo sobre o problema das relações de poder quando as definições oriundas do centro deslocam, ou procuram deslocar outras formas de arte literária para lugares periféricos, proponho pensar literatura, em todos os seus âmbitos e lócus, procurando desmistificar suas relações de força e ao mesmo tempo reconhecer a multiplicidade de suas formas, estéticas, pressupostos políticos e sociais. Nesse sentido a melhor designação para a literatura de que vou tratar nesta tese é simplesmente literatura.

A questão da diversidade literária é um tema constante em Jorge Lima de Moura, romancista goiano radicado no estado de Tocantins desde a década de 1980 e cujas obras estão entre as fontes que foram investigadas. Moura Lima, pseudônimo do escritor referido acima, ao esclarecer o que compreende como estilo regionalista e como Literatura dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, expõe, por meio de um olhar sobre o gênero literário regional e sobre o ofício do literato de ficção, a base narrativa dos demais escritores cujas obras são fontes nesta pesquisa:

O regionalismo brasileiro é marcado pelo amor à terra, edificado no homem, sua organização social é também historicista, memorialista e profundamente cheio de reminiscências do paraíso perdido de uma época e determinadas ações, devoção, do

---

<sup>75</sup> CANDIDO, Antonio. **Brigada Ligeira**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004, p. 159

construir e reconstruir da vida. É a leitura do horizonte particular em relação ao universal, mas sempre marcado pelas raízes populares<sup>76</sup>.

Note-se que para Moura Lima a especificidade, ou o particular, da literatura regional está sempre em um horizonte *relacional* entre o particular e o universal e não na superação do particular pelo universal ou, mais especificamente, da superação do regional pelo nacional, como propõe Cândido ao defender uma hierarquia entre as produções literárias.

Posto isso, e entendendo literatura como um manancial de fontes para o trabalho histórico e como um campo de possibilidades, cabe-me, então, cercado pelo conhecimento do nosso objeto (que somente é possível de ser alcançado por meio do entrelaçamento das evidências, da historiografia e da teoria) fazer a relação entre o “que foi” e o que “poderia ter sido”. Nesse exercício desconstruímos significados, representados na fonte literária, tanto no que se refere aos fatos representados pelo literato quanto à sua própria experiência histórica.

É nesse cotejamento entre os significados possíveis das experiências dos sujeitos representados na literatura com a experiência do literato que brotam as evidências dos processos históricos, com significados atribuídos pelo historiador, e com os quais o pesquisador pretende atingir um “efeito de verossimilhança” a partir da narrativa por ele produzida.

Como disse Roland Barthes, “a ciência é grosseira, a vida é sutil e é para corrigir essa distância que a literatura nos importa (...) a literatura não diz que sabe alguma coisa, mas que sabe de alguma coisa; ou melhor; que ela sabe algo das coisas”<sup>77</sup>. É nessa “in-formação” das coisas que a literatura se apresenta como novidade para o historiador, pois à medida que o literato exercita sua abjuração da realidade por meio de seu desejo de utopia, de construir uma realidade diferente daquela sobre a qual escreve, deixa entrever um real possível de ser apreendido pelo historiador.

Essa possibilidade se dá à medida que a Literatura ao dizer de acontecimentos, dos quais muitos são ficcionais, aponta para outros acontecimentos, semelhantes aos inventados, nos quais o literato apoia-se, mas que foram colhidos na história, na historiografia, nos arquivos, na sua memória, na oralidade. É do cotejamento desse emaranhado de representações, indícios e rastros contidos, sejam nas obras literárias, sejam nas obras de memória ou mesmo nos documentos públicos que o pesquisador colhe as evidências sobre o passado. Evidências que utilizará como fio para alinhar a sua narrativa sobre o passado que se propôs reconstruir.

---

<sup>76</sup>Entrevista que Moura Lima concedeu ao Jornal Folha da Cidade, Gurupi-TO, nº 248, setembro de 2001. reproduzida no site [www.recantodasletras.com.br/ensaios/458288](http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/458288).

<sup>77</sup> BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 13ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.



A leitura de Natalie Zemon Davis foi-me particularmente inspiradora nos meus primeiros troços com as fontes literárias. Sua proposta de se acercar do passado por meio de analogias entre realidades e possibilidades, devo admitir, passou a iluminar constantemente meu trabalho em termos de procedimento:

quando não consegui encontrar meu homem (ou minha mulher) em Hendaye, Sajas, Artigat ou Burgos, fiz o máximo para descobrir, através de outras fontes da época do local, o mundo que devem ter visto, as reações que podem ter tido.. O que aqui ofereço ao leitor é, em parte, uma invenção minha, mas uma invenção construída pela atenta escuta das vozes do passado.<sup>78</sup>

O entrelaçamento entre Literatura, Memória e História, entrelaçamento ambíguo segundo a intelectual argentina Beatriz Sarlo, garante, ao pesquisador, a literatura como um campo no qual poderá colher materiais que possam ser utilizados como evidências de um passado que foi pensado, dito e, portanto, vivido:

Esquecimento e lembrança, essa oscilação permanentemente produzida por impulsos contrários: escrever para que se fique sabendo/apagar marcas, sinais, rastros, disfarçar o presente, a pessoa, os sentimentos. A ambiguidade radical da literatura se manifesta escondendo e mostrando palavras, sentimentos, objetos: ela os nomeia e, ao mesmo tempo, os desfigura até torná-los duvidosos, elusivos, dúbios. A literatura impõe obstáculos, é difícil, exige trabalho. Mas sua própria dificuldade garante a permanência daquilo que se diz.<sup>79</sup>

Pensado, dito, escrito, portanto vivido. Afirmação necessária a esta altura, uma vez que é imprescindível demarcar aqui o repúdio a qualquer tipo de leitura que entenda os registros textuais, incluído aí a literatura, como mera representação de realidades. Prefiro me juntar a Mikhail Bakhtin no seu entendimento de signo e significação:

Se a atividade mental tem uma significação, se ela não é apenas uma realidade isolada [...] então, obrigatoriamente, a atividade mental deve manifestar-se no terreno semiótico. Tanto isso é verdade que a significação só pode pertencer ao signo – sem o que ela se torna uma ficção. A significação constitui a expressão da relação do signo, como realidade, com outra realidade, por ela substituível, representável, simbolizável. [...] Eis porque é impossível representar a significação (enquanto propriedade puramente relacional, funcional) à parte do signo, como algo independente, particular.<sup>80</sup>

<sup>78</sup> DAVIS, Natalie Zemon. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 21.

<sup>79</sup> SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p.26.

<sup>80</sup> BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Annablume, 2002, p. 51.

Acompanhando, ainda, Bakhtin, esse vincula o ato da introspecção, o ato de pensar, ao ato de exteriorizar o pensamento no sentido em que entendo a literatura como elemento integrante das relações sociais vivas, concretas e palpáveis, portanto da própria vida:

Sabemos que cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória. A palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da intervenção viva das forças sociais. É assim que o psiquismo e a ideologia se impregnam mutuamente no processo único e objetivo das relações sociais<sup>81</sup>

Foi nessa arena, o terreno dos enunciados das fontes, muitas vezes obscurecida pela poeira da refrega da cabroeira em luta, pela fumaça da pólvora das “papo-amarelo” e clavinotes ou pelos coágulos negro-sanguíneos resultantes de punhais, lapianas e facões que procurei cavar os significados contidos, construídos e expressos na literatura, nas obras de memória, nos relatos de viajantes e nos documentos públicos.

Procurei revolver esse terreno, desconstruindo significados, adubando-o com minha interpretação, para então reconstruí-los, substituindo, na medida do possível e à medida que o procedimento permitia, as cores quentes da Literatura pelos tons mornos da História, a paixão do memorialista pelo relativo distanciamento do historiador. Devo confessar aqui que, nesse exercício, conscientemente me deixei seduzir por aquelas cores quentes tentando construir uma narrativa menos morna dentro dos meus limites estilísticos estreitos de historiador.

Os sertanejos pertencentes às camadas despossuídas, homens, mulheres e crianças aparecem nas fontes oficiais, em regra, atrelados ao “cangaço”, “jaguncismo”, “bandoleiragem” e outras denominações que o valham, principalmente, no que tange às “revoltas” de Boa Vista, São José do Duro e Pedro Afonso. Essas revoltas são tratadas pela historiografia regional como sendo obra dos chefes locais (coronéis) por meio do seu braço armado: o jagunço. O sertanejo pobre quando aparece é por meio do referido atrelamento, às vezes tratado com “rebutalho humano” e /ou como um mero figurante no processo.

Já na Literatura que investigo, a inserção desse sertanejo pobre nas relações de mando e de poder é apresentada nas obras sempre vinculadas às suas experiências de viver e trabalhar. Uma das explicações para essa diferença - lembrando que tanto os historiadores que tratam da região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins quanto os romancistas valem-se fartamente da documentação oficial – se deve ao fato de o romancista estar impregnado pela memória social da região. Isso quando não pela sua própria inserção nos fatos, narrados na forma de romance, ao

---

<sup>81</sup> Id. Ibidem, p.66.

menos pela inserção dos seus antepassados, como é o caso de Bernardo Élis, Moura Lima, Carmo Bernardes, Hugo de Carvalho Ramos e Voltaire Wolney Aires.

#### 1.4 OS FIOS DA MEMÓRIA: literatos memorialistas e memorialistas literatos

As memórias, impregnadas nas obras e nos romancistas também podem revelar ao historiador aspectos importantes da cultura sertaneja. Entretanto, antes de sondar suas obras faz-se necessário sondar a inserção social desses autores, uma vez que esta ou aquela inserção pode clarear aspectos importantes no que concerne às escolhas em ressaltar determinados episódios, ressaltar certas memórias e obscurecer outras. As trajetórias de Bernardo Élis e Carmo Bernardes que serão problematizados a seguir são um exemplo disso.

No caso de Bernardo Élis, as origens desse literato remontam a uma das tradicionais famílias de Goiás, os Fleury Curado. Seu pai, também poeta, Érico José Curado, era descendente direto de Inácio Dias Paes, casado com a segunda filha de Bartolomeu Bueno da Silva, "o segundo Bandeirante". Será essa família que se ramificará, posteriormente, na família Caiado. Entretanto, essa origem tradicional não o impediu de pertencer aos quadros do PCB e, talvez, venha daí o seu "engajamento" com determinadas questões sociais, notadamente as que envolvem a exploração do homem do campo presentes em seus escritos como "Verânico de Janeiro" e "A Enxada". Como veremos um pouco adiante, essas duas facetas de Bernardo Élis, a de filho de uma família oligárquica e a de militante de um partido comunista, aparecem em seus escritos e nas interpretações que faz da realidade. Bernardo Élis, nascido em 1915, tem como característica principal de sua obra a crueza de sua narrativa.

Herman Lima busca "hiperbolizar" as características narrativas de Bernardo Élis quanto a essa crueza falando da "sequência de horror, bruteza e covardia animal de páginas como 'André Louco', 'A mulher que comeu o amante' ou 'Nhola dos Anjos e a Cheia de Corumbá'"<sup>82</sup>. Com o mesmo intento hiperbolizante, caracteriza sua obra como constituída de "muito sangue, muita morte, muito instinto feudal, uma universalizante miséria moral e física, uma onda negra de amarguras sem remédios nem esperanças"<sup>83</sup>

<sup>82</sup> LIMA, Herman. Bernardo Élis. In. ÉLIS, Bernardo. **Verânico de Janeiro: contos**. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1987, p. xii.

<sup>83</sup>. Id. Ibidem, p. xiii.

Ouso dizer, entretanto, que nenhuma hipérbole conseguirá descrever toda a crueza de sua narrativa. Talvez porque ao buscar na realidade sertaneja a matéria prima para tecer as tramas de seus contos e romances, Élis o faz com pudor e, ao fazê-lo assim, consegue “captar” a própria crueza das relações sociais na região. Não que esse pudor advenha de uma neutralidade sua no que se refere à sua inserção nestas relações.

É possível entrever em Élis certo pudor que não é perceptível em Carmo Bernardes quando este constrói sua trama jogando com memória, história e ficção. Enquanto Bernardes se coloca a todo o momento em sua obra, seja por meio de suas memórias ou de suas personagens narradoras com vistas a um acerto de contas com sua própria consciência. Em Élis, como já afirmei, percebe-se justamente o contrário: ele raramente se coloca presente na obra. O seu “acerto de contas” não é com sua consciência, mas sim com a política da região. Certamente, por ter sido também um político, exercendo cargos públicos, essa foi a escolha conveniente em não se fazer presente em suas obras. Isso, entretanto, em nada obscurece o tom de denuncia das relações de exploração, da opressão e da violência na região. Ao contrário, dá-lhe a tranquilidade para realçá-las. A tranquilidade de quem se coloca de fora.

Outra diferença marcante entre os autores reside no fato de que enquanto Bernardes, nascido - como Élis - em 1915, recorre ao cotidiano, ao rotineiro da vida sertaneja, Élis recorre aos momentos de ruptura e de confronto aberto, como pode ser percebido na obra *O Tronco* e no conto *A Enxada*, escrito em 1939. Por outro lado, embora ambos sejam tributários do "regionalismo de 30", Élis, mais que Bernardes consegue avançar os limites desse regionalismo. Em termos formais, Bernardes mantém um traço característico desse regionalismo que é o realce de uma ambientação pitoresca e naturalista da região muitas das vezes de forma bucólica e hiperbólica.

No conto *A Enxada*, de Élis, a hipérbole também aparece, mas não no que se refere a aspectos pitorescos da região, mas ao próprio objeto do conto: uma enxada. Na verdade, o que é hiperbolizado é a ausência desse instrumento que a personagem Supriano busca desesperadamente por precisar cumprir o prazo estabelecido pelo seu “empregador”: na verdade uma relação de escravidão por dívida que culminará tragicamente.

Este instrumento, a enxada, ausente materialmente na busca de Supriano, uma vez que era inatingível para ele, mas hiperbolicamente presente na narrativa simboliza o trabalhador, absurda e totalmente, expropriado dos seus meios de produção o que constitui outro traço típico do regionalismo de 30: a denúncia sobre questões sociais envolvendo exploração e opressão. Mas, ao mesmo tempo, ultrapassa-o à medida que se transforma para a personagem do conto em

um instrumento de trabalho inatingível, assumindo características fabulosas e mágicas, origem de seus delírios e suas alucinações.

A ferramenta que comporia os seus meios de produzir e, por conseguinte, instrumento de seu sustento, transmuta-se, assim, na síntese de todos os seus medos e, a sua busca, torna-se o seu calvário. Essa simbologia estruturada por meio do mágico e do fabuloso, em certa medida, rompe com o realismo de 30, marcado pelo impressionismo, caminhando em direção ao expressionismo.

Para o que me interessa aqui, no que toca à vinculação entre memória, história e literatura como possibilidade de compreensão da cultura sertaneja na região do Araguaia Tocantins, é preciso salientar que o cotejamento desses dois autores faz parte de um exercício maior de cotejamento de todos os autores tomados como fontes e do cotejamento também das formas literárias - memorialísticas, romances e relatos de viajantes-, pois entendo que é desse cotejamento que emerge a possibilidade de o historiador reconstruir o processo estudado.

No que tange à literatura, por exemplo, inquirindo a obra de Bernardes, ganhamos na compreensão das sutilezas das estratégias de resistências dos sertanejos pobres em relação aos “donos do lugar”, da complexidade, das ambiguidades e contradições da cultura sertaneja. Já em *Élis*, é possível compreender melhor, em termos de possibilidades, os níveis de violência, por meio de sua narrativa nua e crua das práticas dos sujeitos:

-Olha a enxada, Olaia. [...] - Enxada adonde? - indagou a mulher, em desespero. E Piano mostrava o mesmo bagaço de madeira esfiapado em fibras brancas do cerne e verdes da casca, exibia as duas mãos que eram duas bolas de lama, de cujas rachaduras um sangue grosso corria e pingava, de mistura com pelancas penduradas, tacos de unha, pedaços de nervos e ossos, que o diabo do fogo não deixava divulgar nada certo, clareando e apagando no braseiro que palpitava e tremia. [...] O soldado se sacolejava vestido na capona de chuva; e preto, catuzado, dava sintoma assim de urubu farejando carniça, nuns paços asquerosos de coisa- ruim. Vote! Ai o soldado abriu a túnica, tirou de debaixo um bentinho sujo de baeta vermelha, beijou, fez o pelo-sinal, manobrou o fuzil, levou o bruto à cara no rumo do camarada<sup>84</sup>

Convém salientar aqui que, embora o tom de denúncia seja evidente na obra de *Élis*, o trânsito entre sua origem tradicional que sem sombra de dúvida o colocou em contado direto e afetivo com os "donos do poder" em Goiás e sua atuação política (pelo menos em uma etapa de sua vida) no Partido Comunista Brasileiro marcou profundamente sua escrita. No conto *A Enxada*, essa marca é perceptível por uma relativa ambiguidade. Embora na superfície do texto apareça a crueza das relações a que Supriano está submetido, o que nos levaria a pensar numa

---

<sup>84</sup> ÉLIS, Bernardo. op. cit. p. 55-7.

tomada de posição de Élis ao lado do explorado, quando mergulhamos nas dobras de sua escrita percebemos que o literato, embora não o deseje, não consegue se livrar de uma concepção acerca dos explorados que é própria das elites rurais: a de que o "subalterno" está sempre na condição de cativo das próprias "condições miseráveis" em que vive.

As ações e as expectativas de Supriano são colocadas invariavelmente sob uma relação de tensão e controle por parte daqueles a quem ele se vê obrigado a se dirigir para conseguir o tão almejado instrumento de trabalho. A personagem denota sempre solidão e medo, sendo raros os momentos de esperança. Denota também quase sempre ser um ente indefeso, uma vez que sua busca pela enxada o mantém inexoravelmente na condição de risco e de dependência diante de todos os sujeitos em quem busca ajuda: a condição de um "pedinte".

Do ponto de vista simbólico, significa a extrema fragilidade da sua relação com o outro. Aliás, a condição de pedinte é reafirmada no desfecho do conto, pois mesmo após a morte de Supriano sua esposa e filho assumem esse papel à medida que não contando mais com o homem mantenedor da casa, não lhes resta mais outra opção de sobrevivência senão a mendicância. Nesse sentido, prevalece ao fim e ao cabo, uma visão fatalista acerca dos pobres. E apesar do desejo de denunciar a situação de opressão e de exploração destes sofredores, a única possibilidade de redenção de sua miserabilidade que o romancista lhes oferece é a morte.

Tomo Bernardes como emblemático do entrelaçamento entre memória, história e literatura porque muitos dos seus romances beiram uma autobiografia, não se constituindo, de fato, autobiográficos pelo deslocamento intencional no tempo e no espaço. Diferentemente de Élis, Bernardes é oriundo de uma família pobre de "pequenos agricultores", segundo ele mesmo, que se deslocaram de Minas Gerais para Goiás seguindo as "aventuras de seu pai", Luís Bernardes da Costa. Percebe-se no conjunto de suas "obras de memórias" que o termo "pequeno agricultor" pode tranquilamente ser substituído por "agregado", sem o risco de se fazer um deslocamento na escala social em que se inseria sua família. Talvez daí venha sua necessidade de se dizer um "filho da brabeza", um "contador de causos" e não um "romancista".

A necessidade de evidenciar sua origem humilde aparece em seus escritos à medida que Bernardes constrói suas personagens como portadoras de uma potencialidade de ação perante a "gente graúda", não pelo enfrentamento ou pela total submissão, mas por meio de sinuosas estratégias de acomodação. Ele mesmo se coloca em suas memórias como agente desse tipo de estratégia. Dessa forma, "contando causos" ele vai reinterpretando espaços, relações, sujeitos, lugares, deixando entrever aqui e ali como a "gente do lugar", a "sua gente" lidava com aquela opressão e exploração.

Devo concordar com Nelly Alves de Almeida, sua prefaciadora no romance *Santa Rita*, publicado em 1995, quando ela afirma que Bernardes “relata a criação do povoado recorrendo (...) à ficção, para falar sobre a formação histórica dos povoados goianos. É, aliás, um recurso inteligente em que ele une realidade e ficção, passo em que se revela hábil.”<sup>85</sup>. Santa Rita é um povoado criado pela inventiva do autor, mas as representações acerca desse povoado fictício apresentam verossimilhança com fatos ocorridos nos povoados do Norte Goiano de meados do século XIX até a década de 30 do século XX e, mais especificamente, essa verossimilhança nos remete aos povoados de Boa Vista e Pedro Afonso nesse período. Servindo-me dessas verossimilhanças, analisando os relatos presentes na documentação oficial e na historiografia da região, não houve como não entender que o autor toma por base o povoado de Pedro Afonso para construir sua Santa Rita.

A fusão entre sua própria memória, a de seus familiares oriunda dos relatos de seu pai e, principalmente, dos relatos de seu avô é patente na construção de seus romances. A estas memórias soma-se uma memória social e a pesquisa arquivística e historiográfica realizada pelo autor. É desse amálgama que se estrutura suas narrativas. Sua estratégia narrativa a partir desse amálgama em Santa Rita fica clara à medida que a personagem narradora se refere às “coisas que eu vi” ou às “coisas que dizem” ou “coisas que eu não alcancei”. Nesse romance, Bernardes joga com essas memórias de acordo com o efeito de verossimilhança que deseja imprimir à sua narrativa.

Ora pretende afirmar, ora escamotear aquilo que ele considera ser uma verdade sobre o passado. É perceptível nesse jogo uma vontade de fazer um acerto de contas com seu próprio passado. Tanto nos romances, quanto em suas obras de memória (onde narra a sua memória), Bernardes, seja por afirmações quanto a sua própria atuação, seja por meio de uma personagem narradora “fictícia”, busca a “redenção” da sua inserção no jogo das relações sociais vivenciadas pelos sertanejos, principalmente quando estas se referem à violência e ao mandonismo dos chefes políticos da região.

Forcejei na linha, deslocou, o anzol veio arrastando o enroscado. “seja lá o que for, vem aí!”. Era uma caveira de gente, e lembro que tive um remorso ruim quando vi a volta do meu anzol enganchada no buraco do olho daquele estrupício. Jogamos outras linhadas [...] o anzol dele só arrastava caveiras; puxei uma com uma ossada miúda e ele, duas. Só uma não tinha furo, como que de bala [...] Outro dia eu estava contando isso numa roda, levanta o Jirumin e diz: - Isto mesmo! Ali era o lugar deles matar gente! – Ah [...] nós não sabe disso não. Se sucederam esses casos, faz muitos anos, nós nem era gente nesse

---

<sup>85</sup> ALMEIDA, Nelly Alves de. Prefácio. In. BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: UFG. 1995. p. 6.

tempo! - Um dos presentes - não me lembro mas quem foi - deu parecer que a gente só deve dizer as coisas quando tem absoluta certeza. [...]. - Não, gente! Eu falo com muito ensino! Não vi; na verdade não sou desse tempo, mas lembro demais de ver meu avô contar[...] que os cabras de Seo Chiquinho Vigilato levavam os desvalidos altas horas da noite e, no porto do Jenipapo, faziam o serviço. Depois amarravam uma pedra na cintura do defunto, jogavam no poção. E eu digo que, daí em pedaço, já não era para estar existindo nadinha mais dos cadáveres.<sup>(86)</sup>

Acrescentado mais um acontecimento narrado pelo autor como memória:

[...] o ponto de pouso dos viandantes era num sombrio do mato, na beira de um poço redondo chamado Poço Mantiqueira. Nunca que haveria nem de sonhar que mantiqueira significa tocaia de matar gente, e ainda alcancei, de ouvir falar, uns pares desses lugares medonhos. [...]. Nos socavões de serras os ‘empreiteiros’ faziam o serviço e o cadáver jogavam nos abismos das bibocas que às vezes nem urubu achava. [...] nas tocaias de beira de poços o defunto ia para o fundo com o bucho furado e uma pedra amarrada por baixo dos braços.<sup>87</sup>

“Vi”, “não vi”, “sei”, “não sei”, “lembro”, “não lembro”, “dizem por aí”, “esse povo fala demais”. Ao cruzarmos esse jogo de certezas e dubiedades de seus romances com suas memórias é perceptível que, embora Bernardes não objetive contar os fatos “tal qual aconteceram”, busca recursos na memória e na historiografia, na forma que já dissemos, para estruturar sua narrativa com a clara intenção de apresentar as lutas intestinas das relações sociais travadas entre fazendeiros – os “donos do lugar” – e os demais sertanejos.

A própria ficção, além da memória, torna-se peça importante nesse jogo armado pelo romancista. Esta é o elemento chave que permite a Bernardes dizer sem afirmar, afirmar sem dizer, deixar pistas para que o leitor caia na sua arapuca imaginando desfechos éticos da parte de suas personagens e se surpreendendo ao descobrir que a ética vai se alocar onde menos se espera, mostrando “o homem em sua condição, em sua verdade e presença, num mundo que o envolve, as mais das vezes, em ambição, insegurança, deslealdade e contradições”<sup>88</sup>

Contradições vividas pelo autor, que lhe marcaram profundamente a consciência, conforme emerge de suas memórias. Nessas, Bernardes não se poupa, confessando, às vezes, “atos inconfessáveis” como os períodos de bebedeiras à custa da exploração do trabalho da companheira ou “acender uma vela para deus e outra para o diabo” quando em ocasião de eleições escrevia artigos em dois jornais concorrentes desancando adversários políticos que

<sup>86</sup> BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: UFG. 1995, p.30-31.

<sup>87</sup> BERNARDES, Carmo. **Força da Nova**: memórias – autobiografia. Goiânia: Edição da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. 1981. p.101-2.

<sup>88</sup> ALMEIDA, Nelly Alves de. Op.cit. p. 5.



patrocinavam esses jornais, valendo-se de pseudônimo e “recebendo uns caraminguás de ambos os ditos cujos”.

No conjunto de sua obra é possível perceber que embora ora se coloque ao lado dos “donos do lugar”, e em alguns casos “servindo” a esses, ora na condição daqueles que experimentavam a opressão e exploração, ele vai se recompondo enquanto sujeito dos processos narrados no sentido da redenção que mencionamos. E é nessa recomposição como forma de redenção que o autor deixa entrever toda a complexidade da cultura sertaneja. Uma cultura forjada no e do conflito entre estes sertanejos.

Um amálgama de lutas e resistências, lealdades e deslealdades, estratégias escancaradas de exploração, estratégias sutis de sobrevivência a essa exploração (como no caso do próprio Bernardes acendendo uma vela para Deus e outra para o Diabo), acomodações e deferências. A narrativa de Bernardes é focada nos meandros da vida rotineira e cotidiana e mesmo quando aborda os momentos de rupturas abruptas, de conflitos declarados, o faz de forma a mostrar o que é rotineiro e constante no interior desses conflitos.

Tenho argumentado sobre a “memória do próprio Bernardes”, a “memória de sua família” e a uma “memória social”. Evidentemente, para se chegar a bom termo do uso conceitual de memória social foi necessário cotejar as distinções realizadas por Halbwachs entre memória individual, memória coletiva e memória histórica<sup>89</sup>. Embora a discussão sobre memória e suas relações com a história tenha avançado muito desde esse autor, considero que essa distinção mereça ser ainda problematizada.

Apesar de não concordar com uma divisão estanque dessas três dimensões da memória, entendo que continua sendo necessário distingui-las, em termos de procedimento metodológico, uma vez que isso nos permite desmembrar um feixe de memória presente nos enunciados das memórias. Entretanto, se a distinção é importante, ela de nada valeria se não considerássemos que a memória, assim como a história, tem uma dinâmica própria e que, por meio dessa dinâmica, essas três dimensões constitutivas da memória às vezes se expressam de forma tão imbricada, num mesmo enunciado, que se torna difícil separá-las.

---

<sup>89</sup> “[...] a memória coletiva não se confunde com a história e [que] a expressão memória histórica não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõem em mais de um ponto. A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu depósito vivo. Em geral a história só começa no ponto em que termina a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social”. HALBAWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006, p. 80.

E é justamente aí que o procedimento metodológico de distinguir, desmembrar, e, agora acrescento, recompor esses feixes de memória se torna importante no trabalho de investigação do historiador. Devo salientar a esta altura que se o termo “memória histórica” é infeliz não o é menos o termo “memória coletiva”, daí porque utilizo “memória social”. Penso que é justamente o feixe montado que nos remete às relações sociais que, ao serem vivenciadas, são registradas na memória dos sujeitos.

Foi perscrutando o embate entre Halbwachs e Paul Ricoeur e cotejando suas proposições com as memórias presentes em minhas fontes que entendi ser mais produtora para a pesquisa me servir da noção de memória social. Ricoeur, ao contestar a noção de "lugar social da memória", e por extensão a de "quadros de memórias", presente em Halbwachs, aponta para a necessidade de se ver na relação estabelecida pelo sujeito do enunciado com os demais - aqueles que são alvo do enunciado: os "próximos" e os "outros" - as relações sociais expressadas pelas memórias:

O próprio Halbwachs acredita poder situar-se no ponto de vista do vínculo social, quando o critica e o contesta, a bem da verdade, o próprio texto de Halbwachs contém os recursos de uma crítica que pode ser voltada contra ele. Trata-se do uso quase leibniziano da ideia de ponto de vista, de perspectiva: ‘De resto diz o autor [Halbwachs], embora a memória coletiva extraia sua força e duração do fato de que um conjunto de homens lhe serve de suporte, são indivíduos que se lembram enquanto membros do grupo. Agrada-nos dizer que cada memória individual é um ponto sobre a memória coletiva, que esse ponto de vista muda segundo o lugar que nele ocupo e que, por sua vez, esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros meios. É o próprio uso que Halbwachs faz das noções de lugar e de mudança de lugar que põe em xeque um uso quase kantiano da ideia de quadro que se impõe de modo unilateral a cada consciência<sup>90</sup>.

Portanto, ao contrário de Halbwachs, Ricoeur defende que "não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual e memória coletiva que se deve entrar no campo da história, mas com a de uma tríplice atribuição de memória: a si, aos próximos, aos outros"<sup>91</sup>. O que Ricoeur apontou como relacional entre o "eu", o "próximo" e "os outros" inspirou-me a pensar principalmente nos "outros" como sendo aquilo que aparece nas interpretações construídas pelos produtores das fontes que utilizo, como sendo a expressão de valores, desejos.

Em outras palavras, aquilo que aparece nas expectativas solidamente “construídas pela atenta escuta das vozes do passado”<sup>92</sup>, como se referiu Davis, e que, em minha opinião, tomados os devidos cuidados no que se refere à inserção social desses sujeitos muito tem a revelar sobre os aspectos de caráter mais geral acerca de um dado tempo e espaço, vale dizer da cultura

<sup>90</sup>RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas, SP: UNICAMP, 2007. p.133/4.

<sup>91</sup> Id. *Ibidem*. p. 142.

<sup>92</sup> DAVIS, op. cit. p. 21.

praticada nesse tempo e espaço. Digo mais gerais quando as fontes são tomadas em conjunto, uma vez que as especificidades tanto no que se refere às relações sociais quanto no que concerne aos sujeitos dessas relações são mais perceptíveis pela análise de cada fonte separadamente.

Os sujeitos produtores das fontes desta pesquisa, como é o caso de Bernardes, discutido anteriormente, promovem em seus escritos um jogo entre esse “eu” e os seus “próximos”, que denominei de uma “memória familiar”, e nesse jogo nos deixam entrever “os outros”, que no meu entender são os portadores da memória social da qual se servem para construir suas narrativas.

Dito de outra forma, Bernardes, por exemplo, utiliza as narrativas do seu avô, segundo ele um exímio narrador, para acessar uma memória compartilhada entre este e seus contemporâneos e que não foi diretamente vivenciada/registrada por Bernardes. Nesse jogo de memórias, além de se estabelecer uma ponte, mesmo que frágil, ligando memória individual, memória familiar e memória social, estabelece-se a relação entre um passado diretamente vivido pelo autor e outro mais recuado, vivido pela família. A alegoria da “escada rolante do tempo” de Raymond Williams referente à literatura aplica-se aqui em boa medida no que concerne a este jogo de memórias.

Embora os documentos públicos e dados estatísticos sejam também depositários de memórias individuais<sup>93</sup> e sociais, há tipos específicos de fontes que, mais que quaisquer outras estão impregnadas das memórias de um indivíduo, grupo social ou da sociedade como um todo e têm sido tradicionalmente denominados de “fontes de memória” e seus produtores de “memorialistas”. Essa modalidade de fonte caracteriza-se, fundamentalmente, pelo “desejo de memória”, qual seja, a intencionalidade de um determinado sujeito que explicita por meio da escrita um desejo de preservar experiências por ele vividas e que considera importante serem registradas para a posteridade.

Há várias categorias de memorialistas e, em muitos casos, é possível encaixar um memorialista em duas ou mais categorias por força da função exercida pelo mesmo: é o caso dos “viajantes” e de determinados sujeitos que por exercerem determinadas funções em uma localidade são tidos (ou se consideram) como proeminentes dentro de uma dada comunidade tais como prefeitos, juízes, padres, dentre outros. Os relatos de viajantes já são usados de longa data pela historiografia brasileira e caracterizam-se como uma narrativa produzida por sujeito ou

---

<sup>93</sup>Doravante, a adjetivação de "individual" para o termo memória referir-se-á tão somente a "atribuição de memória a si" (ou seja para a lembrança que o sujeito do enunciado deixa transparecer como sendo a resultante de uma experiência própria) e não mais no sentido defendido pela distinção entre memória coletiva e memória individual realizada por Halbwachs.

sujeitos que ao percorrer longas distâncias em determinado território produzem registros minuciosos de sua passagem. Geralmente essas viagens são missões científicas empreendidas por geógrafos, botânicos, biólogos, médicos, dentre outros, e não muito raramente a serviço do Estado. Quanto aos demais memorialistas, poder-se-ia mesmo dizer que já é uma tradição a sua utilização enquanto fonte para a História.

A fronteira entre o historiador e o memorialista é muito tênue, sendo que muitos trabalhos de memorialistas utilizam significativo apoio documental, o que os aproxima ainda mais do ofício do historiador. A distinção mais significativa refere-se ao controle da subjetividade, que é mais rigoroso no historiador que no memorialista. É essa distinção, aliás, que torna o trabalho do memorialista uma fonte riquíssima para a reconstituição realizada pelo historiador de ofício: sem um controle mais rigoroso ou pelo menos sem o controle metódico de sua própria subjetividade, o memorialista impregna sua obra com representações acerca das relações sociais experimentadas em seu tempo, geralmente carregadas de posicionamentos ideológicos que aparecem para o historiador como expressão do intrincado jogo de relações e interesses de uma época. Em um memorialista temos:

Concorre muito para esse estado de cousas, as falsas informações dos que viajam por essas rejiões, pintando em linguagem florida e imaginosa, quadros de intensa poesia da vida bucólica, feliz e farta. Nós, se fôramos poetas, escreveríamos um poema trajico, como a descrição das misérias, das desgraças dos nossos infelizes sertanejos abandonados [...] Os nossos filhos que aprendem nas escolas que á vida simples de nossos sertões é cheia de poesia e de encantos, pela saúde de seus habitantes, pela fartura do solo e generosidade da natureza, ficariam sabendo que nessas rejiões se desdobra mais um quadro infernal, que só poderia ser majistralmente descrito pelo DANTE imortal.<sup>(94)</sup>

De outro extraímos o seguinte trecho:

Impossível, portanto, admitir e suportar certas afirmações mais do que injustas pelo seu pessimismo e formuladas na intenção de atribuir a todos os sertões, em geral, o que se pode verificar em algumas regiões e em determinados períodos. Lemos num relatório oficial, publicado em 1912, declarações tão desanimadoras e contrárias à verdade, que preferimos não mencionar aqui, o nomes dos seus autores, membros enviados de um instituto nacional que tantos serviços continua a prestar ao Brasil. Basta- nos citar algumas das conclusões desse trabalho científico, afirmações perniciosas, por enganam a opinião pública e informam muito mal as nações vizinhas **‘O sertão é sepultura viva [...] Os sertões são pedaços do purgatório [...]. Nessas regiões se desdobra um quadro infernal, que só poderia ser magistralmente descrito por Dante imortal [...]’.**<sup>(95)</sup>

É fácil perceber a citação mútua entre esses autores. A primeira relato é obra de dois agentes a serviço do Estado, Arthur Neiva e Belisário Pena, realizando “pesquisas de medicina,

<sup>94</sup> NEIVA A; PENA B. **Viagem Científica**: pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Ed. Fac. Similar — Brasília: Senado Federal. 1999, p. 222.

<sup>95</sup> AUDRIN, Frei José M. **Sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. p. 85-6.

higiene e história natural”, e o segundo é de um Frei Dominicano em trabalho missionário. Mais difícil, entretanto, é rastrear os motivos pelos quais duas representações absolutamente antagônicas são construídas para uma mesma situação histórica num mesmo período. Essa é a tarefa do historiador: atribuir significados a essas representações conflitantes. Os indícios apontados pela documentação direcionam a investigação para os conflitos estabelecidos entre a instituição Estado e a instituição Igreja e, aí, a segunda tentativa, por meio das ações missionárias, ocupar o espaço em vacância deixado pela primeira no que tange ao atendimento das necessidades básicas relativas a saneamento e saúde nos sertões.

A narrativa a seguir além de informar sobre o exercício de funções pelos missionários da Igreja que deveriam, em tese, ser efetuadas por médicos a serviço do Estado, esclarece-nos também sobre a violência tanto no que se refere a suas práticas quanto as representações criadas sobre essa prática e sobre seus praticantes:

[...] com seu facão, aplicou-lhe um golpe num braço, dividindo-lhe o deltoide; outros três golpes haviam dividido o osso occipital, onde se coliga com o parietal; o parietal na coligação com o temporal; um rasgão pior ainda tinha reduzido aos mínimos limites a orelha e havia dividido horizontalmente o temporal, por inteiro. Uma piedosa senhora havia estancado o sangue com pó de café [...] O sacerdote, que sentia-se cair, não quis mostrar-se insensível l àqueles justos desejos de salvar uma vida (...) Pe. Tonini [...] mandou ferver os ferros, acender o farol grande, a querosene e reunir todo o necessário. [...] não era necessário anestesia, o álcool fazia as vezes [...] Pe. Tonini dizia: -‘como pode quereis que viva um homem com pó de café no cérebro? Colocaram vários drenos, depois suturaram. Internamente com o Catgut; externamente com fios de seda. Ao todo deram uns quarenta pontos [...] Ainda estava em estado comatoso. Aplicaram tônicos cardíacos, penicilina e uma garrafa de soro fisiológico por via hipodérmica<sup>(96)</sup>

Percebe-se na narrativa acima uma crítica velada a determinadas práticas sertanejas pela oposição de um conhecimento “médico” do padre expresso por termos da anatomia à prática popular de estancar um sangramento com pó de café. O que nos interessa de perto é como a memória de sujeitos como esses padres e viajantes ao longo dos séculos XIX e XX pode esclarecer sobre as práticas de violência, quem as praticava, por que e por quais formas. Nesse sentido, os memorialistas, depois de retirado o “véu de preconceito” que impregnam seus escritos, deixam entrever valores, costumes e tradições dos sertanejos bem como as tensões entre os vários grupos sociais.

---

<sup>96</sup> TONINI, Pe. Quintino. **Dom Orione**: Entre Diamantes e Cristais – cenas vividas pelos missionários de Dom Orione nas matas do Norte de Goiás- Brasil. Fortaleza: Expressão Gráfica, s/d (escrito em Montevidéu: 1959).

Em linhas gerais, os literatos, os memorialistas, os viajantes e os homens públicos que são os produtores dessas fontes experimentaram de perto a violência que aparece em seus escritos e aqueles que não experimentaram a colheram nos arquivos e na memória social da região. Mas como vimos, enquanto uns apresentam o que há de mais complexo na cultura sertaneja, outros expressam o que há de mais objetivo, mais nu e cru nas práticas sociais.

E é justamente a injeção das várias e diversificadas representações da realidade sertaneja presente nessa massa de escrituras que o historiador utiliza como matéria prima para atribuir os significados a essas práticas e a essa cultura, construindo a seu turno outras interpretações, que não serão sutis como as de Bernardes, nem expressionistas como as de Élis, não serão bucólicas como as de Frei Audrin, científicas e preconceituosas como as de Neiva, e nem tampouco será uma cópia fiel dos processos vividos. Será o que deve ser: uma narrativa historiadora.

Mas acredito que as interpretações construídas pelos historiadores têm uma vantagem em relação às construídas pelos sujeitos acima referidos: ela leva em conta, sempre, os porquês destas interpretações: por quem foram elaboradas e reelaboradas, com quais objetivos, para quem, em quais conjunturas, em que momentos da vida de quem as produziram. Para a maioria importa representar o que aconteceu, para nós historiadores importa mais saber como aconteceu, (re) apresentando os acontecimentos na forma da história.

Às vezes, as próprias justificativas do literato revelam precisamente o que se pretende ocultar. Bernardes ao colocar como advertência que “estes escritos, assim como os nomes dos lugares, os nomes das pessoas, os acontecimentos e tudo o mais que eles contêm, são da pura inventiva do autor. Não se devem misturar aparências com o real”<sup>97</sup> deixou a pista para sua prefaciadora contradizê-lo, advertindo ao leitor que, “no entanto, esta é uma obra em que ficção e realidade se misturam, em que ficção e realidade se fundem, pois mostra o acontecido com a beleza do imaginado, e o imaginado com a verdade da própria vida.”<sup>98</sup>

O romance ao mostrar “o acontecido com a beleza do imaginado” revela como as coisas aconteceram à medida que está impregnada de vestígios dos processos históricos por meio da memória social subjacente. E é exatamente no “imaginado” que ele se diferencia de outras modalidades de fontes: o romancista ao utilizar das figuras de linguagem deixa fluir, às vezes consciente, mas geralmente inconscientemente, uma “massa de lembranças” constituidora da memória social de uma sociedade. No caso de Bernardes, além da comprovação de fatos

<sup>97</sup> BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: um drama nos babaquais. Goiânia: UFG. 1991, p.04.

<sup>98</sup> FERREIRA, Ecléa Campos. Prefácio in: BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991, p. 05.

fartamente relatados nas fontes públicas e do recurso à memória social, percebe-se nitidamente o recurso à sua memória individual e à memória de sua família, principalmente do pai e do avô. De forma similar à historiografia referida, a literatura expressa, por um lado, a violência como oriunda do poder de mando dos coronéis por meio do seu braço armado, o jagunço.

Moura Lima, ao narrar a revolta do povoado Peixe, norte de Goiás, ocorridos em 1937/1938 deixa entrever a força desta perspectiva:

Marcado pelo sangue e as paixões desenfreadas dos bárbaros coronéis do sertão, que tinham a vila como uma posse eterna, um feudo, e a transformaram num valacouto de criminosos, num reduto de morte e de luta pelo poder [...] Onde os jagunços viviam, à rédea solta, dos instintos animais, sem justiça nem lei, indômitos, feros e valentes como a terrível cascavel do sertão. E obedeciam sem apelação ou agravo, e tinham um código de honra: o soluçar do papo-amarelo, na cantiga da morte! [...] O espírito da maldade havia-se instalado no burgo.<sup>99</sup>

Mas por outro lado, essa mesma literatura nos revela, em um mesmo autor, aquela justaposição de costumes, valores e práticas como uma margem de manobra frente às relações de poder estabelecidas:

[...] o João Saracura erguera o rancho e, pouco mais abaixo, plantara as roças. De pomar bem plantado nos fundos, com casa-de-farinha ao lado, em breve o capurreiro domina por cima da tranqueira o arrozal ondulante que se estende pela restinga afora, extremamente verde, dessa verdura de fazer água cair da boca do vaqueano sedento das longas viagens. É a senha da fartura. Paiol abarrotado de milho e capado gordo no chiqueiro. Vive à barriga forra. [...] da porta do rancho, João Saracura continua o seu trabalho, pilando raízes de timbó, quando ouve o tropel das alimárias do grupo de Labareda. (...) ergue apenas os olhos e não se assusta com a chegada do bando. A sua mente, em chamadas de imagens, o transporta para as lutas de Boa Vista, sob o comando de Padre João. E aquela cena, ao vivo, da jagunçada armada o remete para o seu passado de crimes e tocaias. Não sente medo de Labareda e seus cabras, pelo contrário, sente-se no meio dos seus. E é com um sorriso no rosto que saúda o bando: ‘- Boa tarde, meus amigos’. Bamos apeando. O Capitão Labareda, com a mesma satisfação, responde: \_ Boa tarde! Eu sei que acabo de chegar na casa de um homem bom e trabalhador!<sup>100</sup>

No romance, esse homem “bom e trabalhador” tinha abandonado a vida de crimes e se dedicado a roça a partir de uma grave enfermidade contraída por sua filha e vendo-a à beira da morte, fizera uma promessa ao Senhor do Bonfim no sentido de obter a graça da cura. Vendo-a curada e “cansado daquela vida de crimes”, refugiara-se no rancho mencionado, levando uma vida pacata. Mas na narrativa de Moura Lima, ao despedir-se do bando, a personagem diz: “Capitão, eu sei que está avexado pra pegar a estrada. Mas quero lhe dizer uma palavra: se

<sup>99</sup>LIMA, Moura. **Chão de Carabinas**: Coronéis, peões e boiadas. Gurupi-TO: Gráfica e Editora Cometa, 2002.

<sup>100</sup> Id. **Serra dos Pilões**: jagunços e tropeiros. Gurupi-TO: Gráfica e Editora Cometa, 3 ed., 2001, p.93.

precisar de ajuda na sua vingança, é só mandar aqui um positivo, que estamos prontos para lhe servir. - Eu sei são João! E não dispenso!”<sup>101</sup>

É perceptível que a memória social que impregna a visão de mundo do literato o direciona no sentido de expressar as experiências vivenciadas por sujeitos reais por meio das suas personagens ficcionais, como é o caso envolvendo o agregado Salvador Nunes que fechará o capítulo II. Nos romances, entrar e sair de uma vida de crimes, participar ou fugir dos conflitos armados, cuidar da roça ou acompanhar um grupo de jagunços são escolhas determinadas pelas circunstâncias da vida e de sobrevivência das personagens. Moura Lima, ao representar a figura do chefe jagunço pelo viés do “justiceiro”, deixa entrever também estas escolhas:

[Tapioca]:- Capitão, que negócio esquisito é aquilo lá? E aponta pra um cavaleiro que vem tangendo dois negros ajouçados no laço de gangão, marchando à frente. [...] O Capitão convoca meia dúzia de jagunços e atravessa a praça, para verificar aquela estrovenga [...]. - O que aprontaram pra ficar nessa situação? Os negros, fungando e com os olhos esbugalhados pela fome e estrupiados da caminhada, respondem: - Fomos vendidos por dívida [...] e abaixam os olhos. O Capitão, olhando-os percebe que as costas dos infelizes estão lanhadas das chibatadas. E, erguendo a voz, diz: \_ Tapioca, solte-os não é possível uma miséria desta.<sup>102</sup>

Após libertar os dois e dar um “corretivo” em seu algoz, sugerindo-lhe que mandasse o patrão do mesmo vir cobrar a dívida do Capitão Labareda, o diálogo prossegue entre o chefe jagunço e os negros:

[Capitão]: - Os dois estão soltos. São homens livres. Se quiser nos acompanhar, serão bem vindos. Do contrário, pode pegar os burros de seu patrão e ganharem o mundo. Os negros respondem rápido com um sorriso no rosto: - Nós não temos para onde ir, Capitão, vamos com o senhor.<sup>103</sup>

A expressão “não ter para onde ir” expressa um fatalismo similar ao que encontramos na historiografia, na documentação pública e em parte das obras memorialísticas. Moura Lima, como qualquer sujeito, não consegue desvencilhar-se da “cela de seu próprio tempo”. Mas apesar desse fatalismo da literatura, nela é possível perceber também que a mudança de um “patrão” para outro muitas das vezes é uma saída – e não a única – para uma situação específica, ou circunstancial, de violência, mesmo sabendo-se que a violência continuará fazendo parte de sua vida.

As narrativas de Moura Lima baseiam-se nos fatos ocorridos no norte de Goiás e sul do Maranhão a partir do final do século XIX até a década de 1940, especialmente os que envolvem

---

<sup>101</sup> Id. Ibidem, p. 102.

<sup>102</sup> Id. Ibidem, p. 192.

<sup>103</sup> Id. Ibidem, p. 194.



as revoltas de Pedro Afonso, do Peixe e de São José do Duro. Essas revoltas e outras serão tratadas no capítulo IV, no sentido de clarear como os sujeitos alternavam suas práticas entre um tempo de relativa estabilidade e um tempo de conflitos armados abertos. Nas sangrentas disputas envolvendo poder, terra, plantações, gados e homens esses sujeitos também tinham interesses a defender: seja a defesa de interesses econômicos, seja a defesa da manutenção de um jeito de viver muito específico e a defesa de valores que davam sentido às suas existências.

No próximo capítulo problematizarei o povoamento da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins a partir de um conjunto de fontes, quais sejam, as produzidas pelo(a)s memorialistas Carlota Carvalho e Frei José Maria Audrin, dos romancistas Bernardo Élis, Eli Brasiliense e Carmo Bernardes, do viajante-jornalista Hermano Ribeiro da Silva e do General Cunha Mattos, esse último mais na condição de viajante que propriamente de presidente. Nesse conjunto, a memorialista Carlota Carvalho se destaca. Minha opção em destacá-la fica evidenciada no transcorrer do capítulo.

Parto do suposto que as formas pelas quais as relações sociais foram construídas no processo de povoamento da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins encetou um aprendizado acerca da prática violenta, instituindo-a como norma de comportamento que balizou as relações entre os sujeitos que passaram a habitá-la e suas experiências de vida. São dessas experiências e desse aprendizado que tratam essas fontes.

É chegada a hora de nos debruçarmos sobre elas.

## CAPITULO II

### O POVOAMENTO DOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS:

#### Narrativas, narradores e narrados

Anos e mais anos sucedendo desgraceiras desse tipo, as matanças de parte a parte, chegou-se a um ponto em que não há nada que faça um sertanejo achar que bugre é gente. É bicho, é fera, não tem a benção do céu. Pensa assim, e não há nada que faça mudar de opinião. A não ser a gente da pobreza. Essa cruza e se mistura, bom só, com os caboclos

Carmo Bernardes

Estes sujeitos construíram, ao longo do século XIX e XX, experiências de vida tendo sempre em seu horizonte as práticas de violência, uma violência costumeira. A cultura na Região dos Vales tinha essa matriz. Uma cultura de violências quer fosse por meio da agressão física, da mutilação, do assassinio, quer fosse por meio da expropriação, da exploração, do roubo, da expulsão, da humilhação, do ataque à honra e/ou das diversas formas de dominação, que foram os instrumentos por meio dos quais as elites lutaram por hegemonia e realizavam o exercício pedagógico da violência.

Por outro lado, a violência aprendida não era reproduzida apenas nos momentos de crise ou quando os interesses dos poderosos estavam em jogo, mas também na luta pelos modos de viver dos agregados e dos camaradas que seguraram em armas sob as ordens de um “patrão”.

Essas estratégias para a manutenção de seus modos de viver baseavam-se na justaposição de costumes, valores e práticas permitindo-lhes uma significativa margem de manobra frente às imposições dos sertanejos dominantes, o que expressava em última instância o desejo e muitas vezes a realização de uma relativa autonomia dessas pessoas que, inclusive, transformavam a própria prática violenta a que eram submetidas em uma arma de sobrevivência e, às vezes, de acordo com mudanças repentinas nas relações pessoais, fazendo voltar essa violência contra aqueles que a impuseram, fazendo o “tiro sair pela culatra”.

Um aprendizado acerca da violência que foi sendo transmitido de geração a geração e que é possível vê-lo impregnado em todas as camadas sociais, reproduzido de diversas formas, impregnado nas memórias e instruindo todas as mentes, desde aquelas que não tiveram a oportunidade de uma escolarização elementar até as mais “ilustradas”:

[...] O inspetor mandou amarrar o alguém (que lutou demais) no tronco linheiro do jatobázeiro, num sábado pela manhã. Sol descambando, à proporção que os garimpeiros

vinham chegando para a currutela mode vender as pedras garimpadas ou renovar as provisões, à proporção que iam beirando o vau, como que obedecendo a uma determinação de lei, iam descarregando suas armas no homem ali amarrado: carabinas, clavinotes, velhas espingardas de Braga, de carregar pela boca, [...] No outro dia, ao pé do jatobazeiro restava um monte moído e sangrento, ao qual acorreram instantaneamente, moscas de um azul de pedra rara, zumbidoras e velozes, que logo foram espantadas pelos cães famintos e alguns porcos, até que a patroa do Inspetor de Quarteirão determinou a alguém que juntasse aquilo numa casca de anjico branco e enterrasse no sumitero do garimpo, que gente humana, feito por Deus Nossinhô, é pecado restar sem sepultura, comida de bicho e de bruto, Deus me livre.<sup>104</sup>

Sob o pretexto de sair do perímetro urbano sem ser molestado por soldados, o Cap. Siqueira determinou que o Sargento Manduca conduzisse Manoel Frigi até fora da vila, no que deveria ser auxiliado pelos soldados Antônio Rocha, Manoel Pedro e Chico Mourão, que o executaram, assim que se afastaram da vila. Do mesmo modo, foram fuzilados ou sangrados Estevão Eslebão, Marcolino, José Horácio (filho de Manoel Frigi), Apolinário Malheiro de Sousa (irmão de Elesbão), Tiago, Manoel três Paus e muitos outros, cujos cadáveres insepultos serviam de pasto aos urubus e cães vadios<sup>105</sup>.

Quanta prática violenta descrita e narrada nestas duas formas literárias: textos distantes mais de século do material que lhes deram origem. Em que medida correspondem à realidade experimentada? De quais materiais Bernardo Élis se serviu para compor sua "narrativa ficcional" e Póvoa sua "narrativa memorialística"? Material humano que por mãos humanas foi transformado em carne putrefata que serviu de pasto aos animais. Esses "fatos" ocorreram. De várias formas com diversificados sujeitos como protagonistas e uma infinidade de motivos para que tenham ocorrido.

Interessou-me saber se tais fatos foram pintados com as cores fortes da tragédia ou com o movimento épico dos romances que narram batalhas; ou com os tons pastéis da memória. Ainda se no momento da construção narrativa se pretendeu realçar a crueldade das práticas ou obscurecer a participação de um praticante. Fazendo dessas preocupações parte dos procedimentos, pude compreender que tais acontecimentos ao serem vivenciados e posteriormente narrados, recontados, refeitos, distorcidos, desagrupados e reagrupados foram construindo a memória social acerca da Região dos Vales com a marca indelével da prática violenta.

Memória ora narrada pelos contadores de causos, outras vezes por viajantes, muitas outras nos romances e nas narrativas propriamente memorialísticas.

E ambos me assombraram pela naturalidade com que me descreveram as suas bárbaras façanhas. Disseram-me que, por mais de um mês, ficaram os cadáveres insepultos naquelas serranias [...], Foi só então que a sua patroazinha, ali presente, organizara uma

<sup>104</sup> ÉLIS, Bernardo. Sua alma: sua palma. In: ANDRÉ LOUCO: **contos**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1978, p. 87

<sup>105</sup> PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta-feira Sangrenta**. Goiânia: Gráfica Editora Líder. 2 ed., 1980, p. 140.

tropilha de camaradas, indo à frente deles sepultar em pessoa os companheiros e os inimigos. E, rindo gostosamente, concluíram que o mais engraçado fora que, nas mesmas valas, tiveram de ser enterrados também os animais que morreram na peleja [...] diziam-lhe que o fétido despreendido daquele amontoado de corpos dilacerados por centenas de corvos, era tão forte que lhes causavam vertigens<sup>106</sup>.

Essa memória – que é registro – é também instituidora de significados. Estes significados tornam-se costumes e passam a normatizar as relações. Relações permeadas pela violência que a seu turno retorna a essa memória, ora para beber nela aqueles significados no sentido de uma autojustificação da prática violenta, ora para produzir novos registros acerca dessa violência, com a pretensão de refutá-la, mas, paradoxalmente, reafirmando-a, gerando um círculo vicioso: a cobra comendo o rabo num movimento contínuo, porém, não linear.

Mas não é uma memória que aparece apenas nos "causos" dos mais velhos ou nos livros empoeirados esquecidos em um canto qualquer, relatando a epopeia do povoamento da Região dos Vales Araguaia e Tocantins. É uma memória viva que se expressa nas práticas cotidianas, reproduzidas de geração em geração em várias dimensões da vida do sertão. Nas festividades religiosas nas quais se comemora o santo, saudando-o com disparos de carabinas e mosquetões; nas afetividades rompidas muitas vezes pelo aço frio das lapianas; na subjugação feminina pelo braço viril do marido; nas falas embrutecidas e no regozijo das valentias; nas torturas e degolas aos inimigos nos campos de batalha; nas relações de trabalho estabelecidas ora sob a mira, ora sob a proteção das armas. A retroalimentação da violência por meio da memória social que impregna todas as narrativas, todas as formas de expressão sendo reeditadas no tempo.

Em relatório intitulado *O Vale Tocantins-Araguaia: possibilidades econômicas navegação fluvial*, de 1939, elaborado por Américo Leônidas Barbosa de Oliveira, enviado ao Ministério da Aviação e Obras Públicas e publicado em 1941, o indício das práticas violentas é apresentado pelo autor na forma de imagem:

---

<sup>106</sup>ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú** (memórias) 2 ed. São Luís: ALUMAR, 1993, p. 32 [Primeira edição de 1959, ou seja, trata-se de uma edição póstuma, tendo sido esta obra escrita entre a década de 1910 e o ano de 1940, pois em 1941 Abranches veio a falecer]

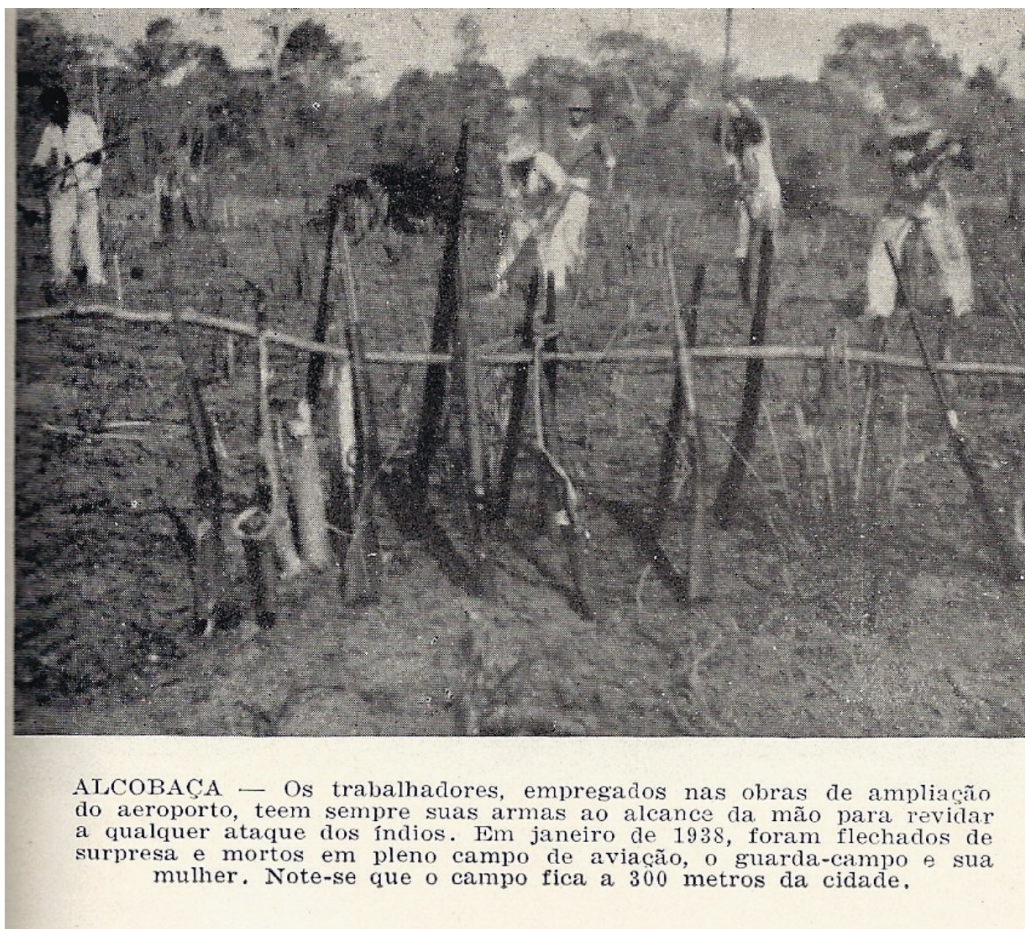


Figura 2: Trabalho e armas<sup>107</sup>

Mais adiante, o referido relatório ainda relata as condições do extrativismo nos castanhais:

Um 'rifle' acompanha invariavelmente o castanheiro, a fim de repelir os traiçoeiros Caiapós, que tornam a vida das matas assombradas. Sempre atento, o castanheiro só anda em grupo, não evitando, entretanto, os ataques fulminantes do gentio. A borduna do Caiapó o abate de surpresa, quando tem os movimentos tolhidos pelo peso do paneiro, ou quando dorme tranquilo na barraca.<sup>108</sup>

Tanto na imagem, quanto no relato, as armas aparecem como companheiras à espera de um "indígena traiçoeiro" que lhe caísse na mira. Em lugar de traiçoeiros, talvez, os termos "vingadores" ou "justiceiros" caíssem melhor aos Caiapós, porque não foram poucas as vezes que seus ataques foram um sinal claro de retaliação pelas investidas dos povoadores contra as

<sup>107</sup>Fonte: OLIVEIRA, Américo Leonides Barbosa de. **O Vale Tocantins-Araguaia**: possibilidades econômicas navegação fluvial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

<sup>108</sup> Id. Ibidem, p. 35.

tribos. Outras narrativas, também se valendo da memória social, apresentam indícios das práticas violentas contra as nações indígenas levadas a cabo pelos colonizadores da Região dos Vales por um lado e, por outro, apresenta-nos outras personagens que partilharam verossímeis experiências às voltas com essas práticas.

Mateiro [castanheiro] não entrava em panhação de castanha sem saber que estava vigiado por um bugreiro [matador de índios] de confiança, e sem que esse bugreiro possuísse boa cachorrada. E eles tinham razão, porque o mateiro que entrou na mata desresguardado, o Caiapó comeu-o. [...] O bugreiro chega, já vem com a bala na agulha do rifle calibre 44. O tiro espouca, o caboclo [índio] desce de lá esmolengando [...] a cachorrada feroz já está montada em cima, estraçalhando. O terçado bom de corte entra em serviço. O bugreiro racha o peito do caboclo, nem carece esperar ele acabar de morrer. Tira o coração, os bofes e fígado, pica e dá aos cachorros. Assim é que eles ensinam cachorro caçar bugre. Comendo os miúdos do caboclo, a cachorrada fica feroz numa medida que serve. O vaqueiro Leobino Arcanjo dos Anjos, do Corgo Grande, podia dizer que era mestre nesse ofício, esteve muitos anos vigiando castanhal.<sup>109</sup>

Aqui quero chamar atenção para um detalhe, discrepância menor entre as duas narrativas, mas que pode significar muita coisa. Na narrativa do viajante Leonides, o signo rifle que se refere às armas que "invariavelmente acompanha o castanheiro" aparece entre aspas. Na narrativa do romancista/memorialista Bernardes, os castanheiros, denominados por ele de mateiros, são protegidos pelo rifle calibre 44 de Leobino. Não há nenhuma referência aos mateiros estarem armados.

Na verdade, há uma ausência nas duas narrativas: o armamento utilizado pelo apanhador de castanha. Na primeira, as aspas na palavra rifle disfarçam o armamento mais simples do castanheiro, que vai aparecer em outros narradores como "armas primitivas". Na segunda, há ausência propriamente dita desse armamento.

O que esse pequeno detalhe esconde?

No cotejamento das fontes, foi possível entender as duríssimas condições de trabalho a que eram submetidos esses castanheiros, incluindo aí o sistema de "escravidão por dívida". Condições das quais alguns poderiam querer fugir. Sem dúvida, todos ali estavam armados e prontos a repelir um ataque dos índios ou de um animal de grande porte. Mas o rifle 44 de Leobino, bem como sua larga experiência nas práticas violentas, não estava ali apenas para "proteger" os mateiros. Estava ali aquele "homem temível" – afinal não era apenas o gentio que assombrava aquelas matas – para lembrar àqueles trabalhadores que haveria um preço alto a pagar caso se dispusessem a fugir: e esse era a vida.

---

<sup>109</sup> BERNARDES, Carmo. Op. Cit., 1991, p. 202-4

Os documentos públicos também apresentam indícios ao narrarem não apenas as políticas de extermínio dos indígenas capitaneadas pelo Estado e executadas pelos "povoadores" dessa região, mas também por narrarem, principalmente, o revestimento utilizado para justificar ou para ocultar os reais interesses de tais políticas:

Não se tendo satisfeito as mais requisições, releva dizer que para os lugares mais expostos as incursões dos índios se têm enviado armamento e munições. [...] O Conselho do Governo julgou procedente mandar retirar daquele Município os pequenos indígenas, já para lhes dar huma mais civilisada educação, já para tirar aos pais a pretensão de retomá-los, já finalmente para prevenir a correspondência delles com os selvagens, e a traição, aliás, inevitável; mas o Juiz de Orphãos de Porto Imperial a cujo cargo se achavão os pequenos em virtude da Lei, entendeo pelo contrário, e ali os distribuio. Pouco depois outra horda dos mesmos Cherentes dirigio vários assaltos a algumas fazendas.<sup>110</sup>

Mas para se entender essa memória que se expressa insistentemente nas narrativas de toda ordem, foi necessário seguir-lhe os rastros, recompor os fios, aqui e ali rompidos, que uniam as diversas narrativas, urdindo, assim, um tecido, mesmo que bastante esburacado, do passado com o qual pudéssemos reconstruir os processos. Foi necessário sujarmos as mãos naquelas massas disformes e sanguinolentas aos pés dos jatobazeiros, escarafunchar os crânios com buracos de bala enganchados nos anzóis.

Procurar saber a quem pertenciam ou, na impossibilidade de sabê-lo, recompor as práticas, os grupos sociais, as relações vividas por tal sociedade, entender o que moviam sujeitos tão diferenciados a exercer a violência e porque ela era, paradoxalmente, tão necessária à manutenção da própria vida. Revelar também a mobilidade dos sertanejos ao fazerem escolhas, buscarem espaços: ocupando-os e povoando-os desde o início do século XIX, o que originou os primeiros povoados na região dos vales. Estes sertanejos não estariam, necessariamente, seguindo um fazendeiro e/ou um chefe político que, em muitas situações eram estes últimos que buscavam se instalar onde houvesse esses sertanejos, em busca do "controle de homens" que lhes garantisse o "controle da terra".

Pois bem, nas relações que foram se travando naquelas circunstâncias, a prática violenta foi se instalando como uma necessidade da própria sobrevivência, quer fosse um fazendeiro e/ou chefe político na luta contra um rival, quer fosse um sertanejo pobre que se via obrigado a pegar em armas, pois uma das poucas opções a não se aliar a um desses chefes era fugir para regiões ermas - como de fato ocorria em diversas situações - se não se quisesse ver a si e aos seus trucidados, em função da suposta "deslealdade" para com o fazendeiro.

---

<sup>110</sup> Relatório de Província de Goiás de 1835.

Em suas memórias acerca da fundação, em 1868, de São Vicente do Araguaia - atualmente Araguatins - TO - e o posterior desenvolvimento dessa povoação, Leônidas G. Duarte deixa entrever os motivos que levavam esses homens a se deslocarem pela região. Acompanhemos um pouco sua narrativa:

1868 [...] Vicente Bernardino Gomes, maranhense, residindo então na Colônia Militar de São João do Araguaia, no Estado do Pará, resolvendo procurar um local para nele fundar uma povoação, subiu o rio Araguaia. Depois de 3 dias de viagem num batelão de toldo de palhas de babaçu, tripulado por seis homens adestrados conduzindo a família, aportou num lugar que lhe pareceu apropriado para realizar seu plano.<sup>111</sup>

A decepção veio cedo para Vicente Bernardino, pois o terreno era alagadiço na estação chuvosa, o que o fez "atravessar o rio com dois tripulantes, numa montaria [canoa] e procurar no estado de Goiás o local ambicionado. [...] encontrou uma faixa de mata de 20 metros de espessura e uma trilha que denunciava existir por ali alguma moradia".<sup>112</sup> Vicente Bernardino, seguindo a trilha, encontrou logo adiante uma choupana. Segundo nosso narrador, Bernardino teria ficado muito surpreso ao descobrir que seu "morador era um criminoso de nome Máximo Libório da Paixão, que cometera um crime de homicídio no então presídeo de São João do Araguaia ou São João das Duas Barras e aqui se refugiara"<sup>113</sup>.

Penso que Leônidas G. Duarte vende aí o peixe pelo valor de compra. Ao colher as informações que o subsidiaram na afirmação de ter Vicente Bernardino se surpreendido com tal encontro, não atentou, ou não quis admitir, para o fato desse mesmo Bernardino ser genro do Capitão Constâncio Dias Martins, Comandante do referido Presídio e, nessa condição, conhecer bem de perto Máximo Libório. Mas questionar ter havido, de fato, o elemento surpresa não se deve apenas a esse conhecimento entre ambos. Inferimos, da própria narrativa de Duarte, que esse conhecimento poderia ser mais estreito do que ele supôs, ou quis dizer, e que ao atravessar o rio, Vicente Bernardino já tinha rumo certo a tomar, qual seja, a referida cabana onde sabia, de antemão, que encontraria Máximo Libório da Paixão. Nosso narrador afirma que "diante do interesse de Vicente Bernardino em procurar local para sua povoação, Libório convidou-o para mostrar um de ótima condição"<sup>114</sup>.

Que o leitor reflita comigo: não havendo uma estreita ligação entre esses homens, seria mais prudente a Libório, sendo fugitivo do presídio comandado pelo sogro de Vicente Bernardino, mostrar "um ótimo lugar" a esse último, diga-se de passagem, não muito distante de

<sup>111</sup> DUARTE, Leônidas G. **De São Vicente a Araguatins**. Marabá-PA: J.C Editora, 1970, p. 14.

<sup>112</sup> Id. *Ibidem*, p. 14

<sup>113</sup> Id. *Ibidem*, p. 14

<sup>114</sup> DUARTE, Leônidas G. *Op. Cit.* p. 14.



sua morada ou, sendo bom conhecedor do terreno, desviar os caminhos e ter mostrado os piores lugares objetivando afastar dali aquele que o poderia denunciar?

E da parte de Bernardino, sabedor de ser Libório assassino foragido, não teria sido mais prudente ocultar seus planos de estabelecer ali moradia? Ou ainda, estando na companhia de mais dois homens, sem dúvida os três armados, ter recapturado o fugitivo, o que o faria cair nas graças do sogro?

O bom senso nos conduz à segunda opção. Sim, o bom senso e a lembrança do caso envolvendo o agregado/foragido/carcereiro Salvador Nunes do Valle, que o leitor conhecerá ao final do capítulo. Não seria mera ilação, mas uma crível possibilidade que, assim com Salvador do Valle, Libório tenha tido sua fuga "facilitada", por Bernardino ou por seu sogro, ou por ambos e, por razões que desconhecemos, do ponto de vista de suas especificidades, tenha sido mantido ali na choupana como uma espécie de ponta-de-lança para futuras ações na região e/ou como um explorador da mesma a serviço daqueles.

Dentre essas futuras ações estavam nos planos de Vicente Bernardino o estabelecimento de uma casa comercial, que iniciou como uma viagem feita à Carolina, ocasião em que "de lá trouxe um batelão carregado de cereal e algumas mulheres, as quais deu casa e fornecimento até certo tempo, com a condição de fazerem suas compras em sua casa comercial, sempre que pudessem"<sup>115</sup>. Esse "ponta-de-lança", pelas características do próprio negócio que se pretendia desenvolver, deveria ser, necessariamente, um homem que tivesse um trato mínimo com as armas e com a violência. Todas as fontes indicam que os comerciantes e regatões tinham esse tipo de homem a seu serviço.

Quanto à fuga, um dos elementos que afiança a argumentação acima é que em toda a documentação que pesquisei não encontrei um relato sequer que indicasse uma fuga orquestrada única e exclusivamente pelo próprio preso, ao passo que as orquestradas e realizadas pelos fazendeiros e/ou chefes políticos e/ou "chefes de bandos" foram recorrentes.

## 2.1. POVOAMENTO, INDÍGENAS E MISSIONÁRIOS: Dominação, negociação e resistências.

---

<sup>115</sup>Essa informação, bem como a referente a Vicente ser sogro do Capitão Dias, comandante do referido presídio, figura no livro de Leônidas G. Duarte, em tópico com o título: "Biografia de Vicente Bernardino", de autoria da escritora maranhense Carlota Carvalho. A biografia foi publicada, inicialmente, no "Diário de S. Luís de 25/11/24, algumas páginas à frente da própria narrativa de Leônidas, que transcrevemos anteriormente." "Diário de S. Luís" de 25/11/24, algumas páginas à frente da própria narrativa de Leônidas, que transcrevemos anteriormente.

Quanto ao povoamento dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins é necessário pensá-lo como um processo não homogêneo. De fato, podemos falar do povoamento da região de Boa Vista, extremo norte de Goiás, e de Carolina, sul do Maranhão, como parte da ocupação iniciada com a abertura de fazendas de gado especialmente no início do dezenove, porém no que concerne à região aurífera, essa era habitada desde o início do dezoito.

Exemplos dessa heterogeneidade é ainda a povoação tardia do sul e sudeste do Pará, regiões que viram surgir suas primeiras cidades, Conceição do Araguaia e Marabá, somente no final no século XIX. Em comum, estes processos têm a dimensão da violência contra os grupos indígenas que povoavam desde longo tempo as regiões requeridas pelos grupos de sertanejos ou portugueses. Contudo, a violência sofrida pelos grupos indígenas não podem ser tomadas apenas como ações físicas, mas também como parte de uma cultura de dominação expressa simbolicamente.

A chegada da ordem religiosa de São Domingos no norte de Goiás, desde o final do século XIX, é representativo desse exercício de dominação simbólica sobre os grupos indígenas. As agressivas investidas de Gil Vilanova, um frei dominicano de origem francesa, sobre as tribos Xerentes na última década do século XIX aponta na direção das estratégias erigidas pela Igreja Católica com vistas a desestruturar culturalmente os indígenas que habitavam o norte de Goiás.

No ano de 1890, Frei Gil empreendeu sua primeira excursão em busca de manter contato com grupos Krãos e Xerentes que viviam ao longo da margem direita, sul do maranhão, e esquerda, norte de Goiás, do rio Tocantins. Estas tribos já eram conhecidas desde o início do século XIX pelos grupos de não índios que viviam ou circulavam pela ampla região tocantina, no entanto, somente com a chegada da primeira década do século XX é definitivamente requerida dessas tribos que restrinjam a ocupação do espaço para que a política de vendas das terras devolutas goianas pudesse ser ampliada. Trata-se do reforço constante e amplo dos cercamentos das terras para a instalação das fazendas agropecuárias.

A sedução dos Xerentes e Krãos nesse caso era essencial, mas os meios e as estratégias utilizadas até aquele tempo pareciam não surtir efeito. Assim, o papel da Ordem Dominicana pode ser considerado central no controle dessas tribos. Vilanova aproxima-se da aldeia e é recebido com desconfiança, mas não com hostilidade. Publicados na Revista Dominicana, encontramos ali os depoimentos dos contemporâneos de Vilanova acerca de sua excursão entre os Krãos e os Xerentes. Em sua segunda excursão, depara-se esse frei com uma tribo da margem esquerda do Tocantins:

Acompanhados de dez homens atingiram uma pequena tribo que logo fugiu à sua aproximação. Pouco a pouco, porém, os índios se tranquilizaram, e como lhes apresentassem algumas provisões, com o pedido que as preparassem para as refeições dos padres, voltaram logo na esperança de virem tomar parte nela [...]. Ficaram eles encantados, e enquanto há alguma coisa para comer, tudo corre às mil maravilhas. Terminada a refeição, começam as negociações. Ninguém mais se entende e a recusa é formal.<sup>116</sup>

As negociações as quais se refere o depoimento acima são as tentativas de arranjos com os chefes das tribos para que esses autorizassem que as crianças fossem levadas para Porto Nacional e posteriormente catequizadas. Trata-se de um jogo de sedução no qual as forças da violência física, plenamente conhecidas e reconhecidas por Krâos e Xerentes desde as investidas militares de Francisco de Paula Ribeiro no início do século XIX, é substituída pela violência simbólica, construída em torno da ideia de salvação da alma, mas principalmente em torno da negociação de uma proteção específica contra as forças militares que buscavam fazer estas tribos desocupar suas terras.

Por outras palavras, a violência simbólica tinha sua eficácia garantida, em parte, em função de ter sido gravada na memória dos grupos indígenas por meio da violência física, pressupondo uma profunda e sutil relação entre os diversos modos de dominação. Do ponto de vista da crença, ou melhor, da produção da crença, as funções políticas da religião e das instituições religiosas, caso das ordens católicas como a de São Domingos, são constituídas por um argumentação que “transfigura as relações sociais em relações sobrenaturais, inscritas nas naturezas das coisas e portanto justificadas”.<sup>117</sup>

De certa forma, o que é instalado é a dissimulação das imposições sociais por meio e a partir da legitimação de determinadas crenças religiosas, que no caso concerne à questão da violência simbólica empreendida contra os indígenas das tribos que habitavam os Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Conforme Bourdieu, esta questão diz respeito às funções políticas que a religião cumpre em favor da “ordem social” “em virtude de sua eficácia propriamente simbólica”:

Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como uma estrutura natural-sobrenatural do cosmos<sup>118</sup>.

<sup>116</sup>Frei Gil Vilanova e suas excursões missionárias em busca dos índios (Depoimentos de contemporâneos de Frei Gil). *Memória Dominicana* N. 08 s/d, p. 10.

<sup>117</sup>BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 33.

<sup>118</sup>Id. *Ibidem*, p. 34.

Entretanto, o processo de dissimulação da economia de bens simbólicos como parte de uma economia de produção material não significa dizer que este processo representa um simples falseamento do real. O que de fato acontece é uma negação: nega-se que as ações religiosas estejam relacionadas às ações extrarreligiosas (econômicas e sociais) tanto por parte do corpo religioso, quanto por parte dos “fiéis”. Essa negação, que fortalece profundamente a dissimulação das funções políticas exercidas pela religião, no caso dos Krãos, é exemplificada pelos acontecimentos vividos por Frei Gil Vilanova no contexto da excursão a que nos referimos acima.

Ao fim de seu encontro com aquela tribo Krão, no qual Frei Gil obteve uma “recusa formal” dos pais dos pequenos indígenas, quanto a ceder suas crianças para a catequese, o dominicano e sua comitiva seguiram para outra aldeia Krão, local no qual, segundo haviam lido, havia muitas crianças:

Deixando o companheiro o Frei Gil parte de novo à meia noite, a bordo de uma canoa na qual viaja só com um piloto cristão e uma equipagem de remadores índios. Aos raiar do dia desembarcaram e embrenharam-se pelo mato a dentro. Um dia de caminhada até a Aldeia. Chegaram ao cair da noite. As negociações levaram dois dias. No final, seis crianças lhe seriam confiadas. De posse de sua conquista, Frei Gil apressa-se a retornar. Receia que os índios arrependidos, voltem atrás. De fato, apesar do bom trato, três desistem. Conserva apenas Marco, Abocsú e Aquedi. Um mês de excursão. Já era tempo de voltar.<sup>119</sup>

A negociação em torno das crianças indígenas apresenta evidências da construção de estratégias que culminam com a violência cultural sofrida pelos primeiros povoadores dos vales dos rios Araguaia e Tocantins. Embora não esteja claro, é provável que as crianças tenham sido alvo de uma “troca”, mas esta “permuta” não pode ser compreendida somente como um “ato comercial”, mas como uma troca simbólica na qual a crença na conversão como elemento de redenção se sobressai como um argumento legítimo.

Por outro lado, a resistência a esta violência cultural é manifesta quando metade das crianças indígenas “conquistadas”, talvez como despojo de uma guerra simbólica, pelos religiosos desistem de segui-los. Quantos aos que os seguiram, a violência cultural que sofriam era reforçada pela produção e reprodução de crenças religiosas que os afastavam dos valores mágicos e míticos de sua cultura:

---

<sup>119</sup>Frei Gil Vilanova e suas excursões missionárias em busca dos índios (Depoimentos de contemporâneos de Frei Gil). *Memória Dominicana* N. 08 s/d, p. 11.

Subiram o Rio em canoa para Porto Nacional. Frei Gil começa a educação dos seus filhos adotivos. Marco devia ter 15 anos e os dois outros de 08 a 10. [...] Pouco a pouco se afizeram as crianças aos hábitos de sua nova vida. [...] Assistiam todas as tardes ao canto do Salve Regina e à recitação do terço na Igreja, e em poucos dias já os haviam decorado. Marco conservou o seu nome. Abocsú trocou o seu pelo de Domingos, e Aquedi recebeu o de Raimundo. [...] Quando no ano seguinte, Frei Gil se viu envolvido nos acontecimentos de Boa Vista, os pais assustados vieram reclamar os seus filhos; estes não queriam ir. Foram levados à força e na primeira noite amarrados a árvores para que não voltassem para Porto.<sup>120</sup>

Acima são narrados acontecimentos que evidenciam como as articulações entre violência física e simbólica estão presentes no processo de povoamento dos vales. Do ponto de vista da normatização social, na reprodução das crenças da religião católica entre os indígenas estão imbricadas práticas de violência simbólica e física: desde a retirada das crianças da aldeia, provavelmente contra suas vontades, passando pela catequização por meio da aceitação e reprodução dos rituais católicos, até a negação de sua identidade cultural a partir da substituição de seus nomes tribais por nomes dados pela congregação religiosa.

Não obstante, os mecanismos de ordenamento e controle social aplicados contra as culturas indígenas não foram construídos e reproduzidos sem resistência. Embora na narrativa acima não apareça uma exposição clara, não é improvável que os pais de Marco, Abocsú e Aquedi tenham aproveitado a oportunidade, quando o frei deveria se ausentar da região por um relativo período de tempo, pois corria risco de morte, para resgatarem seus filhos com relativa segurança tanto para si quanto para o grupo.

A capacidade dos indígenas de construir estratégias de resistência contra a violência dos não índios foi pouco estudada até agora. Por outro lado, suas estratégias não se resumem à resistência, mas combinam mecanismo de negociações que buscam, de certa forma, diminuir a tensão produzida pelas forças de dominação. Além disso, os exercícios de negociação construídos pelos indígenas nos vales dos rios Araguaia e Tocantins são constituídos didaticamente para lidar não apenas com a Igreja, mas com os interesses das ocupações sertanejas.

Sobre a dimensão das resistências e das negociações, as estruturas construídas e pensadas pela sociologia como instrumentos de análise não me parecem suficientes por, em determinado sentido, restringirem-se ao campo normatizado das relações sociais. Assim, apesar de concordar com análise desse campo no que concerne às forças estruturais e sistêmicas, é

---

<sup>120</sup>Frei Gil Vilanova e suas excursões missionárias em busca dos índios (Depoimentos de contemporâneos de Frei Gil). *Memória Dominicana*. N. 08 s/d, p. 11.

necessário desviar o olhar para os pontos em que os processos são constituídos também por objetivações próprias das experiências dos sujeitos.

A ocupação da fronteira de Goiás com o Pará foi marcada por várias tentativas de manutenção do Presídio de Santa Maria na margem do Rio Araguaia no transcorrer do século XIX, que foram combatidas violentamente pelas tribos Carajás e Xavantes. Com efeito, somente a partir da década de 1890 é que efetivamente os pontos de povoamento foram se fortalecendo. A constituição do povoado da Barreira de Santana e Conceição do Araguaia, que atualmente pertencem ao sul do Pará, são exemplos das negociações que sertanejos e grupos indígenas construíram em torno da ocupação desses territórios.

Sobre Barreira e Conceição do Araguaia, a Ordem Dominicana teve importante papel, como já afirmamos em outro momento. Porém, outros grupos também foram importantes, caso de muitos sertanejos e suas famílias. Em 1963, D. Cândida, filha de Inocêncio Costa, um dos primeiros moradores de Barreira de Santana, conta como foi que seu pai fez contato com índios que habitavam a região:

Quem povoou aqui foi meu pai: Inocêncio Pereira Costa. Ele veio de Pedro Afonso [cidade às margens do rio Tocantins]. Aqui era só índio maciço. Em Santa Maria do Araguaia, não queriam deixar o meu pai atravessar para cá. Eles diziam que os índios matavam. Meu pai disse que não, que estava acostumado a abandonar índio. Quando chegou bem í na porta da Barreira, eles estavam lá. Aí meu pai encostou e foi saindo prá lá. Aí eles disseram: ‘- Olha, cristão, não vem prá cá, não vem prá cá, não!’. Meu pai disse: ‘Porque não vou?’. ‘- Porque você... aqui a terra é meu’. Papai respondeu: ‘É terra seu e meu também. O que é que você é? O índio disse: ‘- Eu sou o Capitão da Aldeia’. Aí papai disse: ‘- Eu também sou capitão. Eu sou o capitão Inocêncio; o senhor como se chama?’ ‘- Eu sou o Capitão Ciríaco’. ‘- Pois eu quero conversar com o senhor’.<sup>121</sup>

É pouco provável que a abordagem dos índios realizada pelo Capitão Inocêncio tenha sido tão direta. As advertências recebidas no presídio de Santa Maria não eram infundadas, considerando-se as três vezes que, durante o século XIX, aquela povoação foi destruída pelas tribos que se recusavam a aceitar sua instalação na região. Vejamos os próximos passos de Capitão Inocêncio, o sertanejo, e Capitão Ciríaco, o chefe indígena, o que talvez esclareça um pouco sobre as formas simbólicas da violência da ocupação. Diante do convite para conversar, feito por Capitão Inocêncio, Capitão Ciríaco inicia o diálogo dizendo: “- Pois é, entonce nós conversa, disse, e outra, que o Sr. Só pode ficar aqui se comprar a terra. Se comprar a terra e o lugar, eu deixo, mas, se não comprar, eu não deixo não!”<sup>122</sup>.

<sup>121</sup> Frei Gil Vilanova e suas excursões missionárias em busca dos índios (Depoimentos de contemporâneos de Frei Gil). **Memória Dominicana**. N. 08 s/d, p. 22.

<sup>122</sup>Frei Gil Vilanova e suas excursões missionárias em busca dos índios (Depoimentos de contemporâneos de Frei Gil). **Memória Dominicana**. N. 08 s/d, p. 23

Na continuidade, segundo D. Cândida, seu “pai disse que comprava” e o chefe indígena “então mandou todo mundo sentar, ficar de cócaras, largar a armação das flechas.”<sup>123</sup>. Inicia-se uma negociação:

Aí [o chefe indígena] pegou na mão do meu pai, subiu a ladeira do porto e quando chegou lá falou: -‘Quanto queria pelo lugar?’ Aí ele falou assim: - Eu quero trinta cabeças de gado e um animal’. Então meu pai ofereceu o mesmo tanto: - ‘ Dou esse tanto.’ Ele então mandou os índios se retirar [...] Era 1893.[...] Esse lugar foi povoado no dia 10 de setembro. Isso eu tenho certeza e não esqueço.<sup>124</sup>

Por outro lado, no final do século XIX os grupos armados, comandados por militares e/ou civis, que circulavam pelas margens do rio Araguaia, dificultavam a ação de ataque e defesa dos índios, o que pode ter contribuído para uma recepção pacífica do capitão Ciríaco, chefe da tribo que Inocêncio contactara. É bem possível que diante dessas novas condições, os índios tenham passado a agir com mais cautela diante dos sertanejos que buscavam ocupar a região: essa é uma hipótese plausível. Contudo, a prática indígena foi constituída de forma também a reelaborar a dominação pretendida pelos dominicanos, assim como pelos sertanejos, que buscavam ocupar a região. No contexto da povoação da região de Conceição do Araguaia, os índios do grupo Karajá, especialmente os caciques e maiores das tribos, não se deixavam controlar sem antes lutarem, à sua maneira, para se manterem autônomos.

A resistência indígena se deu das mais variadas formas, e em muitos momentos a violência era o meio encontrado para fazer valer a manutenção dos seus modos de viver. Já adentrando o século XX, em abril de 1901, o Juiz de Direito Interino de Barra do Corda envia extenso telegrama às autoridades relatando o ataque ao Instituto Agrícola de Catechese São José:

Numerosa horda selvagem, verdadeiras feras humanas, atacou naquela noite e por ocasião do terço na capella do convento todas as pessoas que ali se achavam, trucidando barbaramente os quatro capuchinhos Frei Reinaldo, Frei Victor, Frei Zacharias, Frei Salvador, todas as freiras, noviças, domésticos e, finalmente, quantos lá haviam das vizianças. [...] Calcula-se em muito mais de cem o número dos mortos.<sup>125</sup>

O recurso à violência aqui se deu, segundo o próprio governo do estado, numa série de telegramas trocados entre as autoridades de Barra do Corda e o governo, como medida para os índios resgatarem do referido instituto suas crianças e seus parentes. Essa forma de violência permaneceu durante todo o povoamento e, aqui e ali, era retomada, tendo as incursões de resgate, principalmente de suas crianças e, às vezes, incursões de vingança, perduradas por todo o

<sup>123</sup>Id. Ibidem, p.23

<sup>124</sup> Id. Ibidem, p. 23

<sup>125</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1900.

período sobre o qual nos debruçamos. Tais incursões eram invariavelmente uma reposta às incursões de catequese ou às "bandeiras de apresamento" de índios. Em muitas ocasiões, essas duas formas de incursões contra os índios estavam interligadas.

## 2.2. O POVOAMENTO BANDEIRANTE: A percepção da memória letrada

Ao narrar o processo de povoamento da região de Pastos Bons, que compreendia territórios das capitanias do Maranhão e do Piauí, Carlota Carvalho, em suas memórias, carrega nas cores de sua narrativa tentando expressar com vividez as práticas violentas exercidas contra os "autóctones".

Após discorrer sobre a brava resistência dos Timbiras, em 1813, resistência que não abandonaram mesmo durante os trinta e sete (37) anos que se seguiram de ataques contínuos dos colonizadores, Carvalho nos oferece sua versão sobre o desfecho desse processo:

Dos moradores das circunvizinhanças, ouvem-se narrações horrorosas das perfídias e crueldades dos conquistadores. Ora aliança para combater a taba rival, depois a traição, o ataque por surpresa dos aliados da véspera e o morticínio sem poupar idade ou sexo. Só podiam ficar tranquilos na posse da terra, diziam eles, depois de matar todos os caboclos. Atraídos pela paz, ilaqueada a confiança, invalidados por bebidas alcoólicas, premeditadamente dadas em demasia, os autóctones eram deslealmente assassinados e expostos no campo, em montes, para repasto dos urubus.<sup>126</sup>

Percebe-se aqui o recurso àquela memória social como uma das matérias primas para a construção da narrativa que fica evidenciado pela expressão "assassinados e expostos no campo, em montes, para repasto dos urubus"<sup>127</sup>.

Essa expressão, recorrente em todas as formas de relatos, pode não representar "exatamente" como os fatos se deram, aqui e ali hiperbolizando a violência, aqui e acolá a obscurecendo, mas expressa um sentimento generalizado no íntimo daqueles que presenciaram tais fatos na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins ou que deles tiveram notícia: o sentimento de incômodo em relação à mortandade oriunda dos confrontos entre índios e povoadores.

O Relatório de Província de Goiás de 1835 elenca povoações onde se davam tais escaramuças, como São Felix, Amaro Leite, São José, Porto Imperial, Pontal, destacando que "Caraôs [Macamecrãs], apoctogês e Apinagês, aldeados nas imediações de Boa Vista têm

<sup>126</sup>CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a História e Geografia do Brasil. 2 ed. Imperatriz-MA: Ética, 2006, p. 116-7. [A primeira edição dessa obra, pela Editora Progresso, é de 1924, tendo sido escrita na década de 1910]

<sup>127</sup>Id.Ibidem, p. 117



estado tranqüilos"<sup>128</sup>. Perceba-se que o relatório considera tranqüilos os índios que não promoviam incursões contra os conquistadores. Esses mesmos índios estiveram constantemente envolvidos em batalhas, "aliados" a estes povoadores contra outras tribos.

Mas foi aquele sentimento de incômodo que ficou registrado na memória social e é ele que revela a intensidade e a frequência das práticas violentas vivenciada por aquela sociedade. E como veremos adiante, essa memória é também alvo de disputas entre seus produtores o que revela, a seu turno, que a memória funciona como um instrumento de poder. O poder de dizer o que uma sociedade é; como ela deve se portar; quais registros devem ser mantidos; quais sujeitos têm o direito de registrar e de serem registrados.

No que concerne ao ato de registrar algo que faz parte da memória, Paul Ricoeur nos adverte que esse procedimento envolve uma série de "operações mentais" e que estas:

dependem do que Carlo Ginzburg chamará mais tarde de 'método indiciário'; este é guiado pela imaginação afetiva – pela *Einführung* -, que nos transporta para perto da experiência viva de outrem, no modo que Husserl denomina 'apresentação' [...], e que não pode ser igualado a um 're-viver' efetivo. No caso da atribuição a si mesmo, [de um fato que está presente na memória social] o 'preenchimento' – é seu nome – é direto, imediato, certo; ele imprime em meus atos a marca de uma possessão, de uma minhadade sem distância; uma aderência pré-temática, pré-discursiva, antipredicativa subtende o juízo de atribuição a ponto de tornar inaparente a distância entre o si e suas lembranças [...]. Ora, essa abstração não é arbitrária; ela é constitutiva do momento linguístico da memória, tal como a prática de linguagem cotidiana o promoveu, é ela que permite nomear e descrever de maneira distinta [e/ou semelhante] o 'mental', a *Mind*, enquanto tal<sup>129</sup>

A prática de linguagem cotidiana descreveu a violência da qual tratamos com a expressão "assassinados e expostos no campo, em montes, para repasto dos urubus" e Carlota Carvalho, assim como vários outros que se serviram da memória social para dizer daquela sociedade, tomou-a para si – realizando a "suspensão de atribuição" a que se refere Ricoeur – para nos dizer de seus sentimentos em relação ao extermínio dos índios na Região em foco.

Em que pese o fato de que todo relato, por mais carregado no tom, seja insuficiente para descrever as atrocidades cometidas contra os índios, pois assim indicam todas as fontes que tenho consultado, é preciso aqui tentar entender porque a voz de Carlota Carvalho, embora não seja a única, em uma sociedade que estabeleceu como norma o extermínio dos índios, destoa de muitas outras, soando como defesa dos "bravos e honrados" Timbiras.

<sup>128</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1835.

<sup>129</sup> RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 137.

Carlota Carvalho por tradição, instinto e formação, legou sobre os Vales uma narrativa peculiar. Ainda na década de 1910 reconstrói enredos sobre diferentes acontecimentos e processos históricos das regiões hoje conhecidas como sul-sudoeste do Maranhão, sul do Pará e norte de Goiás. Articulando estes enredos, materializa na obra de memória, *O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil*, tramas históricas e historiográficas que constituem literariamente sentidos sociais e políticos acerca da história das regiões acima referidas, especialmente deslocando e realocando ideias e interesses que expunham a intercambialidade entre nacional e regional, sertão e litoral.

Se na contemporaneidade as relações entre centro e periferia, supondo-se que já tenhamos desmistificado estas palavras – parece algo re-conhecido, no início do século XX esse não era o caso, aliás, o consenso encaminhado deliberava a inferioridade e a distância do sertão em relação à cidade. Ora, considerando-se que neste momento esse consenso movia a intelectualidade brasileira, é perceptível a importância do trabalho de Carlota Carvalho, principalmente por buscar diminuir, ao menos historicamente, o abismo entre estes mundos.

Narrando os conflitos cotidianos entre índios e bandeirantes no interior de Goiás e Maranhão, ainda no século XVIII, traça linhas pertinentes, é certo que muitas delas interrompidas abruptamente em sua prática de escrituração, rumo à problematização do vínculo entre exploração, aldeamentos e dizimação das nações indígenas e as ebulições políticas em Goiás e Maranhão no período pré e pós Independência do Brasil.

A coerência de sua escrita, no entanto, vai além: defende que o tempo perdido em colóquios insignificantes para a consolidação do processo de Independência, mesmo depois de vencidos os principais confrontos armados, demonstrou a fraqueza dos líderes desses movimentos, especialmente do emissário da revolta no Maranhão, Hermenegildo da Costa Nunes, sobre o qual pesava a “responsabilidade imensa da sangueira e horrores praticados em nome do princípio da autoridade”<sup>130</sup>.

Conforme Carvalho, os maranhenses não sabiam o quanto erraram ao escolher para representá-los “um emissário fora de sua gente! [...] Ninguém suspeitava [em Costa Nunes] gramático e sofista [com] o espírito de Jeffreys”<sup>131</sup>.

O surgimento da expressão “gramático e sofista” em seu livro não foi aleatório, surgir ela grafada neste ponto da discussão muito menos o é. Afinal é nesses detalhes, no caso dessa escritora talvez unicamente nesses detalhes, que se faz possível encontrar caminhos que transluzam

---

<sup>130</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit.p. 170.

<sup>131</sup>Id. Ibidem.

as evidências necessárias para se compreender a forma, o estilo, o conteúdo e, sobretudo, as sutilezas do campo interpretativo circunscrito por Carlota Carvalho na apresentação do pensamento social que assume e na luta de memórias que ora se acomoda, ora se rebela em sua escritura.

Todavia, antes de perscrutarmos a essência dessa questão, esclareçamos que o olhar que lhe destinamos foi constituído no limiar entre a hermenêutica textual e a reconstrução das experiências sociais dessa autora. Carlota Carvalho advém de troncos familiares sobre os quais as informações são escassas, a obscuridade da origem de sua família é condizente com o mistério que pairou, e ainda paira, sobre sua vida e sobre sua formação.

Provavelmente tenha nascido na povoação de Riachão, uma das primeiras vilas do sul do Maranhão, denominada hoje cidade de Grajaú, supõe-se em 1866. A própria Carlota Carvalho registra em *O Sertão* que seu avô paterno, José Joaquim de Carvalho, era filho da nobre francesa Paula de La Rochambeau, desterrada para o Brasil após a Revolução de 1789 e, mulher de singular inteligência que era, era também “possuidora de cultural intelectual, imaginação fantasiosa e sonhadora de virtudes e utopias”<sup>132</sup>. O pai de seu avô paterno era José Marques de Carvalho que, por sua vez, era “um português ignorante, mas dotado de boa índole, trabalhador e econômico”<sup>133</sup>, residente na Bahia.

Sobre sua herança materna, diz-se que seu bisavô paterno, José Marques, após ser abandonado por La Rochambeau, casou-se com uma índia de nome Messias, filha de criação de uma rica senhora sem filhos, também residente na Bahia. Herdeira de fortuna, motivação que, conforme Carvalho, levava José Marques ao casamento, Messias fora educada na fé católica, tornando-se “uma mulher neurastênica [...] intolerante e intransigente”<sup>134</sup>. Da união de seu bisavô paterno, José Marques<sup>135</sup>, com Messias, nasceu seu avô materno, Severiano de Carvalho, que herdou a fortuna de Messias. O avô paterno de Carvalho, José Joaquim de Carvalho, que era natural de Santa Rita do Rio Preto, localizada nas proximidades da fronteira com o norte de Goiás, exilou-se em Riachão por volta de 1823, possivelmente como revoltoso da Confederação do Equador, isso após D. Pedro I ter tomado medidas drásticas contra os prováveis sediciosos. Transferindo-se para Campo Largo, também situada na região de Pastos Bons no sul do

---

<sup>132</sup> Id. Ibidem, p. 67

<sup>133</sup> Id. Ibidem. p. 67

<sup>134</sup> Id. Ibidem. p. 68.

<sup>135</sup> José Marques Carvalho e Paula de La Rochambeau eram os pais de José Joaquim de Carvalho, avô paterno de Carlota Carvalho. O mesmo José Marques, após ser abandonado por La Rochambeau, casou-se com a rica índia Messias, que deu à luz o avô materno de Carvalho: Severiano de Carvalho. Ou seja, José Marques Carvalho, o português ignorante, teria sido bisavô paterno e materno da escritora Carlota Carvalho.

Maranhão, José Joaquim, “homem letrado, de espírito libertário [criou] uma escola onde ensinava gramática, latim, matemática, além de ler e escrever às crianças da região e principalmente seus filhos”<sup>136</sup> ainda na infância e, dentre esses, estava o pai de Carlota Carvalho: Miguel Olímpio.

Em 1827, José Joaquim fixou residência, com a família e os escravos, na fazenda que comprara, São Benedito, que fica na região do povoado da Chapada, atual Grajaú, palco durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX das lutas encarniçadas e das disputas políticas e intelectuais entre liberais e conservadores, que se alternavam entre esses dois polos, conforme as circunstâncias permitiam ou instigavam. Carlota Carvalho afirma sobre seu pai, Miguel Olímpio de Carvalho, ter sido ele membro da “Roda de Amigos”, um círculo literário construído em torno da figura de Militão Bandeira Barros - juiz de paz e líder no interior do Maranhão do Movimento pela Independência. Este círculo, segundo Carvalho, foi a base para a formação do grupo político ligado aos liberais, que originou o partido bem-te-vi e que apoiou a Balaiada ocorrida nessa província na década de 1830. Ou seja, seu pai teria sido um ativo membro da política maranhense ao lado dos liberais; porém sobre sua mãe nada se conhece.

Não tive a pretensão de biografar "brevemente" Carlota Carvalho. Apenas pretendo que o leitor esteja minimamente informado acerca do lastro de experiências que sustenta, dá estofamento e direciona o pensamento da autora no que tange ao seu constructo narrativo que utilizo como fonte. No amálgama que é esse estofamento dois elementos se destacam, quais sejam, o primeiro: uma marcada influência religiosa que Carlota evidencia em sua narrativa ao dizer de uma predileção pelos princípios protestantes, condenando, assim, as práticas dos partidários da fé católica. Práticas que são colocadas por ela nos seguintes termos.

Em 1813, poderosa bandeira veio de Pastos Bons tomar o derradeiro pedaço de terra dos 'infiéis', matar os homens e as mulheres, roubar as roças e escravizar os filhos para a glória de uma fé que, erigindo-se em antagonismo e contraste a todos os ideais do cristianismo, herdou do judaísmo a devoção do extermínio, que pedia a Jeová 'parasse o sol para continuar a matança'.<sup>137</sup>

O ataque aos representantes da Igreja católica é constante e contundente, configurando-se mesmo como um anticlericalismo radical em sua narrativa, como é o caso do tratamento ao Frei de Monte São Vito, visto por ela como um "régulo fanático". Sobre essa figura religiosa e seu fanatismo - no que Carlota Carvalho tem razão - trataremos mais adiante. Em sentido oposto, a predileção pelo protestantismo faz com que a autora compare os processos de colonização e

---

<sup>136</sup>Id. Ibidem, p. 58

<sup>137</sup>Id. Ibidem, p. 115

povoamento da América do Norte com o povoamento na Região dos Pastos Bons no Brasil, recortando lá as experiências da Nova Inglaterra, Maryland, Massachusetts, Rhode Island, New Hampshire e Connecticut, regiões em que os colonizadores e evangelizadores protestantes aparecem como:

gente instruída, espíritos cultos, educados em pugnas pela liberdade e pela razão, provando com o seu exemplo a consciência dos deveres da humanidade e o respeito ao direito [e que] foram muito além na aplicação das idéias do justo e do bem, da filantropia e da fraternidade humana procedendo, segundo diz Raynal, como os primeiros cristãos. Para eles o selvagem era um homem que carecia de civilização. Infelizmente a Península Ibérica não possuía povo com essa educação. Para a América, só podia mandar o que veio: Salema e Luis de Brito. A lição do exemplo guiou na prática os colonizadores de Pastos Bons como serviu de norma aos colonizadores do litoral<sup>138</sup>

Em sua narrativa, por meio desses recortes espaciais, o extermínio dos autóctones norte-americanos desaparece como passe de mágica, mas esse não é o foco de minha discussão aqui. A questão que coloco ao leitor é o uso que se faz dessa memória, por meio da construção da narrativa acerca da violência no sentido da defesa de terminados valores e a refutação de outros. O fato básico permanece: o extermínio dos índios. A forma como o memorialista o apresenta na sua construção narrativa muito tem a dizer, mas também muito tem a silenciar sobre os processos e as experiências vivenciadas tanto pelos narradores quanto pelos narrados.

Um esclarecimento deve ser feito a esta altura: a maior parte das informações sobre Carlota Carvalho e seus ascendentes é fornecida pela própria autora. Nesse sentido, a presença e a ausência, os silêncios, como a não identificação de sua mãe, a imprecisão do local e data de seu nascimento ou a total desinformação sobre sua infância e as preleções de Carvalho devem ser problematizados como parte de sua busca por manter o controle da ordem prático-discursiva em seu livro. Em outras palavras, o não dito e o dito sobre as questões acima, principalmente porque ela própria é a informante fundante, devem ser interrogados por meio da representatividade dos mecanismos a que recorre para construir a sua narrativa, para além das in-formações que silencia ou revela.

Nesse sentido, uma questão a ser demarcada é que na configuração do conteúdo de sua escrita, os silêncios e as ideias ou informações expressas são ativados deliberadamente conforme os objetivos que procura alcançar em determinada dimensão, assunto ou processo histórico que esteja apresentando. Por outro lado, desvelar a existência desse mecanismo, como não poderia deixar de ser no caso do conhecimento histórico, evidencia a presença do incontrolável e que

---

<sup>138</sup> Id. Ibidem, p.113-14.

nele estão muitos dos detalhes significativos aos quais nos referimos como condição essencial para compreender a construção literária de Carlota Carvalho e suas implicações na re-construção do passado que narra e do presente que propõe reelaborar.

Esse procedimento nos permite entender como e porque um segundo elemento constitutivo daquele estofo, sua formação intelectual, age na sua construção narrativa, direcionando, por meio da escolha de determinado estilo, a forma como ela nos apresenta a violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. Permite-nos também compreender a articulação entre as várias dimensões de suas vivências, que aqui é extraída dos campos intelectual e religioso, procedimento que nos remete à compreensão da narrativa historiadora enquanto fruto da interação existente entre a interpretação do historiador acerca de suas fontes e a interpretação dos processos pelos narradores presentes nas fontes.

A formação intelectual de Carlota Carvalho era de caráter racionalista, liberal e positivista, segundo os poucos dados bibliográficos disponíveis alcançados pelo autodidatismo, fato que coloco em dúvida dada a diversidade e extensão dos conhecimentos demonstrados por Carlota em sua narrativa, conhecimentos que vão da geologia à filosofia, passando por história, ciência política dentre outros. Essa “erudição” intelectual, no que tange à configuração do conteúdo/ideias, na ordem da construção e encadeamento lógico entre silêncios e discursos, direciona Carvalho para a cautela. Ela é cuidadosa, sobretudo no que diz respeito à supressão de qualquer lacuna ou abismo entre o dito e o não dito, utilizando para isso um instrumento estrutural da linguagem, a saber, a precisão em dizer ou em não dizer, suprimindo qualquer palavra ou expressão, principalmente as metáforas, quando não quer levantar qualquer dúvida.

Nessa direção, sua escrita limpa, quase ascética, expõe os interesses alocados em seus enunciados de forma a diluir qualquer possível dúvida ou incerteza de seu discurso. As questões que suscitam estes aspectos pertencem à dimensão estilística da narrativa. Com efeito, no que se refere à sua posição quanto ao povoamento da região aqui em estudo, os meios, as formas e os mecanismos para demarcá-la são expostos como se não fosse possível qualquer ambiguidade ou equívoco em suas assertivas.

A discussão proposta por Carlota Carvalho nos serve para problematizar duas dimensões de sua narrativa, por um lado sua oposição à Igreja Católica e seus métodos de “conquista e conversão” e, por outro, a sua própria forma de narrar, que esclarece como seu vínculo com ideias protestantes inserem seu estilo de escrever em uma perspectiva ascética<sup>139</sup>.

---

<sup>139</sup>Uma perspectiva segundo a qual, desde o Renascimento, o homem começa a mudar seu lugar no universo. Sua vida já não é mais controlada pelos dogmas cristãos. Nas palavras de Walter Benjamin

Subjaz à narrativa da autora a concepção de que os problemas do mundo a partir de então devem ser resolvidos pelo próprio homem, porém esse homem encontra-se em um isolamento voluntário. Desenvolve-se o conflito entre o terreno e o divino, pois este último tem perdido sua razão real de estar no mundo, ou seja, a ideia do homem no centro do universo retira da Igreja Católica, em parte, sua motivação para ser. Portanto, seria preciso transformar a modernidade capitalista, que se apresentava muito mais cruel diante das questões relacionadas à inserção do homem nos novos modos de produção.

Mas dentro da perspectiva que busca mudar o homem, por meio da renúncia, lugar no qual se encaixa Carlota Carvalho, o que surge é muito mais o desejo de transformação do modo de narrar a história dos homens. Assim, na tentativa de narrar de outra forma, alocando arbitrariamente num tempo e espaço valores praticados por outros sujeitos em outros tempos e espaços, tentando substituir as práticas vivenciadas na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins por outras construídas por sua interpretação asséptica, Carlota torna-se para o historiador um instrumento que desvela justamente aquilo que ela pretende substituir.

No que diz respeito ao povoamento e, mais especificamente, à forma nova pela qual Carlota Carvalho procura narrá-lo, é em sua descrição da conquista portuguesa dos autóctones da região dos Vales que está a base estilística que orientou sua interpretação do povoamento, realizado pela Igreja Católica:

Para 'limpar' aquela terra de homens aos quais negavam identidade humana, por não terem recebido água do batismo, nem ser possível que descendessem dos míticos Adão e Noé, o comandante Manoel José de Assumpção e seu auxiliares, Elias Barros e outros, fizeram horrosas matanças nos macramecans, poremeccrans, xavantes e caracatigês, tratando paz e atacando os de surpresa [...] A *insídia* e a *perfidia* foram sempre meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. Tripudiarão sobre as leis da Natureza como sobre todos os sentimentos de dignidade, lealdade e filantropia. E tudo isso em nome da fé Católica, que professavam, e depois da matança havia rezas cantadas em ação de graças [...] <sup>140</sup>

No trecho acima, a palavra *filantropia* está diretamente articulada à ideia ascética de *exercício de piedade*, que, por sua vez, está expressa na narrativa de forma clara, impondo ao leitor a identificação do antagonismo entre suas acepções de mundo e a prática de conquista utilizada, segundo ela, pela Igreja Católica. A presença do termo *limpar* e principalmente o grifo

---

(1985), o incremento de formas sociais, que de certa forma tornavam antiquadas as estratégias de defesa, de hábitos e de modos de sentir específicos que o homem havia desenvolvido até o momento, geram um insulamento do homem.

<sup>140</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit., p. 107.

da autora nesta palavra, expressa sua posição estilística no sentido de que reforça o já evidente antagonismo entre as expressões *limpar/limpeza* e *insídia/perfídia*, essas últimas no dicionário significando arдил, deslealdade, cilada, intriga, etc.

Mas não é propriamente na oposição entre os sentidos de limpo - claro e cristalino – e perfídia – arдил, cilada -, ao menos quanto ao estilo, que Carlota Carvalho alicerça sua construção discursiva. A Palavra *limpar* entre aspas expressa a condição narrativa essencial que busca construir estilisticamente: demarcar a diáspora entre o sentido de *limpar* para católicos: que representava aniquilar; e *limpar*, ser e estar limpo, na perspectiva protestante: que significava austeridade e dignidade.

Nesse sentido, Carlota retoma alguns aspectos que, por meio das práticas ascéticas, relacionadas à subjetividade dos homens modernos e ao campo da ética, evidenciam o móvel de sua escrita: desferir um golpe fatal na imagem da Igreja Católica nos sertões dos Vales. Um destes aspectos é a noção de ascetismo como honradez e fidelidade, que presente na mentalidade feudal é recuperada na constituição dos valores éticos protestantes. Porém, conforme esclarece Erich Auerbach:

A ética feudal, a representação ideal do cavaleiro perfeito, portanto, atingiu uma considerável e duradora influência. Conceitos a ela associados – coragem, honra, fidelidade, respeito mútuo [...] encantaram ainda homens de culturas muito diferentes. Classes sociais que surgiram mais tarde, ascendendo de origens urbanas e burguesas, retomaram este ideal, não obstante seja não somente exclusivo e social, mas também totalmente vazio de realidade; tão logo ultrapassa os limites do mero costume do trato social e começa a ocupar-se com os negócios do mundo, torna-se insuficiente e necessita de uma complementação, que, amiúde, está em contraste mais do que penoso com ele mesmo. Mas justamente por estar tão afastado da realidade, este ideal deixou-se adaptar, como tal, a qualquer espécie de situação, pelo menos enquanto existiu classe dominante<sup>141</sup>.

A adaptação referida por Auerbach em *Mimesis* constitui-se, em Carlota Carvalho, na articulação apresentada em termos narrativos de forma totalmente coerente com as ideias de ascetismo e limpeza/pureza, pois se conforma à sua concepção de que esses valores adéquam-se perfeitamente à moral Quaker e puritana. Em suas palavras, ao contrapor práticas protestantes e católicas:

Não conheciam [portugueses católicos] cavalheirismo, generosidade, lealdade, gratidão. Na tomada do Maranhão, Alexandre de Moura e Jerônimo de Albuquerque não ensinaram isso [...] Somente o contraste da obra boa e generosa dos Quaker e puritanos da Nova Inglaterra, os ensinamentos de Delaware, Calvert e Guilherme Penn, os exemplos dados pelos fundadores de Nova Plymouth e de Filadélfia poderiam fazê-los conhecer a fealdade do seu procedimento.<sup>142</sup>

<sup>141</sup>AUERBACH, Eric. *Mimesis*: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 119 [Estudos; 2/ dirigida por Jacó Ginsburg]

<sup>142</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit., p. 108.



Mas não é propriamente à questão narrativa, à medida que os processos são o que está no centro desta discussão, que o problema do estilo se reporta. Dessa forma, as concepções de Carlota Carvalho funcionam como uma mediação entre a realidade que se tinha e uma realidade a que se almeja, sendo a violência a pedra de toque, a balizadora dessa mediação. Ao narrar a realidade violenta, ela interpõe seus anseios de uma "sociedade liberal", mais "humana" e, por extensão, menos violenta.

Nesse exercício, os membros do clero católico, "apresentados" como régulos fanáticos, e, em muitas passagens, como promotores da violência, principalmente contra os índios, são o oposto das mentes iluminadas e esclarecidas que seriam responsáveis pela humanização daquela sociedade. Esses iluminados, apresentados como os pertencentes à "roda de amigos" da qual o pai fazia parte, da iluminada Carolina, tida como o centro de radiação dessas luzes.

Interessante perceber como os aspectos referentes à erudição de alguns padres Dominicanos, são escamoteados por Carlota Carvalho nesse exercício bem como o tratamento, possivelmente diferenciado, que davam aos indígenas. É o caso do Frei José Maria Audrin abaixo transcrito.

Afirmamos em segundo lugar que os Chavantes tem se mantido cada vez mais rebeldes, [à catequização] devido aos ataques violentos de foram vítimas da parte dos civilizados que responderam infelizmente com descargas de fuzis-metralhadoras às flechas que os Índios lhes lançavam, ao serem surpreendidos por essas inesperadas visitas. [...]. Voltando agora aos Cherentes, depois de tão longa digressão, acrescentamos que, por se acharem mais perto de Porto Nacional, desfrutaram sempre dos cuidados mais especiais dos missionários, e mais tarde, da solicitude paternal de Dom Domingos. O Bispo visitava-os amiúde; criou escolas junto às aldeias escolas para os meninos e, às suas custas, algumas mocinhas foram educadas pelas irmãs de Porto e estabelecidas mais tarde por ele <sup>143</sup>

Embora algumas questões devam ser relativizadas na narrativa de Audrin, como a utilização de expressões como "solicitude paternal", muito mais uma figura de retórica de matriz religiosa que propriamente uma prática que possa ser verificada, o fato é que alguns desses missionários denunciaram, assim como Carlota, as violências cometidas contra os índios. Cada um desses memorialistas constrói suas narrativas a partir de um determinado lugar nas relações sociais, e, por meio da denúncia sobre a violência contra os indígenas, realizam a defesa de determinados valores, e, concomitantemente, a defesa de determinados interesses. Audrin, assim

---

<sup>143</sup>AUDRIN, Frei José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**: O Bispo-Missionário Dom Domingos Carrerot, O. P.. Rio de Janeiro: Edições PUGIL/Livraria Agir Editora, 1947, p. 216.

como Carlota, reputa ao contato com os "civilizados" a degradação do índio, inclusive por meio da

presença entre eles de civilizados foragidos, que têm todo interesse em não encontrarem pessoas capazes de descobrir sua presença. [...] A aldeia Carajá mais perigosa no tempo do seu comando era a do capitão Marcos, que era Cearense criminoso e perseguido pela justiça. A aldeia dos Gaviões, nas proximidades das cachoeiras da Itaboca, no Tocantins, aldeia afamada por seus assaltos sangrentos contra os castanheiros do Marabá, era chefiada por um homem de alta estatura, ruivo e de olhos azuis [...]<sup>144</sup>.

O que os diferencia é que Carlota Carvalho responsabiliza os colonizadores, incluindo aí, os padres missionários em geral e apontando outra possibilidade para um tratamento mais humano para com os índios: os missionários protestantes. Já Audrin apresenta os missionários católicos como essa possibilidade e responsabiliza "indivíduos de má índole" pela violência contra os indígenas. Quanto aos sujeitos em geral, que povoaram a região, Audrin, por meio de sua escrita carregada de bucolismo, tanto no que se refere aos sertões quanto aos sertanejos, compreensível até pela função social que se arroga como missionário conjugada à influência euclidiana perceptível em sua obra, nos possibilita entrever estratégias de viver e trabalhar dos sertanejos, que, em nosso entendimento, torna-os predispostos às práticas violentas, pois, em regra, coloca-os em contato com as armas.

Além de serem as armas primitivas, com pouca ou nenhuma possibilidade de concerto, são de grande custo as munições. Todos, porém, sabem suprir essas deficiências com uma indústria rudimentar. Assim, fabricam pólvora com salitre extraído da própria região; quanto ao chumbo e balas substituem-nas por pedacinhos de ferro, pontas de pregos ou simples pedrinhas, em lugar de espoletas, utilizam pedras-de-fôgo. Que diremos das armas! A carabina Winchester ou rifle americano é raridade, fora dos garimpos, e custa uma fortuna; assim também o fuzil de dois canos. A modesta espingarda 'fogo central' é considerada maravilha, mesmo depois de ter pertencido a duas ou três gerações. Mais comuns, até agora, a espingarda 'de pedra' e a garrucha, contemporâneas talvez dos bandeirantes. Vimo-los servir-se, em pleno século XX, do antiquíssimo bacamarte ou tromblon francês, que traziam a tiracolo os soldados de Villegagnon!<sup>145</sup>

É possível interpretar essa predisposição, mas não remetê-la a Audrin, pois sua pretensão é, direcionada em larga medida pela influência euclidiana, por meio da narrativa, apresentar o sertanejo como "antes de tudo um forte", homens que por meio da inventividade conseguem lidar com as adversidades do sertão. Ora, mas em Carlota Carvalho também está presente a influência de Euclides da Cunha, não sendo por acaso que as palavras Sertão e Sertanejos encabeçam os títulos de ambos os autores respectivamente.

<sup>144</sup>Id. Ibidem. p. 216.

<sup>145</sup>AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1963, p. 13.

Entretanto, aquilo que os aproxima, em termos de influência literária, a partir dos usos que dela fazem – o que vale dizer, a partir de suas escolhas – é o que os distancia. Em Carlota Carvalho, o "toque" euclidiano aparece cristalino quando a autora nos fala do sertão, "a terra" em seus aspectos geomorfológicos: na autora, Euclides da Cunha não dá o ar da graça para nos dizer dos "homens". Em Audrin, dá-se exatamente o contrário: é o "homem" que aparece narrado com as cores euclidianas. Em muitos momentos, o típico vaqueiro encouraçado, o homem "armorial", no dizer de Ariano Suassuna.

Nesse sentido, o dito e o não dito, tanto em Carlota Carvalho quanto em Audrin, são utilizados no jogo da memória, por meio da escolha de um determinado estilo de escrita. Como enfatiza Ginzburg, "a adoção de um código estilístico seleciona certos aspectos da realidade em vez de outros, realça certas conexões em vez de outras, estabelece certas hierarquias." <sup>146</sup>. Ginzburg remete aos intelectuais, principalmente aos literatos, o ato dessas escolhas.

O literato Carmo Bernardes, em *Perpetinha: um drama nos babaçuais*, ao contrapor nesse romance a narrativa de um intelectual, professor Pedro de Cássea Maranhão, à de Seo-Mariano, Sea-Merênciã e outras pessoas remete esse ato a uma oposição entre o intelectual e esses outros. Narra que os últimos "contavam muito diferente da versão do professor. Cá eles contavam puxando crescentes no caso, sempre culpando os caboclos, dizendo que eles é que eram malvados, bicho feroz, que é preciso matar". <sup>147</sup>

Na verdade, é o próprio Bernardes, na pele da personagem-narradora Armantino, nos dizendo, por meio de seu estilo narrativo, de suas escolhas. A personagem Armantino, ao que indica o conjunto da obra de Bernardes, é autobiográfica e, na obra citada, Armantino trava sempre boas relações com os índios, demonstrando até um certo apego por eles, no que é sempre criticado por Sea-Merênciã e as "outras pessoas". Em outras palavras, é Bernardes aplicando a si mesmo aquilo que Ginzburg nos chamava a atenção, possibilitando-nos entrever as suas escolhas no jogo das relações sociais que nos apresenta em sua narrativa.

Voltemos aos nossos memorialistas Frei Audrin e Carlota Carvalho.

O que não está dito em Audrin (a exploração do trabalho indígena pelos missionários católicos, por exemplo) é justamente o que Carlota Carvalho realça em sua narrativa, ou seja, o homem euclidiano opacizado nessa autora é reavivado em Audrin, a terra geomorfologizada por Euclides da Cunha é apropriada por Carlota Carvalho com a mesma dureza e aspereza, embora

<sup>146</sup>GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros*: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 320.

<sup>147</sup>BERNARDES, Carmo. Op. Cit., p. 171.

as regiões de que tratam Euclides da Cunha e ela sejam abissalmente diferentes do ponto de vista geomorfológico, as quais, por seu turno, são substituídas por uma natureza bucólica em Audrin, uma natureza pródiga e benfazeja aos homens que, por meio do trabalho árduo, dela tudo podem tirar. Mas o que nos interessa mais aqui nesse jogo não é exatamente o que é dito por ambos, embora esse dizer tenha também importância. O não dito, o desvio, a opacização, em nosso entendimento, esclarece mais, se aproxima mais das experiências vividas na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins no seu processo de ocupação e povoamento. Na verdade, apesar de motivos diferenciados, escolhas estilísticas diferentes, experiências também díspares, Audrin e Carlota Carvalho, nesse exercício de dizer e de ocultar, acabam ocultando; mas, nesse ocultar, revelando aquilo que estive perseguindo nessa pesquisa: quem eram, por que eram e quais os significados para os praticantes da violência.

Procuramos entender melhor esse jogo de ocultar e revelar agora voltando-nos mais uma vez para os processos, partindo da premissa que ambos, na verdade, ao elegerem sujeitos e/ou grupos específicos como responsáveis pela violência, acabam ocultando o fato de que ela era praticada por todos. Ou dito de uma forma mais abrangente, ocultam que a violência fazia parte daquela cultura sertaneja, perpassando praticamente todas as relações daquela sociedade.

Na verdade, a cada fonte consultada, em cada narrativa nela contida, dependendo dos interesses, do olhar e dos valores nela imbricados, um sujeito é eleito como praticante da violência, outro omitido, um terceiro dela escusado, outros simplesmente ignorados. Os missionários católicos vindos de França e Itália foram peças importantes no processo de povoamento da região aqui em foco. Importantes não só por fundarem missões e aldeamentos que se tornaram pontas-de-lança da colonização, mas principalmente por serem, a seu modo, e em determinadas circunstâncias, "chefes políticos", seja na acepção terrena do termo, seja enquanto líderes espirituais - não poucas vezes exercendo ambas as formas de liderança - inculcando valores, estabelecendo normas comportamentais, traçando rumos, na maioria incertos, para aquelas primeiras pequenas povoações sob sua tutela.

Esses sujeitos aparecem na maioria da documentação, em regra, acobertados pelo manto de catequizadores, o que os isenta, em boa parte das narrativas, de qualquer vínculo com as práticas de caráter mais terrenas e, principalmente, quando elas se vinculam às práticas violentas. Entretanto, uma sondagem mais acurada dessas fontes possibilita enxergar sob esse manto homens de carne e osso que, por força de suas escolhas, das formas pelas quais se inseriram naquela sociedade, agiam, e agiam com contundência, em todas as frentes, lidando e fazendo

outros lidarem com todas as problemáticas que envolviam esses povoamentos, incluindo aí a violência.

Frei Francisco do Monte de São Vítor foi um desses homens. O manto catequizador o apresenta como "enviado para catequizar os apinagés". É fato que ele se instala em Boa Vista em 1840 e, tanto no que se refere à Santa Sé, quanto no que concerne ao governo Brasileiro sob Pedro II, aquela seria, oficialmente, sua missão. Entretanto, homem controverso à medida que tentava impor seus valores e práticas a sujeitos que, em larga medida, pensavam e agiam de forma bem diferente dele, não poderia sua trajetória nos vales ter sido senão também controversa. E as controvérsias acerca de suas ações se iniciam exatamente em torno de sua catequese.

Voltemos a uma de suas principais detratoras, Carlota Carvalho. Em sua opinião, frei Francisco teria exercido uma influência ilimitada na população católica e se utilizou dessa ascendência moral para promover um fanatismo intransigente, intolerante e feroz, ornando o fechamento de escolas e proibindo a leitura de livros por serem veículos de heresias, substituindo a instrução literária pela instrução verbal religiosa, constituída de rezas e doutrinação católica ensinadas na porta da igreja. E o responsabiliza pelo "extermínio dos indígenas:

[...] O modo por que frei Francisco considerava e tratava os selvagens foi funesta a estes. Dos 4.000 mil homens em plena virilidade contados em 1823 por Cunha Mattos restavam 300 infelizes sujos, imundos e moralmente degradados. Quase totalmente a população apinagê havia desaparecido em 19 anos de catequese.<sup>148</sup>

Afirmações contundentes de Carlota Carvalho. Em que pese o fato de ser movida, também, pelos seus sentimentos anticlericais, a coragem de fazê-las, sendo mulher, numa sociedade de maioria esmagadora católica no contexto de 1910 já constitui uma conjuntura que senão as possa validar integralmente, ao menos lhe dá o benefício da dúvida. No que concerne aos índios, a história brasileira em geral já deu provas suficientes acerca do seu etnocídio. Isso de certa forma me direcionou no sentido de sondar os rastros por ela deixados para seguir as pegadas de frei Francisco. Matéria prima com a qual ousei fabricar mais alguns fios que venho manuseando na urdidura de minha narrativa.

Entretanto, diferentemente da memorialista, nosso alvo aqui não é esse frei em si, nem tampouco suas ações, embora um e outras tenham importância nessa reconstrução. Buscamos, isso sim, as relações por ele estabelecidas, os sujeitos que a ele se subordinaram, ou que a ele reagiram. Dentre esses os índios, agregados e camaradas, "jagunços", outros padres, intelectuais

---

<sup>148</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit., p. 123-4.

e chefes políticos. As diversas narrativas ao enfocarem Frei Francisco de Monte do São Vitor iluminam indícios sobre essa gente, retiram-nos das covas do esquecimento, ou sobre aqueles que elas propositadamente querem iluminar nos permite realocá-los nessas relações sociais, retirando-lhes as auréolas de santos, pois, decantados os tons apologéticos sobre uns e detratores em outros, nas narrativas aparece-lhes o substrato humano em toda sua crueza.

### 2.3. POVOAMENTO, POVOADORES: experiências e estratégias

A Revista *A Informação Goyana* traz uma apresentação retirada da *Chorographia Histórica de Goyaz*, de autoria do Marechal Raymundo da Cunha Mattos, de fatos ocorridos em 1823 envolvendo vários desses sujeitos no contexto das lutas pela Independência:

No mez de Agosto de 1823, chegaram notícias de Porto Real a Goyaz, de se acharem, tropas portuguesas em São Pedro d'Alcantara, arraial situado na margem direita do Tocantins, em terras da Provincia do Maranhão, tres léguas distante da fronteira de Goyaz. O governador das armas [...] marchou com a primeira linha para a comarca de S. João das Duas Barras; antes, porém de chegar a Cavalcante teve notícia de haver sido destroçada a força portuguesa de que era chefe o sargento-mór Francisco de Paula Ribeiro, pelos paisanos de Pastos Bons, comandados por José Dias de Mattos que se intitulava capitão e presidente da independência do mesmo lugar. Este homem atacou as forças do Major Paula, compostas do mesmo sargento-mór, um capitão, um alferes, um capelão e 74 officiaes inferiores e soldados [que seguiam o partido português] na cachoeira de Santo Antônio, abaixo da povoação da Carolina. As forças brasileiras consistiam em 450 homens de Pastos Bons; e 250 índios Apinagés da provincia de Goyaz. O Major Paula perdeu um capitão e nove soldados mortos; teve muitos feridos, e entregou-se á discrição, com o resto da gente; e sendo conduzido para a Villa de Caxias pelo sobredito presidente da independência, foi por esse homem feroz, barbaramente assassinado com o capelão, para lhes roubarem, como com effeito roubaram, o dinheiro que levavam.<sup>149</sup>

Duzentos e cinquenta (250) Apinagés, quatrocentos e cinquenta (450) homens de Pastos Bons, chefiados por José Dias<sup>150</sup>, de um lado e, de outro, setenta e quatro (74) "officiaes inferiores e soldados" comandados pelo Major Paula. Quem eram esses sujeitos? Como e por que se colocavam nessas batalhas? Acerquemo-nos desses Apinagés, e de outras nações indígenas, quase uma década antes do episódio narrado por Cunha Mattos, valendo-nos das lentes daquele que os combateu e por eles foi combatido e vencido no episódio referido.

Escuse-me desde já o leitor pela longa citação a seguir. Sei que o recorte que faço da fonte e que aqui transcrevo já é uma "agenda" pré-estabelecida ao leitor. Entretanto, de tão

<sup>149</sup>A *Informação Goyana*. Rio de Janeiro, n.10, ano IV, vol. 3, mai. 1920, p. 115.

<sup>150</sup>Esse José Dias não é o mesmo do qual trataremos adiante, e que ficou conhecido como "General do Sertão".

representativa de elementos da violência da qual daqui em diante trataremos, pensei ser imperdoável de minha parte privar o leitor de um momento de introspecção solitária, desfrutando apenas da companhia das impressões do sargento-mór Francisco de Paula Ribeiro.

A mesma povoação de São Pedro d'Alcântara, combinada com alguma gente da ribeira da Lapa, cercou em certa noite, no referido ano de 1816, uma aldeia, que já estava de paz, impôs silêncio aos pais de família, ajuntou-lhes os filhos, e foi vendê-los às embarcações do Pará, que já naquele porto os esperavam para levá-los comprados, como efeito os levaram. Nós estávamos em Pastos Bons, e temos verídicos documentos deste desaforo. Auxiliando a capitania de Goiás a conversão do gentilíssimo, que circunvizinhava a referida povoação de São Pedro d'Alcântara, a qual ainda pertencia aos seus limites, não descuidou nomear e pagar para os ditos fins a um capelão ou vigário; porém, que faria sua reverendíssima neste caso? Excitou por dois ou três anos todas as expedições que pôde sobre aqueles desgraçados para cativá-los, e depois fugiu para o Pará em junho de 1815, levando numa embarcação furtada a vender muitas dessas ovelhas escravas, que adquiriu como assentando ser esse o verdadeiro modo de aproveitar o seu rebanho. Não foi só este o pio sacerdote que teve tais ou ainda piores sentimentos; porque certo comandante de índios, que iam a pacificar-se, nos relatou que fora muitas vezes induzido pelo seu mesmo capelão para os envenenar, e livrarem do trabalho de os doutrinar e sofrer. São tão execráveis estes procedimentos, e tão impróprios às pessoas que os representaram, que parece à primeira vista não caberem na ordem de possibilidade; mas são com efeito fatos sucedidos, e dos quais não nos admiramos, contando com a moral estragada da maior parte dos homens. Finalmente, a 28 de junho de 1815, uma expedição de Pastos Bons, querendo investir os Píocobgês, foi auxiliada por outra de São Pedro d'Alcântara, que levou consigo seus aliados Macamecrãs; e como ainda ambas juntas não puderam forçar aqueles bravos Timbiras, retirando-se de Pastos Bons para o seu distrito, voltou a São Pedro d'Alcântara os seus costumados laços para outra parte, e foi entender com os pacíficos Poncatgês, e resto dos Purecamecrãs, que jamais nos haviam ofendido. Assim mesmo não poderiam pilhá-los, uma vez que a notícia de haver tropas na campanha havia acautelado todos os gentios; mas como nesta expedição acha-se o maioral Cocrit, muito conhecido e respeitado entre eles, foi mandado este para dizer-lhes, como da sua parte, que descessem dos montes, e viessem à paz, assim como ele fizera, pois participariam das vantagens que ele e os seus já percebiam. Capacitados os míseros selvagens pelo seu mesmo compatriota, que viam andar tão contente, foram aparecendo os menos desconfiados; entregando-se em número de 364 almas à boa-fé daquela expedição; porém qual não seria o seu arrependimento e dor logo que viram-se presos, roubados, e escarnecidos pelos Macamecrãs, desfloradas as suas donzelas, repartidos seus filhos entre os tiranos, e parte deles mesmos índios mortos pelos campos para lhes utilizarem as mulheres, sendo um sinal de morte para seus maridos o bom parecer de qualquer delas? Nós residíamos então em São Pedro d'Alcântara, e nesta povoação vimos entrarem no dia 27 de junho do mesmo ano o resto desta gente tão triste e abatida, quanto pode supor-se da sua infeliz sorte. Às quatro horas da tarde deste último dia foram ferrados sobre o pulso direito como sinal característico da sua escravidão; aqueles que na partilha couberam ao cabo da expedição foram, 130, carregados nas canoas de João Apolinário, os mais moços para ir vender ao Pará, e os velhos ficaram cuidando na roça do mesmo cabo, e padecendo fomes insuportáveis. Entre outras muitas tiranias desta natureza, que vimos praticar ali, a que mais tocou nossa sensibilidade foi ver na fazenda, chamada de Santo Antônio, que pertence a Manuel Germano da Silva, uma consternada índia Purecamecrã lavada em lágrimas porque lhe haviam tirado do peito um inocente filho, que puseram entre os troncos de uma árvore como alvo das flechas dos Macamecrãs, obrigando-a a presenciar por força qual daqueles tiros cruéis atravessava melhor o seu querido filho.<sup>151</sup>

<sup>151</sup>RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos Sertões Maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002, p. 201-2. [Este trecho faz parte do relato *Memória sobre as Nações Gentias*, escrito pelo Major Graduado

Passado aquele momento de introspecção, retornemos à nossa análise. Uma primeira consideração sobre os fatos narrados pelo Major, aliás, um dos aspectos que faz sua narrativa representativa das práticas dessa época de conquistas, é o fato de ele nos dizer de sua "sensibilidade tocada" pelas violências cometidas contra os índios.

Ora, por inúmeras vezes o Major Francisco de Paula esteve sob ataque cerrado de índios numericamente superiores, tendo pouca munição, mal alimentado, secundado por pouco mais de uma dúzia de soldados de linha e duas a três dezenas de paisanos, esses sem treinamento militar algum e mal armados. Estamos, pois, diante de um homem acostumado por ofício a essas violências. Após uma dessas refregas, depois de bater em retirada e tendo conseguido se colocar a salvo em acampamento, enquanto uma "índia mansa", que lhe prestava ocasionalmente o auxílio de intérprete, cobria-lhes os ferimentos com ervas balsâmicas ele toma nota em seu caderno de apontamentos, que deram origem ao seu relatório.

Ele admite, nesses escritos, que, em muitos casos, dada a situação de "rebeldia" dos índios diante dos "abusos" contra eles cometidos, faz-se necessário mesmo a organização de expedições "punitivas" contra aqueles que "não admite esperança alguma de reduzir-se pela suavidade e candura de qualquer sincera e metódica persuasão que se lhes faça, nunca deixando de conservar em si reconcentrados os restos de uma atrocidade que nos dê sempre muito que temer" <sup>152</sup>.

A maior parte de suas palavras, principalmente o trecho final, é praticamente uma cópia das contidas nas determinações da Carta Régia de 1808, em que o imperador dá instruções às Capitanias sobre como proceder com – e contra – os Silvícolas. Sim, o sargento-mór Francisco de Paula Ribeiro teve naquela ocasião a sua "sensibilidade tocada" pela imagem de uma criança sendo arrancada dos braços de uma mãe para, então, ser morta. Não por ser uma criança Purecamecrã. Não pela violência que, ao fim de tudo, também ele a praticava. Sentiu-se tocado pelo que, no seu universo de militar, considerava um ato "abusivo" de violência. Para aquele homem, a violência estava dada. Respirou-a, dela, por ela e a ela, sobreviveu nos 20 anos de serviços militares prestados nos sertões do Maranhão.

Entretanto, sua sensibilidade não é tocada ao falar dos "paisanos" por ele comandados que, em sua maioria recrutada à força, foram arrancados sob a mira das armas de seus roçados, de seus afazeres, de suas esposas e filhos. Quando muito, anotava no caderninho que "esses

---

Francisco de Paula Ribeiro no ano de 1819, que reunido por Manoel de Jesus Barros Martins a outros relatos de Ribeiro, escritos na década de 1810, compõem a obra em referência publicada em 1ª edição]

<sup>152</sup>Id, *Ibidem*, p. 205.



pobres diabos" mais atrapalhavam que davam suporte a seus soldados. Sobre a atitude violenta do "maioral Apuicrift" de "quebrar a cabeça dos varões sob seu comando", ao mínimo sinal de desobediência, o coto de lápis apressava-se a registrá-la no caderno de notas como a atitude de um grande comandante de tropas.

Os tais sinais de desobediência nada mais eram que a manifestação contrária dos comandados à atitude de seu líder de entregar aos "civilizados" os prisioneiros feitos em suas guerras contra outras tribos. As atitudes de "grande general" aliado dos civilizados desse chefe Macamecrã tiveram como consequência, mais tarde, sua morte, causada por envenenamento, orquestrada e levada a cabo pelos seus "comandados". Fato profundamente lastimado pelo sargento-mór, apesar deste admitir que não o tivesse conhecido pessoalmente.

Cocrit, Apuicrift, Tempé, esses com o adjetivo "o maioral" precedendo o nome, a indicá-lhes serem os chefes de tribos, e tantos outros indígenas, chefes ou não, durante o processo de povoamento da região dos vales, por inúmeras vezes, tiveram que negociar a segurança dos seus e a sua própria com os chamados "civilizados". Aprenderam logo que negociar para aqueles significava muito mais que uma troca de presentes como prova de amizade mútua. Alguns como Apuicrift entregaram a vida à sua própria gente como paga pelas alianças feitas com os invasores de suas terras, de suas práticas, de suas crenças, de sua cultura, enfim.

Damiana da Cunha Menezes, um nome tão diferente daqueles dos três chefes citados acima e que, à primeira vista, não traz nenhum indicativo de proximidade com um "maioral", recebeu esse nome de seu "pai adotivo", Capitão General D. Luís da Cunha Menezes, Governador da Capitania de Goyaz entre 1778 e 1783. Entretanto, era neta do maioral Cayapó, Angraiocha que, juntamente com ela, sua mãe e mais cerca de quarenta Cayapós, foram apresados no ano de 1780 e levados para o referido Governador.

A indiazinha era apenas um bebê na época de seu apresamento que se deu por meio da expedição comandada pelo Cabo José Luís Pereira. Eis-nos às voltas como um primeiro cabo comandando uma expedição de apresamento. Outros ainda entrarão em cena. Nas negociações que se seguiram, seu avô, o Maioral Angraiocha, entregou sua neta aos apresadores. Sobre sua mãe e seu pai não se sabe o destino que tiveram. Há relatos que informam de ela já ser órfã no momento do apresamento, outros que a mãe também fora capturada. Não é uma possibilidade remota que a mãe tenha sido vendida, ou mesmo morta, durante o apresamento.

Damiana foi educada pelo governador e se casou pela primeira vez com o militar José Luís da Costa (seria uma ironia do destino o quase homônimo?). Tendo esse falecido em março de 1809, casou-se novamente em agosto de 1822 com outro militar, Manoel Pereira da Cruz.

Assim, por ter sido educada e se casado com pessoas do meio militar, podemos inferir daí que sua "opção", como aparece em vários relatos, em trazer seus irmãos Cayapós "à vida social, à religião santa e ao dever do trabalho", aos menos inicialmente, foi forçada pela circunstância de estar casada com um militar que, muito provavelmente, participava do contato direto com os índios no esforço de implementar as reduções e aldeamentos e dela se utilizava nesses contatos.

O fato é que passou a servir aos povoadores da região, tendo se tornado uma peça fundamental nessas alianças. Principalmente no que diz respeito à sua participação no convencimento das tribos em aceitarem as políticas de catequese, das reduções e dos aldeamentos, tendo, ao fim e ao cabo, tornado-se ela mesma uma catequizadora. Suas escolhas lhe renderam o título de "heroína" em boa parte da memória social da região. Infelizmente essa memória ao elevá-la à categoria dos "heróis catequizadores" apagou-lhe os rastros de seu nome original.

Independentemente das escolhas, a violência também estava dada para os índios. Embora muitos relatos, incluindo o do sargento-mór, apresentem-nos como pobres coitados que são ludibriados pelos "civilizados", percebemos nesses mesmos relatos os índios fazendo escolhas, ora se aliando a esses civilizados contra "sua própria gente", ora várias tribos se unindo contra esses últimos.

Os relatos, embora nomeiem as diversas nações indígenas, não deixam dúvidas de que, na percepção de quem os relatou, ou seja, dos narradores, todos formam uma grande massa uniforme, genericamente chamada de gentios. Quando muito, diferenciam a postura mais beligerante de algumas tribos em relação a outras. Não consideraram (e nem podiam considerar à época – mesmo no presente essa dificuldade permanece no senso comum) que cada uma dessas nações tinham interesses muito específicos que, suponho, iam muito além, como supunha o sargento-mór, de "trair sua própria gente a troco de algumas facas velhas".

Pela quantidade de relatos nos quais as tribos aparecem guerreando entre si, sejam movidas a partir de situações externas por meio das alianças com os povoadores, sejam beligerâncias internas advindas de suas próprias tradições guerreiras, é possível supor que os mesmos Macamecrãs que alvejaram a criança Purecamecrã, em outras batalhas tenham tido seus filhos mortos de forma igual, parecida, ou talvez ainda mais cruel aos nossos olhos.

Aquele episódio que tanto tocou a sensibilidade do Major muito provavelmente se inscreve dentro de práticas de guerras e vinganças mútuas entre as tribos. Digo provavelmente por que mesmo com os avanços nos campos da antropologia, da etnohistória e da história

indígena no Brasil até o momento, ainda temos um longo caminho a percorrer para uma compreensão dessas práticas.

De tudo que já foi dito sobre esses índios – e aqui nos desculpamos por não ter apresentado as narrativas que apenas os apresentam como animais, bestas ferozes, etc., pois estas nada acrescentariam à nossa proposta - podemos constatar, do ponto de vista histórico, seu etnocídio, mas nosso objetivo não era essa constatação o que seria na verdade uma redundância histórica. Quis de fato, ao menos parcialmente, demonstrar que eles também foram agentes violentos nessa região e, como tal, sujeitos potenciais de sua história, embora sujeitos vencidos.

Em verdade, a história dessas nações indígenas na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins ainda está por se fazer, principalmente no que se refere à importância delas na constituição de toda a população dessa região. Quanto a isso, a presente tese dará apenas uma pálida ideia, mas que esperamos possa motivar outros pesquisadores a se debruçarem sobre tão necessário tema. Os relatos de Francisco de Paula Ribeiro colocam em relação com os índios vários outros sujeitos no contexto de uma mesma situação.

Um deles é o outro "cabo da expedição". Antes nos perguntávamos o que levaria "officiaes inferiores e soldados" a se envolverem naquelas batalhas sangrentas para além das ordens superiores recebidas. No relato do sargento-mór fica claro um dos motivos. O fato de o narrador, embora lamentar a escravização dos índios, mas nada questionar a respeito de terem se tornado propriedade desse cabo é, para nós, um indício de que essa era uma prática relativamente comum. Outras fontes o indicam também.

Esse cabo não nos foi possível rastrear-lhe o nome, dada a teimosia secular dos produtores das documentações em, muito só raramente, dignarem-se a registrar nomes de "baixas patentes". Entretanto, para nós, mesmo sem o sabê-lo, tal sujeito é deveras representativo de vários outros cabos e soldados, de outras ações e em outras circunstâncias.

A expedição foi organizada com um objetivo específico: apresamento de índios, o que resultaria na comercialização dos indígenas, embora como pretexto tenham alegado seus protagonistas motivos de vingança. Diga-se, de passagem, que tal pretexto era largamente utilizado nas incursões de apresamento quando, numa situação onde uma ou duas peças de gado eram tomadas pelos índios com o fito de não morrerem de inanição, era alardeada como "um ataque dos gentios" a tal fazenda onde "tudo devastaram". O medo generalizado dos ataques contribuía para acirrar os ânimos. Isso porque em muitas ocasiões tais ataques resultaram, efetivamente, na morte de muitos "civilizados", o que se dava quando os índios promoviam, a

seu turno, incursões de vingança, geralmente contra seus inimigos tribais aliados dos colonos e, por isso, aldeados próximos aos povoados.

Estava o cabo ali absorto à beira do rio, experimentando jogar uns anzóis na esperança de levar para a cabana uns pacus para que a indiazinha, de aproximadamente 16, 17 anos, que lhe frequentava quase todos os dias a cozinha e o leito, preparasse o “de comer”. Um dos quatro soldados que estava ali em São Pedro d`Alcântara sob seu comando acercou-se dele e falou-lhe dos burburinhos na região, protestando vingança contra um ataque de índios.

Os olhos do Cabo brilharam repentinamente. Estava ali jogado naquele "fim de mundo" já há quatro anos e não tinha nada de seu, além do uniforme surrado. A última garrafa de quinino já se esvaíra no último ano e agora só contava com as beberagens de ervas preparadas pela indiazinha para amenizar as febres recorrentes, provenientes dos ataques de malária. Estava cansado daquela pasmaceira. Não perderia essa oportunidade. Resoluto recolheu as linhadas, espetou os pacus num graveto em forma de gancho e tomou o rumo da cabana. Passou a organizar a "expedição vingativa" que lhe rendeu por fruto 130 homens da nação Puremacrã que, embarcados por João Apolinário, foram vendidos no Pará.

No caso em questão, o móvel da ação do cabo, não resta dúvida, foi adquirir recursos financeiros por meio da venda dos índios apresados. Mas outros relatos indicam que muitos soldados para se livrarem do serviço militar, lembrando que, na maioria das vezes o recrutamento era forçado, praticavam o apresamento de índios, captura de "negros fujões" e criminosos foragidos com o intuito de que o prisioneiro por ele feito o substituísse no serviço militar. Outras narrativas apontam também que, no que concerne ao apresamento das índias, muitos soldados tomavam a índia apresada como "sua mulher" com a qual passava a viver maritalmente, embora "maritalmente" nesses casos quase, mas nem sempre, significasse uma relação unilateral.

Possa ser que o Cabo em questão não tenha vivenciado todas essas situações e não exatamente como as narrei. Mas como disse antes, ele é representativo de tantos outros cabos e soldados na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, e, parafraseando Davis, se a narrativa que *ofereço é, em parte de minha invenção, está, no entanto solidamente arraigada nas vozes do passado* dessa região, em suas memórias, em seus "causos", em seus escritos. Esses ecos do passado constituíram, em grande medida, a matéria prima para os literatos criarem seus enredos e tramas.

Bernardo Élis, no conto *Ontem como hoje como amanhã como depois*, narra a trajetória do cabo Sulivero que sonhava com a riqueza do garimpo, mas "quando deu por fé, estava

transferido para uma cidadezinha no norte do Estado de Goiás, à beira do Tocantins que passava ao pé, pastando o azulão do céu, rio sempre igual, céu sempre igual, dias sempre iguais, algumas dúzias de casas de palha sempre iguais" <sup>153</sup> e de Put-Koê, uma índia que foi para junto dele por obra de um vendeiro e de Man-Pôk, pai da moça que consentia na convivência de ambos por receber do cabo uma garrafa de aguardente por semana.

Depois de poucos anos de convivência, tendo Put-Koê engravidado, o Cabo tenta se desatar da relação. Segue o desfecho trágico, típico em Élis, cujas personagens, em regra, encontram redenção apenas na morte:

\_ Olhe Put-Koê, você pode ir embora - disse o cabo Sulivero e, para que não restasse dúvida em Craô [Macamecrã], que havia aprendido: 'Matêm!' [...] \_ Está ouvindo, Put-Koê? Vá-se embora para sua casa, prá casa de seu pai. Eu vou embora para Goiânia, prá longe. Lá índia não é capaz de ficar não. Lá é muito ruim prá tapuío. Eu não quero saber de você mais não, ouviu? [...] \_ Cristão casou, não pode largar mulher não, respondeu a índia. [...] Mas ficar ali naquela desgraça de lugar, eternamente, eternamente, com o rio pastando o céu, com o vendeiro bocejando sobre o balcão, com outros índios caminhando pelos trilheiros, uns atrás dos outros, uns atrás dos outros!<sup>154</sup>

Depois de insistir por várias vezes ainda, como já havia feito outras repetidas vezes durante todo o último ano de convivência, tentando expulsar Put-Koê de sua vida e ter sempre a resposta que se "cristão casou, não pode largar mulher não", decidiu resolver a situação de outra forma.

- Então vamos ver! Faz ai uma continência pro praça aqui, - ordenou Sulivero com um certo carinho fanfarrão na voz de comando. De cima de seu chinelo Put-Koê empertigou-se, levou a mão direita à altura da fonte direita, encostou bem o cotovelo no busto, procurou encolher o ventre e ressaltar os peitos, como Sulivero exigia. Quando estava nessa postura, o cabo ergueu o revólver, deteve-se em pontaria numa insignificância de tempo, e o baque do tiro sacudiu a pasmaceira da tarde.<sup>155</sup>

Fique o leitor à vontade para me acusar de ter plagiado Élis. Não me defendo. Assumo que o movimento que imprimo à minha narrativa foi proposital. O movimento, sim, o plágio não. Estou defendendo aqui que o recurso à memória social é legítimo tanto ao literato quanto a nós, outros narradores: o memorialista, o contador de causos, o historiador. A memória social é fruto da interação/justaposição de todas as formas de narrativas e a verossimilhança na história que buscamos alcançar por meio da narrativa historiadora é fruto do cotejamento dessas memórias. E nesse cotejar "preenchemos as lacunas da documentação com o exercício da imaginação".

<sup>153</sup>ÉLIS, Bernardo. O tempo como hoje como amanhã como depois. In: **Caminhos dos Gerais**. (Contos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 157

<sup>154</sup>Id. Ibidem. p. 165-6.

<sup>155</sup>Id, Ibidem, p. 167.

João Apolinário, que embarcou os Puremacrãs que couberam na partilha ao nosso cabo, era um típico dono de barco ou, como eram denominados à época, um *regatão*. Mais uma vez, estamos às voltas aqui com uma dessas figuras que também tiveram sua importância no povoamento. Figuras apresentadas nos relatos como "homens empreendedores" que não pouparam esforços para desenvolverem a navegação nos Rios Araguaia e Tocantins.

Nove anos antes de aparecer no relato do Major (sargento-mór) Francisco de Paula Ribeiro, João Apolinário dá o ar da graça em outro relato:

Em principio de maio de 1806 partiram efetivamente do porto de Santa Rita as canoas Príncipe Regente, Minerva, Tetis, Aurora e Venus, tripuladas por cinco pedestres [soldado de infantaria], quatorze índios cherentes, quarenta e oitos caiapós, tirados das aldeias de S. José e Pedro III, e mais 27 sete remadores. O carregamento compunha-se de açúcar, couros, algodão e outros gêneros, constando de 66 barricas de açúcar, 99 surrões de dito, 55 jacás idem, e 177 caixões de 2,5 e 8 arrobas, 91 meios de sola, 9 rolos de algodão, 11 caixões com quina, 75 rolos de fumo, 6 pacotes de dito, e outros objetos, perfazendo tudo o peso de 1, 640 arrobas. Desde que se começaram a fabricar as canoas reais, Luís Rodrigues Pereira e seu irmão, **João Apolinário da Costa**, Manoel da Silva Soeiro e Francisco José Teixeira, moradores em Crixá e Santa Rita, associados, trataram de mandar construir quatro canoas, que carregaram e tripularam com quarenta pessoas, e fizeram partir a 13 de maio, a tempo de poderem alcançar a flotilha real.<sup>156</sup>

Podemos supor que as quarenta pessoas que tripulavam os barcos de Apolinário e sócios eram em sua maioria índios, assim como na flotilha real. Essa suposição baseia-se não apenas nas fontes acima apresentadas, mas em todo o conjunto de fontes utilizadas nessa pesquisa e que não deixam dúvida quanto à utilização do trabalho indígena nas atividades de canoagem ser uma prática costumeira. Podemos ainda inferir, do episódio narrado pelo sargento-mór, que João Apolinário se beneficiou duplamente do apresamento dos índios, uma vez que ao transportar os 130 índios citados em seus barcos receberia pela "carga/mercadoria humana" transportada e não perderia a oportunidade em dela se valer como tripulação.

É possível inferir, inclusive, que parte do pagamento pelo transporte tenha sido feito na forma desta "mercadoria", uma vez que na economia da região eram bem mais comuns, à época, as trocas do que as transações monetárias. Somada à violência física, aparece a violência das relações de trabalho. Ainda cruzaremos muito mais vezes, nos próximos capítulos, com esses regatões, como eram denominados os comerciantes proprietários de barcos, e com as tripulações

---

<sup>156</sup>ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais Da Província De Goiás** – 1863. 2 ed. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979, p. 287. As cargas divididas nas quatro (04) canoas de Apolinário e sócios se aproximava da flotilha real em termos de tonelagem e diferia bastante quanto aos produtos transportados, destacando-se o toucinho, a carne seca, a goiabada, o feijão, a farinha e o arroz. Ou seja, em sua maioria, gêneros alimentícios.

por eles exploradas nas curvas, portos e remansos dos Rios Araguaia e Tocantins. Por enquanto, fica aqui registrada sua inserção nessas relações.

Carlota Carvalho, ao discorrer sobre a fundação e o desenvolvimento de São Pedro de Alcântara, entre os anos de 1816 e 1820, reporta que "foi nesse tempo que Elias de Barros começou a edificar a povoação de São Pedro de Alcântara" e, que, "tendo construído canoa, desceu até a capital do Pará, de onde trouxe mercadorias e o Padre Antônio Carlos Ramalho e um pequeno regatão de Cametá, aventureiro, Pedro José Cipriano"<sup>157</sup>.

Na apresentação dos fatos por Carlota aparecem, assim como na do Major, fios que ligam donos de barcos, índios, "aventureiros", padres, fazendeiros. Na verdade, não poucas vezes um mesmo sujeito pode ter sido padre-fazendeiro-chefe-político ou aventureiro-regatão-fazendeiro-negociante. Não foram também poucas as vezes que o padre-fazendeiro-chefe se opôs, e muitas vezes pelas armas, ao aventureiro-fazendeiro-negociante e vice-e-versa.

No que tange ao padre citado por Carlota, ela se limitou a informar-nos seu nome e que o povoado progrediu sobre sua "influência". Quanto ao citado no relatório do Major, parece-nos ser ele da categoria eclesiástica que cumpria a função de catequista, sem maiores pretensões, sejam políticas e/ou religiosas, como as perceptíveis em outros, tais como Frei Francisco de Monte de São Vítor, Frei Gil Vila Nova, Frei Domingos (D. Domingos Carrerot) e Padre João de Sousa Lima. E como catequista, oportunamente, beneficiava-se não só da exploração da mão-de-obra indígena, como também do apresamento, quando nos momentos mais "críticos" participava, como indica o relato do sargento-mór, das partilhas daí resultantes.

Houveram outros também que imbuídos do espírito missionário, apesar de também se servirem do trabalho indígena, não o faziam movidos pela ganância, mas sim por acreditarem, de fato, que esse trabalho era apenas mais um dos instrumentos para consecução da catequese e faziam o que estava ao seu alcance para proteger a população autóctone das outras formas de violência.

Esse é o caso de Frei José Maria Audrin. Ressalte-se, entretanto, que se, por um lado, esse Frei, dentre todos os que apontamos e/ou ainda abordaremos, tiver sido o que mais foi fiel às suas próprias crenças e doutrinas no que concerne às noções de justiça e de caridade, dentre outras, por outro, não fugiu do corporativismo eclesiástico à medida que, em suas várias narrativas, omite todas as acusações que recaem sobre seus correligionários. Ou quando não as omite, refuta-as integralmente. O que importa, por enquanto, acerca desses sujeitos, é percebê-los também como copartícipes das relações estabelecidas na Região dos Vales dos Rios Araguaia

---

<sup>157</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit. p. 119.

e Tocantins e como tais foram, a seu turno, coparticipantes das violências que foram ali vivenciadas. Se uns participaram dessa violência de forma mais ativa que outros, se a promoveram, se a ela reagiram, se a denunciaram ou a acobertaram os próximos capítulos pretendem esclarecer.

Voltemos nosso olhar agora para quatrocentos e cinquenta (450) homens de Pastos Bons de que nos falou Cunha Matos. Sua narrativa não diz absolutamente nada que nos indique quem eram eles. O Major Francisco de Paula ao narrar sobre as "expedições punitivas" por ele organizadas contra as tribos dos sertões Maranhenses, fala-nos dos "paisanos" sob seu comando. Ora trinta (30), às vezes setenta (70), outras vezes duzentos (200), dependendo das circunstâncias e da empreitada a ser vencida. Outras narrativas nos falam de "bandos" de quinhentos (500) jagunços armados sitiando povoações.

O fato é que em diversas ocasiões nos processos de povoamento verificavam-se esses "ajuntamentos de homens" que chegavam fácil ao número de quinhentos (500) e, às vezes, ultrapassavam a casa de uma milhar, armados e dispostos ao combate. Entretanto, a maioria esmagadora deles permanecerá anônima. São os agregados e camaradas. Tomados isoladamente, cada um desses sujeitos não era mais nem menos importante que um coronel, um padre, um juiz, um soldado.

Mas, tomados em conjunto, apesar da diversidade que constitui esse grupo, formam o que há de mais representativo do mundo sertanejo na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. São eles que constituem os fios que se estendem e se retraem em todas as direções, interligam todos os pontos e, às vezes, ao se romperem, desarticulam o que estava articulado para, em outro movimento adiante, unirem-se novamente, rearticulando-se, tecendo outras urdiduras.

No capítulo-título *Um Herói do Sertão*, do romance *Rio Turuna*, de autoria do goiano Eli Brasiense, somos apresentados ao "herói" José Dias e à sua atuação em um dos cercos ao povoado de Boa Vista. Aqui mais um pouco desses sujeitos nos são apresentados:

essas tocaias, que eram logo desbaratadas pela sagacidade dos sertanejos, custaram algumas baixas entre os homens do general. De todos os lados, porém, surgiam caboclos dispostos a ajudá-los, já armados de carabinas e até churabeiras de dois canos. Os sertanejos não desprezavam suas 44 e espingardas pelas *mannlichers* deixadas nos campos de luta, por causa da munição, que era difícil. Cunhetes de balas de rifle se encontravam em qualquer cidade. Podiam ser adquiridos em Belém do Pará, por intermédio de amigos, que agiam cautelosamente. [...] Os homens de Zé Dias se dispersaram. A maioria era constituída de lavradores, pequenos sitiantes, barqueiros e alguns vaqueiros. Era uma ordem e todos lhe obedeciam. Estavam constrangidos, meios desconfiados, mas tinham esperança de que tudo sairia bem para seu comandante.<sup>158</sup>

<sup>158</sup>BRASILIANSE, Eli. **Rio Turuna**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 1964, p. 125-7.



Rio Turuna, embora possa e deva ser enquadrado como romance ficcional, pretendeu narrar em forma de romance a participação de José Dias nos acontecimentos envolvendo as revoltas de Boa Vista. O autor, inclusive não utiliza o artifício, comum nesses casos, de apresentar as personagens por nomes fictícios, o que é facilmente verificável consultando a documentação produzida à época. Essa observação se faz necessária apenas a título de informação ao leitor. Servimo-nos desse romance da mesma forma que dos demais, pois acreditamos que qualquer um dos utilizados nesse trabalho traz sempre uma dada intencionalidade: o desejo de seus autores em falar de "sua terra" e de "sua gente" ou, dito de forma mais articulada à nossa proposta, um desejo de memória.

A estrutura do romance adotada por Brasiliense para apresentar tais sujeitos, imbricando entre a gente de carne e osso – gente trabalhadora de enxada na mão, mas igualmente munidos de armas e de lapianas – personagens talvez não menos reais em práticas e participação nos acontecimentos narrados, foi o que nos motivou a investigar esta obra. Embora seu foco sejam sujeitos como José Dias, nas franjas de sua escrita vão aparecendo vários outros, representativos daqueles 450 homens dos quais falava Cunha Mattos.

A narrativa transcorre a partir das reminiscências da personagem Marcelino que, sabedor que um pingueleiro de fama, Negro Liduíno, havia sido encomendado para matá-lo, decidiu antecipar-se a ele, armando-lhe uma espera suspenso no alto de uma ingazeira. Enquanto a noite transcorre morosa, vai relembando de vários amigos, em várias situações.

É por meio dessas reminiscências de Marcelino que Brasiliense exercita toda sua criatividade, narrando minúcias das vidas das personagens. O desejo de memória fica mais evidente nessa estruturação narrativa quando Marcelino lembra o Velho Simão, exímio contador de causos que assume a narrativa à medida que Marcelino vai relembando dos causos que o velho em outras circunstâncias lhe contava, incluindo as façanhas do "general Zé Dias", de quem o velho Simão tinha sido "soldado".

Ao que nos parece, o romancista, talvez inconscientemente, ao se valer de uma personagem narradora, Marcelino, que, a seu turno, vale-se de outro narrador, o velho Simão, quis reafirmar esse desejo de memória. Romancear uma "história real", colocando em cena um "narrador por excelência", um contador de causos, como se para nos dizer que está narrando a partir de quem viveu para contar, pois "Algumas dessas lutas eram do tempo de Marcelino, ele as conhecia muito bem. O caso de Boa Vista era contado pelos mais velhos, mas Simão havia tomado parte ativa em todos os acontecimentos, motivo por que a história, relatada por êle, tinha

um sabor especial" <sup>159</sup>. O uso do termo *história*, ao invés de *estória*, teria sido inconsciente? Difícil saber. Provavelmente tenha consultado alguns arquivos para falar de José Dias, de forma que considerou mais "condizente com os fatos". Entretanto, para os demais, serviu-se da memória nele impregnada, por meio de suas vivências, por meio de tudo que leu, por meio de tudo que ouviu.

Sãos essas vozes do passado que construíram tal memória que vêm mais uma vez sussurrar em nosso ouvido sobre aqueles homens "que não desprezavam suas cartucheiras" a troco de armas com poder de fogo maior, pois de nada lhes adiantariam sem munição como os apresenta Élis. Esses são daquele mesmo tipo de homens de que falava Audrin, que usavam "armas primitivas, com pouca ou nenhuma possibilidade de conserto" e ser "de grande custo as munições." Mas que, "porém, sabem suprir essas deficiências com uma indústria rudimentar". Lavradores, pequenos sitiantes, barqueiros, vaqueiros, jagunços e uma infinidade de outros sujeitos que aparecem nas narrativas com várias denominações, mas que, ao final, são os agregados e camaradas das fazendas e povoados da região.

Eram homens desse tipo que compunham em sua maioria as expedições de apresamento de índios, semelhantes aos duzentos (200) "paisanos" do Major Francisco de Paula Ribeiro que ladeavam "mal armados" seus "quarenta (40) soldados de linha". Em verdade, foram (quatrocentos e cinquenta) 450 "paisanos" do mesmo tipo que o Major Ribeiro reclamava serem "mal armados e sem nenhuma disciplina e nem treinamento, que mais atrapalhavam que davam suporte" que, chefiados por outro Zé Dias, semelhante até no nome, aquele apresentado pelo romancista como "herói do sertão" e fazendo ombro com (duzentos e cinquenta) 250 Apinagés [Macamecrãs], derrotaram-no numa dessas batalhas que teve por desfecho a morte do referido Major Francisco de Paula Ribeiro, segundo Cunha Mattos, barbaramente assassinado junto com o seu capelão nessa escaramuça.

São homens também desse tipo os apresentados pelo viajante-jornalista Hermano Ribeiro da Silva. Em 1935, passado quase um século das refregas que resultaram na morte do Major Francisco de Paula Ribeiro pelo primeiro Zé Dias, Hermano Ribeiro da Silva colhe aqui a impressão que

os nomes dos dirigentes do país, dos seus vultos mais destacados jamais ocorreram nos cérebros destes homens, mas em contradição os 'gangsters' caboclos lhes são familiares e merecem uma admiração especial e carinhosa. Existe a crendice que muitos têm o

---

Id. *Ibidem*, p. 93.

'corpo fechado', por artes sobrenaturaes com o diabo, o capeta temido, e que nenhuma bala é capaz de feri-los [...]<sup>160</sup>.

#### 2.4. O POVOAMENTO E AS DISPUTAS SERTANEJAS

Veremos nos próximos capítulos, principalmente no capítulo IV, tantos desses sujeitos, tais como Zé Dias Ribeiro, Cipriano Rodrigues, Abílio Batata, Joaquim Bala, Capitão Siqueira, Pedro Mecnas, Nicolau de Brito e tantos outros manuseando suas carabinas ou se valendo de carabinas alheias; no caso desses últimos, tornando-se todos eles objeto e alvo durante todo o século XIX e, adentrando o século XX, de um misto de "admiração especial" e temor expressos pelos demais homens e mulheres àqueles que eram os "chefes de bandos". Misto de admiração, respeito, outras vezes misto de temor e ódio construídos e reproduzidos por meio da memória social que, como vimos, continuavam sendo reafirmados ainda em 1935.

Admiração e temor oriundos da participação nas refregas, nas escaramuças, nas batalhas ora de forma direta, empunhando suas "*armas primitivas*", ora de forma indireta, fugindo dos povoados sitiados por aqueles "*gangsters caboclos*". Ora aderindo de bom grado ao comando, ora sendo recrutado à força. A violência praticada contra os índios, e justificada por quem a praticava como uma necessidade do povoamento, vai sendo estendida às demais relações sociais. Vai se constituindo, como já afirmei, em uma "pedagogia" da e para a violência.

Francisco de Brito, membro de uma tradicional família de Goiás, assume em suas memórias o uso da violência e, sem ter essa intenção, nos chama atenção um aspecto relevante daquele aprendizado da violência, ao qual já me referi, ao escrever sobre a situação conflituosa em Conceição do Norte em 1918:

As divergências políticas em Conceição eram tão profundas que até as [????????] sofriam sua influência... Teodinho, filho de família importante, morava na rua de baixo, e era forte e agressivo. Volta e meia surrava um... o número de agredidos já era bastante elevado quando um dia resolvemos ir à forra. Durante a semana preparamos dezenas de facões [??????] com o que se armaria o exército vingador. Mas apesar do sigilo que cercava os preparativos, Teodinho descobriu a trama e se armou para a defesa. O ataque se deu à noite... como o golpe era de surpresa, contávamos sair plenamente vitoriosos. Mas o adversário também se armara de facões [??????] e reagiu violentamente. Fomos batidos e desbaratados, um dos nossos levando no peito uma estocada que quase o matou.<sup>161</sup>

<sup>160</sup> SILVA, Hermano Ribeiro. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira. 1935. p.185-6.

<sup>161</sup> BRITTO, Francisco de. **1904 Memórias de Outro Tempo**. Goiânia: Editora e Gráfica Abertura Ltda., 1980. p. 40.

Percebam que na narrativa de Francisco de Brito sobre uma escaramuça os termos e significações utilizados nada diferem de outras narrativas, inclusive das suas, acerca das "estratégias militares" colocadas em prática pelos grupos políticos em conflitos na região: o responsável pelo conflito é sempre o "outro", o "nós" está apenas se vingando de uma agressão; os preparativos para o combate e o consequente reunir armas, os sigilos quebrados das missões de combate, os correligionários "batidos e desbaratados", "a estocada quase fatal".

Certamente tenham pensado que as interrogações entre colchetes significassem trechos ilegíveis na fonte original ou até mesmo um descuido na correção do texto.

Não!

Foi uma estratégia criada para demonstrar-lhes algo. Convido-os a completar esse exercício retirando os colchetes e inserindo no primeiro a palavra "crianças" e no segundo e terceiro completem como a expressão "de taboca". Se o leitor, antes de realizar o exercício proposto, havia entendido se tratar de dois grupos de homens armados em combate, penso que atingi meu objetivo em esclarecer que a "pedagogia da violência" dava-se com e para todos, inclusive as crianças desde muito cedo.

É a própria memória de Britto, já adulto, que o trai. Ao falar das escaramuças do tempo de criança, sua memória plasma nessa situação os anos de combates travados por ele e por sua família contra outros chefes políticos da região. Em muitos desses combates, a própria família de Britto era a "agressora", cabendo aos adversários a "vingança". Batalhas que sempre nos remetem às relações estabelecidas entre aqueles "homens comuns" e os que detinham o "poder de mando" e as disputas em torno de plantações, terra, gado e homens. Cuidemos sempre, entretanto, que aqueles homens, assim como estes, são também construtores de sua história.

Poder, plantações, terra, gado e homens: acompanhemos uma destas disputas na região de Boa Vista, envolvendo homens e terras do Maranhão. Boa Vista, como a maior parte dos lugares nos Vales do Rio Tocantins e Araguaia, existiu antes de existir, ou seja, antes de ser nomeada Boa Vista, antes que fazendeiros organizassem fazendas e controlassem agregados, antes que viesse um missionário, o lugar já era habitado.

No caso da região de Boa Vista, Carlota Carvalho, em seu livro *O Sertão: Subsídios para a História e a Geografia do Brasil*, narra esse processo com riqueza de detalhes. Segundo ela, em mais ou menos 1818, migrantes dos Pastos Bons, região centro-sul maranhense, atravessaram o Rio Tocantins para o lado de Goiás e fixaram-se no amplo território que depois daria origem a Boa Vista. Tais famílias moravam espalhadas pelas terras da região:

Seguiram os passos de Antonio Moreira Silva, temível bandeirante [...] dois pobres plantadores de mandioca: Antonio Faustino e velho Venâncio, com suas respectivas famílias, em que abundavam moças e crianças fixaram-se em lugar acima do Taurizinho 5 a 6 quilômetros, alto, argiloso, na riba esquerda do Tocantins, que aí tem mais de mil metros de altura. Devido à elevação, tem grande descortino sobre o rio e por isso deram-lhe o nome Boa Vista [...] Manoel Ferreira marido de uma senhora Dona Apolônia plantavam a mandioca (raiz tuberosa) que se conservava em bom estado 5 e 6 anos! Em 1825 Pedro Cipriano, natural de Cametá, descendo o rio começa uma roça para dentro dos babaçuais [...] Os plantadores estavam aí domiciliado a mais de sete anos<sup>162</sup>

Percebe-se já uma movimentação de famílias de sertanejos pobres que viviam do cultivo, distribuídas em um amplo território sem que, necessariamente, estivessem seguindo os passos de um “fazendeiro” ou “coronel”. Estavam fazendo escolhas, por uma vida, por um espaço: ocupando-o, povoando-o, embora não houvesse um povoado.

Somente no início da década de 1840 o lugar onde D. Apolônia, suas filhas e seus genros radicaram-se teve um acréscimo populacional, em função do aumento da migração de maranhenses e piauienses que fugiam da Lei Marcial e da Jugulação imposta pelas forças legais na fase final da Balaiada (1839-1842). Muitos se transferiram, nessa época, para as terras onde os lavradores de Pastos Bons já habitavam desde 1818:

Multidões inumeráveis de mulheres, crianças e homens escapos, salvando as vidas e deixando quanto possuíam em bens em poder dos legais atravessaram o Tocantins. [...] Foi esta população alucinada pela desgraça [...] [residir em] Boa Vista, povoação começada em 1818. Com essa população, acrescida em 1840, se fez a Cidade Santa da Fé, essa Boa Vista três vezes histórica. Na terra de Goiás [...] <sup>163</sup>.

A escolha de um espaço, a busca de uma terra. Essa escolha esclarece o abandono de outras terras, Maranhão e Piauí, onde as condições de vida – de suas vidas – não se faziam mais possível. Foi nessa movimentação de famílias de sertanejos que veio para Boa Vista Francisco Germano da Silva e com ele seus netos, Valério Gonçalves Neves e Carlos Gomes Leitão. Germano procedia de uma família conhecida por suas valentias e quando atravessou o Rio Tocantins, em 1840, não veio sozinho: com ele veio "sua gente".

A expressão “a gente do coronel” tende a ser utilizada pela historiografia, e por outras áreas de conhecimento, como a expressão da submissão dos pobres ao mando. Aqui devemos fazer algumas considerações a esse respeito. Maria Sylvia de Carvalho Franco assim entende a relação de dominação entre o coronel e "sua gente":

Liberdade impossível [para o escravo], mas pelo menos desejada, o que devolve ao escravo, embora apenas como projeção individual, um sentido de humanidade. Para aquele que se encontra submetido ao domínio pessoal [o agregado ou camarada],

<sup>162</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit.p. 121-4.

<sup>163</sup> Id. Ibidem, p. 184-5.

inexistem marcas objetivadas do sistema do sistema de constrações a que a existência esta confinada: seu mundo é formalmente livre. Não é possível a descoberta de que sua vontade está presa à do superior, pois o processo de sujeição tem lugar como se fosse natural e espontâneo. Anulam-se as possibilidades de autoconsciência, visto como se dissolvem na vida social todas as referências a partir das quais ela poderia se constituir. Plenamente desenvolvida, a dominação pessoal transforma aquele que a sofre numa ‘criatura domesticada’: proteção e benevolência lhe são concedidas em troca de fidelidade e serviços reflexos. Assim, para aquele que está preso ao poder pessoal se define um destino imóvel, que se fecha insensivelmente no conformismo <sup>164</sup>.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, conforme Gregg Narber, compreende a resposta “sou gente do coronel fulano”, dada invariavelmente à pergunta “quem é você”, como um código cultural sertanejo em que:

O termo ‘gente’ indicava primeiramente que não se tratava de alguém do mesmo nível que o ‘coronel’ ou sua família; caso contrário, o parentesco seria invocado logo de início para situar o indivíduo dentro do grupo (diria, por exemplo, ‘sou primo do coronel fulano). A formulação ‘gente’ indicava indivíduo de nível inferior, que podia inclusive ser parente, mas seria sempre parente pobre. Em segundo lugar, a ligação com o ‘coronel fulano’ também dava imediatamente a conhecer se o indivíduo estava em posição de apoio [...]. Finalmente, também a posição do ‘coronel fulano’ com relação a outros coronéis era conhecida de todos: o indivíduo que era seu afilhado também lhe esposava as alianças e as inimizades, se colocava como aliado ou antagonista da ‘gente’ de outros coronéis. ‘gente do coronel fulano’ significava então a clientela deste <sup>165</sup>

Sem retirar o inquestionável mérito do trabalho de Franco, parece-me mais apropriado o direcionamento de Queiroz que, embora ainda trate a “gente do coronel” como “clientela deste”, não retira “dessa gente” sua potência e sua vontade, liberando-os da imobilidade e do conformismo. Ou seja, a expressão "gente do coronel"<sup>166</sup> nessa perspectiva nos permite olhar para “as gentes” escolhendo entre ser aliado ou antagonista do “coronel fulano”, certamente conforme suas condições o permitiam. Portanto, como pessoas que agiam sobre suas realidades concretas e em espaços relativamente móveis, que em nada lembram o limbo de uma “sujeição irrefletida” como propôs Franco. Um limbo onde o sentido de "humanidade" seria inferior ao de um escravo.

Das possibilidades de escolha, Germano e seus netos Valério Gonçalves Neves e Carlos Gomes Leitão tinham plena consciência, como veremos no desenrolar dos acontecimentos. Germano "organizou fazendas", tornando-se poderoso em Boa Vista. Organizar fazendas, antes de significar o controle das terras, significava o domínio dos homens. Ali havia uma população desde o início do século XIX que, em certa medida, vivia de forma relativamente autônoma. Foi

<sup>164</sup>CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974, p. 88.

<sup>165</sup>QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. o coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (org).III HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Vol. 1. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 153-90. Apud: NARBER, Gregg. **Entre a Cruz e a Espada: violência e misticismo no Brasil rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2003, p. 34-5.

<sup>166</sup>A expressão “a gente do coronel” será utilizada na presente tese sempre com o sentido relacional pelo qual essa “gente” buscou defender seus interesses e satisfazer suas expectativas.

do controle “dessa gente” que derivou o poder sobre “essa terra”. Foi assim que surgiram os “chefes da região”. Questiono: teria ido para ali um “coronel” caso aquelas famílias de sertanejos pobres não tivessem escolhido ali habitarem? Creio que não!

Com efeito, o sertanejo pobre conduziu, moveu, deslocou: coronéis, autoridades, terras em uma teia tão complexa de acontecimentos, lealdades e traições que a história de um deles foi registrada, a partir de 1871, em fontes diversas, atravessando décadas de disputa na região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. O nome desse sertanejo é Salvador Nunes do Valle. Sobre Salvador do Valle não se sabe o lugar de nascimento, talvez tenha vindo do Maranhão como “gente dos Gonçalves Neves”, talvez tenha nascido em Boa Vista, pois em 1907 novamente suas práticas são narradas, agora no interesse de proteger o Padre João de Sousa Lima, que é quando descobrimos seu apelido: Bindô.

Esse sertanejo trabalhou ajustado de camarada, quando por vezes foi cúmplice ou autor de algum assassinio; esteve preso e organizou fugas, inclusive a sua própria; trabalhou, na década de 1870, como carcereiro da delegacia de Boa Vista. Em 1880, exercendo ainda o cargo de carcereiro, facilitou a fuga de um preso, por isso foi demitido e caçado a mando do Presidente da Província de Goiás J. A. Moraes Leite, em 1881.

Neste ano, refugiou-se na Fazenda Travessia, retornando ao trabalho na enxada, agregado que sempre fora da família de Valério Gonçalves Neves. Por fim, em um último registro, aparece Salvador Nunes do Valle, o Bindô, a mando de Maria Gonçalves Neves, bisneta de Valério Gonçalves Neves, indo em socorro do Padre João, compadre e marido de Maria Gonçalves. A história e as relações de Bindô são lacunares e complexas, porém, parece-me que sua lealdade para com os Neves e sua relevância para a consolidação do poder dessa família é límpido e simples. São as histórias das quais fez parte que nos interessa.

Segundo Carlota Carvalho, Valério Gonçalves Neves, em 1863, tornou-se o chefe da região<sup>167</sup>, não primando “pela cordura nem por escrúpulos de consciência”. A família Neves era dona de muitas terras na região de Boa Vista e São Vicente, porém era Valério Gonçalves quem detinha a posse da Fazenda Travessia: uma terra em um lugar estratégico.

O nome Travessia tinha uma razão especial: localizada às margens do Rio Araguaia, nas proximidades do povoado de São Vicente do Araguaia, essa fazenda à época era o único caminho por terra, além de o mais curto, por aonde o gado que vinha de Goiás e Maranhão com destino aos castanhais do Pará atravessavam. Por controlar a *travessia*<sup>168</sup>, Valério Gonçalves

<sup>167</sup> CARVALHO, Carlota. Op. Cit. p. 123.

<sup>168</sup> Grifo meu.

Neves tornou-se o maior negociante de gado da região, ou seja, tinha uma vida "abastada". Mas seu poder não derivava unicamente da riqueza.

Ele seguiu o exemplo do avô Germano, fortaleceu "a gente do velho Germano" que agora era "sua gente", e ao ampliar o número de agregados e de camaradas sabia fazer-se mais poderoso e temido. Foi esta a especificidade que tornou a família Gonçalves Neves, assim como alguns outros chefes dos Vales que seguiam estratégias parecidas, influente e rica na região dos Vales por mais de um século. Marculino, por exemplo, possuía laços de reciprocidade e de interesses tão consistentes com a família Neves que, mesmo na condição de condenado foragido da justiça de Boa Vista, planejou e executou algumas tentativas de impedir o comércio de gado de outros criadores da região com a praça de Marabá: perigosos "eram [os homens dos Neves] que mordiam como uns sabujos, infames, e tramavão [...] nas trevas"<sup>169</sup>.

A chegada de Joaquim Barbosa Lima, em 1869, para exercer o cargo de juiz de direito na Comarca de Boa Vista, o primeiro juiz togado do norte de Goiás, deslocou alguns aspectos das relações de mando, provocando tensões e conflitos na comarca, porém não parecia, em princípio, que houvesse uma disputa entre Valério G. Neves e Barbosa Lima. Por outro lado, não foram poucos os inimigos poderosos que esse juiz possuiu desde seus primeiros meses na Comarca de Boa Vista. De fato, chegou em meados de 1869 e, em 16 de dezembro do mesmo ano, sofreu seu primeiro atentado.

De acordo com o relatório do Presidente de Província de Goiás Ernesto Augusto Pereira (1869), o acusado da tentativa de morte contra o juiz era o camarada Manoel Gonçalves da Silva, que foi preso, processado e esperava julgamento. Julgava-se que o mandante do crime fosse o então delegado de polícia de Boa Vista, Patrício Tavares Bastos<sup>170</sup>.

A vida e os atentados sofridos pelo Juiz de Direito Valério Gonçalves, sua fazenda, seus crimes e seus negócios não fariam parte desta narrativa se, pesquisando nos relatórios policiais e procurando encontrar vestígios das "gentes dos coronéis" não houvesse encontrado no *Relatório da Secretária da Polícia de Goiás de 1872*<sup>171</sup>, relativo aos atos e aos fatos de 1871, uma narrativa sobre outro atentado à vida de Barbosa Lima, esse acontecido em 05 de junho desse ano. É neste relatório de 1871 que entram em cena outros sujeitos e é quando dos coronéis podemos nos desviar, ao menos até o ponto em que eles já não são personagens principais, mas coadjuvantes.

De acordo com este documento, no dia 05 de junho de 1871, em Boa Vista, numa noite escura, na barranca do Tocantins, encostou uma canoa, nela havia quatro homens e quatro remos.

<sup>169</sup> DUARTE, Leônidas G. de. **De São Vicente a Araguaetins**. Goiânia: J. C. Rocha Editor, 1948, p. 16

<sup>170</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1869.

<sup>171</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1872.



A escuridão da noite não era comum, mês de junho era mês de estrela e de céu limpo. Mas afora a ausência de estrelas no firmamento, tudo o mais era normal: o rio, os homens que tripulavam a canoa serem agregados e a "obrigação" a que viessem à Boa Vista. Subir a ladeira do "porto das mulheres", mais escondido, foi rápido para os dois homens. Apenas a luz do lampião, regalia de importância, à frente da casa fazia lembrar que em breve o sol nasceria: a luz do lampião clareou os bacamartes.

Os dois agregados dispararam contra a janela aberta do quarto do Juiz Joaquim Barbosa Lima, ex-titular da comarca e ainda residente na cidade. O mais velho dos dois homens pensou logo que, a única estranheza da noite: a escuridão, sem uma estrela sequer, seria a aliada deles, ninguém poderia vê-los. Porém, a escuridão foi aliada também de Barbosa Lima, os homens não tiveram mira para acertá-lo. Naquela noite, a escuridão serviu aos dois lados, assim como muitas vezes os homens da região também faziam.

Mesmo perseguidos, estes agregados conseguiram alcançar as margens do Rio Tocantins, “onde os aguardava uma montaria [canoa] tripulada por duas pessoas, na qual embarcaram seguindo rio abaixo. Nenhum desses indivíduos pôde ser reconhecido”<sup>172</sup>, fugindo, assim, para a fazenda de um dos mandantes que, segundo informações, estava localizada nas margens do Rio Araguaia, próximo a São Vicente.

Admito que a escuridão, a luz do lampião e o "porto das mulheres" foram detalhes e artifícios, cotejados em outras narrativas, para preencher um relatório policial, lacunar e formal, com alguma vividez de Boa Vista. Porém, o acontecimento narrado foi mais uma página das práticas violentas reais a que submetiam e a que estavam submetidos homens e mulheres nos Vales. E esse foi o acontecido.

Quatro dias após este segundo atentado contra o Juiz Barbosa Lima, no dia 09 de junho de 1871, foram presos irmãos e pessoas ligadas a Valério Gonçalves Neves, um dos principais chefes da região, mas que antagonizava o Juiz. Porém, no dia 21 de junho do mesmo ano, os prisioneiros evadiram-se da cadeia em uma fuga arquitetada pelo próprio Valério Gonçalves para libertar sua “gente”. Consta do mesmo relatório que descreve o atentado contra o Juiz as seguintes informações sobre a fuga:

Às duas horas da manhã de 21 do supracitado mez, o agregado **Salvador Nunes do Valle**, preso na cadeia de Boa Vista desde o dia 09 do supracitado acusado de tentativa de assassinato de autoridade de Boa Vista tendo **como mandatário Valério Gonçalves Neves**, achando-se livres dos ferros [...] auxiliados por pessoas estranhas que da parte de fora forçaram o ferrolho [...] puseram-se em fuga [...] Nenhum guarda existia na cadêa nessa ocasião [...]. Os presos evadidos forão os seguintes: José Ignácio Macedo [...]

<sup>172</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1872.

Faustino de tal [...] **Manoel Gonçalves da Silva** [...] **Felício de Souza Sinha** [além] dos dous **guardas nacionais Izidoro Gonçalves Neves, Luis Gonçalves Neves e Ludgera Gonçalves Neves** à audácia de Valério Gonçalves Neves, irmão da prófuga [Ludgera] se deve essa evasão.<sup>173</sup>

Na parte do relatório que descreveu a fuga, a primeira percepção foi que dentre os que fugiram três eram irmãos de Valério Gonçalves, o que, per si, na época e na região, já seria um motivo suficientemente forte para que a família Gonçalves Neves tomasse iniciativa drástica. Todavia, uma questão intrincada permeava essas prisões e essas fugas que tornavam tal assunto instigante. Salvador Nunes do Valle, agregado de Valério Gonçalves, encontrando-se preso sob a acusação de atentar contra a vida de uma autoridade, fora um dos homens que fugira naquela noite do dia 21 de junho de 1871.

Contudo, não havia no relatório qualquer informação sobre a identidade da autoridade cuja vida sofrera atentado. Fiquei pensando que, como as datas do atentado do juiz e da fuga tinham sido próximas, diferença de 16 dias, havia a possibilidade de que a vítima de Salvador Nunes do Valle, a mando de Valério Gonçalves Neves, fosse o juiz Joaquim Barbosa Lima. Afinal, era fato que este Juiz na tentativa de "aplicar a lei" na Comarca de Boa Vista aumentava o rol de seus inimigos dia a dia.

Não haver no relatório a informação da identidade da autoridade vítima do atentado praticado por Salvador Nunes do Valle, caso essa fosse o juiz Barbosa Lima, seria justificável em função de não ser desejo das autoridades policiais, inclusive do próprio Juiz, expor sua vulnerabilidade frente ao poder de Valério Gonçalves, pois conforme o relatório mesmo informa, na ocasião “da fuga não havia nenhum guarda na cadeia”. Sem ainda entender bem os motivos, concordei com o delegado: “a fuga se devia a uma audácia de Valério Gonçalves Neves”.

Porém, havia um problema para o qual era necessário encontrar evidências e indícios mais consistentes: no relato sobre este atentado constava que nenhum dos criminosos havia sido reconhecido. Sendo assim, então como conseguiram realizar a prisão dos suspeitos em apenas quatro dias? Afinal, o atentado havia sido no dia 05 de junho de 1871, a prisão no dia 09 e a fuga no dia 21 do mesmo mês e ano.. Comecei a indagar sobre a possibilidade de haver entre Valério Gonçalves Neves e seus agregados uma relação diferenciada.

Refletindo sobre a movimentação desses agregados, de onde vinham e para onde iam, recordei a questão da formação do povoado de Boa Vista e, nesse momento, descobri onde havia a possibilidade de encontrar o que procurava: o livro de Carlota Carvalho, *O Sertão: subsídios*

---

<sup>173</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1872. Grifos meus.

para a história e a geografia do Brasil (1924). O relato de Carlota Carvalho foi a base para a narrativa construída acima sobre o início da povoação de Boa Vista e sobre a importância aliciada por Valério Gonçalves Neves em função da "organização das fazendas e da manutenção em grande número de 'sua gente'". Foi em *O Sertão* que localizei a fazenda Travessia<sup>174</sup>, a evidência que faltava para iluminar ao menos alguns aspectos do conflito entre o juiz Barbosa Lima e Valério Gonçalves Neves.

Esta evidência revelou que não era improvável que Salvador do Valle tivesse sido o executante da tentativa de morte contra Barbosa Lima, pois no relatório do atentado está registrado não ter sido reconhecido nenhum dos homens, mas, por outro lado, relatavam ter informações sobre a localização da fazenda, local para o qual os fugitivos foram e, mais que isso, afirmavam saber que era propriedade do mandante:

Mesmo perseguidos estes agregados conseguiram alcançar as margens do Rio Tocantins, 'onde os aguardava uma montaria tripulada por duas pessoas, na qual embarcaram seguindo o rio', fugindo para a fazenda de um dos mandantes [...] que segundo informações está localizada nas margens do Rio Araguaia, próximo a São Vicente.<sup>175</sup>

Ora, a convergência tornou-se uma evidência: se sabiam onde era a fazenda do mandante, sabiam quem era ele, então não seria difícil ir buscar o criminoso. Provavelmente foram, pois a localização da fazenda estava mais ou menos clara, e prenderam Salvador do Valle, porém o mandante não aceitou tal condição e realizou "a tirada dos presos da cadeia". Qual o elo? O endereço da fazenda onde os criminosos esconderam-se, e onde certamente foram presos, era o da fazenda Travessia descrita no relatório policial<sup>176</sup> e que Carlota Carvalho afirma ser de propriedade de Valério Gonçalves Neves.

Mas havia outras perguntas. Por que os agregados de Valério Gonçalves estavam sempre envolvidos nestas contendas se não se tratava de um conflito armado declarado? Interesses outros deveriam estar em jogo. Mas não havia evidências consistentes que pudessem ser apresentadas

Até que uma documentação, produzida entre 1860 e 1940, sobre a região dos Vales e mais propriamente sobre São Vicente, foi organizada cronologicamente e, sob a forma de Anais, foi publicada por Leônidas G. Duarte em 1948: a descoberta dessa documentação lançou novas luzes sobre os acontecimentos. Nesta documentação, a partir de um cruzamento entre as esparsas

<sup>174</sup>CARVALHO, Carlota. Op. Cit. p. 230

<sup>175</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1872.

<sup>176</sup>A travessia nas terras dos Gonçalves Neves, segundo Leônidas Duarte em ofício à Prefeitura de Marabá-PA, era um problema persistente de contrabando que somente a instalação de um posto de fiscalização goiano no local resolveria. DUARTE, Leônidas G. de. **De São Vicente a Araguatins**. Goiânia: J. C. Rocha Editor, 1948, p. 69

fontes públicas e documentos localizados nos Anais referidos, surgiram convergências e evidências que possibilitaram reconstruir esta trama.

A localização nestes Anais de uma carta escrita pelo Juiz Joaquim Barbosa Lima em 28 de fevereiro de 1871<sup>177</sup> para Savino Rimini, frei da Ordem dos Capuchinhos, que residia em São Vicente, iluminou muitos dos espaços opacos deste processo. Nessa carta, Barbosa Lima expressa sua inquietude: inicia contando dos problemas que teve desde que chegou à Comarca e a primeira questão que levanta refere-se às suas relações com Valério Gonçalves Neves, mas principalmente deixa entrever o intrincado jogo das relações que envolvia os agregados:

Há 3 annos, quase, que trabalho nesta terra sempre para beneficiá-la [...] Eu trabalhava, estas feras – Neves – mordiam-me como uns sabujos infames, e tramavão contra mim nas trevas... Acordei em tempo, e derrubei-os redondamente. O assassino Valério anda fugido e armado na província do Maranhão para não ser preso. O agregado Marculino está condenado a um anno de prisão sem recurso e anda fugido [...] <sup>178</sup>.

Como esta carta foi escrita antes do atentado de 1871 – a carta é de 28 de fevereiro e o atentado é de 05 de junho de 1871 – foi possível inferir que, além dos conflitos entre a família Neves e o juiz existirem desde a chegada do primeiro à região, eles envolviam sempre a participação de agregados e de camaradas: a "gente dos coronéis". Em trecho da carta a Frei Savino, ele explica os motivos pelos quais não poderia visitá-lo em São Vicente:

Não quero estar no meio destas feras [...] Estas feras – Neves [...] te não perdôo se não vieres me abraçar e benzer minha Igreja. Eu não posso ir, porque os [Gonçalves] Neves podem atocaiar-me por mestiços, os agregados que ficam escondidos nas suas terras, e no caminho matar-me: são ferozes. Eu vivo prevenido<sup>179</sup>

A questão não era simples e o fato de temer tocaias levanta indícios sobre a participação de Valério Gonçalves Neves e "sua gente" no primeiro atentado ao juiz em 1869. Entretanto, Barbosa Lima logo muda de assunto, parecendo-me esquecer sua briga com a família Neves, pois confia a Frei Savino outras preocupações:

Mandei 60 bois a Cametá, mas o Elias não promoveu a venda [...] estou maçado de estar sevando ladrões e assassinos. [...]. Mas, como te disia: meu encarregado não vendeu o gado em Cametá, e veio vendê-lo no Pará. O que fez não sei: ainda não chegou, está me dando cuidado, e amanhã vou mandar socorro<sup>180</sup>

<sup>177</sup>A veracidade desta Carta é referida por Carlota Carvalho em seu livro *Os Sertões* e atestada como autêntica pelo historiador João Rênor, em prefácio da 3ª edição do livro de Carvalho, que teve a oportunidade de tê-la em mãos durante consulta ao acervo do Privado de um Padre Capuchinho de Imperatriz que detinha parte das correspondências e escritos de Frei Savino Rimini.

<sup>178</sup>Id. Ibidem, p. 16

<sup>179</sup>Id. Ibidem, p. 17

<sup>180</sup>Id. Ibidem, 16

Voltando à questão dos crimes e atentados, escreve acerca das pessoas presas e das foragidas ligadas à família Neves. No entanto, quando se refere ao caso específico de dois dos foragidos, seu tom narrativo altera-se, sendo esse o único momento em toda a carta em que surge uma exclamação: "o vil Felício Sinhá está sendo processado e também Antonio Padre, que partiram para o Pará em uma montaria<sup>181</sup>, dizem para armar-me a cama. Que estúpido!<sup>182</sup>"

Quando li o nome **Felício Sinhá**, percebi que ele aparece no relatório policial que trata da fuga dos presos promovida por Valério Gonçalves Neves<sup>183</sup> como um dos foragidos. Certamente ele era um dos homens dos Gonçalves Neves. Assim, as preocupações do Juiz Barbosa Lima podem ser melhores compreendidas: Felício Souza Sinhá, e provavelmente também Antonio Padre, era agregado de Valério G. Neves, maior inimigo do juiz, e sua promessa de "armar-lhe a cama no Pará" era uma premente ameaça de que planejavam algo. Porém, sua apreensão não era apenas em função da ameaça, mas da possibilidade de que já houvesse acontecido.

Barbosa Lima estava apreensivo por causa da demora no retorno de seu encarregado, Elias, que fora vender o gado no Pará: era possível que não tivesse chegado, ou enviado qualquer notícia em função de Felício Sinhá, agregado de Valério Gonçalves Neves, tê-lo perseguido e interceptado. Provavelmente era essa a razão para Barbosa Lima dizer que "estava cansado de sevar ladrões" e também a razão para estar preparando "envio de socorro no outro dia".

Mas qual a razão para Valério G. Neves querer impedir que o juiz negociasse seu gado? Valério Neves era um homem perigoso, mas não há indícios de que fosse ladrão. A questão era que, como afirmado acima, quem controlava este negócio era Valério Gonçalves, inclusive por causa da travessia em suas terras, e Barbosa Lima estava investindo nesta empresa. Em trecho da carta a frei Savino, isso fica esclarecido: "estou com 500 bois comprados e vou em setembro vendê-los no Pará". Na verdade, Barbosa Lima não pretendia deixar Boa Vista, inclusive estava reformando a igreja, um indício de sua intenção de fixar na região: "minha matriz está breve prompta; já recebi o sino de 10 arrobas, e breve chega a Padroeira, grande vulto vindo de Portugal.<sup>184</sup>"

Uma questão central se esclarece: a disputa entre Barbosa Lima e Valério Gonçalves Neves era pela mesma razão que décadas a fio os homens desta região se digladiavam: terras, gado, homens, ou seja, era pelo poder de mando. Como já afirmei, o domínio sobre os homens

---

<sup>181</sup>Pequena canoa com capacidade média para seis pessoas, que costumava sulcar os rios Araguaia e Tocantins a partir do século XIX

<sup>182</sup> Id. Ibidem, p. 16

<sup>183</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1872.

<sup>184</sup> Id. Ibidem, p. 16

significava o domínio sobre a terra e vice-versa. Na carta de Barbosa Lima não encontramos qualquer referência ao que pode ter acontecido com Elias [o encarregado do juiz], com o gado, ou com o dinheiro do gado. Mas perscrutando as práticas e ousadias de Valério Gonçalves Neves, a promessa de Felício Sinhá deve ter sido cumprida.

Podemos imaginá-lo a galope em direção à fazenda Travessia onde teria ajuda de outros agregados para interceptar Elias. Não parece que estes homens fossem de fazer promessas vãs, mesmo porque os laços entre Valério e seus agregados pareciam fortes. Não podemos esquecer de que na visão de mundo de Felício, a lealdade deveria ser fundamental, uma vez que três meses depois, naquela madrugada de 1871, foi a audácia de seu "patrão" que o tirou da cadeia. Delineia-se, assim, aparentemente por vias tortuosas, o intrincado jogo das relações e de interesses entre os "coronéis" e "sua gente".

A ligação entre estes homens são complexas: foragidos, livres ou presos os agregados são os fios que unem o processo. Para entendermos melhor os laços de Valério Gonçalves Neves e seus agregados será necessário avançar uma década: anos de 1880 e 1881. No Relatório da Presidência de Goiás do ano 1881, o presidente J. A. Moraes Leite<sup>185</sup> descreve em detalhes a situação de Boa Vista, "mil vezes mais grave, pois se prende a velhos acontecimentos, que abriram entre os habitantes uma vala profunda<sup>186</sup>", pois se originam de lutas arcaicas no sul do maranhão. Leite Moraes expõe os envolvidos, as razões, os crimes, as fugas e as medidas tomadas minuciosamente.

Mas o que nos interessa é um fato singular sobre a vida do agregado Salvador Nunes do Valle que, lembremos, era acusado de matar uma autoridade, provavelmente Barbosa Lima, e fora retirado da cadeia por Valério G. Neves no ano de 1871. Nesse sentido, o inusitado é que no relatório em referência, no item Fuga de Presos, há a informação de que o agregado Salvador Nunes do Valle, assassino fugitivo, era oficialmente o carcereiro da cadeia de Boa Vista. Mais singular ainda, Salvador do Valle, por colaborar com a fuga dos presos Felício de Souza Sinhá e Leocádio José de Souza, este último acusado de vários crimes de morte, foi exonerado do cargo pelo chefe de polícia de Boa Vista:

**Em fins do ano passado [1880] evadiu-se da cadêa de Boa Vista o criminoso Felício de Souza Sinhá e Leocádio José de Souza [...] auxiliados pelo carcereiro Salvador**

<sup>185</sup> Formado em direito, Joaquim Almeida Leite Moraes foi nomeado Presidente da Província de Goiás em 1880, com o objetivo específico de organizar a eleição provincial. Homem pragmático, registra tanto em seu relato de viagem, de São Paulo a Goiás ida e volta, quanto em seus relatórios de governo, sua concepção liberal, no que se refere à economia, e ao mesmo tempo conservadora quando se trata de assuntos políticos.

<sup>186</sup>Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1881.

**Nunes do Valle** [...]. O ex-chefe de polícia comunicando-me a fuga e declarando-me que nella fora conivente o referido carcereiro [...] demitiu-o [...] Recomendei que se lhe instaurasse processo.<sup>187</sup>

As relações de poder aqui se esclarecem e ao mesmo tempo se mostram mais intrincadas. Um dos homens a quem Salvador Nunes do Valle favorecera a fuga era Felício Souza Sinhá: o mesmo agregado de Valério Gonçalves Neves que, em fevereiro de 1871 provavelmente tentou, ou conseguiu, interceptar o encarregado de vender o gado do juiz em Marabá e, também, o mesmo agregado que em junho de 1871 evadiu-se da cadeia de Boa Vista, isso na mesma fuga da qual Salvador Nunes do Valle participou. Entretanto, do acima, o mais importante não é o exemplo da continuidade, em um período mínimo de uma década, do mando de Valério G. Neves sob antigos agregados, mas o significado desta continuidade: a solidez da aura de poder e de força mantida entre ele e seus agregados.

Mas a história destes fios ainda não terminou. Os problemas em Boa Vista foram utilizados pelo jovem e forasteiro presidente Leite Moraes para demonstrar a Goiás como deveria agir a administração no cumprimento de suas obrigações. Assim, as diligências atrás dos foragidos foram efetivas e intermitentes. Sobre as diligências atrás de Salvador e outros ele afirma:

O criminoso João Vieira de Mello, o ex-carcereiro foragido Salvador Nunes do Valle e Honorato José de Almeida lograram escapar das diligências feitas para sua prisão, mas sendo visto o dito carcereiro na companhia de Felício de Souza Sinhá, foragido da cadeia com a conivência do dito Salvador, julgaram encontrá-los na fazenda do Sr. Valério Gonçalves Neves, lugar onde mora de agregado Felício Sinhá e cujo dono já ajustou Salvador Nunes. Deligenciou-se então para as margens do rio Araguaya e nas proximidades de São Vicente do Araguaya, na dita fazenda, avistaram de lonje o foragido Felício Sinhá e Honorato, aquelle seggurava um bacamarte, quando approximam viram que era sómente o cabo de pau que trocava da enxada, os dois correram para o mato. Salvador Nunes do Valle e Honorato José da Silva apresentaram-se a ella na comarca de Imperatriz. [...] do criminoso Felício de Souza Sinhá, ignora-se si novamente foi preso<sup>188</sup>

As articulações, no sentido de exercer o domínio sobre os agregados, realizadas por Valério eram sutis e pareciam eficazes. No mesmo sentido, podemos imaginar que estas redes apoiavam-se não só no medo, mas também na proteção e, nesse sentido, é possível compreender que nessa relação, aparentemente apenas de domínio do mais forte sobre o mais fraco, os agregados buscavam defender seus interesses, retirando proveito das práticas violentas nas quais se envolviam: o "livramento" de agregados e apaniguados da cadeia realizado por Valério Gonçalves Neves é um dos exemplos deste tipo de proteção. Felício ao escapar da cadeia sentiu-

<sup>187</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1881. Grifos meus.

<sup>188</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1881.

se voltando para casa, para sua vida, pois ele já estava com a enxada na mão quando a diligência policial chegou.

Aqui se delineia o cotidiano dos agregados e camaradas, segurar a enxada, mas estar quase sempre exposto a uma vida de práticas violentas e/ou de correrias a serviço dos “patrões”. Uma vida flexível, em relação às circunstâncias dos ajustes de camaradagem. No caso de Felício, sair da cadeia e voltar a ser agregado, fazer o caminho de volta à fazenda foi uma boa escolha. Provavelmente não por lealdade, ou melhor, não apenas por ela, mas porque era sua "liberdade possível" voltar ao cabo da enxada.

Por outro, dentro do código social que vivia, deveria saber que se na Fazenda Travessia estava sua liberdade possível, era porque sua potência para praticar atos violentos, sob as ordens da família Neves, permanecia latente, pois esse era o campo de tensão e, conseqüentemente, de possibilidades em que os sertanejos pobres viviam. Os "mestiços e agregados" <sup>189</sup> eram, sim, homens de guerra, mas não havia outro tipo de homem naquela região e naquele momento: cometiam atentados, matavam e armavam armadilhas contra inimigos, entre uma roça e outra, entre uma correria e outra contra os índios.

Mas em alguns casos, estes homens afastavam-se das roças, caso do agregado Salvador Nunes do Valle, que ocupou o cargo de carcereiro da cadeia de Boa Vista, certamente em função da influência de seu patrão Valério Gonçalves Neves. Porém, ao ser conivente com a fuga de Felício Sinhá, representando a deferência e/ou respeitando a lealdade a Valério de acordo com seus interesses, foi demitido e a opinião do delegado sobre ele não diferia em nada da concepção que letrados e abastados tinham sobre qualquer agregado:

Em geral, os lugares de carcereiros estão vagos em toda a província; os respectivos vencimentos, por demais exíguos, não convidam senão aquele que, para não ser considerado vadio ou vagabundo, transforma-se em funcionário da justiça, como o primeiro guarda dos presos [referindo-se a Salvador Nunes do Valle]<sup>190</sup>

As razões para que Salvador tenha assumido o cargo de carcereiro eram provavelmente mais complexas, porém, no senso comum da época, os pobres e, principalmente, os agregados eram os vagabundos a serviço dos fazendeiros enquanto a lavoura pedia braços e as terras pediam cultivo<sup>191</sup>. Por outro lado, os baixos salários pagos, quando pagos, aos funcionários do norte de Goiás levam-me a pensar que muitos agregados, como diria Bernardes, "tornaram-se

<sup>189</sup> Temidos pelo Juiz Joaquim Barbosa Lima.

<sup>190</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1882.

<sup>191</sup> Esta concepção é do Pres. De Goiás, Joaquim de Almeida Leite Moraes, expressa no mesmo relatório em que trata das revoltas de Boa Vista. Na verdade, sua fala caminha no sentido de uma analogia entre agregação e crime, pois para ele os agregados não trabalhavam. Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1881.



mais categorizados" e que tenham mantido suas famílias na mesma terra do mesmo fazendeiro por décadas a fio.

Talvez com Salvador do Valle tenha sido diferente, pois, de qualquer forma, a própria distância física da terra aponta para certa autonomia no cotidiano. Porém, a força invisível do mando de Valério permanecia inabalável, bastando uma ordem sua para que ele facilitasse a fuga de Felício, sabendo que poderia ser demitido e perseguido. Essa é a última menção que as fontes me apresentam sobre o agregado Salvador Nunes do Vale ou sobre Felício, sobre suas famílias. Nem sequer uma linha a mais. Mas de outras famílias em outras fontes apreenderemos alguns vestígios, que não interessavam aos documentos públicos registrar.

Em função da necessidade de aproximar-me dos agregados e dos camaradas e, conseqüentemente, de desviar-me dos coronéis, foi necessário um procedimento metodológico que questionasse as fontes de pesquisa ininterruptamente, mesmo as oficiais ou públicas, sobre os rastros dos homens, mulheres e crianças comuns que habitavam os Vales dos rios Araguaia e Tocantins.

Outras estratégias desses sujeitos pobres para barganhar, para negociar o preço do braço armado ou para organizar as práticas violentas ordenadas pelos coronéis e/ou fazendeiros vieram à tona nessa pesquisa e serão analisadas mais adiante. Por enquanto fiquemos nas “únicas saídas possíveis” apontadas por Janotti. Sair do jugo de um coronel para cair no jugo de outro! Seria tão simples assim? Um agregado, um camarada, um cabra, um jagunço ao deixar a proteção de um coronel e pedir a “benção de outro” não estaria realizando uma negociação, uma barganha?

Certamente, uma negociação quase sempre tensa, que poderia, inclusive, custar-lhe a vida? Seria a demonstração de uma busca de autonomia, ainda que relativa, frente a uma situação dada? Não seria a demonstração de uma capacidade ímpar de lidar com situações adversas? Ou seria a demonstração clara do desejo de potência dos sujeitos?

Defendemos que sim!

### CAPITULO III

#### AS REPRESENTAÇÕES DA VIOLÊNCIA E A REPRESENTATIVIDADE DOS SUJEITOS

O que nos autoriza, pois, a pensar que Frederick Douglass e o senhor Hopkins são, como se costuma dizer, representativos? A impossibilidade de passar do individual ao social tornaria inutilizáveis para fins científicos as fontes orais e as memórias, na medida em que a subjetividade constitui seu próprio argumento.

Alessandro Portelli

As fontes literárias, incluindo as memorialísticas, se bem que estas em menor grau, foram instrumentos que contribuíram significativamente para a sondagem dos indícios das práticas dos agregados e camaradas, índios e escravos, das "pessoas comuns", de suas negociações, de sua busca por autonomia, ainda que relativa, frente aos "donos do lugar", de suas experiências de vida, do seu contato constante e rotineiro com as práticas de violência.

As crianças não escapavam desse contato e não era apenas brincando com facões de taboca que o aprendizado da violência era assimilado. Os pequenos na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins estavam constantemente expostos à violência e suas práticas:

no dia 28 do mesmo mez, estando Avelino Augusto de oliveira em luta com Viriato Henriques na fazenda S. Benedicto, resultou que Avelino dando em Viriato duas fortes cacetadas alcançasse uma dellas a menor Joana, filha de Valeriano Aduzindo Corrêa, que se achava nos braços do mesmo Viriato, a qual logo depois faleceo<sup>192</sup>.

A pequena Joana teve a infelicidade de estar nos braços do agredido. Embora o relatório seja lacônico, podemos supor que o referido fosse parente de seu pai, Valeriano, ou no mínimo um amigo muito chegado, sem o que não estaria nos braços deste devido à moral conservadora da época no que tange ao sexo feminino. Também não sabemos o motivo da luta entre Avelino e Viriato.

O fato é que, aquilo que um Presidente de Província, como veremos adiante, caracterizou de "motivos ridiculos" e atualmente a justiça denomina de "crime por motivo fútil" se inscrevia

<sup>192</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1876.

numa rotina de práticas violentas oriundas de um longo aprendizado por meio do qual homens, mulheres e crianças foram se embrutecendo e para os quais a solução de pequenas questões "se resolviam" por meio de atitudes violentas.

Quem eram essas crianças? Filhas de quem? Como viviam? Respostas difíceis, pois essa gente pequena quase não aparece nas fontes e quando aparecem ou são pintadas a partir de uma noção de "infância de brincadeiras" ou estigmatizadas pelo olhar do "viajante médico". Mesmo assim, foi possível sondar-lhes os indícios de suas vivências e das de seus pais, perseguindo os rastros deixados pelos viajantes, memorialistas, romancistas. Vestígios, às vezes claros, mas no mais das vezes fugidios, alguns muito recuados no tempo, outros sobrevivendo teimosamente por meio das memórias.

Julio Paternostro assim os enxergou já em 1935:

No percurso de quase 100 km vimos apenas cinco choupanas, onde a penúria era extrema. Meninos de 12, 15 anos viviam nus por falta de roupa. Naquelas choças só existe a luz do dia. Não as iluminam à noite com lamparinas de querosene ou com luz de sebo.[...] A não ser uns pés de mandioca, não plantam nada. De tempos em tempos fazem com essa raiz a farinha puba. Uma vez por outra sacrificam rês raquíticas para com o couro fazerem banquetas, alpercatas, esticados para dormirem ou janelas para suas palhoças, e com a carne, seca ao sol, terem alimento que misturam com a farinha puba. De vez em quando chupam favos de mel de abelhas selvagens. Não tiram leite das vacas por falta de hábito, e, também os úberes estão quase sempre vazios [...] Se a carne de gado falta por algum tempo, pescam no Tocantins.<sup>193</sup>

Uma ressalva se faz necessária primeiramente no que tange ao olhar dos viajantes. E não se trata do caráter "externo" desse olhar. Refiro-me ao que chamo de um "olhar fotográfico". Embora as viagens desses homens durassem entre seis meses a um ano, e em alguns casos muito mais, devido à falta de transportes rápidos, o tempo de permanência em cada localidade visitada variava de uma a duas semanas no máximo.

Nesse sentido, o que o viajante via era como um "instantâneo" daquelas vidas. No que se refere à alimentação daqueles sertanejos, por exemplo, esse olhar fotográfico perde toda uma série de ciclos sazonais que envolvem a dieta sertaneja: o tempo das abelhas, o tempo da pesca, o tempo da caça, o tempo do piqui, o tempo da manga, o tempo do caju, o tempo do plantio e da colheita da mandioca, o tempo da farinhada e muitos outros.

Entretanto, em que pese o olhar de incompreensão e muitas vezes de preconceito dos viajantes, as condições de vida desses sujeitos eram bastante deficitárias no quesito saúde. O conjunto de fontes aponta para uma quase ausência de práticas médicas na região associada a

---

<sup>193</sup> PATERNOSTRO. Júlio. Op. Cit, p. 216.

problemas endêmicos de saúde, como as verminoses, por exemplo, e uma relativa deficiência nutricional da população pobre. Essa situação, conjugada às péssimas condições de trabalho e à exploração, tornava as condições de existência extremamente difíceis. E para as crianças tudo se tornava mais difícil.

Tuniquin era uma daquelas crianças que era quase impossível saber a idade. Raquítrico, as perninhas e bracinhos muito franzinos ajudavam a salientar o ventre inchado. Poderia se dizer pela pequena estatura uns seis aninhos. Mas poderia ter sete, quiçá nove. Era como a maioria das crianças pobres dali. Pequenas, raquítricas, o ventre inchado pelas verminoses. Passava a maior parte do tempo vagueando ali pelos arredores da choupana onde moravam de agregados seus pais naquela fazenda.

Uma fazenda enorme de muitas léguas de extensão. Mas seu mundinho se resumia ao quintal da morada, à pequena roça de mandioca perto do ribeirão, cerca de duzentos metros a os separarem, e a roça do dono da fazenda, cerca de meia légua de distancia, que as perninhas franzinas percorriam com corridinhas ligeiras atrás dos passos largos da mãe quando esta, vez ou outra, ía levar uma merenda para o pai no roçado do patrão.

O pai Félix, que todos tratavam de *Seu Féli*, era um homem trabalhador. O pequeno o via pouco, porque às vezes ele ficava 15 dias fora, lá na cabaninha montada no meio da roça do patrão. A temporada de cuidar da roça do patrão era o tempo que o pequeno sentia um certo alívio. Félix era um homem rude, quase não falava quando em casa. Se pedia algo à mulher, antes que ela providenciasse ligeiro, como fazia de costume, às carreiras, ele a impelia com um empurrão seguido de um "diacho de muié lesma"! Quando era Tuniquin o solicitado, invariavelmente recebia um "cocorote" na cabeça: "diacho de muleque sonso"!

Estava acostumado, mas, ressabiado, tentava ficar o mais que podia fora do alcance do pai. Por isso ficava sempre ali pelo terreiro. Gostava de correr atrás dos dois porquinhos que ficavam por ali chafurdando à solta. A porca sempre paria muitos leitõezinhos, mas o pai tinha que engordá-los e depois repassá-los ao patrão, ficando sempre com apenas dois. De regra os mais miúdos. Já galinhas e cocás havia muitas no terreiro que o patrão não fazia conta de criação miúda. Nesse caso, era a patroa que aparecia uma vez ou outra e escolhia aquelas que mais lhe agradassem, quantas quisesse e levava embora. Tuniquim chorava quando a patroa levava uma das galinhas que ele mais gostava.

Era criado ali à solta com os porcos e as galinhas. Nunca calçara nada nem mesmo uma alpercata de couro cru que o pai fazia ele mesmo. Mas fazia apenas para si e para a mulher, que

criança não carecia daquilo. De roupa só o gongózinho de algodão grosseiro que a mãe fazia e que lavava no banho no riacho e que secava no corpo mesmo.

O passadio do dia se resumia quase sempre a uma refeição por dia constituída de feijão com carne seca, às vezes com toucinho, sempre acompanhados com farinha de puba. No resto do dia, era a jacuba que aliviava a fome e aqui e ali cinderebas de frutas silvestres que a mãe colhia ali pelos matos<sup>194</sup>. Além disso, vez ou outra, peixe pescado ali mesmo no ribeirão, por ele e pela mãe, e carne de caça, geralmente pacas e tatus, quando o pai se dispunha a caçar. Criado dessa forma, não era de se admirar o ventre sempre inchado pela verminose e nem o hábito proveniente dela de comer terra. Hábito que o pai odiava.

Seu drama maior era quando o pai voltava do povoado depois de uma semana gasta na ida e na vinda. Invariavelmente trazia uma garrafa de restilo que consumia quase toda no mesmo dia. Nessas ocasiões não era raro os "cocorotes" serem substituídos por murros da mão calejada e pesada do pai. Quando pego comendo terra então era mesmo espancado. A mãe recebia o mesmo tratamento ao menor olhar de reprovação que dirigisse ao marido.

Aquele foi um ano ruim. As colheitas foram mal, a maior parte da pouca farinha tirada da rocinha de mandioca foi para o patrão, tendo a dívida para com ele aumentado muito. Os dois porquinhos da última cria "escaderaram" e morreram. O pai, Seu Féli, ficava cada dia mais irritado, mais truculento. "diacho de miserê, nem um toucinho tinha mais no feijão, diacho de vida"!

Naquele dia tinha se recusado a comer o feijão sem a carne ou o toucinho. Não pela falta desses ingredientes, mas sim devido ao fastio crônico em função da verminose. Ficou ali, absorto naquele hábito de comer terra, não cuidou na presença do pai. Seu Féli o agarrou pelos bracinhos franzinos: "vou te ensinar seu porquêra"! De nada adiantaram as súplicas da mãe desesperada como também não adiantou os meses de desvelo cuidando dos ferimentos do menino. A curta vida de Tuniquin terminou como segue:

[...] no dia 7 do mesmo mez [...] o cadáver do menor Antonio da Silva, cuja morte é attribuída à Félix da Silva [...] o qual com o fim de amedrontar o dito menor e obrigar-o a deixar o vício de comer terra, mette-o dentro de um cofo e tocou fogo no mesmo, resultando dessa imprudência ficar a criança com as pernas queimadas de maneira que

---

<sup>194</sup>A jacuba é uma mistura de farinha, água e rapadura raspada, muito consumida pelos sertanejos principalmente em condições em que outra alimentação não esteja acessível como, por exemplo, no caso dos remeiros nas longas viagens pelos rios Araguaia e Tocantins. A Cindereba, por seu turno, é uma espécie de suco cremoso feito de algumas espécies de coco de palmeiras, como por exemplo, a Bacaba e o Açaí.

nunca mais poude andar, o que segundo a opinião dos facultativos apressou a morte do infeliz menor"<sup>195</sup>

Uma anotação, embora contundente, permeada de lacunas em um relatório de província. Também lacunar o "mapa" em outro relatório de 1844, de três décadas anteriores àquele com o cabeçalho "Mappas contendo 37 Meninas, filhas de Pays indigentes, que não lhe podem dar educação, rezidentes em diversos Quarteirões da Freguesia de N. S. da Conceição desta cidade". Um mapa, 37 nomes, aqui e ali uma anotação: "é pobre", "pede pelas portas", "muito indigente", muitas lacunas.

Lacunas que me fez recorrer ao procedimento (ao prazeroso procedimento) de "preenchê-las com a imaginação". Digo procedimento, pois o ato da imaginação para o historiador é, sem dúvida, muito díspar do ato do literato ou do memorialista. A imaginação historiadora é cerceada pelo desejo de objetividade, mesmo que relativa. Utiliza a diversidade de representações contidas nas fontes, sobre os sujeitos e as coisas para entrever e rerepresentar outras coisas e outros sujeitos.

Quantos e tantos Antônio, com codinomes Tuniqin, Tõezin, Toninho e outros afins não desfilarão diante de meus olhos na lida com a literatura, com os compêndios de memória, com a documentação pública. Todos representados a partir de uma memória social subjacente. Quantos, invariavelmente, submetidos ao aprendizado da violência. Muitos pagando com a própria vida tal aprendizado como o nosso Antônio da Silva acima. A muitos ainda é possível vê-los sendo sacudidos pelos braços franzinos em praça pública sob o olhar "naturalizado" dos transeuntes já no presente. Aqui e ali uma nota na imprensa televisiva sobre as brutalidades contra eles cometidas.

Nesse sentido, o nosso "tuniqin" é um sujeito representativo de tantos outros, de uma realidade acerca das vivências, permeadas de atos violentos, das crianças pobres na região dos vales. Problematizar sobre como as representações em geral acerca dos sujeitos da região dos vales foram sendo socialmente construídas e em que medida elas serviram de lume para o clareamento das condições de existência desses sujeitos na região dos vales foi fundamental, diante da variedade e riqueza das fontes utilizadas nessa pesquisa. A noção de representatividade utilizada por Portelli, embora seja mais utilizada pelo autor enquanto procedimento em sua lida com fontes orais, conjugada à leitura de Bourdieu, conforme argumentei no capítulo I, muito me foram úteis no trabalho, possibilitando-me exorcizar de vez o espectro da dicotomia entre representação e realidade que, por vezes, ainda me assombrava. Portelli argumenta que quando

---

<sup>195</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1876.

se fala de textos, a representatividade não significa normalidade, nem significa média, já que uma representação para ser mais qualitativa do que quantitativa deve basear fundamentalmente na exceção.

A Divina Comédia de Dante Alighieri é um texto representativo do medieval italiano não porque constitua a expressão média dos notáveis florentinos do século XIV, mas porque, em sua capacidade de ser única, agrupa as possibilidades não expressas de toda a época. Neste sentido, por exemplo, Ralph Waldo Emerson definia como 'homens representativos' figuras como Shakespeare ou Montaigne, Goethe ou Platão, e poderia muito bem haver incluído Frederick Douglass. Este, de fato, atuou politicamente como representante das massas afro-americanas durante e depois da escravidão, e sua autobiografia é hoje parte integrante do cânon literário e cultural dos Estados Unidos. [...].Portanto, a palavra chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes [orais e das memórias] se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.<sup>196</sup>

A par da estreita relação que defendo existir entre as representações construídas acerca da realidade e a memória que as sociedades elaboram de si (e me parece que Portelli também assim entende ao utilizar a expressão "subjetividade socialmente compartilhada"), argumento que as representações se apresentam para o historiador revestidas de três formas e faz parte do procedimento decompor essas formas com o fito de se acercar da realidade representada:

1 – uma representação, diríamos, em estado bruto, aquela que é narrada pela própria fonte. Um sujeito narrando sobre si mesmo, sobre outrem, sobre grupos ou sobre a sociedade em que está inserido, ou de uma que se teve notícia (nesse último aspecto a memória desempenha papel fundamental). A nota (a notícia em si) sobre a morte do menor Antônio da Silva é desse tipo de representação em estado bruto. E nesse estado quase nada tem a informar ao historiador. No texto estaria "representado" que uma criança foi alvo de maus tratos pelo pai, entretanto eu não teria como saber se essa situação seria "representativa" das vivências das crianças em geral na região dos Vales no período investigado e eu não poderia (e muito menos deveria) escrever sobre as "possíveis" condições de existência de "Tuniquin" apenas a partir daquela nota.

2- a representação como algo possível, porque narrado pela sociedade (narrado por um sujeito social – inserido na sociedade – que sabe que o que foi narrado é passível de acontecer). No dizer de Portelli, narrativa mensurada por meio da capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. O dizer sobre as coisas, nas suas variadas formas de serem ditas,

<sup>196</sup> PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 2, vol.1, 1996. p. 7-8. (grifos meus).

principalmente as simbólicas: é isto que constitui as representações e é por isso que Bakhtin diz ser impossível representar a significação (enquanto propriedade puramente relacional, funcional) à parte do signo, como algo independente, particular. Nesse sentido, a forma pela qual a realidade é representada (seja por meio do verbo seja por meio de uma imagem, ou por qualquer outro meio) está estreitamente vinculada aos significados atribuídos à essa realidade da parte de quem a viveu ou que dela teve ou deu notícia. E, em última instância, a realidade só tem existência por meio dos significados que atribuímos a ela a partir das experiências empíricas do viver em sociedade<sup>197</sup>.

3 – A terceira forma é a mais elaborada e é constituída, na verdade, pelas anteriores. Em outras palavras, é o conjunto de representações como praticadas na e pela sociedade a partir de uma dada referencialidade. É dessa categoria as representações elaboradas pelos historiadores: aquela que é extraída do conjunto das fontes e que serve ao pesquisador como matéria prima que utiliza para moldar a sua re-apresentação acerca dos sujeitos por meio daquilo que Paul Ricoeur denominou de *representação historiadora*. Ricoeur, ao problematizar em profundidade a relação existente entre história/verdade/literatura/ficção, o faz por meio da inquirição do lugar da narratividade na produção do conhecimento histórico, ou dito de outra forma, pela problematização acerca da referencialidade do que é narrado, vale dizer re-apresentado.

Evidentemente, os caminhos trilhados por Ricoeur foram abertos anteriormente por outros autores de peso como Michel De Certeau que, no combate às posturas demasiadamente relativistas como as de Paul Veyne e Hayden White, dentre outros, afirmou que “o discurso histórico é a representação privilegiada de uma 'ciência do sujeito', e do sujeito 'tomado numa divisão constituinte' – mas com a representação das relações que um corpo social mantém com a sua linguagem”<sup>198</sup>. O avanço que devemos creditar a Ricoeur sobre essa discussão é que ele faz avançar para além da fronteira do "discurso" a questão da narratividade, seja em relação às representações contidas nas fontes seja em relação à própria "representação historiadora", expressão que esse autor, propositadamente, opõe à expressão tradicional "escrita da história". Nesse sentido, Ricoeur é categórico ao enfatizar que um modelo oriundo da linguística não é apropriado e nem eficaz para se proceder à análise do discurso histórico, pois:

É o caso de se perguntar se a suspeita não é inteiramente forjada a partir de um modelo lingüístico inapropriado ao discurso histórico, o qual seria mais bem entendido a partir de

<sup>197</sup> Minha postura nesse aspecto se distancia radicalmente do relativismo que prega que em tudo sendo revestido e expresso por representações seria impossível se acercar do "real".

<sup>198</sup> CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 109.



modelos alternativos para os quais o referente, qualquer que seja ele, constitui uma dimensão irreduzível de um discurso dirigido por alguém a alguém sobre alguma coisa. Faltaria dar conta da especificidade da referencialidade em regime historiográfico. Minha tese é que ela não pode ser discernida unicamente no plano do funcionamento das figuras [representações] que o discurso histórico assume, mas deve transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico.<sup>199</sup>

O ganho que a pesquisa teve a partir dessa problematização foi significativo, pois me possibilitou ver com mais clareza que embora, de regra, determinados sujeitos fossem representados nas fontes de forma negativa (naquele estado bruto que já comentei) e em muitos casos de forma pejorativa, havia algo nessas representações que tinha muito a dizer, justamente por não estar dito mas ter uma referencialidade na realidade experimentada por tais sujeitos e que escapava dessa negatividade. Tais representações tinham muito a dizer sobre os sentidos daquele viver para aquelas pessoas.

### 3.1 A VIOLÊNCIA INSTITUCIONALIZADA: Os militares, a violência e suas representações

No que tange aos adultos da mesma camada social da criança Antônio da Silva, de regra, as fontes públicas<sup>200</sup>, vale dizer as produzidas pelo Estado, representaram essas pessoas como segue em um relatório de 1853:

Attendendo para a condição social, tanto dos delinquentes, quanto das vítimas por elles immoladas, em nenhuma destas classes encontro um só homem, que seja importante por sua posição social ou fortuna; todos elles, assassinos e assassinados, não passam de escravos e de alguns indivíduos dados à crápula e à ociosidade [...] o pensamento do crime entre nós é, por via de regra, circunstancias fortuitas e ocasionaes: concebido em um momento de exaltação, produzida por excesso de bebidas espirituosas, pela paixão do jogo, e, às vezes, por motivos bem frívolos e redículos, é de prompto executado pela faca, que pende da ilharga, ou pelo bacamarte que pende do hombro do assassino. A proibição dos ajuntamentos illícitos e do uso de armas defesas [...] justifica o meu modo de pensar, pois tem tido grande parte na diminuição de crimes<sup>201</sup>.

<sup>199</sup>RICOEUR. Paul. Op. Cit. p. 263. Vale salientar que o "transitar pela prova documental" é entendido pelo autor à maneira de Ginsburg, para quem a própria composição literária, no sentido restrito do termo, pode adquirir, mediante o procedimento do historiador, seguindo passos metodológicos Próprios ao ofício do historiador, o caráter de prova documental.

<sup>200</sup>Exceto algumas lamentações do tipo "o que serão dessas pobres crianças no futuro", aqui e ali, nas representações construídas pelos produtores dessas fontes, não existe nenhum tipo de correspondência entre a brutalização das crianças e a formação de um adulto violento. Evidentemente, essa preocupação não estava na pauta de uma época e de uma sociedade que necessitava de homens violentos.

<sup>201</sup>Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1853.

O Presidente da Província do Maranhão, Olímpio Machado, assim quis em seu relatório de 1853 nos apresentar esses sujeitos. É evidente em sua fala o desejo de preservar os "homens de fortuna" da pecha de criminosos, atribuindo-a às pessoas comuns. Entretanto, apesar desse desejo, no trecho acima, e em outros de outros relatórios, ele nos deixa uma série de rastros que nos possibilita enxergá-las para além da caracterização pejorativa que ele faz.

Ao mencionar que são a maioria escravos e alguns poucos indivíduos de má índole que praticavam e que sofriam o crime, o Presidente tem razão em parte: sim, o número de escravos que sofriam violências tendo com resultado a morte era significativo. Evidentemente, esse Estado não considerava crime o extermínio de dezenas e, às vezes, ultrapassando a casa da centena, de escravos e índios aquilombados, o que era realizado pelas "forças militares" dessa mesma instituição. Note-se também que essas forças enviadas, além de militares de linha contavam com a participação, quando não eram mesmo chefiadas pelos "Guardas Nacionaes" que eram os ditos "homens de fortuna" e "de posição social".

Quanto a sua caracterização dos motivos, dentre os quais o "excesso de bebidas espirituosas", entendemos por meio do cruzamento das várias modalidades de fontes que era uma prática corriqueira dos "chefes de bando", incluindo aí os Guardas Nacionaes, oferecerem boa quantidade de restilo (aguardente) aos seus homens, tanto no início de uma expedição, para "dar coragem à tropa", quanto ao final, "para comemorar", caso a expedição alcançasse sucesso. Outro rastro significativo que deixa em seu relato ocorre ao dizer-nos dos "bacamartes que pendem dos ombros dos assassinos" e, conjugado a isso, da "proibição dos ajuntamentos ilícitos e do uso de armas defesas".

Já discuti anteriormente esses ajuntamentos de homens. Também já convidei o leitor a se acercar daqueles homens "mal armados" que compunham determinadas expedições. Já sabemos, pois, que, exceto por alguns "coronéis da guarda nacional", dois ou três "chefes jagunços" e uma ou duas dúzias de soldados de linha, o grosso desses ajuntamentos era constituído por aqueles homens mal armados. Já vimos também por meio da descrição de Frei Audrin qual era o armamento daqueles homens, que incluía, principalmente, o bacamarte e as espingardas de pedra. Fica evidente então que os "criminosos" apontados pelo Presidente são aquela massa de homens que praticavam os "crimes" sim, mas os praticavam mediante as relações estabelecidas com aqueles "homens de fortuna" e na maioria das vezes sob as ordens diretas desses.

Menos de uma década antes, em 1846, um antecessor em relato de mesma ordem nos dava mostra de como aqueles homens de fortuna agiam:

Na primeira foi assassinado atrozmente o Capitão José da Costa Neiva pertencente a uma família numerosa. Esta pretendendo vingar-se dos que suppunha cúmplices, fez reunir gente sua, e persuadida, talvez sem fundamento, de que o Commandante do Destacamento de 1ª Linha, alli estacionado, tivera parte n'este atentado, pretendeu surprehendel-o, do que elle sendo a tempo avisado pôde escapar, fugindo para a cidade de Caxias [...]

Na segunda foi o Tenente Coronel Militão Bandeira Barros publicamente, e em sua própria casa, acometido por vários assassinos que o apunhalaram, mas elle conseguiu escapar-lhes, evitou a morte ficando gravemente ferido. As auctoridades respectivas tratarão de perseguir os perpetradores de similhante attentado e conseguirão a prisão d'elles. Não contente aquelle cidadão com tão promptas e efficazes medidas tratou-se de desafrontar-se por suas próprias mãos, [...] fazendo reunir em sua fazenda \_Pedra Branca \_ um grupo de mais duzentas pessôas, a maioria de Guardas Nacionaes do Batalhão de seu commando.[...] <sup>202</sup>

Ao reunir a "gente sua", essas "famílias de fortuna" colocavam em marcha seus batalhões constituídos de agregados, escravos, camaradas, índios, jagunços, sendo corriqueiramente denominado esse conjunto de homens de "sua cabroeira".

Esse tipo de relato foi constante em todos os relatórios de província de Goiás, do Pará e do Maranhão durante todo o século XIX e início do XX. Percebe-se, inclusive, as "forças de linha", os militares propriamente ditos, aliando-se ao poder de mando de uma determinada família na perpetração de atentados contra outra família. O Vice Presidente, Angelo Calos Moniz, no prosseguimento do relatório, afirma ainda que tais crimes eram resultado das "desavenças de famílias que no interior se devotão o mais rancoroso ódio, e que não perdem ocasião de se hostilizarem reciprocamente".

Entretanto, não queremos afirmar que as violências cometidas eram todas ou apenas dessa ordem. Com certeza houveram, e muitos, crimes cometidos por "motivos redículos", como afirmou Presidente da Província do Maranhão, Olimpio Machado, em 1853. Porém, estamos defendendo aqui que estes também são resultado daquele aprendizado da violência ao qual já nos referimos e que esse aprendizado era regido, em muitas ocasiões, como damos a ver nessa tese, pelo próprio Estado.

Uma pedagogia que ensinava a todos ser a violência uma necessidade, inclusive aqueles que deveriam, em tese, coíbe-las: as "forças militares". Vimos acima que sobre o Comandante de uma dessas forças recaiu a suspeita de um atentado contra a vida de um "capitão" da Guarda Nacional. Suspeita que, quer tenha sido confirmada ou não, no caso específico, não interessa aqui. A recorrência dos envolvimento desses comandantes militares nas escaramuças promovidas pelas "famílias poderosas" da região entre si em todas as fontes consultadas é

---

<sup>202</sup> Relatório de Presidência da Província Maranhão de 1946. Grifo meu.

suficiente para alegarmos que a maioria das suspeitas tinha fundamento. Mas não eram apenas esses de altas patentes que cometiam crimes. Seus comandados, os soldados, também.

Mas quem eram os soldados que compunham essas forças? Em sua maioria foram lavradores, muitos tendo sido ora agregados, ora camaradas; muitos foram recrutados à força, salvo uma exceção ou outra, iletrados. Os que não foram recrutados e sentaram praça por opção, viram no serviço militar uma alternativa à agregação e à camaradagem. Não sabemos os motivos, específicos, dos crimes por eles perpetrados. Os relatórios são lacônicos a esse respeito. Aliás, são sempre lacônicos quando envolvem as pessoas comuns. Em muitos aparecem só os primeiros nomes. João de tal, Pedro de tal, Maria de tal, ou ainda um dito João, um dito Pedro, uma dita Maria, etc.

Entretanto, se não sabemos os motivos específicos (talvez muitos dos quais, "redículos", como caracterizou o presidente Olímpio), ao longo da presente pesquisa foi possível sondar-lhes o ambiente, a atmosfera, as circunstâncias, as relações nas quais se inseriam esses soldados, tomados em seu conjunto. Relações ambientadas e circunstanciadas invariavelmente por uma atmosfera de violência.

Essa ambientação é recorrente na literatura que, como já afirmei, está impregnada da memória social da região. É plenamente aceito atualmente que a *mimesis*, aplicada à literatura em geral, é um instrumento eficaz para o trabalho do historiador. No que tange à literatura que me servi como fonte para a pesquisa, essa extrapola, em muitos casos, o caráter mimético típico da literatura à medida que o desejo de memória dos romancistas/memorialistas os move ao encontro dos arquivos, da historiografia e dos relatos populares, caminhando esses em direção a uma verossimilhança muito próxima da buscada por nós historiadores, quase rompendo, em alguns momentos, a fronteira entre os dois campos do conhecimento. Ao assim agirem, deixaram-nos pegadas relativamente visíveis que, se não nos permitem retirar totalmente esses sujeitos do anonimato, possibilita sondar-lhes as maneiras como se relacionavam, suas expectativas, seus valores, suas atitudes.

Muitos dos soldados dos quais nos ocupamos, não muito diferentes das personagens "fictícias" de Eli Brásiliense que taremos à cena mais adiante, após recrutados, eram transferidos para povoados distantes do lugar de origem. Num primeiro momento, então, tinham seus laços familiares e de amizades rompidos, hábitos e rotinas alterados. Substituídos, ao menos no primeiro ano, pela rígida rotina militar invariavelmente permeada por punições muitas delas executadas por meio do castigo físico. Uma rotina bem diferente de quando eram agregados em uma fazenda ou ajustados como camaradas.

Ao elogiar a gestão do então Brigadeiro Cunha Mattos à frente do cargo de Governador das Armas de Goiás, em 1924, Americano do Brasil nos oferece *flashes* não só da rígida disciplina proposta para a vida em caserna, mas também do descaso das tropas em relação àquela. Em verdade, todos os indícios apontados pelo conjunto das fontes revelam ser a indisciplina a regra e não o seu cumprimento.

A 12 de outubro, data do nascimento do imperador, realizou uma imponente festa em Traíras, seguida de parada. Mas pequeno número de oficiais e soldados compareceu ao chamamento do Governador das armas. Esta indisciplina [...] foi severamente punida; 36 oficiais e grande número de soldados foram presos por três dias, para exemplo dos demais. [...] as menores faltas eram punidas com rigor. A um soldado que cometeu um estupro mandou aplicar chibatadas à vista da tropa e da ofendida; a um cabo que roubara um cavalo fez rebaixar.<sup>203</sup>

No cotejamento das fontes, indícios de relações que apresentam tais homens na condição ora de agregado-soldados e ou soldados-agregados, lemos e vemos re-aparecer em nosso universo de experiências de historiador aquelas que nos faz capaz de reconstruir histórias verossímeis, imagens que por sua quase completude nos são permitidas narrar, apesar das lacunas, pois estamos há muito tempo perseguindo rastros, farejando odores. A partir dessas imagens, reconstruímos as experiências de soldado representativo das relações que vimos perseguindo.

Um desses sujeitos, que compunha aquele Destacamento de 1ª Linha de Pastos Bons, que bateu em retirada para o povoado de Caxias em 1846, alguns anos antes de sentar praça, foi dar com os costados na última fazenda, na condição de agregado, porque o fazendeiro comprou a dívida que tinha com o antigo patrão, acumulada durante alguns anos comprando fumo, aguardente, ferramentas, pólvora, sal, uns poucos metros de fazenda grosseira por ano e alguns outros gêneros de primeira necessidade. Bastava uma colheita ruim para que a dívida aumentasse, ao invés de ser reduzida aos poucos como lhe prometera o patrão.

Mas era experimentado no uso do bacamarte que pendia ali suspenso, ao alcance de um esticar do braço, pela larga tira de couro cru, acima da rede estendida na sala da choupana onde habitava. Na nova agregação, precisou usar a arma por ocasião de ter expulsado, na ausência do patrão, um "intrometido" que havia dito uns "abusos à patroa. Foi o bastante para cair nas graças do novo patrão.

---

<sup>203</sup> BRASIL, Antônio Americano do. **Pela História de Goiás**: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges. Goiânia:UFG, 1980. p. 159.

Daí em diante pôde alternar o trabalho na roça de subsistência com longos períodos de ócio esperando as viagens do fazendeiro nas quais o acompanhava agora na condição de "cacundeiro". Nessa condição, aqui e ali precisava fazer uso do bacamarte para defender o patrão nas escaramuças em que este se metia contra seus oponentes políticos. O fazendeiro era um desses "graúdos" que tinha patente de militar sem nunca ter sido um.

Ele e mais tantos outros que viviam ali na fazenda sob as mesmas condições faziam às vezes de cacundeiro para aquele fazendeiro, membro da Guarda Nacional. Estreitou-se os laços com a família daquele homem, passou a ter por ela uma lealdade à toda prova e teve alguns anos sem muitos atropelos, o único sinal daquelas escaramuças era uma pequena cicatriz na orelha, um buraquinho em meia lua feito por chumbo de pequeno calibre. Quanto à dívida, ninguém mais tocava no assunto. Até que um dia foi-lhe solicitado algo que ele não podia realizar. O fazendeiro encomendara-lhe que fizesse uma tocaia a um desafeto.

Isso não tinha como cumprir: uma coisa era atirar num sujeito que estava tentando matar o patrão ou ainda dar uns sopapos num abusado que não respeitava aquela família comandada por um homem, que ele pensava ser homem de bem. Coisa muito diferente era ir ficar de tocaia para despejar o chumbo do seu bacamarte num vivente que ele mal conhecia. Não! Isso ele não faria! Nem pelo "perdão da dívida" que o patrão prometera, até porque ele sabia por experiência que ela iria crescer novamente até chegar ao ponto de se tornar impagável. Mas bem que a promessa de uma carabina calibre 44 que viria junto com o perdão da dívida o fez, por uns momentos, esquecer-se dos escrúpulos. Mas acabou recusando.

Diante de sua recusa, o fazendeiro questionou a sua lealdade e deu o ultimato: ou aceitava a "empreitada" ou pagava a dívida e sumia dali. Pediu um dia para matutar no assunto. Anoteceu e não amanheceu. Durante a noite, após caminhar pouco menos de uma légua, tomou uma montaria que ficava ali na beira do rio para suas pescarias, jogou suas tralhas dentro e ganhou o mundo.

Fugindo, rodou por vários povoados por cerca de quatro anos, ajustando-se como camarada aqui e ali, ora como remeiro dos batelões, ora como mateiro numa expedição, pois conhecia bem todos os caminhos daquela região. Fez assim até que se cansou daquilo tudo e, estando o recrutador ali em Pastos Bons, e ele num daqueles dias sem ter o que fazer e sem saber para onde ir, tomou a decisão. Sentou praça no Destacamento de 1ª Linha ali estacionado.

Iria mudar de vida, pensou esperançoso. Só mais tarde foi saber que havia sido recrutado em Pastos Bons, assim como vários outros camaradas que estavam ali à espera de um ajustamento, devido à deserção de vários praças naquele ano. Descobriu também que a deserção

era corriqueira, seja devido ao recrutamento forçado, ou pela própria "brabeza" da vida em caserna a qual poucos sertanejos se adaptavam. Mas não ía se tornar um desertor. Pois sentara praça justamente para pôr fim nessa vida de andar fugindo. Na sua ingenuidade de moço, oriunda dos longos períodos de isolamento nas fazendas, às vezes passando até mais de ano sem ir num povoado, acreditava também que soldado era uma profissão de respeito, afinal era um "emprego" do governo.

Foi aprendendo que não era bem assim. Ali em Pastos Bons, e em todos os povoados por onde andava nas expedições, até as crianças chamavam os soldados de "cachorros do governo", às escondidas, é claro, por que essa gente miúda "pela de medo" de soldado. Não à-toa: muitos viram os seus serem espancados, por quase nada, pelos cachorros do governo; muitos tiveram irmãos recrutados à força sob a mira dos fuzis, outros tiveram as irmãs ainda mocinhas "desonradas" pelo "cachorro fardado".

A memória da região, principalmente dentre a população humilde, ficou profundamente marcada pelo medo dos soldados, e conseqüentemente pelo medo do próprio Estado, principalmente a partir da década de 30 do século XIX com o advento da Balaiada.

Em excelente trabalho com fontes orais, Mathias Röhrig Assunção *em A Guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral* transcreve os depoimentos dos descendentes da gente humilde que viveu a balaiada. Eis um pequeno trecho: "Meu pai e meu avô contavam. Diziam que para pegar os anéis das mulheres toravam os dedos. Toravam os bicos dos seios das mulheres que estavam amamentando, jogavam as criancinhas de peito para cima e aparava na espada: era uma guerra medonha!"<sup>204</sup>. O autor transcreve vários depoimentos com o mesmo tipo de conteúdo se referindo ao "aparar crianças com a espada", "aparar na ponta do ferro" e expressões afins. Embora Assunção não questione a recorrência desse tipo de relato como uma possível reconstrução da memória, preferindo problematizar a possibilidade de um "genocídio" sistematizado e orquestrado pelo Estado, eu prefiro crer que o mais provável é que tais atos tenham sido mesmo praticados pelos soldados de forma isolada e esporádica, principalmente nos pelotões onde se bebia muito restilo, às vezes misturado à pólvora.

A recorrência, em si, desse tipo de relatos, que aparece também nas fontes literárias e memorialísticas que utilizei, em meu entendimento, evidencia que tais fatos ocorreram, praticados por um sujeito ou outro, por um soldado ou outro, em um momento ou outro, envolvendo uma criança ou outra. Mas, da forma costumeira ou mais ainda sistematizada, como

---

<sup>204</sup>ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. *A Guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral*. 2 ed. São Luís: Edufma, 2008. p.171.

no caso dos soldados das forças legais durante a Balaiada, parece-me mais uma reelaboração da memória social, pela qual, consciente ou inconscientemente, os sujeitos que viveram momentos de tanta violência se esforçam para manter viva uma memória que o Estado sempre pretendeu apagar. Assim, as forças legais, os soldados, os militares de toda espécie ficaram marcados na e pela memória social como o "cachorro do governo", "capanga do governo", "cachorro de farda" e termos afins. O sujeito covarde que, se valendo da impunidade que o Estado lhe confere, comete toda sorte de violências, sendo mais violento quanto menos puder se defender o alvo de sua violência. A criança de peito seria, dentre todos os alvos, com certeza o mais indefeso. Daí ser utilizada como a representação mais contundente da violência, nesse caso a praticada pelo Estado.

Adozinda Luso, nascida em 1893, em Carolina no Maranhão, ao escrever suas "memórias de meninice", como ela mesma caracteriza sua obra, depois de narrar as atrocidades cometidas pelos soldados comandados por Nicolau Perna<sup>205</sup>, entre os anos de 1889 e 1901, na região do Grajaú e Carolina, expõe em sua narrativa, em linguagem quase poética, toda a dor que as ações dos soldados provocaram na alma sertaneja e todo o alívio que ausência dos soldados causa:

Volvendo o pensamento ao passado triste, acabrunhador, a ponto de nem poder sair de casa e dentro desta reinando o sobroso, a maior consternação inundada às vezes de lágrimas e sustos desesperados, pouco a pouco, veio chegando a feliz esperança [...] até que afinal chegou o varre rua – vento que sopra no início do verão ao amanhecer - na cidade consumindo os tenentes, sargentos, cabos, os malvados cachorros do governo, ficando o ambiente mais sadio e favorável para se viver. [...]. que alegria, que entusiasmo, sobretudo para mim, que nem podia dormir por medo dos urubus do governo.<sup>206</sup>

E apesar da linguagem quase poética, faz questão de se utilizar das representações construídas socialmente, principalmente a partir da Balaiada, há mais de meio século de seu nascimento, acerca dos "cachorros" ou "urubus" do governo.

Voltemos ao nosso soldado do Destacamento de 1ª Linha de Pastos Bons, era acerca dessas representações que ele matutava. Se quem tinha medo o denominava assim, às escondidas, os homens bem experimentados nas armas falavam "é na cara dura". Jagunço então "sem que nem pra quê" queria cortar "macaco" na lapiana. Ele é que se não metia com esses daí. Via um, passava longe.

<sup>205</sup> Que aparecerá no próximo capítulo como Nicolau de Brito. O sobrenome Perna aparece em algumas fontes devido Nicolau de Brito ser genro de Francisco de Salles Maciel Perna. Este homem, como veremos no próximo capítulo, é o típico militar usado pelo Estado para praticar a violência. A violência contra os "inimigos do Estado".

<sup>206</sup> PIRES, Adozinda Luso Pires. Meu **Mundo Encontrado**. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora Ltda, 1979. p.84.



Mas que respeito ele teria se até seu comandante se metia nas escaramuças dos graúdos? Então não estava ele no Destacamento de 1ª Linha que se viu obrigado a bater em retirada para o povoado de Caxias? Isso porque os parentes do Capitão José da Costa Neiva juravam de pé junto que fora seu comandante que assassinara este a mando de outra família poderosa de pastos bons.

Foi aprendendo com tudo isso, entretanto, que percebeu que ser soldado tinha uma vantagem: a impunidade. Ficou sabendo de muitos companheiros de farda que aceitaram participar de empreitadas do tipo que recusou quando era cacundeiro do fazendeiro da Guarda Nacional e que o fizeram sem precisar viver fugindo depois. Aceitavam, caíam nas graças dos superiores e eram transferidos depois para onde bem quisessem.

Como foi o caso dos quatro praças de Goiás que, em 1856, cortaram as orelhas de um oficial, de nome Vicente Xavier da Silva, numa diligência comandada pelo subdelegado de polícia Raymundo Ferreira do Prado, destacados na Villa Formosa da Imperatriz à residência do Major Maximiano Duarte Silva com objetivo de prender o tal Capitão Vicente que estava acoitado na casa daquele. Ficou sabendo até que foram presos e "anotados" nos relatórios oficiais, que essas coisas corriam de boca em boca no meio da soldadesca:

[...] e então os soldados [...] encontrando Vicente a um quarto que foi por elles arrombado, o assassinarão bárbara, e cruelmente, a ponto de cortarem-lhes as orelhas, sem que o mesmo fizesse resistência, havendo pelo contrário se entregado à prisão, abusando assim a escolta da força, sem precisão, dada à legalidade da diligência [...] foram-lhe dados os tiros pelas costas, sendo a final consumado o assassinato a facadas, e baionetadas, depois de ter cahido por terra com os primeiros tiros [...].<sup>207</sup>

Um capitão, que segundo o relatório era acusado de vários crimes, "acoitado" na casa de um Major. No transcorrer do relatório é afirmado a diligência ter sido um pretexto para assassinar o referido capitão e ter sido "planejada de antemão" para tal objetivo e, embora não se refira aos motivos de maneira específica, afirma o assassinato ter sido movido por "outros indivíduos que tentavão se vingar de offensas verdadeiras" e que também participaram do crime juntamente com os quatro praças.

Mesmo que o relato não contivesse essa afirmação, o fato dos soldados terem cortado as orelhas da vítima já seria um significativo indício de se tratar de um uma morte "por encomenda". O corte das orelhas foi uma prática corriqueira durante o século XIX e início do XX na região quando se tratava das vinganças entre as "famílias poderosas" nas quais o mandante do crime solicitava as orelhas da vítima não só como prova da tarefa cumprida, mas

---

<sup>207</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1856.

também como um macabro troféu que depois de salgado seria exibido aos "fiéis correligionários".

Um troféu que tinha um forte apelo simbólico. Era ao mesmo tempo símbolo de macheza, de valentia, no que se refere aos executores, mas principalmente de poder e de domínio sobre homens e armas no que concerne aos mandantes. O relatório fala da prisão imediata dos praças e de diligências para apurar quem foram e para prender os "coenvolvidos". Quanto ao comandante da escolta que comandou a invasão à casa do referido Major e quem teria sido o mandante da "incursão planejada de antemão", nem mais uma linha.

Nosso soldado do Destacamento de 1ª Linha de Pastos Bons bem o sabia! Não iria dar em nada! Com gente graúda metida naquele furdunço: pois sim! Os colegas de farda estavam todos com as costas quentes! Se eram presos por espancarem uns bêbados, na outra semana estavam transferidos de novo. Iam bater em outros bêbados em outra freguesia. Viu muitos inimigos rendidos serem fuzilados ou degolados por soldados nos campos de batalha a mando de seus comandantes ou ainda quando transportados para a prisão eram executados no caminho.

E assim foi aprendendo, se embrutecendo. E naqueles dias que a vida parecia mais amarga, tomava umas doses de restilo a mais e acabava ele batendo em um bêbado qualquer. Daí a cometer um crime qualquer era um pequeno passo. Crime? Ora! Se até padre ali por aquelas bandas mandava matar gente inocente e ficava por isso mesmo! Ele então, que de santo não tinha nada!

Depois de vinte anos de caserna se tornara um soldado como outro qualquer. Como tantos outros convivendo cotidianamente com as práticas de violência, com execuções sumárias; com a impunidade dos "graúdos" foi naturalizando em seu íntimo a noção do "não crime", da violência como rotina. Saltemos duas décadas no tempo e sondemos a continuidade de alguns desses crimes, alguns cometidos por soldados, outros que, na opinião do Presidente Olímpio, seriam por "motivos redículos":

Na Comarca de S. Bento [...] a ordem e a tranqüilidade publica ia sendo alterada em consequência do attentado praticado pela maioria das praças do respectivo destacamento, pertencentes ao 3º Batalhão de infantaria, percorrendo armadas de cacête as ruas da Villa na noite de 21 daquele mez [Julho], do que resultou graves ferimentos em diversos indivíduos.<sup>208</sup>

O Delegado de Polícia do termo do Riachão communicou terem sido os indivíduos, Bernardino de Sena Luz e Sabina Martha da Conceição, no dia 15 de agosto último, espancados e feridos gravemente pelos soldados de polícia Geminiano José de Viveiros

---

<sup>208</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1876.

e Germano José de Freitas que forão presos em flagrante. O primeiro dos offendidos falleceo no dia 27<sup>209</sup>

Não é de toda inverossímil a possibilidade de que o nosso soldado do Destacamento de 1ª Linha de Pastos Bons, que também tinha Riachão sob sua jurisdição, estivesse aí agora, 20 anos depois, na condição de cabo, ou talvez sargento, comandando os soldados José de Viveiros e Germano José na prática do crime acima referido. Entretanto, menos o é a possibilidade de ter sido morto numa expedição qualquer, ou ainda ter mesmo desertado, o que era corriqueiro naqueles destacamentos.

Em verdade, o que temos em termos factuais é um único elemento: que o crime foi praticado por dois soldados do Destacamento de 1ª Linha ao qual já nos referimos e que sabemos apenas os nomes. Todo o resto está no campo das possibilidades. Mas minha intenção foi justamente apresentar esse campo de possibilidades sugeridas pelas fontes no que se refere à vida daqueles sujeitos.

Para re-construir essas possibilidades, parti dos seguintes parâmetros:

Que as fontes aqui trabalhadas, especialmente as literárias, e por meio dos procedimentos adotados, foram instrumentos eficazes para reconstruir uma ambientação cultural para o período e para as relações em foco; que os sujeitos em foco nessas relações são em sua maioria oriundos das camadas populares, tendo sido agregados e/ou camaradas nas fazendas e povoados e, por isso, como a maioria da população da região, a partir de suas experiências compartilhadas, tinham já introjetado as práticas de violência como uma necessidade dada pelas condições matérias de suas existências; que a maioria dos soldados do Destacamento de 1ª Linha de Pastos Bons viveram experiências parecidas e/ou similares; que o cotejamento de várias modalidades de fontes indicaram uma dada representatividade em termos de valores e de percepção de mundo de tais sujeitos bem como em termos de suas práticas no que tange às práticas de violência.

### 3.2. EXPERIÊNCIAS DE SERTANEJOS POBRES: Brancos, Índios e Negros e a liberdade escravizada

Não poucas vezes as vidas de violentados e violentadores se cruzavam, plasmavam-se de forma a perderem um contorno próprio, passando a se afigurar mais como o outro lado de uma

---

<sup>209</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1876.

mesma moeda. Não foram poucas as vezes que esses soldados agiram ora como apresadores de índios, ora como "capitães de mato" na busca por "prêtos fujões".

No capítulo anterior, mencionamos as incursões para apresamento de índios e, *an passan*, sua utilização como "força militar". Voltemos a esta questão. Desde início do século XIX há relatos dessa utilização no processo de povoamento da região. Ao nos apresentar o relato de Raimundo José da Cunha Matos, escrito a partir das anotações de viagens entre 1823 e 1826, Afonso de Alencastro Graça Filho nos diz:

Em suas páginas é revelado o esforço da construção da nação num território de dimensões continentais e, de forma subliminar, o importante papel dos representantes da Igreja ao lado de outros personagens que realizaram essa tarefa histórica. Algumas vezes, desamparados pelo poder público, os próprios moradores tiveram que organizar tropas com o apoio de aldeamentos indígenas para combater os adversários da independência. Nessas escaramuças, pontuam figuras insólitas, como a de um fazendeiro que se autointitulava 'Capitão Presidente da Independência', e na divisa de Goiás, com a ajuda de índios Apinagés, derrotara as tropas enviadas pelo governo do Maranhão, simpático ao movimento liberal português, para em seguida roubar e assassinar seus prisioneiros<sup>210</sup>

Perceba-se de início que Alencastro exclui da categoria "moradores" os índios que aparecem apenas como "apoiadores" dos que são reconhecidos como tais. O interessante é que nem mesmo Cunha Matos, quase um século antes de Alencastro, negava-lhe a condição de moradores, pois embora os trate como uma gente miserável, não apenas os reconhece como moradores da região como aponta seu extermínio por meio da referência à drástica redução de suas populações:

Os índios que aqui habitam montam a 200, em lugar de 5000 que já estiveram nesse lugar. Tem um Capitão-Mor indígena, e quase todos os seus súditos pertencem à nação xavante, e mui poucos caiapós. À exceção do Capitão-Mor, que é homem limpo, bem apessoado, e muito trabalhador, todos os mais andam em vergonhosa miséria, rotos ou esfarrapados, e as mulheres apenas se cobrem com uma saia passada pelo pescoço, deixando um braço de fora. Nada há tão hediondo como as choças em que habitam estes miseráveis, que desacreditam o Governo, e servem de ludíbrio aos olhos dos viajantes. Aqui há um diretor de aldeia, e um destacamento de quatro soldados pedestres. Estes índios são pacíficos: falam mal o português, são batizados, preguiçosos, embriagados, e por ora inúteis a todo o mundo.<sup>211</sup>

Cunha Matos, ao catalogar a população dos Vales em suas viagens, nos dá uma ideia dos habitantes indígenas da região nos anos vinte do século XIX. Mas, o mais importante aqui no seu

<sup>210</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um Militar Português Pelos Sertões do Brasil (1823-1826). In: CUNHA MATOS, Raimundo José da. **ITINERÁRIO: Do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004. p. XV.

<sup>211</sup>CUNHA MATOS, Raimundo José da. **ITINERÁRIO: Do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004. p. 128.

relato é a evidência dos aldeamentos dos índios como estratégia de segurança dos povoamentos. Tais aldeamentos cumpriam duas funções nesse mister: mantinham os índios "apaziguados" por meio da ação missionária conjugada a doação de "presentes" (na maioria quinquilharias) e mantinha-se, assim, um exército de reserva indígena que em momentos de necessidade eram lançados, inclusive, contra outras tribos.

O arraial da Carolina foi fundado por Antônio Moreira da Silva, pequeno régulo dos sertões do Maranhão, o qual, havendo ali praticado vários atos que o faziam desconfiar dos oficiais de justiça, pôs-se a salvo nas terras de Goiás, onde, congregando outros semelhantes a ele e um vasto número de índios apinajés ou pinaiés, otojés e afotijés, estabeleceu as aldeias de Bom Jardim com 1.000 almas; a do Santo Antônio, 5 léguas distante do porto de mesmo nome, com 1.300 almas; outra aldeia de Santo Antônio, com 500 almas; e a aldeia do Araguaia, com 1.400 almas, todas pagãs e vivendo em estado selvagem, mas de paz. O arraial tinha no ano de 1824 oitenta e um moradores cristãos, e cento e vinte índios afotijés.<sup>212</sup>

Quatro mil e duzentos índios, moradores de uma pequena região em torno de um povoado com apenas "81 moradores cristãos". Esses números nos dão uma pálida ideia de como os habitantes indígenas constituíam uma força considerável – e que era efetivamente considerada – nos embates, militares ou não, na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

E, apesar de considerar a alguns "por ora inúteis", ao discorrer em seu relato sobre exercícios militares realizados por militares e índios, evidencia suas preocupações em relação a estes últimos enquanto força militar. Nesta passagem, Cunha Matos descreve minuciosamente as armas e seus usos e as manobras de guerra utilizadas por militares e por indígenas, num exercício de demonstração de força e habilidades por ambos os grupos. O tom de sua narrativa caracteriza tais exercícios como um "torneio" entre os dois grupos, enfatizando sempre que, apesar dos indígenas serem, em geral numericamente superiores, o poder de fogo e de alcance das armas dos militares de linha eram infinitamente superiores, a exemplo a comparação feita entre um tiro de rifle de exímio soldado atirador e um tiro de arco do mais habilidoso guerreiro indígena.

Mas apesar disso, aqui e ali deixa escapar sua admiração pelas suas habilidades:

Concluída essa pequena guerra, pedi ao Capitão índio que mandasse os seus melhores guerreiros atirar ao alvo. Eu dei para marca a grimpa móbil do mastro que para a festa do Espírito Santo estava arvorado na praça do arraial, e poderia ter 60 palmos de alto. Dos 71 guerreros houve só 4 que da distância de 100 passos não ferissem o alvo ao primeiro tiro, e só 20 que na distância de 150 o não tocassem. Este foi o maior alcance das flechas: os virotões empenados [flechas de longo alcance] chegaram a 220 passos, e talvez alcançassem mais se houvesse arcos mais grossos. Como alguns soldados milicianos ficassem grandemente ou, para melhor dizer, estupidamente admirados do alcance das flechas, cuidou o Capitão índio que suas armas tinham vantagens sobre as nossas; e como era necessário mostrar-lhe o seu engano e a nossa superioridade, pedi

<sup>212</sup> Id. Ibidem. p. 374.

que marcasse um ponto ao alcance máximo do virotão lançado pelo mais robusto guerreiro, e o mais forte arco que ele pudesse procurar [...]. Eu chamei então um soldado e mandei atirar a uma tábua que se achava a dobrada distância do lugar em que caiu o virotão, e felizmente o apontador, mui prático nas caçadas dos veados, feriu a tábua, e causou aos índios extrema admiração.<sup>213</sup>

Independente da superioridade bélica das forças militares, aqui e ali, os comandantes dessas forças, dependendo das circunstâncias que estão narrando, deixam escapar uma certa admiração pela capacidade estratégica desses sujeitos, pela sua sagacidade no estabelecimento de alianças militares e por sua bravura nas batalhas. O braço indígena foi usado constantemente, não só em substituição ao braço escravo, mas em toda sorte de trabalho e com os mais diversos fins, sendo em muitos casos confundidos, na prática, com o próprio escravo. O que um relatório da província do Pará de 1850 descreve, dá apenas uma pálida noção da violência praticada contra tais sujeitos:

Na missão do rio Andirá. Descripto de Villa Nova da Rainha tem apparecido graves e continuados conflictos entre o Missionário Capuxinho Frei Pedro de Cyrianna e as autoridades locais da dita Freguesia, que desde o principio, virão com desagrado o estabelecimento daquela missão. [...] e estou convencido, que aos interesses de certos indivíduos influentes da Freguesia, não podia seguramente, convir, que se desse, com a nomeação de missionário, um protector de mais de 500 infelizes Indios, cujos filhos podem servir para brindes, as índias para criadas, e os índios para toda espécie de serviço braçal, recebendo em paga mãos tratos, e lesivas retribuições de salário, como é uso quase geral.<sup>214</sup>

A figura do padre capuchinho como "protector" dos índios é recorrente na documentação pública. Entretanto, ao cruzarmos estes relatórios com as demais fontes da pesquisa foi possível perceber que as atrocidades cometidas contra o sujeito índio, e que no trecho acima são reputadas aos "indivíduos influentes da Freguesia", eram, não raro, cometidas também por muitos desses padres. O próprio relatório, ao propor como possível solução para o conflito, diz que "será preciso, de acordo com a autoridade eclesiástica, remover o actual vigário [...] para as missões do rio Tapajós"<sup>215</sup>, o que indica que, possivelmente, a ação do Frei Pedro de Cyrianna não tenha se pautado tanto assim nos princípios de proteção dos índios e que talvez estivesse, ele próprio, fazendo uso daqueles "500 infelizes Índios" para os mesmos fins que o relatório condena.

Minha suspeita baseia-se no fato de as "autoridades eclesiásticas" optarem sempre pela transferência de um de seus padres quando vinha a público alguma denúncia referente a maus

<sup>213</sup>Id. Ibidem. p. 199.

<sup>214</sup>Relatório de Presidência da Província do Pará de 1850.

<sup>215</sup>Ibidem.

tratos cometidos por eles em relação aos índios. Um episódio ocorrido em 1873, a partir das ações de Frei Savino de Rimini e que teve por desfecho sua absolvição quando julgado e posterior transferência, foi assim tratado por Odair Giraldin:

No entanto, quando os soldados [os “homens” do Frei] já haviam embarcado para irem embora, um deles instigou os demais a voltarem, por que acreditava que o Xambioá estava mentindo. Porém quando voltaram, encontraram os Xambioá, receosos e armados. Os soldados acusaram o cacique de ter mentido. Ele reagiu e entrou em luta corporal com os soldados, sendo morto por estes. Os demais Xambioá, vendo a morte de Deodoro [o cacique], fizeram o ataque. No conflito mais de 30 Xambioá caíram mortos, sendo dos 11 agressores nenhum deles sequer ficou ferido<sup>216</sup>

Em outro texto sobre o mesmo episódio, disponibilizado pelo autor na internet, Odair Giraldin nos dá uma versão ligeiramente diferente, pois, nesta versão, ele inclui uma afirmação do próprio Savino de Rimini de que teria admitido, em suas memórias publicadas na Itália, a morte dos índios Xambioá.

Os ‘homens’ do Frei acreditavam que o Xambioá estava mentindo. Influenciado por estas opiniões, Frei Savino de Rimini volta à aldeia. Quando os habitantes deste local viram que os “tori” estavam retornando, pressentiram que se tratava de uma ação bélica; daí começaram os conflitos. A partir destas informações, Frei Savino conta que *‘graças a Divina Providência não tive de lastimar entre minha pera gente, nem um só ferido, e dos Índios regulo uns 30 mortos, e outros tantos feridos’*.<sup>217</sup>

A expedição organizada pelo Frei a que o trecho se refere tinha por objetivo resgatar cem sacas de sal que supostamente teriam sido roubadas pelos índios. A morte de "uns" trinta índios, segundo o próprio Frei, foi tratada apenas como "desagradável sucesso" pelo presidente da província no relatório de 1874 numa pequena nota. Ainda segundo Giraldin, em outras duas versões posteriores os trinta mortos sofrem uma drástica redução. Numa delas, relatada pelo frei em suas memórias, quando este já retornara à Itália, onde morreu, o mesmo alega que "parece" terem caído dez índios, mas que não foi dado saber o número. A terceira versão foi construída pelos altos do processo no qual o Frei Savini foi absolvido e, aí, o relato dá conta de que apenas o chefe da aldeia teria sido morto, e por um criminoso que cumpria sua pena junto à missão dirigida pelo capuchinho, não tendo o padre nenhuma responsabilidade sobre o homicídio.

Dessa forma, de réu confesso por trinta mortes, Frei Savini de Rimini passou "milagrosamente" a absolvido de um único homicídio. Tudo se passou com as bênçãos da Igreja

<sup>216</sup> GIRALDIN, Odair. Povos Indígenas e Não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair . (Org.). **A (Trans)Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002. p. 128.

<sup>217</sup> GIRALDIN, Odair. CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. p. 11. Disponível no site: <http://www.uft.edu.br/neai/documentos/catequese.pdf>. Acessado em: 15 de junho de 2012. Grifos do autor.

e de seus superiores que o transferiram e com o aval da justiça que o inocentou. E para os memorialistas da região, ele continuou a ser o "ilustre sacerdote" que "sofreu uma terrível perseguição, sendo acusado como assassino dos índios Carajás, de cujo iniquo processo saiu-se galhardamente, tendo sido provado falsas as acusações" por obra da ação de um "insigne magistrado" Juiz de Direito da capital do Estado, que por terra em sua luminosa sentença todas as perseguições urdidas contra o missionário."<sup>218</sup>

Entretanto, Frei Michel Berthet, em memórias escritas sobre sua viagem à região, realizada em 1883 e que teve aí um contato direto com Frei Savino de Rimini, nos dá informações de que, por serem relatadas por um missionário, é certo que contradizem essa memória sobre o "ilustre sacerdote":

Logo se trava a luta entre os índios e a caravana do padre. Enquanto que, com água até os joelhos, ele segura duas barcas, trinta índios são mortos; uns dizem cinquenta, outros oitenta. Finalmente, afirma-se que o padre sozinho matou trinta. Eu o vi contar este episódio ao bispo, limitando-se a dizer-nos que se vira na necessidade de se defender. O que há de certo é que foi obrigado a responder por esta acusação perante o presidente da província ou perante os magistrados. O que é mais certo ainda, é que ele se tornou o terror dos índios. O padre viaja sempre armado de revólver. Creio que para aumentar o terror que lhes inspira, tem o cuidado de dar alguns tiros diante deles. Desta forma, quando se lhes fala deste missionário, todos respondem em coro: ele mata, ele mata, ele mata, querendo indicar por esta repetição que ele matou muitos, pois não têm termos para indicar um número determinado.<sup>219</sup>

Creio que o leitor há de concordar que o tom da narrativa de Frei Berthet deixa claro sua intenção de induzir-nos a interpretar que Frei Savino tenha de fato sido responsável pela morte de alguns índios, ao menos três, ou talvez mesmo os trinta a partir da menção à repetição trínaria "ele mata, ele mata, ele mata", e que ele se valia disso para continuar inculcando terror aos demais ao fazer uso de seu revólver na presença dos índios.

As expedições organizadas pelos capuchinhos as quais resultavam na morte de "índios selvagens" não era uma novidade. Aproximadamente duas décadas antes, em maio de 1856, por ordem do presidente da província de Goiás, o missionário da aldeia Jamimbú, Frei Sigismundo de Tággia, organiza uma expedição com vistas a estabelecer relações com uma aldeia de "chavantes bravos", localizada para além das margens do rio Araguaia. A ideia era interiorizar cada vez mais o processo catequizador para "tornar-se úteis a sociedade milhares de indivíduos, que vivem dispersos por esses vastos desertos"<sup>220</sup>.

<sup>218</sup> DUARTE, Leônidas G. Op. Cit. p.20.

<sup>219</sup> BERTHET, Frei Michel Laurent. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. in: **Memórias goianas I**. Goiânia-GO: Universidade Católica de Goiás-Centro de Cultura Goiana. 1982. P. 142-3.

<sup>220</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1856



O Frei embarca a dois de maio. Em sua comitiva uma força de linha acrescida de paisanos e índios à qual foi incorporada, três dias depois, mais alguns índios cedidos pelo Capitão Filippe Chavante no porto de sua aldeia: uma aldeia de "chavantes mansos". A quinze de maio, depois de subir aproximadamente quarenta léguas pelo Rio das Mortes, a comitiva se aproxima pela primeira vez da aldeia dos "Chavantes bravos". Ficando a uma distância segura de cerca de dois dias de marcha da aldeia, o Frei ordenou que uma pequena comitiva chefiada pelo Capitão Pedro Chavante e constituída por este, alguns índios e uns poucos praças fossem fazer o primeiro contato com os alvos da expedição.

Esses encontram na aldeia apenas quatro mulheres e um velho, pois, segundo estas, os homens jovens estariam em excursão de caça a queixadas, mas que não tardariam a voltar, tendo os aconselhado a se retirarem, pois os seus estavam dispostos à guerra e não à paz. O motivo do ânimo beligerante lhes fora exposto pelo velho depois de o capitão Pedro ter-lhe afeiçoado ser um "parente" que vinha em paz e para trazer-lhes "mimos" e não a guerra.

Aos reclames de paz e amizade de Pedro Chavante, "o velho respondeu que os christãos são muito mãos, que quando elles estiverão no Carretão [uma missão indígena] soffrerão judiações, com palmatória, tronco, corrente, chicote e colar"<sup>221</sup>. E usando da sagacidade peculiar àqueles calejados pelo tempo, pede a Pedro Chavante que aguarde os jovens guerreiros regressarem para com eles fazer suas proposições de paz. O chefe da comitiva não cai na provável armadilha e se retira, não sem antes roubar-lhes vários utensílios e armas.

Entretanto, os jovens guerreiros retornaram mais cedo do que previram e, tendo eles tomado conhecimento do roubo, alcançaram a comitiva que havia acampado para pernoitar e, então, mataram um cabo e um soldado que estavam de sentinela. Os paisanos e os índios que faziam parte da comitiva abriram fogo contra os atacantes, tendo-os colocado em fuga, não sem antes terem abatido quatro ou cinco deles, de acordo com relato posterior do Frei. Com alguns dos índios da comitiva feridos, e também um dos soldados, retornam para junto do restante da expedição que regressam à missão de Jamimbú, nela aportando a cinco de junho.

O frei relata o ocorrido ao presidente de província e solicita providencias para que possa retornar à aldeia dos chavantes, no que é prontamente atendido, pois o presidente declara em seu relatório que:

a 4 de julho fiz augmentar o destacamento de Jamimbú com mais doze praças armados, e remetti doze armas, 600 cartuchos, e 50 pederneiras, e respondendo ao missionário, recomendei-lhe que seguindo na frente da tropa procure chamar a paz esses infelizes, observando-lhe que talvez não ocorressem os factos

---

<sup>221</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1856.

desagradáveis, que tiverão lugar, se elle, em vez de encarregar à pessoas faltas de prudência e sem conhecimentos à exploração dos referidos índios, a dirigisse por si mesmo, porque de certo não permitiria que se apropriassem de objectos de uso delles, como o fizerão.<sup>222</sup>

Ao construir minha narrativa sobre o episódio, segui de perto outra constante no relatório acima referido, que foi possível inferir, construída a seu turno a partir da correspondência enviada pelo Frei à Directoria de Índios. Embora não tenha acessado essa última, ao fazermos a leitura da documentação, a contrapelo, foi possível encontrar algumas incongruências que merecem ser problematizadas.

A primeira dela é concernente à caracterização dos Chavantes, alvos da expedição, como índios bravios, pois a resposta do ancião chavante ao chefe da comitiva deixa evidente quanto àqueles índios, ou pelo menos parte deles, já terem sido aldeados no "Carretão" e naquela missão terem experimentado tanto a palmatória da igreja, quanto o tronco, os ferros e o chicote dos senhores de escravos. Esse seria o motivo de, além de escolherem viver em liberdade novamente, rechaçarem as tentativas de aproximação com os enviados do Estado e/ou da Igreja. Não por serem "selvagens".

A segunda está relacionada à falta de prudência dos incursionistas, isso segundo alegação do presidente. Porém, nesse respeito parece ele se esquecer de ser essa ausência algo próprio das relações estabelecidas à medida que a violência, os roubos e as chacinas eram corriqueiros entre aquelas populações, pois tais ações correspondiam há mais de século de aprendizado e eram praticadas, quase sempre, de forma desabrida.

Isso garantia inclusive, aos seus praticantes, serem considerados homens "valorosos", "corajosos", "leais" e, portanto, merecedores de participarem de tais excursões. Ao demonstrarem serem portadores de tais qualidades, que na verdade se tornavam valores culturais naquela sociedade, conquistavam a simpatia dos seus "chefes", o que lhes garantia a consecução de determinados interesses, que iam desde a proteção mútua, passando pela minimização das privações e indo até o interesse específico por "pilhagens".

Em terceiro lugar, no que tange aos membros da comitiva não terem o conhecimento necessário para explorar os índios, alvo da expedição, o comentário do presidente beira as raias do absurdo, pois ninguém mais conhecedor de um chavante que outro chavante, no caso, o capitão Pedro. Além do mais, praticamente toda expedição, fosse de caráter "exploratório", fosse de mero apresamento de índios, sempre contava com os sujeitos índios, denominados de "guias"

---

<sup>222</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1856

ou "práticos", mas que além de servirem como rastreadores e intérpretes e serem, de regra, os negociadores privilegiados nos encontros entre índios e não-índios, principalmente no estabelecimento de alianças intertribos, estavam sempre dispostos a pegar em armas na defesa daqueles a que acompanhavam.

Por último, sobre a presunção de que o Frei não permitiria abusos, como o roubo praticado pelo Capitão Pedro Chavante, basta nos lembrarmos do episódio envolvendo o Frei Savino, os relatos do Major Paula Ribeiro e tantos outros que demonstram que o desejo catequizador muitas vezes escondia outros interesses menos confessáveis da parte dos Frades capuchinhos.

Nesse sentido, o presidente, por meio de suas recomendações, reafirmava no plano simbólico o poder delegado aos padres no exercício da catequese. Não é a toa que no mesmo relatório ele se defende de "acusações infundadas" por permitir aos padres capuchinhos exercerem interinamente o cargo de Diretores de Índios, já que a lei determinava tal cargo ser da alçada militar. Em sua defesa ele utiliza exatamente o fato dos padres serem mais prudentes, e serem movidos mais pelo "amor cristão" e menos pelos interesses materiais.

Fato é que, independente dos posicionamentos ideológicos acerca da utilização do braço índio, seja como escravo, seja como braço armado, estes sujeitos participaram da maioria dos conflitos que ocorreram na região desde seu povoamento. E não foi raro essa utilização ser voltada contra os próprios escravos, sendo corriqueiro nos relatórios de província esse tipo de menção:

continuão a existir quilombos, ou mocambos de escravos fugidos, que comettem depredações, e infundem receio no animo dos habitantes [...]. Em Santarém no mez de julho deste anno tiverão lugar duas batidas, com 75 praças policiaes e de linha e 33 Índios Mondurucús das Aldeas de Cury e Santa Cruz, servindo de guias e práticos.<sup>223</sup>

No prosseguimento da notificação acima, o relatório informa que tendo a batida sido pressentida pelos escravos, estes emigraram para a parte superior do Rio Curuá e a excursão falhou completamente. O que o relatório não informa é o motivo de tal "pressentimento". Com base em outros relatórios e outras fontes, é inquestionável a presença de sujeitos índios vivendo nos quilombos bem como outros não-escravos. Some-se a isso o fato de os quilombolas, geralmente, manterem relações de troca com a região em torno do quilombo, tendo livre acesso aos povoados; disso pode-se inferir facilmente que os quilombolas foram avisados do ataque eminente, muito provavelmente por um dos trinta e três índios que compunham a expedição. Nas

---

<sup>223</sup> Relatório de Presidência da Província do Pará de 1849.

relações que se estabeleceram na Região dos Vales, o escravo foi, sem dúvida, um dos sujeitos que também vivenciou a violência, seja sofrendo-a, seja praticando-a.

Entretanto, se foi difícil aos capitães-de-mato seguir-lhes o rastro à medida que fugiam para as matas e constituíam quilombos, muitas vezes estabelecendo-os em conjunto com indígenas também foragidos da sanha violenta exterminadora da ação dos povoadores, para esse pesquisador foi mais difícil ainda encontrar os vestígios deixados por eles e entender a trama constituída pelos fios tecidos por meios de suas experiências.

Surpreendentemente, há mais informações sobre os índios e suas relações, tanto na historiografia da região quanto nas fontes que utilizamos nessa investigação, do que sobre os escravos e a própria escravidão. Surpreendente porque se tomarmos apenas os dados recentes sobre a presença de comunidades remanescentes de quilombos<sup>224</sup> na região, torna-se perceptível que os poucos rastros deixados nos remetem a um passado em que a atuação escrava foi significativa. Entretanto, a historiografia tradicional da região parece ter feito um esforço deliberado para ocultar tais rastros.

Essa historiografia, pautada numa perspectiva político-econômica, ao perscrutar a documentação pública (denominada tradicionalmente de "oficial") construiu a partir dela quadros comparativos, tabelas, inventariou grupos, quantificou-os, ressaltou-lhes a importância econômica. Mas as pequenas notas, invariavelmente lacunares, como a que transcrevo aqui, acerca dos sujeitos de carne e osso que viveram – e sofreram – a escravidão foram desconsideradas. "No termo da Carolina \_no lugar olho D`água \_, [...] foi assassinado pro meio de açoites infligidos pelo feitor João Gualberto Soares o preto André, escravo do Tenente Coronel Marcelino José Soares"<sup>225</sup>.

A hipótese que levantei inicialmente e que a pesquisa verificou ser plausível, é que boa parte dos vestígios contidos nas fontes foi desconsiderada. Por um lado, por não trazer nada de novo, enquanto registro, para os pesquisadores que as abordaram e, por outro, e mais importante, aquilo que as fontes traziam de novo não se "enquadrava" numa perspectiva de escravidão pré-estabelecida e abraçada por tais pesquisadores.

---

<sup>224</sup>Tais estudos, na maioria realizados por pesquisadores inseridos em organizações que lutam pelo reconhecimento das comunidades quilombolas no país e, por conseguinte, por direitos, indicam existirem no Maranhão 527 comunidades, 240 no Pará e 15 no Tocantins. A discrepância dos números de um estado para o outro nos parece estar vinculada à própria experiência de luta por tais direitos, bem como à experiência de pesquisa acumulada em cada estado. Mas, independente da necessidade de se relativizar tais números em vários aspectos e por várias perspectivas, eles deixam claro que a escravidão e os sujeitos que a vivenciaram tiveram importância na constituição das relações sociais na região.

<sup>225</sup>Relatório de Presidência da Província do Pará de 1849.

Essas pequenas notificações, pouco ou quase nada esclarecem sobre o viver escravo na região. Quando muito, esclareceria acerca do tipo de "tratamento disciplinar" a que era submetido o escravo e diga-se de passagem o mesmo em relação a outras regiões do país. Talvez por isso tenham sido descartadas. Mas esses vestígios – e até mesmo as lacunas – me serviram de um alerta: se a escravidão foi praticada, em vários sentidos pelas mesmas formas que em outras regiões, o que haveria de diferente nela que promoveu tamanho ocultamento de seus rastros? Foi a partir dessa inquietação que decidimos segui-los apesar de não fazer parte da proposta da tese aprofundar na questão da escravidão.

Entretanto, passei a acreditar, à medida que os seguia, principalmente aqueles mais apagados, que teria algo significativo a extrair-lhes no que tange às minhas inquietações de pesquisador acerca da violência na região. A bem da honestidade do pesquisador, devo confessar que durante boa parte dos trabalhos tendi a descartar essas pequenas notas, ora por não atinar onde elas me levariam, ora por temer perder o foco da proposta. Mas elas teimavam em se mostrar na documentação pública nessa forma lacunar; aqui e ali nos relatos de viajantes e/ou memorialísticos a figura de um escravo, de um "preto fujão", e no que tange à "literatura de ficção", embora também os escravos e a escravidão apareçam pouco, do ponto de vista quantitativo, quando dá o ar de sua graça entra em cena com uma roupagem significativamente diversificada.

Essa insistência dos rastros que se configuravam como um amontoado de retalhos inicialmente me fez buscar os fios que pudessem me auxiliar na costura de uma colcha que, ao final, permanecerá esburacada pela falta de muitos retalhos perdidos pela ação do tempo e pelo descaso dos homens, mas, acredito, muito tem a narrar sobre as relações sociais permeadas de violência, se entendemos como sendo um desses fios as relações que os sujeitos escravos estabeleciam com os demais sujeitos que estão presentes em minha narrativa.

Por outro lado, a partir do cruzamento das fontes comecei a perceber que elas, tomadas enquanto conjunto narrativo, não eram tão lacunares assim, e que outras, mesmo isoladamente, tinham muito a dizer sobre o viver escravo na região. O trecho de um relatório de província de 1853 nos esclarece acerca das relações que escravos aquilombados mantinham com o entorno do quilombo:

Os escravos que habitavam o primeiro destes quilombos viviam da produção das minas que iam trocar em Santa Helena e outras paragens por viveres, munições e fazendas seccas; estavam agglomerados em uma povoação regular e entretinham relações com os regatões e toda gente dos povoados: os que habitavam o segundo, viviam isolados uns dos outros, em ranchos situados nas clareiras dos bosques, evitavam cautelosamente todo

o contacto com a gente de fora e cuidavão exclusivamente dos trabalhos da agricultura<sup>226</sup>

Vários desses quilombos são representados como "antros onde se aculiam todo tipo de indivíduos faccinorosos". Os sujeitos assim representados eram escravos, índios e homens pobres livres, sendo esses últimos, de regra, "foragidos da justiça". Vemos aqui esses sujeitos fazendo suas escolhas: em um dos quilombos citados, de acordo com as circunstâncias favoráveis, estabeleceram relações que lhes possibilitavam gerir uma economia baseada nas trocas que realizavam com outros sujeitos da região enquanto no outro escolheram se isolar, mantendo-se por meio de uma economia de subsistência baseada no cultivo da terra e no extrativismo. Tais escolhas, podemos inferir, se deram à medida que o estabelecimento ou não de tais relações se mostravam vantajosas para o grupo em termos tanto da segurança quanto das condições materiais de vida nesses quilombos.

As relações entre negros, índios e livres pobres se estreitavam nesses quilombos à medida que ocorriam para eles sujeitos provenientes desses três seguimentos, negros fugidos do cativeiro, índios fugindo dos apresamentos e brancos foragidos da justiça, conforme relatados nos relatórios de província entre os anos de 1849 e 1853, principalmente no Maranhão, período em que foram realizadas inúmeras diligências objetivando "eliminar" esses quilombos.

Considero que a convivência nos quilombos desses três seguimentos sociais é a ponta final de um processo no qual eles, por um lado, estreitaram suas relações a partir de suas práticas e experiências e, por outro, foram tratados pelos fazendeiros, e/ou pelo poder instituído, por meio do mando, das punições, do extermínio, mas também por meio das barganhas e de lealdades recíprocas, como pertencentes a uma mesma categoria social. Nesse sentido, entendo que a definição desses sujeitos se dá muito mais pela relação de exploração pelo trabalho que pela condição jurídica de escravo ou livre. Não intentei aqui simplesmente opor o termo trabalhador ao termo escravo, até porque concordo com uma autora, que tendo se tornado referência para todos os que, de uma forma ou outra, têm que se acercar da escravidão, está bem mais autorizada que eu para afirmar assertivamente que:

[...] como diz Thompson, a discussão sobre termos e conceitos não deve descartar a análise concreta das relações sociais e dos confrontos e solidariedades vividos e experimentados pelos agentes dessas relações.

Assim, mais que decidir, definir e classificar o caráter da sociedade ou das relações entre senhores e escravos, é preciso, portanto, recuperar a complexidade das suas relações, enquanto formas de dominação e exploração *constituídas nas relações* entre

---

<sup>226</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1853.

agentes históricos concretos em seu perpétuo tecer e destecer de equilíbrios, alianças e enfrentamentos.<sup>227</sup>

Meu intento foi, na verdade, chamar a atenção para o fato de que compreender as relações de exploração a que estão submetidos escravos, agregados, índios, camaradas, o conjunto dos sertanejos pobres da região tem muito mais a esclarecer sobre a escravidão nela vivenciada do que se tomarmos a escravidão enquanto categoria analítica/explicativa dessas relações. Principalmente se entendemos como parte constitutiva das relações de exploração, não só o domínio de uns e a resistência de outros, mas também as acomodações e deferências recíprocas.

Em um relatório de província de 1839, Província de Goiás, há um pequeno vestígio disso que acabamos de dizer: "Nesse mesmo dia, a Escolta encarregada de prender ao Dr. João Gaudie Lei se vio forçada, como ella o afirma, a matar a hum seo escravo, e ao mesmo Doutor por terem resistido com armas de fogo à Ordem de prisão." <sup>228</sup>. O que chama a atenção aqui é o fato de o escravo estar armado. Como sempre, uma pequena nota discorrendo sobre os crimes ocorridos na província. Mas apesar de lacônica, pode-se inferir uma relação de proximidade significativa entre o escravo e seu senhor. Além de proximidade, de confiança da parte do senhor em armar um escravo que, eventualmente poderia voltá-la contra ele, e de lealdade da parte do escravo à medida que pagou com a própria vida pela coragem de "fazer fogo" contra a escolta juntamente com seu senhor, objetivando defender a vida e a liberdade deste. No extremo oposto dessa situação, há o escravo que assassina o seu senhor:

O facto mais notável praticado contra a segurança individual, foi o assassinato commettido na pessoa de D. Vitorio de Souza e Oliveira da Villa de Pilar, por seo escravo de nome Adão. Porem foram tão promptas, e energicas as providências da Polícia, e do Poder Judiciário, que, dentro de quatro mezes, foi o delinquente preso, processado, e executado observando-se em tudo as formulas legais.<sup>229</sup>

Duas coisas chamam a atenção nessa nota: a primeira é o crime ter sido eleito como o "facto mais notável", e a segunda as "enérgicas providências" tomadas, o que resultou em o escravo ter sido capturado, julgado e executado em quatro meses. Diga-se, de passagem, fato único em todos os relatórios consultados nessa pesquisa um crime e seu julgamento se darem no mesmo ano de ocorrência, a não ser quando da necessidade de se "inocentar" por rito sumário um potentado da região. Dos vinte e oito (28) crimes julgados, onze (11) receberam absolvição. Das dezessete (17) condenações, três (3) foram condenados às Galés, seis (6) à prisão com

<sup>227</sup>LARA, Silvia Hunold. **Campos da Violência**: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1988 . p. 112. Grifo da autora.

<sup>228</sup>Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1839.

<sup>229</sup>Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1847.

trabalho, seis (6) à prisão simples, um (1) ao açoite e um (1) à morte. Esses dois últimos, é claro, os únicos dois escravos existentes dentre os criminosos, sendo um deles o escravo Adão.

Embora estejam em extremos opostos tanto o escravo que deu sua vida para proteger seu senhor quanto Adão, que matou o seu, fazem parte de um segmento social quase invisível nos relatórios de província. Mas apesar de lacunares, as pequenas notificações esclarecem muito sobre o tratamento que lhes eram dispensados nos processos de captura e julgamento. Foi comum nessas notificações os encarregados de capturar o "negro fujão" dar cabo da vida dele, invariavelmente recebendo a "punição mínima prevista no código" ou, ainda, serem inocentados ao alegarem legítima defesa. Os laços que esses fugitivos mantinham com familiares, agregados, e donos das fazendas eram fortes. Tão fortes que os levavam a cometer atos extremos que tinham como desfecho a perda da própria vida.

As seis horas da manhã do dia 9 de Dezembro na cadêa da Villa de Cavalcante, onde se achava retido, por suspeita de fuga, o crioulo Joaquim, pertencente a João Soares da Silva, morador na província de Minas Geraes, foi encontrado com gravíssimos ferimentos no ventre, produzidos por uma pequena folha de canivete de mulla, sendo o mais grave no umbigo, por onde expellio grande parte dos intestinos [...] verificando que para mais de 60 centímetros de intestino fora arrebetado e lançado pelo mesmo escravo aos pés da pessoa que ia por-lhe algema. O infeliz, que veio a fallecer sete dias depois no meio de horríveis soffrimentos, confessou que há muito tempo trazia occulta a arma de que se sérvio, e foi levato a praticar semelhante acto, receiando aconpanhar seu novo senhor para logares longínquos e estar preso por mais de 2 meses sem culpa<sup>230</sup>.

O mesmo relatório, algumas linhas abaixo do trecho acima, dá noticia do suicídio do escravo Manoel, de 18 a 20 anos de idade, pertencente ao Tenente Coronel Antônio José Caiado, cometido com um tiro de garrucha na região do estômago. Embora a nota não esclareça o motivo, em outras fontes foi possível colher informações sobre às práticas da família caiado, no que se refere à castração não só de escravos, mas também de agregados em suas fazendas. Com certeza um tiro de garrucha seria menos doloroso que a morte por castração.

Enquanto o item "Catequese e Civilização dos Índios" aparece invariavelmente em todos os relatórios de província desde 1835 a 1891, o item "Escravidão" só começa a aparecer a partir de 1872. Naquele relatório de 1839, já citado anteriormente, ao discorrer sobre a necessidade de se desenvolver a agricultura e a pecuária, há a preocupação de que "não há braços escravos he verdade; mas a Catechese, e a Civilização dos índios nos dará braços livres em número superior às nossas necessidades".

Isso é um indicador de que os escravos existentes na província além de estarem dispersos na região, não havendo fazendas com plantéis significativos do ponto de vista numérico, não

---

<sup>230</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1876.



eram considerados pelo estado como uma mão-de-obra qualificada para esse desenvolvimento. Tal dispersão, conjugada à quase ausência de dados censitários, contribuía em larga medida para uma "invisibilidade" do escravo enquanto contingente que pudesse ser utilizado na agricultura e pecuária. Essa situação de invisibilidade permanecerá por todo o período escravista na região e só próximo de seu final esse estado parece se dar conta dela à medida que se inicia um cadastramento com vistas ao processo de emancipação desses sujeitos que se avizinhavam, como podemos inferir de um relatório de província de 1873:

Não são conhecidos ainda todos os municípios, e já temos um total de 9:258 escravos matriculados na província. Este resultado excedeo muito aos cálculos que cada um fazia na espécie [...]. Em taes casos, sem uma base segura, uma estatística, nada se póde assegurar com confiança; o que prova a necessidade e a excellência de semelhantes trabalhos.<sup>231</sup>

Na verdade, os escravos só começam a "aparecer" quando é criado o fundo de emancipação, instrumento pelo qual os senhores de escravos seriam indenizados pela alforria de seus escravos. Mesmo assim, segundo um relatório de 1876 da província de Goiás, da "renda proveniente do direito de exportação" que arrecadou 56:503\$300 réis, 6:000\$000 réis eram referentes à rubrica "escravos", cerca de 10% do total arrecadado.

Na região em perspectiva, diferentemente de outras regiões que optaram pela importação de mão de obra livre estrangeira, deu-se continuidade ao processo de escravidão por dívida que ocorria concomitante à escravidão institucional e, em muitos casos, na prática, embora distintos do ponto de vista jurídico, escravo e livres recebiam o mesmo tratamento. Em um relatório da província de Goiás de 1881, já nos estertores do regime escravista, é possível, por meio de uma ligeira menção, ver a justaposição dessas duas categorias sociais:

Constando-me que Antonio Alves Bandeira reduziu à escravidão pessoa livre, uma mulher, que vendera no Moqué, pedi sobre o facto informações, e o promotor da Palma, em data de 5 de Maio, communicou-me que requerera o inquérito. Não sei ainda o resultado.<sup>232</sup>

O fato relatado é caracterizado como crime e também aparece em algumas tabelas referentes à caracterização/quantificação dos crimes de vários relatórios sob a rubrica "redução de sujeito livre à condição de cativo". Entretanto, apesar de criminosa, não era rara, pois aparece em vários relatórios ao longo do período estudado e, dado a incompletude das estatísticas, e até sua inexistência sempre reclamada pelos presidentes de província, pode-se inferir que a

---

<sup>231</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1873.

<sup>232</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1881.

quantidade de sujeitos (juridicamente) livres vendidos como escravos é infinitamente superior ao demonstrado em tais relatórios.

Além disso, para além desse crime, era prática corriqueira (e não criminalizada) os fazendeiros, tanto durante o período escravista quanto pós-escravista, venderem as "dívidas" de seus agregados, o que, na prática, significava a venda do próprio sujeito, que era transferido para o mando do fazendeiro comprador. Nesse sentido, embora o agregado fosse "livre" do ponto de vista de sua condição jurídica, na prática, tornava-se uma "propriedade" que poderia ser negociada, sem que a "lei" pudesse interferir a seu favor.

A leitura informada por uma memória preexistente nos remete a experiências de escravidão muito diversificadas e multifacetadas. Mas invariavelmente permeadas pela violência. E, de regra, uma violência que aponta para o estreitamento das relações entre escravos, índios e brancos. Dito de outra forma, a violência era sofrida ou praticada no âmbito de relações pautadas, em regra, pela pessoalidade.

As relações entre escravos, agregados e camaradas foram tão estreitas, contínuas e intensas<sup>233</sup> que, em muitos casos, esses sujeitos se confundiam. Embora distintos do ponto de vista jurídico, nas práticas e nas relações sociais estabelecidas suas experiências deixaram vestígios que nos levam a ver que a escravidão na Região dos vales teve um caráter muito mais difuso e heterogêneo que em outras regiões do país. A miscigenação é um indicativo disso à medida que prevalece na região a figura do caboclo<sup>234</sup>, com traços nítidos de negros, índios e brancos num mesmo indivíduo, diferentemente de outras regiões nas quais, embora tenha ocorrido também a miscigenação, esses três grupos mantiveram uma relativa autonomia de caracteres genéticos uns em relação aos outros.

Apenas a título de exemplo, de acordo com os dados da antiga Diretoria de Estatística (senso de 1872) no que tange à população livre do Maranhão, somados homens e mulheres, ela era constituída, em sua maioria, de pretos e pardos, 48,8% em relação ao total de livres. Somando-se também a estes dados os que estavam na condição de escravo, homens e mulheres,

---

<sup>233</sup> Aqui percebe-se uma diferença fundamental da escravidão praticada na região dos vales: enquanto nas regiões onde tivemos a escravidão de tipo tradicional, como nas áreas de mineração e das plantations, a maioria dos escravos eram tidos como plantéis homogêneos com funções bem definidas como trabalhar na indústria do açúcar ou nas minas (excetuando-se os escravos domésticos e de ganho) na região abarcada por essa pesquisa. Salvo exceções localizadas, os escravos, além de não terem suas funções definidas, devido à própria dinâmica econômica da região, em muitos casos confundia-se com a figura do camarada e do agregado.

<sup>234</sup> Como não é proposta dessa tese aprofundar uma discussão de caráter antropológico e etnográfico, no sentido de classificar grupos e subgrupos étnicos, utilizamos aqui genericamente o termo caboclo para nos referir aos sujeitos constituídos pela miscigenação entre negros, índios e brancos.

que constituíam 20,7% da população, chega-se à conclusão que 69,5% da população era composta de pretos e pardos.

Vamos retornar no tempo mais uma vez, ao final da década de 1830, e seguir agora os rastros deixados pelo viajante George Gardner e sondar os vestígios dessas relações registrados em suas narrativas. Cruzamos com seus passos de viajante quando este se retirava da Missão do Duro (aldeamento indígena)<sup>235</sup>, no ano de 1839, seguindo em direção a Natividade. Sobre esse aldeamento, Gardner afirma que, apesar de ser constituído em sua maioria por habitantes de "puro sangue índio", haviam alguns "mestiços de pretos, geralmente escravos fugidos". Ao ser hospedado na casa de um parente do Juiz de Paz, a cerca de quatro léguas do aldeamento, Gardner encontra "meia dúzia de índios sentados em roda do fogo, debaixo de uma varanda em frente da casa, a prepararem a ceia que se cozia em grande panela"<sup>236</sup>. Dando prosseguimento à viagem, três léguas adiante chegam a uma fazenda às margens do Rio Manoel Alves Grande onde "ajustou" um "negro e um mulato" para atravessar a vau a carga de sua comitiva pelo rio, pois as canoas ali existentes haviam sido levadas pela última enchente do rio. Tal tarefa, segundo Gardner, saiu-lhe barata porque "a remuneração que pediram, de meio dólar cada um, foi bem ganha; porque tiveram de atravessar o rio, de ida e volta [com água aos ombros], cerca de doze vezes, pelo espaço de mais de duas horas"<sup>237</sup>.

O termo "ajustar" era utilizado sempre para designar a contratação dos serviços de camaradagem. No caso, como os homens ajustados eram moradores daquela fazenda, isso indica que eram agregados que eventualmente prestavam serviços como camaradas, ressaltando que esse tipo de prestação de serviço só era possível mediante o consentimento dos patrões. De regra, esses a permitiam à medida que isso acrescentava uns "cobres a mais" nos numerários tão parcos de sua gente. Embora Gardner não esclareça, o fato de especificar "um negro e um mulato" é possível também que o negro se enquadrasse na categoria escravo de ganho. O mais provável, entretanto, é que Gardner utilize aqui a palavra negro apenas para designar a cor da pele, preocupação constante em seus relatos, e não para se referir à condição jurídica do sujeito.

A comitiva chega à Vila das Almas que Gardner assim caracteriza:

o número de habitantes eleva-se a cerca de oitocentos, negros e mulatos em maior parte, e mestiços destes com os índios. O juiz de paz, um preto crioulo, não sabia ler nem

<sup>235</sup> Na verdade, nessa data, tal aldeamento já se configurava como embrião do povoado do Duro (atual Dianópolis) com uma relativa população não-índia vivendo em seu entorno, contando já, inclusive, com Juiz de Paz.

<sup>236</sup> GARDNER, George. **VIAGEM AO INTERIOR DO BRASIL**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975. p. 151.

<sup>237</sup> *Ibidem*.

escrever. Era o principal comerciante da vila e fazia anualmente uma viagem à Bahia para comprar mercadorias<sup>238</sup>

Cerca de dez léguas adiante, a comitiva estaciona na fazenda Mato Virgem, local em que nosso viajante fica "espantado" com as condições materiais de existência de seus moradores. Independentemente do olhar preconceituoso do viajante estrangeiro, em sua narrativa é possível perceber o quão seria difícil tentar estabelecer uma linha divisória entre escravos e agregados, se seguíssemos os parâmetros tradicionalmente utilizados – e válidos – para outras regiões do país, especialmente aquelas referentes às zonas de mineração e às das *plantations*.

O espanto de Gardner recai sobre os que se ocupavam do fabrico da farinha que estava sendo realizado e cujo término ele aguardava ansioso pois sem ela não poderia prosseguir viagem.

O lugar onde a preparavam [a farinha] era o aposento onde tivéramos licença de nos alojar e as pessoas que se ocupavam nisso eram a dona da casa, mulata moça e oito escravos, quatro homens e quatro mulheres [...] um dos escravos era um velho de mais de cem anos, inteiramente cego, o que não o impedia de trabalhar o dia inteiro em peneirar farinha. Seu único vestuário reduzia-se a pequeno farrapo sujo, preso em volta da cintura; o dos outros era bem pouco melhor. Com efeito, nunca vi em parte alguma do Brasil escravos tão miseravelmente vestidos como aqui. Espantou-me que a senhora deles não se envergonhasse de vê-los em tal estado; mas não tenho dúvida que a culpa era do fazendeiro que, a julgar pela aparência, parecia ser um velho avarento.<sup>239</sup>

Infere-se de seu relato que a "mulata moça" era esposa ou concubina (o mais provável) do fazendeiro, pois a ela se referiu como "dona da casa", e, embora tenha se referido apenas às vestimentas dos escravos, sua ressalva "a julgar pela aparência" indica que tanto a dona da casa quanto o fazendeiro não estavam, em sua opinião, adequadamente vestidos enquanto proprietários da fazenda e dos escravos. Entretanto, há que se ressaltar que o referido fazendeiro não deveria ser um "homem importante", haja visto que o viajante não se refere a ele como de costume, pelo nome próprio precedido por uma patente militar.

Seu "espanto" está orientado pelo olhar referenciado. Por um lado, pelos seus próprios parâmetros de escocês e, por outro, pelo parâmetro comparativo com outras regiões do país. Essas referências o impedem de ver que, para além de uma condição de miserabilidade, a situação que está diante de seus olhos evidencia algo muito mais abrangente: em primeiro lugar, evidencia que nesta região as relações entre fazendeiros, agregados e escravos eram muito mais estreitas do que ele poderia supor. Que a mulata moça muito provavelmente tenha sido agregada

---

<sup>238</sup> Id. Ibidem. p. 151-2.

<sup>239</sup> Id. Ibidem, p. 154.

daquele fazendeiro ou de um outro qualquer<sup>240</sup> e, como tal, tenha experimentado condições de vida análogas a dos escravos e, nesse sentido, sua experiência de vida lhe ensinara ser "natural" aquele tratamento dispensado aos "subalternos". Além disso, ter se tornado esposa ou concubina do patrão significava ter subido um pequeníssimo degrau na escala social, propiciando-lhe não muito mais do que comer e se vestir um pouco melhor que os escravos e nada podendo fazer pela melhoria das condições de vida desses.

Chegando a Natividade "com de cerca de duas mil almas [e que] compõe-se das mesmas raças mistas já frequentemente encontradas", Gardner se surpreende mais uma vez pelas relações estabelecidas entres senhores e escravos. Desta feita, sendo chamado a prestar socorros médicos a uma jovem escrava, "bela moça de dezesseis anos e que veio a morrer de febre puerperal poucos dias depois de dar à luz uma criança que era filha do padre" e, sobre o predecessor deste que falecera durante sua estadia em Natividade, diz que "embora bem educado e de gênio humano e benévolo, deixou depois de si uma família de meia dúzia de filhos de suas próprias escravas". Sobre um terceiro padre da vila, "o vigário geral era um mestiço, de mais de quarenta anos de idade [...] era até então, como ainda hoje é, o maior fazendeiro de gado do distrito"<sup>241</sup>.

Esse comportamento considerado pelo nosso viajante como "imoral em incrível extensão" era típico dos padres da região e quando muito apimentavam as línguas ferinas das comadres não causando nenhuma interdição ao sacerdócio desses sujeitos. Deixando Natividade e Conceição para trás, Gardner encontra depois de quatro léguas desta um pequeno garimpo sobre o qual nos diz que

os escravos nisto empregados não dão aos senhores tudo o que encontram, porque são obrigados a sustentar-se e vestir-se, e pagam aos seus empregadores certa soma fixa de dinheiro, uns seis xelings por semana. Muitos deles têm sido bastante afortunados para comprar sua alforria<sup>242</sup>.

Embora essa prática tenha sido verificada em outras regiões de mineração do país, aqui me parece que ela era exercida dando-se maior autonomia ao escravo. Ao eximir-se quase que totalmente das obrigações com seu escravo, e com a própria mineração<sup>243</sup>, cobrando-lhe apenas o pagamento semanal, podemos inferir que o escravo tinha uma significativa margem de manobra

---

<sup>240</sup>As fontes demonstraram ser comum as mulheres serem tomadas como concubinas por um patrão à medida que ficavam viúvas ou órfãs de um agregado seu ou até mesmo terem sido criadas por este sobre o epíteto "uma menina criada pelo coronel".

<sup>241</sup>Id. Ibidem, p. 158.

<sup>242</sup>Id. Ibidem, p. 163

<sup>243</sup>Realizada na época por meio da "faiscação", uma vez que os grandes veios já haviam se exaurido. Nesse sentido, o investimento por parte do senhor era considerado um investimento de risco e, por isso, o risco era "repassado" ao escravo.

no uso que fazia do ouro encontrado à medida que deste não necessitava prestar contas ao senhor.

Desincumbir-se de obrigações para com agregados, escravos e camaradas não era uma prática rara entre os patrões. Em sua estadia em Arraias, Gardner relata que

o viajante [comerciante] acima aludido que passou a casa para nosso uso deixou atrás um empregado índio, sem ninguém que o tratasse, e a quem encontrei quase morto pelo ataque de grave febre terçã, mas que, convenientemente, logo se restabeleu<sup>244</sup>.

Aqui cabe uma consideração: na interpretação de Gardner, o índio fora abandonado pelo comerciante, seu patrão. No que se refere ao fato deste não ter-lhe providenciado socorros médicos, isso faz algum sentido. Entretanto, o mais provável é que o dito comerciante tenha simplesmente rompido o "ajuste" com o camarada índio no momento em que ele adoecera, visto que não mais lhe serviria.

Da parte do referido índio estava dando continuidade a uma prática comum no que se refere à camaradagem na região. Os sujeitos que a ela se submetiam se ajustavam com um patrão comerciante justamente com o fito de se deslocarem pela região. Tal ajuste lhes garantia, além de uns poucos cobres, o passadio por meses e até mais de ano, enquanto estivessem servindo ao patrão. Esse ajuste era rompido por qualquer uma das partes por motivos circunstanciais, no caso em questão uma doença, que muitas vezes era utilizada como pretexto, pelo próprio camarada, para encerrar sua jornada, de acordo com novos interesses que uma nova localidade lhe despertasse, fosse uma melhor oportunidade de ajuste, fosse um rabicho por uma mulher, ou ainda o desejo de simplesmente descansar do último ajuste, gastando os cobres alcançados. No caso desse camarada índio, a oportunidade de novo ajuste surgiu na necessidade do próprio Gardner, que o contratou enquanto por ali esteve.

Ainda no que tange à doença que o acometia, ressalte-se que as febres terçãs quase nunca mereciam cuidados médicos da parte da população. No dizer regional, até hoje, "maleita não se trata, vive-se com ela". Os indivíduos acometidos por essas febres apenas deixavam a natureza seguir seu curso, e durante um período de aproximadamente sete dias, tempo de incubação no qual o corpo expressava o sintoma da febre, ficavam prostrados, mas logo após esse tempo se sentiam aptos ao trabalho novamente. Mas independente da interpretação de Gardner, seu relato é mais um indicio de como era tênue, os limites entre agregados, camaradas, escravos e índios, não sendo raro um sujeito se enquadrar, na prática, em duas ou três dessas "categorias" simultaneamente.

---

<sup>244</sup> Id. Ibidem, p. 170.

Dentre todos os "espantos" do nosso viajante o que mais o surpreendeu, e o tomamos aqui como representativo do que viemos discutindo até o momento, foi uma inversão por ele verificada na relação entre um sujeito livre e uma escrava, no povoado de São Domingos, próximo a Arraias, o que ele nos narra como segue:

Tendo ouvido falar de um homem que já havia feito uma viagem à Minas Gerais, mandei chamá-lo e achei-o disposto a entrar a meu serviço; mas, quando estávamos concluindo o ajuste, chegou sua esposa e insultou-me violentamente por aliciar o marido para deixá-la. Ela era uma mulata grande, velha e feia, e, o que mais me surpreendeu, escrava, ao passo que ele, mulato também, era livre e muito mais moço. Pouco haviam feito senão brigar nos seis anos de casados e o marido parecia agora decidido a livrar-se dela, dizendo-lhe que, embora ela o tivesse governado por muito tempo, não o faria mais. Não conseguimos, porém, afastá-la, senão depois que o homem lhe prometeu que não ficaria comigo por mais de um mês. Quando expirou esse prazo, não se sentiu inclinado a voltar e seguiu comigo até o distrito do ouro, onde obtive emprego em uma das minas.<sup>245</sup>

Com certeza o surpreendeu mais o fato da escrava "governar" o homem livre que a discrepância de idade entre marido e mulher. Embora não esteja claro em seu relato que o marido fosse o proprietário da esposa, é possível inferir tal situação à medida que Gardner descreve São Domingos como "muito pequenina contando apenas umas 40 casas" e que foi ali que ajustara os serviços do mulato. A referência à viagem deste a Minas Gerais também é um indicador que o mesmo vivia de ajustes como camarada. Pode-se supor que o casal vivia no povoado, não sendo o marido, portanto, agregado de uma fazenda ou a esposa sendo propriedade de algum fazendeiro. Some-se a isso o espanto do nosso viajante, que, infere-se, seja o fato da escrava exercer o domínio sobre seu senhor.

Essa relação de proximidade entre senhor e escravo, aqui caracterizado por um vínculo marital, dava-se em vários níveis, com várias gradações de acordo com a rede de relações vivenciadas entre esses sujeitos, não sendo tão raro senhores tomarem escravas por esposas e muito menos raro por concubinas. As relações de mando também eram afrouxadas dependendo das circunstâncias vividas por senhores e escravos, como vimos em relação aos escravos da faiscação. E, no caso dos cônjuges acima, um mando até mesmo invertido. Situação inusitada e quase pitoresca, pois aqui é o proprietário de escravo que se vê obrigado a se valer do ajustamento com um viajante com o fito de fugir de sua escrava. Quanto ao fato de ser inusitada a situação, penso como Davis: "Não me incomoda que seja um caso excepcional, pelo contrário,

---

<sup>245</sup> Id. Idem, p. 175.

pois uma disputa fora do comum por vezes desnudar motivações e valores que se diluem na agitação da vida cotidiana"<sup>246</sup>

No conjunto de representações contidas nas fontes, podemos interpretar que aquilo que muitas vezes aparece como inusitado muito tem a esclarecer sobre o imbricamento das vidas dos sujeitos e de suas relações. E nem é por acaso que o inusitado da vida trilha caminhos, às vezes tortuosos, partindo das experiências vividas, passando pela cultura da oralidade e chegando nas páginas construídas pelos literatos. Nesse sentido, o pitoresco, aquilo que seria mais adequado a uma "anedota popular", cede seu lugar à interpretação historiadora. Aprofundemos a discussão desvendando como que na relação entre a memória e a literatura esse imbricamento aparece. Deixemos o viajante com seus espantos e sigamos agora a literatura.

A novela de Hugo de Carvalho Ramos *Tropas e Boiadas*, no conto *Gente de Gleba*, traz a personagem Benedito, o "inhô Dito", e o "Nagoa" Malaquias, ambos agregados de uma fazenda, sendo o primeiro incumbido pelo fazendeiro de capturar o segundo, o "preto fujão". No transcorrer da trama, no momento de sua captura durante um festejo, ocorre a seguinte passagem:

Sem detença, saltando do animal, já Benedito o algemava com as ferrepeias, que tirara pouco antes da garupa. Jugulado o adversário, sem se importar com os protestos da assistência que dava mostras de querer intervir na questão, preso o cadeado da corrente à sobrechinha da sela, montou de novo e foi tocando o preso para a frente, sob o chuvisqueiro que recomeçava a cirandar.

\_ E essa! Disseram uns aos outros boquiabertos. Mas Silvirina, a festeira, que ostentava um vistoso corte de chita, presente do Malaquias, atalhou com um muxoxo:

\_ Ora, gente! Basta de pasmaceira. O que foi lá foi; o negro era camarada fugido, devia ao patrão \_ tinham vindo buscá-lo; o mais era tratar de folgar enquanto houvesse música...<sup>247</sup>

Vejam bem, do ponto de vista jurídico, Malaquias não era um escravo, e sim um agregado da fazenda, mas isso não é importante aqui para o que queremos discutir, a saber: o imbricamento da figura do escravo nas relações com outros sujeitos por meio das representações construídas sobre ele. O que nos importa aqui é que o literato promove uma plasmagem de características típicas de um escravo fugitivo, incluindo aí o aprisionamento a ferros, sobre uma personagem que vive, por meio da agregação, outra forma de escravidão: a escravidão por dívida. Essa plasmagem aparece também em outros literatos com a mesma simbologia: rastreado por um capitão-do-mato, por um jagunço ou por outro agregado, prisão a ferros, chicoteamento

<sup>246</sup> DAVIS, Natalie Zemon. Op. Cit. p. 20.

<sup>247</sup> RAMOS, Hugo de Carvalho. Op. Cit. p. 130.



no tronco, dentre outras, sempre que esses literatos se referem à fuga de um agregado que, em regra, é um "preto fujão".

A primeira pergunta a me inquietar foi por que os literatos sempre se valiam de uma personagem negra para narrar em suas tramas as vicissitudes de um agregado fugitivo. Levantei inicialmente uma hipótese simplista de que isso se devia a um certo pudor dos literatos em narrar um tratamento dado a um sujeito livre – e que eles tinham consciência que ocorreram nas experiências dos sujeitos – que era aceitável apenas se o alvo desse tratamento fosse um escravo. Embora ainda acredite que o uso desse artifício, como dissimulação do pudor, seja plausível, pelo menos para alguns literatos, penso existir algo muito mais substancial a se extrair de sua utilização. Em Ramos, na verdade, o artifício, como veremos mais adiante, é utilizado também no sentido inverso, ou seja, o próprio Benedito será alvo de uma punição tão ou mais cruel que a aplicada ao Negro Malaquias.

Creio que essa plasmagem, expressa em boa medida uma memória acerca da escravidão na região. Uma memória que lembra que escravos eram tratados com crueldade no que tange a aspectos disciplinares, mas que outros sujeitos, durante e depois de finda a escravidão, também receberam o mesmo tratamento. Tal tratamento só pode ser aceito do ponto de vista da legitimidade social no período pós-escravidão, à medida que a convivência de agregados, camaradas e escravos tenha sido tão estreita, no período imediatamente anterior, ao ponto de, no imaginário da população em geral, essas três categorias sociais terem se fundido em um só corpo de trabalhadores das fazendas.

Nesse sentido, essas categorias, sendo o negro seu centro aglutinador, seria uma prefiguração do Nagoa Malaquias agregado. O termo Nagoa, um derivativo de "Nagô" (um dos povos africanos), determina essa centralidade do elemento negro.

Assim, Ramos, bem como outros romancistas, se valem da figura do "preto fujão" para narrar "algo histórico e real que anuncia outra coisa que é também histórica e real"<sup>248</sup>. Resguardadas as especificidades do nosso objeto, principalmente em seus aspectos referentes a tempo e espaço, seguimos aqui a compreensão de Auerbach de que:

A interpretação figural estabelece uma conexão entre dois acontecimentos ou duas pessoas, em que o primeiro significa não apenas a si mesmo mas também ao segundo, enquanto o segundo abrange ou preenche o primeiro, os dois polos da figura estão separados no tempo, mas ambos, sendo acontecimentos ou figuras reais, estão dentro do tempo, dentro da corrente da vida histórica.<sup>249</sup>

---

<sup>248</sup> CARRONE, Modesto. Um roteiro do conceito de figura. In: AUERBACH, Erich. **Figura**. São Paulo: Ática, 1997. p.07.

<sup>249</sup> AUERBACH, Erich. **Figura**. São Paulo: Ática, 1997. p.46.

A plasmagem realizada entre as figuras de Benedito e do Nagoa Malaquias se autoreferenciam em dois momentos significativos. No primeiro, Benedito se põe a "matutar" sobre sua própria condição de agregado, o que é descrito assim pelo literato:

Geralmente, o empregado na lavoura ou simples trabalho de campo e criação, ganha no máximo quinze mil-réis ao mês. Quando tem longa prática no traquejo e é homem de confiança, chega a perceber vinte, quantia já considerada exorbitante na maioria dos casos. É essa a soma irrisória que deve prover suas necessidades. Gasta-a em poucos dias. Principia então a tomar emprestado ao senhor. Dá-lhe cinco hoje, dez amanhã, certo de que cada mil-réis que adianta, é mais um elo acrescentado à cadeia que prende o jornaleiro ao seu serviço. Isso, no começo do trato; com o tempo, a dívida avoluma-se, chega-se à proporções exageradas, resultando para o infeliz não poder nunca saldá-la e torna-se assim completamente alienado da vontade própria. Perde o crédito na venda próxima, não faz o mínimo negócio sem pleno consentimento do patrão, que já não lhe adianta mais dinheiro. É escravo de sua dívida, que, no sertão, constitui hoje em dia uma das curiosas modalidades do antigo cativo.<sup>250</sup>

E no segundo, Malaquias dialogando com Benedito:

\_ Seu Dito fez mal, não devia aceitar aquela incumbência... Tempo de cativo e capitão-do-mato já passou... estava no seu direito de ir para onde muito bem queria... Labutava na fazenda, trabalhando dia e noite como mouro; e no fim, que é que via? Dívidas e mais dívidas, o patrão abusava de sua falta de letra, esticando como lhe parecia na conta, transtornando seus arranjos de abatimento do fim do mês; e ela, a danada, a espichar, a espichar, que nem mesmo um imperador era agora capaz de resgatá-la! Ora, nesse pé, não podia haver seriedade no ajuste. Mais valia cair a gente no mundo, como fizera, ou estourar aí para um canto, moído de pancada, como sucedera ao Torquato por meter-se a respondão...<sup>251</sup>

O exercício de figuração por meio dessas duas personagens se completa pelo castigo aplicado ao Nagoa, que foi chicoteado no tronco e, no transcorrer da trama, devido ao Patrão ter se "enrabichado" pela mulata Chica, amante de Benedito, manda aprisioná-lo, tendo inclusive o Nagoa Malaquias participado da captura, e o próprio coronel castra Benedito, deixando-o morrer por hemorragia no quarto do tronco. Nessa plasmagem, as relações estabelecidas entre agregados e escravos de um "tempo de cativo e capitão-do-mato que já passou", mas que ficou registrado pela memória social, é reativado pela pena de Ramos, desejoso de narrar as práticas de violência que permearam aquelas relações e que permaneceram pós-escravidão. Essa reativação do passado, lançando mão de uma memória acerca do período escravista, impele o literato a uma leitura específica da realidade experimentada por ele nas primeiras décadas do século XX.

Todos esses sujeitos, escravos, índios, agregados, camaradas, barqueiros, vaqueiros, homens, mulheres, crianças participaram daquilo que chamei de pedagogia da violência. Muitos apenas sofrendo a violência das mais variadas formas, outros praticando-a, às vezes por

<sup>250</sup>RAMOS, Hugo de Carvalho. Op. Cit. p.107-8.

<sup>251</sup> Id. Ibidem.

predileção, outras vezes por imposição, mas, no mais das vezes, por necessidade. Muitos deles praticaram a violência, seja por qualquer desses motivos, garantidos na segurança de um grupo. Na certeza que ali do lado havia um companheiro que daria a própria vida pela sua, embora soubesse também que poderia haver um pronto a atraí-lo.

### 3.3 ENTRE MISTICISMOS E DOMINAÇÃO RELIGIOSA: a violência e as crenças

Para além das narrativas populares expressarem, no dizer de Ricouer, a atestação da declaração da memória social, ela constrói, por meio de uma prática narrativa específica, essencialmente oral, mas também presente nos objetos, nas imagens e na arquitetura, todo um conjunto de significantes e significados que marcou, indelevelmente, com seus vestígios as narrativas letradas principalmente os romances e obras memorialísticas na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. Nas suas práticas de escritas, seus autores ao fazerem a mediação entre o que foi dito, re-colhido nas narrativas populares e por meio da observação de outros elementos, como os arquitetônicos, e o que foi escrito, o próprio conjunto dessas escrituras por eles produzido, geralmente não percebem que na verdade re-colhem um material também já mediado por outra relação: a mediação entre o que foi vivido e o que foi dito sendo o mediador, nesse caso, a aura mítica com a qual aquela população não letrada revestiu determinadas coisas, situações e sujeitos. Nesse plano mítico, faziam ombro tanto os enviados de deus quanto os enviados do diabo, no ponto em que o sagrado e o profano se enlaçam numa dança em que a anfitriã do baile é a cultura popular.

Esquentava o forró, era o que interessava. O sargento só entendia o tom do calibre de arma de fogo. Amparava-se na oração forte do patuá, as letras já borradas pelo suor. Era um fuso doido na sala. A lei e a ordem para ele não eram hipotéticas. Estavam ali, penduradas na cintura, com mira especial, cano longo e marca do lado direito. Sua reza era de tremendos poderes. Bastava ser lida três sextas-feiras seguidas, à meia-noite, e depois costurada dentro do patuá. Milagreira num despacho. Matemática para defender seu dono das tramas de qualquer inimigo. *Santo Antônio de Pádua, Caboclo Guaraná e Tira-teima, Pai Ambrósio e Caboclo Guiné, enviai vossas benditas falanges...*<sup>252</sup>

---

<sup>252</sup> BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo Rio**. Romance. 2 ed., Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1977. p. 19-20.

A população não letrada vivenciou inúmeras experiências de violência que envolviam as escaramuças entre os chefes políticos da região, de regra, perpassadas por tocaias, traições levadas a cabo por militares, jagunços, matadores de toda ordem. Na compreensão popular, homens-titãs e prevalecia na execução das tocaias aqueles que tinham "as rezas mais fortes" e também as "costas mais quentes". A personagem Sargento Penteado era um desses matadores. E só sendo "traquejado nas mandingas" como o era para dar cabo de Cipriano Rodrigues, um desses homens-titãs.

Depois do susto, e sem ordem do sargento para ir-se embora, o sanfoneiro mudou de compasso, e começou a cantar o ABC de Cipriano, que Salatiel fizera e de que os inimigos do elogiado não gostavam.  
 Ai, morena, eu vou contar  
 A história de Cipriano,  
 Numa guerra de espantar  
 Que durou uns par de ano.  
 Bala perdida zunindo,  
 Filho chorando sem mama,  
 Muito caboclo dormindo  
 Sendo sangrado na cama.<sup>253</sup>

Nesse sentido, os acontecimentos vivenciados em 1914, envolvendo Cipriano Rodrigues, foram narrados pela população não letrada como um duelo entre a valentia de Cipriano e os poderes mágicos do Sargento. E foi assim que Brasiliense re-colheu essas narrações, (re)apresentando-as com a "teimosia da escrita" de que nos fala Barthes. Ele teima em solucionar o que não tem solução: "que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha como a própria linguagem, que produz, numa faina incessante a literatura"<sup>254</sup>. Em verdade é essa feliz teimosia que permite ao literato re-colher a mediação entre o vivido e o dito e construir uma re-apresentação literária que é, a seu turno, outra mediação entre o dito e o escrito.

O literato não cria significados para o material re-colhido na memória social. Ele atua como um mestre de cerimônia: rege a dança de significantes e significados que fazem rodopiar nos volteios da cultura popular, construtora dessa memória, elementos do sagrado e do profano que ora protestam o real como mítico ora tomam o mítico pelo real. E quanto mais aterradoras as

<sup>253</sup>Id. Ibidem. p. 41. Cipriano Rodrigues foi um pequeno proprietário de terras, agricultor e caçador/comerciante de peles que viveu na Região de Pedro Afonso e Piabanhas. Foi um daqueles homens ora tratado como herói, ora como bandido pelos memorialistas. Teve participação decisiva no cerco ao povoado de Pedro Afonso no ano de 1914, o que resultou em seu assassinato por meio de uma tocaia orquestrada por seus detratores e executada por um militar.

<sup>254</sup>BARTHES, Roland. Op. Cit. p.22.

experiências vividas, quanto mais próximo o contato com a violência, maior a tendência em mitificar os sertanejos-titãs da Região dos Vales.

Brasiliense, ao narrar a morte de Cipriano Rodrigues no romance *Uma Sombra no Fundo do Rio*, apresenta-nos o Sargento Penteado, que recebera da "gente graúda" a incumbência de matar Cipriano, bem como dois soldados, Zé Lionço e João Moreno, que o auxiliaram na execução da "empreitada". Outros soldados, como outro João, executado pelo Sargento por insistir em querer dançar num baile, também aparecem. A esse João, o romancista dedica-lhe alguns capítulos que transcorrem por meio das lembranças do soldado moribundo, graças ao tiro recebido do sargento. O último capítulo, no qual ele finalmente morre, tem título emblemático: *Apenas um número riscado da folha de pagamento*.

O autor se vale de um vasto repertório colhido na memória social construída acerca de policiais e militares em geral para compor essas personagens e nessa composição incrusta-lhes características do universo mental comum à maioria dos sertanejos da Região dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Os capítulos *A Bala de Ouro* e *O Jogo de Buzo* são emblemáticos nesse sentido.

No primeiro, o autor narra a feitura de uma bala de ouro a partir do derretimento de um colar de ouro de uma amásia do sargento. O artefato será utilizado para alvejar Cipriano Rodrigues, que todos ali acreditavam ter o "corpo fechado". Para matá-lo, então, seria necessário a referida bala e deveria ser aquele ser alvejado dentro do rio sem o que a "mandinga" não teria efeito. Daí o encontro, uma emboscada, na verdade, entre o Sargento Penteado e Cipriano ter sido marcado em uma canoa dentro do rio. Nas elucubrações do sargento sobre a forma de como repor o colar da amásia, ele fica em dúvida se iria lhe comprar um falso, adquirido de um desses "turcos mascates", ou se a presentearia com um colar de orelhas secas salgadas. A feitura da "macabra joia" iria se iniciar com a orelha de Cipriano. Decidiu-se pela última opção.

No capítulo *o Jogo de Buzo*, os soldados Zé Lionço e João Moreno jogam dados para tirar na sorte quem carregaria o rifle com o artefato de ouro que seria disparado das moitas às margens do rio onde se esconderam. Apesar de todos os cuidados tomados, de toda a mandinga feita, o sargento, ali de pé dentro da canoa, diante daquele homem temível, ainda pensou ser necessário "uma reza forte ali mesmo, para não ser vencido pelo olhar daquele homem. Seria hipnotizado se não tomasse tento. Um descuidozinho..." e rezou "a oração do patuá":

Chagas abertas, sagrado coração todo amor e bondade, o sangue do meu senhor no meu corpo se derrame, hoje e sempre. Eu andarei vestido e armado, com as armas de São Jorge. Para que meus inimigos tendo pés não me alcancem; tendo mãos não me peguem; tendo olhos não me enxerguem; e nem pensamentos eles possam ter para me fazerem mal.

Armas de fogo o meu corpo não alcancem; facas e lanças se quebrarão sem ao meu corpo chegar. Cordas e correntes se arrebentarão, sem o meu corpo amarrarem."<sup>255</sup>

Quanto à execução da empreitada, depois de ter ganhado no dado o "direito" de usar o "artefato do cão", o soldado João Moreno desabafa:

Quaterno do cão! É verdade que tinha boa pontaria, igual Zé Lionço, mas era para queimar um inimigo no quente da briga, não de traição, feito cabra mau e covarde. O diabo era aquela farda. Quem estava dentro dela virava número, não tinha hora nem rumo certo, não podia esquentar nenhum lugar. Virava também um traste nas mãos de qualquer graduado. Se inventasse desertar dali, naquela hora de flagelo na ideia, se fosse pegado receberia o castigo do feixe de varas, até vomitar sangue. Com o soldado Espírito-Mau não aconteceu isso por causa da choradeira das mulheres. Tinha medo de errar aquele tiro de tanta responsabilidade, com recomendação até dos poderes do inferno. Deveriam ter resistido ao fogo de Cipriano, até pegá-lo de jeito, mas o cabo falou que não tinha ordens do sargento para isso. Precisava escolher o lugar certo para não falhar, por causa de titubeação na hora [...].<sup>256</sup>

Um tiro vindo das moitas consumou a tocaia. Para Zé Lionço e João Moreno significou o cumprimento de mais uma ordem cujo descumprir podia reservar-lhes uma sorte bem pior que o tiro dado pelo sargento no outro soldado João, além do que eles até que gostavam de ter as "costas quentes" às custas das "valentias" do sargento. Para este, o significado era bem outro, como ficava remoendo a todo tempo: "era um serviço de muita ciência. Coisa especial, de muita responsabilidade para a segurança de suas divisas, e para subir de posto".

As imagens alegóricas e, ao mesmo tempo, metafóricas sobre homens, ações e coisas apresentam algumas das características que tornaram possível as condições da construção e sagração do poder simbólico de um outro sujeito que viveu nos Vales e com outros sujeitos se relacionou: Frei Francisco do Monte de São Vito. Figura emblemática do poder que os padres exerciam sobre os outros sujeitos dessa região. Um poder permeado sempre pela crise, pelo trauma, pelo transe místico, tornando as mentes surdas e os ouvidos alertas. Missionário italiano, sob as ordens de Dom Pedro II, instalou-se em Boa Vista em 1840 com a missão de catequizar os índios Apinajés. Figura controversa, principalmente pela forma como tratava os indígenas, não foram poucas as divergências entre ele e as autoridades civis e militares de Boa Vista, que o obrigaram a se retirar de Boa Vista nos fins da década de 1850.

Frei Francisco construiu em torno de si, por meio de suas prédicas, suas práticas, uma aura mística e mítica que, a seu turno, foi constituidora de parte significativa de uma memória social da e na região. O próprio Frei passou a figurar nessa memória confundindo-se nela em uma relação criador/criatura:

<sup>255</sup> BRASILIENSE, Eli. Op. Cit. p. 107.

<sup>256</sup> Id. Ibidem, p. 60.

Os rios do norte são danados para derrubar barreiras em extensão muito grande. O Tocantins é mestre disso. Eles falam que é um bicho encantado, chamado tatuzão, que broca e solapa o barranco por baixo, e provoca o desbranco de terra caída. Certo é que um ano depois deles terem tocado de Boa Vista o Frei Francisco do Monte de São Vito, o tempo revoltou. Foi um ano de águas demasiadas, choveu sessenta dias e sessenta noites sem cortar um minuto. A primeira barreira que caiu levou a Igreja. Só não levou o santo e mais o que tinha dentro, porque acudiram, tiraram a tempo. Quando a enchente vazou, o rio tinha mudado de rumo. Comeu metade do arraial. O canal ficou passando no lugar que era a igreja. O povo falava que aquilo era praga de Frei Vito. O castigo é sempre o mesmo. Em toda cidade que deu pra trás e virou taperão, corre a mesma lenda. Puseram um padre pra fora, montado numa égua, ele rogoou praga, Deus ouviu.<sup>257</sup>

Bernardes, como muitos outros romancistas, que escrevem obras de memórias, diz-se mais um "contador de causos" que propriamente um romancista. Independente de sua afirmação de modéstia, é fato que ele colheu na memória social, por meio das narrativas populares, as "lendas" acerca de determinados sujeitos, como o Frei de Monte de São Vito para narrá-los em seus romances.

Bernardes aponta duas causas distintas para um acidente provocado pelas chuvas. A primeira causa está circunscrita ao mundo natural: a torrencialidade das chuvas e dos rios do norte. Este é o posicionamento do homem letrado, do Bernardes intelectual que não assume, ao menos conscientemente, acreditar nas "lendas" de sua região. Para narrar essas lendas, ele se vale do artifício "eles falam" do "tatuzão" e da "praga" rogada por Frei Francisco. O que pode ser traduzido tranquilamente por "o povo fala". E nesse artifício, o Bernardes letrado remete o Frei Francisco para o mundo místico, fantástico, irreal, ao colocá-lo na mesma dimensão do "tatuzão".

Entretanto, naquilo que ficou registrado na memória social, que foi narrada de geração em geração sobre esse padre, e Bernardes recolheu, está incrustada a percepção daqueles que escutaram suas pregações, de regra permeada de promessas, de castigos divinos contra aqueles que não seguissem suas orientações. Nesse sentido, o criador de toda uma ambientação mística passou a fazer parte dessa mesma ambientação à medida que suas ações foram sendo narradas ao longo dos séculos XIX e XX. Aquele que prometia a ira divina passou nos relatos populares a ser o próprio intermediador dessa ira, quando não, seu executor.

Essa passagem de criador a criatura só foi possível por ter uma referencialidade na realidade. Essa correspondência menos que ser, apenas, uma interpretação simbólica de suas prédicas, ou uma representação delas, é mais uma interpretação de suas práticas, vivenciadas por aquela população pobre que com ele conviveu. Uma população que, segundo Carlota Carvalho, transida pelo medo, açoitada pela violência, a população fugida dos extertores da balaiada:

---

<sup>257</sup> BERNARDES, Carmo. Op. Cit. p. 67.

espavoridos e consternados, sem haveres, sem roupa, sem joias nem dinheiro, sem ter o que comer, esses proscritos tinham por único conforto os ardores de uma fé religiosa que o crisol da desgraça fundiu em delírio religioso. O espetáculo dos suplícios não havia somente aterrado, como queriam os comandantes das forças legais. O espetáculo dos suplícios alucinou aquela gente. Cantavam altas rezas [...]. foi essa população alucinada pela desgraça, e padecendo delírio religioso, que Frei Francisco do Monte de São Vitor encontrou na Boa Vista. [...] Com essa população acrescida em 1840, se fez a Cidade da Santa da Fé, essa Boa Vista três vezes histórica.<sup>258</sup>

Frei Francisco de Monte de São Vito foi extremamente habilidoso em inculcar, por meio de suas práticas revestidas de uma ambientação mística, graças a uma dada oralidade religiosa, naquela gente, a noção de que as "heresias" seriam severamente castigadas. O Frei se valia daquele cotidiano árduo, perpassado pela miséria e pela opressão, utilizando os infortúnios vivenciados para lembrá-los da mão punitiva de Deus. E habilmente também se valia do temor religioso da população para conduzir os destinos políticos de Boa Vista.

Seu poder político, suas práticas e suas prédicas são assim descritas por Carlota Carvalho:

[...] relegou ao desprezo e abejeção os Apinagés, os quais nunca ele considerou homens e sim bichos, espécie inferior. Recebido missionário, padre santo, frei Francisco exerceu uma influência ilimitada na população católica ou civilizada e serviu-se desse poder moral para acender um fanatismo intransigente, intolerante e feroz. O primeiro ato de frei Francisco foi mandar fechar as escolas e proibir leitura de livros por serem veículos de heresias. Substituiu a instrução literária pela instrução auricular religiosa, consistindo esta em rezas e doutrina católica ensinadas verbalmente na porta da Igreja por seu sacristão Simplício e pela beata Joana, sua auxiliar. Suspeito de maçom e possuidor de livros antirreligiosos no conceito de fanáticos, um homem, conhecido por Braga, viu incinerar seus livros e papéis e ele próprio foi levado à fogueira na porta da Igreja.<sup>259</sup>

Dando continuidade à sua narrativa, ela fala da retirada de Frei Francisco, em 1859, devido a suas divergências com as autoridades Civis, responsabilizando o frei mais uma vez pelo extermínio dos apinagés que, em 1823, somavam quatro mil (4.0000) índios e, após dezenove anos de catequese, restavam pouco mais de trezentos (300). Adiante relata seu retorno "em 1862, Frei Francisco voltou à Boa Vista para efetuar uma reação do poder teocrático. Depôs e banuiu, por ser irreligioso, o Juíz de Direito Interino Manoel Conrado de Miranda"<sup>260</sup> Tal retono "provocou um levante do povo, que expulsou as ditas autoridades e seus partidários e entregou o poder público a Francisco Germano da Silva, avô de Carlos Gomes Leitão".<sup>261</sup> Como veremos no próximo capítulo, Carlos Leitão não teve o mesmo tratamento dispensado ao avô, ao contrário, foi anatematizado pelo sucessor de Frei Francisco, Frei Gil Vilanova.

<sup>258</sup> CARVALHO, Carlota. Id. Ibidem, p. 185.

<sup>259</sup> Id. Ibidem. p. 123.

<sup>260</sup> Id. Ibidem. p. 124.

<sup>261</sup> Id. Ibidem. p. 228.



Mas o que mais chama atenção aqui entre essas passagens de sua narrativa é uma séria questão. Em que pese a aversão que Carlota expressa em toda suas narrativas pelo clero católico, ela faz uma acusação demasiadamente séria ao afirmar, conforme o primeiro trecho referente à década de 1840, que Braga "foi levado à fogueira". Poder-se-ia argumentar uma dupla interpretação: sendo a primeira que ele tenha sido levado para presenciar a queima de seus livros e a segunda que tenha sido queimado na fogueira à porta da Igreja, à primeira vista a interpretação menos provável.

Entretanto, mais adiante em sua narrativa, ela volta a essa questão e não deixa dúvidas que a segunda interpretação é a que ela deseja, seja feita de suas palavras, embora o faça numa frase curta e extremamente lacunar. Eu diria, numa frase escondida dentro do texto e dentro de outro contexto, ao se referir ao mesmo tipo de perseguição, a "heresias", praticado pelo seu sucessor, Frei Gil Vilanova. Ei-la:

Raimundo Vicente Braga era professor na cidade de Boa Vista quando houve o movimento político-religioso do qual Frei Gil foi protagonista. Mentalidade culta, e por isso incrédulo, demais sincero para ser hipócrita, Raimundo Vicente Braga – **um homônimo do que foi justicado por frei Francisco no convincente calor de uma fogueira** – foi proscrito como suspeito de ser *pedreiro-livre* [Livre-pensador e/ou maçom, assim como o outro Braga].<sup>262</sup>

Uma frase na forma de aposto: *um homônimo do que foi justicado por frei Francisco no convincente calor de uma fogueira*. Acredito que esmerada como era na escrita, caso a autora não desejasse que interpretássemos que Braga teria sido mesmo queimado junto com seus livros, o uso da preposição "**no**" convincente calor de uma fogueira teria sido substituída por uma locução prepositiva como "**ao redor**" do, ou "**junto ao**" convincente calor de uma fogueira. Julgue o leitor se meus parcos recursos referentes a esses aspectos morfológicos do relato faz ou não sentido.

O mais importante é que na re-interpretação das causas de toda sorte de infortúnios, vinculados às práticas de Frei Francisco do Monte de São Vitor, a população não letrada amalgamou a figura de Frei Francisco a outras provenientes das lendas e mitos provenientes das culturas indígenas e africanas, o tatuzão, a buiuna, o nêgo d'água e tantas outras criaturas fantásticas responsabilizadas nessas culturas por acidentes naturais, afogamentos, dentre outros fenômenos, associando-as ao caráter punitivo do "catolicismo medieval" propugnado pelo Frei. Se o interdito para Bernardes em assumir o que "eles falam" é sua condição de homem letrado, se essa mesma condição de letramento, conjugada ao fato de ser mulher no século XIX também

---

<sup>262</sup>Id. Ibidem. p. 245. Itálicos da autora, grifos meus.

foi um interdito à Carlota Carvalho, obrigando-a a deixar no plano da dúvida a morte de um homem pela fogueira, para aquela população não letrada o interdito era de outra natureza.

Não sendo possível responsabilizar, diretamente, o Frei, enquanto ser político, que tentava direcionar suas vidas e seu comportamento, e nem tampouco os chefes políticos da região por suas mazelas, re-apresentar o Frei em suas narrações investindo-o de um caráter mítico era uma forma de manter, divulgar e reproduzir pela oralidade uma memória acerca das práticas políticas do Frei Francisco, numa linguagem própria, compartilhada por todos, que, em última instância, funcionou como um artifício para que a cultura letrada da qual foram excluídos não conseguisse apagar dessa memória as marcas das opressões vivenciadas.

Tais sujeitos exercitaram, deixaram as marcas, por meio da oralidade, de imagens, de objetos, da arquitetura sertaneja durante os séculos XIX e XX, de uma dada memória: aquilo que Ricoeur denominou de "memória declarativa". Devo concordar com Ricoeur que "A história pode ampliar, completar, corrigir, e até mesmo refutar o testemunho da memória sobre o passado, mas não pode aboli-lo"<sup>263</sup>, e esse autor nos inspira, de perto, a pensar nos motivos daquelas memórias declarativas terem "sobrevivido" nos relatos populares e, posteriormente, recolhidas e re-apresentadas por romancistas e/ou memorialistas. Um desses motivos, parece-nos, está vinculado ao fato de:

Os acontecimentos [...] situados nos limites da representação, erigem-se em nome de todos os acontecimentos que deixaram sua impressão traumática nos corações e nos corpos: protestam que foram [que ocorreram] e, nessa condição, pedem para ser ditos, narrados, compreendidos. Esse protesto, que alimenta a atestação, é da ordem da crença: ela pode ser contestada, mas não refutada.<sup>264</sup>

Na vertigem dessa dança se confundem padres, coronéis, cabras e jagunços, bichos encantados, santos e feiticeiros. As ações desses sujeitos, ao serem revestidas de um caráter mágico e sobrenatural, por um lado funciona como uma explicação interna à gente não letrada do seu estar no mundo, principalmente no que se refere a forças que pensam não poder controlar, sejam as naturais, sejam as sociais, especialmente no que concerne aos infortúnios vivenciados. E estar no mundo pressupõe o próprio ato narrativo como uma forma de ser no mundo, ato espontâneo de atestação sem desejo de posteridade, mas que, por outro lado, ao ser transmitido de geração a geração, essa explicação de mundo resguarda uma memória que não se deixa apagar pela cultura letrada.

---

<sup>263</sup> RICOEUR, Paul. Op. Cit. p. 505

<sup>264</sup> Id. Ibidem, loc, cit.

Uma memória que por meio de imagens alegóricas funde tempos e espaços, permitindo-nos alçar um voo de quase um século, ir e voltar aos acontecimentos da Balaiada nos anos 1835-40, os vivenciados junto ao Frei Francisco nas décadas de 1840-60, os vivenciados por Cipriano Rodrigues em 1914. Uma memória declarativa dos sofrimentos daquela gente transida pelo medo, açoitada pela vida. No jogo das memórias que se quiseram firmar e das que se pretenderam ocultar, a dimensão mística foi galgando seu espaço nos dizeres e fazeres daquela gente. Seus enunciados e suas práticas foram narrados também pela cultura material, talvez o último bastião de uma memória que se recusa à mordança.

As imagens de barro, vindas de longe, transformaram-se em divindades locais. Cresceram e multiplicaram-se. Os santeiros de fé miúda e vastíssima esperteza, farejavam barro por toda parte, malamanhavam santos, escarreiramente, bastava poucos retoques e uma pintura borrada, muitas imagens traziam os traços fisionômicos dos próprios fabricantes, de gente de casa, parentes e aderentes. Valiam as invocações, não as semelhanças [...] o medo de castigo do alto dava poderes impessoais a essas imagens barrocas. Já não eram mais um simples ponto de fixação do pensamento, um degrau de escala para se altear ao sem-fim, uma boca fechada que só falava com Deus. Exigiam uma adoração centralizada ali no visível, palpável e objeto de heranças.<sup>265</sup>

E mais uma vez a mediação do literato na sua teimosia peculiar conseguiu, inadvertidamente, se acercar do ato narrativo não letrado. Dessa vez um ato revestido de barro e borrado de tinta, um dito que, apesar de "malamanhado escarreiramente", tem raízes fincadas no barro manchado de sangue da região de muitos séculos antes da re-apresentação que nos oferece Brasiliense e que sobreviveu às interdições dos poderes instituídos, em meados do século XIX, e ainda persiste em sobreviver, seja num "tosco oratório" de uma casa sertaneja, seja na teimosia da literatura.

A narrativa do literato ao re-apresentar os signos dessa cultura material, em muitos casos, como acima, separa radicalmente o significante dos significados à medida que por meio de sua mediação embute-lhes um significado exterior: o seu, de homem letrado, que quer nos fazer ver nessa cultura material uma "fé miúda". Outras vezes, os significados dessa cultura material mesmo esmaecidos por essa mediação, revestidos do caráter supersticioso atribuído pelo letramento, fazem ecoar sua relação entre a concretude do mundo e das relações nesse mundo e o plano místico.

O medo criava bolor no escuridú das casas-cangalhas. Muitas delas eram feitas de paredes de excremento de gado, de mistura com saibro. Era uma barreira contra a aproximação do *coisa*, *mofino*. *Sujo*, *bode-preto*, *não-se-que-diga*, *tentação*, *malino*,

<sup>265</sup> BRASILIENSE, Eli. Op. Cit. p. 14.

*tifute, cão, diabo, satanás*, da maldade sem nome possuidora de muitos apelidos. Criado pela esperteza, era nutrido pela superstição.

— Um terço pelas almas do purgatório, gente!

É os joelhos se feriam, e o povo chorava ladainhas. O homem intrincheirava-se no que foi, apavorado com o que tinha de ser. Na beira do rio divino, nas planícies, por cima dos morros, nos despenhadeiros e nos brejais, em tudo reinava o ambiente de tocaia. Peixe miúdo não aparecia morto por cima do remanso da políticalha. O ódio amoitava-se nas ruínas da cidade.<sup>266</sup>

As paredes de argamassa natural de excremento bovino e saibro, em cujo interior tremeluzia uma luzinha proveniente de uma vela de sebo que iluminava um santo de barro enquanto mãos trêmulas desfiavam as contas de um terço era toda a proteção que muitas vezes aquela gente não letrada podia contar contra as forças que os oprimiam. Fossem essas forças as da natureza, as forças sociais escoradas nas traições e nas tocais, ou as sobrenaturais por meio da ira divina ou das tentações do "malino".

O que pretendi com os apontamentos acima foi chamar a atenção para o fato de que se ficássemos restritos apenas ao "olhar" do literato e às representações por ele construídas, perderíamos o acesso à cultura material produzida e expressa por meio da memória, diríamos, uma memória oral, por aqueles sujeitos. Ou seja, escaparia-nos por entre os dedos a realidade que tais representações expressam. Escaparia-nos, na verdade, os significados, que são concretos e reais, de uma parede edificada com excrementos de gado. Que são muitos e diversificados: desde a expressão de uma necessidade material até a proteção contra as forças do mal e a proteção contra os controladores de homens que os arrebanhavam como gado.

#### 3.4 A BALAIADA: o primeiro grande conflito armado e os ajuntamentos de homens

Os anos de 1835 a 1840 foi um desses momentos conjunturais em que a região se convulsionou e, nas páginas dos literatos, dos memorialistas, dos viajantes é-nos dado a ver quadros ora dantescos, ora bucólicos, outras vezes pitorescos sobre a vida desses sujeitos e sobre a de muitos outros que com eles se relacionaram nesse período. É oportuno dizer aqui: a vida, como os homens a viveram na Região dos Vales foi, a um só tempo, pitoresca, bucólica e dantesca. Assim as representações, as figurações, as alegorias construídas nos informam.

Quadros pintado, de regra, com as tintas extraídas dos substratos das memórias, transmitidas e reconstruídas pela oralidade. Por meio deles vemos famílias se pondo em fuga,

---

<sup>266</sup> Id. *Ibidem*, p. 15.

como loucas buscando retirar-se da região de Pastos Bons<sup>267</sup>, transidos pelo medo de que fossem verdadeiras as notícias de que o morticínio promovido pelo Coronel Luís Alves de Lima, futuro Duque de Caxias, na Vila da Chapada, iria se repetir na Desordem<sup>268</sup>. Em fins de fevereiro do ano de 1840, homens, mulheres e crianças permaneciam sob o sol e a chuva na barranca da margem direita do rio Tocantins, posse da província do Maranhão.

Centenas de proscritos oriundos da Guerra dos Balaios<sup>269</sup> pareciam alucinados. O delírio, não se sabia o quanto era religioso, pois as rezas pareciam seu único conforto; ou o quanto era ocasionado pela fome, pois sobreviviam da caridade dos moradores da redondeza. Com efeito, ouvir, falar, dizer, repetir não por acaso estiveram entre as palavras registradas pelos memorialistas e nas memórias das e sobre as pessoas desta região.

Mas essa convulsão vista em 1839 não aglutinava apenas os transidos pelo medo, os alucinados pelos suplícios, ela movia homens e armas, das mais variadas formas e por diversos interesses. Esses sujeitos foram assim caracterizados por Astolfo Serra:

São elementos os mais heterogêneos, vindos das mais ínfimas camadas sociais, da ralé desprezível. Criaturas anônimas dos campos e das cidades, das vilas abandonadas e das senzalas, das casas de farinha e dos canaviais, dos chapadões e dos currais, tôda a vasa fermentada e indócil que de um dia para outro, surge arrebatada, fanatizada, e em estranhos arremessos de crimes e heroísmos.<sup>270</sup>

Astolfo Serra foi Padre, jornalista, poeta, e em certa medida historiador. Com marcada influência euclidiana escreveu sobre a Balaiada, dividindo a obra acima referida em três partes: *A Terra, o Homem, a História*. Subtraindo-se o tom pejorativo de sua caracterização, a parte que trata do Homem tem o mérito de colocar na cena da Balaiada uma miríade de sujeitos, vaqueiros,

<sup>267</sup>Pastos Bons foi o nome atribuído a uma vasta região das províncias do Maranhão e do Piauí por ter “excelentes pastagens”. Localizada entre o centro-sul-sudoeste do Maranhão, além da parte piauiense, essa região foi o cenário da Revolta dos Balaios, como era conhecida à época, e que a historiografia definiu posteriormente como Balaiada: (1838-1841). Ao menos até onde os documentos permitem ver e ler, é provável que os sertanejos balaios que migraram para a povoação de Boa Vista de Goiás foram os que habitavam os Pastos Bons no centro-sul-sudoeste da província do Maranhão; é com essa hipótese que trabalhamos aqui.

<sup>268</sup>Desordem era um lugar, dentro da região de Pastos, que recebera esse nome por localizar-se nas proximidades da serra que também se chamava Desordem. Nesse lugar residiam muitas famílias que se transferiram para Boa Vista com a perseguição de Caxias ao povo da região na qual ocorreu a Balaiada (1838-1841).

<sup>269</sup> Designação atribuída aos *insurretos* da região de Pastos Bons, em função de Manoel Ferreira dos Anjos, um dos líderes interioranos do movimento, ser fabricante de balaios. Sua entrada na revolta é uma questão ainda controversa, porém algumas versões afirmam ter sido em razão das Forças Legais terem destruído sua casa, suas plantações e, finalmente, terem violado e assassinado suas filhas e esposa. Sobre esta questão ver CARVALHO, Carlota. *O Sertão: subsídios para a história e a Geografia do Brasil*. 3 ed. Imperatriz-MA: Ética, 2006, p. 184. [1ª edição de 1924].

<sup>270</sup> SERRA, Astolfo. *A BALAIADA*. 3 ed. Rio de Janeiro: BEDESCHI, 1948. p.131.

agregados, índios, escravos forros, escravos aquilombados, homens foragidos da justiça. Em que pese o tom pejorativo em vários momentos de sua narrativa, típico para um intelectual de seu tempo, Serra deixa claro ser um de seus objetivos retirar a pecha de "bandidos" e "criminosos" que foi imputada aos sujeitos que participaram da balaiada. Todos movidos por um só desejo: a libertação do jugo e da exploração. Esse desejo uno, entretanto, era a expressão de uma infinidade de motivos que os levaram a aderir ao movimento sedicioso.

O fato que deflagrou o movimento foi a prisão do irmão de Raimundo Gomes, vaqueiro agregado na fazenda do padre Inácio Mendes, ligado ao partido que ficou conhecido como "bem-te-vi". A prisão fora determinada pelo subprefeito da Vila da Manga, José Egito, vinculado ao partido dos "cabanos". Orientado pelo fazendeiro, Raimundo Gomes contestou tal prisão e, por sua contestação não surtir nenhum efeito, com o apoio de nove outros vaqueiros de padre Inácio, invadiu o edifício da cadeia da vila e libertou o irmão e vários outros prisioneiros, em sua maioria também agregados de Padre Inácio, em dezembro de 1838.

Esse episódio inicial foi marcado por dois tipos de interesses distintos: o interesse de Raimundo Gomes em libertar o irmão e os interesses de dois grupos da elite local que tiveram suas disputas acirradas pela implantação da Lei dos Prefeitos que concedia ao presidente da província o privilégio de nomear os prefeitos municipais que, a partir de então, passaram a ter as atribuições que antes eram da alçada dos juízes de paz.

Ora, esses juízes, responsáveis pelas eleições municipais, pela ordem e pelo comando da Guarda Nacional, eram tradicionalmente eleitos pelas Câmaras Municipais, constituindo-se, portanto, como representantes dos interesses dos grupos políticos e/ou das famílias mais poderosas da região. A lei implantada alterava a correlação de forças existente e o subprefeito José Egito, ao fazer uso dela, decretando a prisão dos agregados de seu adversário político, acendeu o pavio do que viria a ser uma revolta sangrenta e que teria, dentre os resultados, a morte de cerca de 12 mil sertanejos pobres.

Depreende-se da narrativa de Serra, ao reproduzir os vários manifestos emitidos pelos "Balaios", que naqueles primeiros momentos houve um total direcionamento da parte dos bem-te-vis e, embora o primeiro manifesto seja assinado pelo vaqueiro Raimundo Gomes, seu conteúdo e a linguagem utilizada tornam evidente a "mão oculta" dos bem-te-vis.

Mas os interesses do vaqueiro iam além de atender os interesses de Padre Inácio e de seus correligionários. A adesão de Cosme Bento, ex-escravo, garantiria o ingresso no movimento de cerca de três mil Quilombolas e a de Manuel Francisco dos Anjos, o "balaio" de centenas de homens pobres livres, camaradas e artesãos em sua maioria, como ele. Gardner sentiu muito

próximo a revolta quando da sua estadia em Arraias. O viajante nos dá algumas pistas de como os conflitos armados interferiam na vida dos sertanejos. Uma interferência que se dava desde pequenas escaramuças até movimentos generalizados como a "Balaiada". Em 1839, estando em Natividade, presenciou o povoado se preparando para se defender de um ataque dos "Balaios" que, ao final das contas, não ocorreu.

Para o fim do mês de abril todo o norte da Província de Goiás foi lançado em estado de alarma, em virtude de informações recebidas de S. Pedro de Alcântara [...] segundo as quais parte das tropas de Raimundo Gomes e o Balaio [Manoel Francisco dos Anjos] haviam passado de Pastos Bons, na Província do Maranhão, para Alcântara, tomando-a de assalto; embora a maior parte da população mais respeitável houvesse fugido para as matas, muitos haviam sido mortos e roubados, enquanto outros haviam aderido aos rebeldes.<sup>271</sup>

Sua afirmação acerca da fuga da "população mais respeitável" para as matas é corroborada largamente pelo conjunto das fontes e nela está expressa a prática pela qual as "famílias poderosas" direta ou indiretamente vinculadas às facções em conflito se colocavam a salvo por meio da fuga, levando a maioria dos valores que podiam ser transportados, para evitar posteriores saques, e deixando para trás apenas os membros dessas famílias que poderiam pegar em armas e/ou comandar as batalhas. Por outro lado, percebe-se, no caso em questão, a adesão ao movimento da balaiada daqueles que se aproveitaram do conflito para fugir ao mando dessas famílias. No que tange à Balaiada, a adesão dos sertanejos pobres foi muito significativa, sendo essa revolta considerada, por isso, por parte de nossa historiografia como a única "legítima revolta popular" no Brasil.

Mas resguardadas as devidas proporções, era comum os sertanejos pobres, principalmente aqueles na condição de agregados, aproveitarem-se dos momentos de conflito para romperem os laços de lealdade com um fazendeiro, mudando, assim, de lado durante o conflito e, ainda, soldados desertarem dos destacamentos, aderindo aos "bandos de revoltosos".

Continuando seu relato referente aos preparativos para o combate em Natividade, Gardner caracteriza "a tropa" que, sob o comando de um fazendeiro, "que embora ostentasse as insígnias de alferes da guarda nacional" era totalmente ignorante em relação às estratégias militares que estavam sendo formadas para combater os balaios:

Nuns quatro ou cinco dias, apareceram na vila mais de cento e quarenta homens, armados, quase todos, com suas espingardas de caça; mas não haviam mosquetes, nem pólvora, nem bala no lugar. Os que não possuíam espingardas vinham armados de longas facas firmemente atadas na ponta de curtas hastes. Como as tropas do Piauí,

<sup>271</sup> GARDNER, George. Op. Cit. p. 170.

formava esta o grupo mais mesclado possível, de todas as cores e tamanho, sem nenhum uniforme. Ficaram em exercícios por uns oito dias, ao cabo dos quais chegou a notícia de que as informações anteriores haviam sido prematuras, porquanto os rebeldes, em número de quinhentos homens, todos bem armados, ainda estavam em Alcântara.<sup>272</sup>

O olhar europeu de nosso viajante não reconhece uma "formação militar" onde não se vê nem uniformes e nem uniformidade, mas era desses homens "mal armados" que esses "ajuntamentos" eram constituídos e eram por eles que as batalhas eram travadas, vencidas ou perdidas.

Em proporção com o número de habitantes do distrito, os guardas-nacionais reunidos nessa ocasião foram mais numerosos que em qualquer distrito do Piauí. Duvido, porém, que metade deles acudisse a uma segunda chamada, porque esses pobres homens, tão repentinamente chamados para longe de casa e da família, muitos deles em longas jornadas a pé, não ficaram satisfeitos com o tratamento recebido das autoridades. Ao chegarem, nenhum alojamento lhes fora preparado, exceto uma velha casa, de paredes pouco acima do chão, onde foram todos ajuntados mais como porcos em chiqueiro, que como seres humanos [...] durante todo o período de sua permanência na vila, nem uma moeda se dispendeu com provisões para eles e, se não fosse a caridade de alguns habitantes, teriam sofrido fome ou seriam levados a obter alimento à força. [...]. Poucas horas antes de se dispersarem, reuniram-se na igreja para ouvir missa, depois da qual o juiz deu a cada um deles um copo de cachaça, única remuneração por seus serviços.<sup>273</sup>

Novamente Gardner tem olhos para ver, mas não para compreender. No seu desejo de "uniformizar", trata todos aqueles homens como "guardas-nacionais". Sem dúvida a insatisfação que ele registrou ele a viu nos semblantes dos sertanejos pobres "recrutados" pelos guardas nacionais propriamente ditos. Estes últimos, com certeza não se deslocaram a pé para natividade e tampouco foram alojados como porcos, ao contrário, devem ter gozado do bom e do melhor nas casas das "autoridades" da vila. Também não foi apenas a caridade que evitou a fome dos primeiros. Embora essa provavelmente tenha sido praticada por alguns moradores da cidade, o mais certo é que foi o medo de ser saqueada pelos que podiam querer "obter alimento à força" que pesou mais para que a população da vila contribuísse com a "tropa". Por experiências passadas, as populações das vilas e povoados da região dos vales sabiam que os detentores das patentes da guarda nacional usavam e abusavam – mais abusavam – do direito de "requisitar" tudo que fosse necessário "em defesa do povoado" nos momentos dos conflitos armados. Bem o sabiam também dos "bandos dissidentes" que se formavam após os conflitos terminados, que saíam saqueando fazendas e vilas por onde passavam.

Muito menos a cachaça servida podia ser considerada como uma "mau paga" por serviços prestados. Ela constituía um costume que, dependendo das circunstâncias, era ingerida para

---

<sup>272</sup>Id. Ibidem. p. 171.

<sup>273</sup>Id. Ibidem. p. 171-2.



animar as tropas, aquecer a "friagem" nos tempos chuvosos (que era o caso em natividade durante sua estadia), servida misturada com pólvora (hábito dos mais valentes durante a batalha propriamente dita), ou ainda comemorar as vitórias ou chorar as derrotas. E quanto a duvidar que atenderiam a um segundo chamado, como nos lembra Thompson, "um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa"<sup>274</sup>. E seja pela força das armas ou pela força de suas necessidades materiais, quase sempre atendiam ao chamado.

E eram as necessidades de toda ordem que fazia esses homens se ajuntarem. Nos mutirões do plantio e da colheita, nos festejos do Divino, nas caçadas e nas pescarias, às vezes em quilombos, outras vezes aglutinados e transidos pelo medo durante uma fuga das "revoltas". Aqui e ali numa expedição, ora como autores, ora como alvo de apresamento. Não raro em massas armadas compactas sob o mando de um coronel no sítio a um povoado ou defendendo-o, dependendo do lado que fizera "o chamado".

Como se organizavam tais ajuntamentos? Quem eram os sujeitos envolvidos e quais interesses os moviam? E o mais importante, quais os significados das violências cometidas por esses ajuntamentos para quem deles participava quando o móvel da ação era uma expedição armada? Foram perguntas para as quais sempre encontrava respostas fáceis na historiografia acerca da região, mas que não me satisfaziam. Ora era o coronelismo com as desavenças entre chefe políticos que faziam levantar do chão esses espectros desencarnados, de carne e osso mesmo só os "chefes" já consagrados por uma historiografia e por uma memória que se quis preservar. Ora eram as "condições regionais" de uma região atrasada, preterida e esquecida que levava chefes políticos e jagunços fazerem ombro, os primeiros para clamar a atenção do governo central, os últimos para enriquecerem a custa da pilhagem fácil.

Não! Era difícil acreditar que dois ou três chefes políticos pudesse armar da noite para dia de 300 a 500 jagunços.

Sem dúvida as relações coronelísticas, as rixas entre as "famílias importantes" e entre os partidos correspondentes funcionavam como combustível que alimentava as chamadas de tantos conflitos. Sem dúvida também as longas distâncias sem meios de transportes rápidos favoreciam um cerco a um povoado que não teria como ser socorrido por "tropas federais". Sem dúvida, ainda, que as guarnições militares estacionadas em determinados povoados eram numericamente inferiores a um número de 300 a 500 homens armados, pouco podendo fazer no caso de um

---

<sup>274</sup> THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

levante. Ainda assim, isso não explica essa quantidade de homens serem "jagunços" e "brotarem do chão" num estalar de dedos de um coronel.

A predisposição a esses ajuntamentos repentinos estava sempre na agenda de uma população que vivera a violência de forma cotidiana e, como já afirmei algumas vezes, movidos pelas necessidades engendradas pelas suas condições materiais de existência. Em determinados momentos, o que era cotidiano e rotineiro, de acordo com determinadas conjunturas políticas, era catalisado por forças sociais específicas, que arregimentavam parcelas dessa população que era levada a uma difícil escolha: pegar em armas e participar ativamente dos conflitos deflagrados ou fugir "transida" pelo medo para os matos.

## CAPITULO IV

### A DUPLA FACE DA CULTURA SERTANEJA EM TEMPOS DE PAZ E EM TEMPOS DE REVOLTA

não é uma aporia paralisante que deve desembocar no debate incessantemente retomado entre as pretensões rivais da história e da memória de cobrir a totalidade do campo aberto, por traz do presente, pela representação do passado.

Paul Ricoeur

Nas paginas que seguirão, abordo a alternância entre momentos de turbulência na Região e os momentos de relativa estabilidade, esclarecendo como os sujeitos que "aprenderam" a violência se articulam/desarticulam, tendo-a como mediadora de suas relações sociais. A ideia que seguimos até aqui é de que o aprendizado da violência a partir da experiência nos momentos de turbulência é reelaborada nos momentos de relativa estabilidade, e vice-versa, construindo, assim, estratégias de vida, resignificando valores e estabelecendo parâmetros de atuação para as relações sociais, o que configura um círculo vicioso de violências ao qual todos se prendem, independentemente das configurações de classe, étnicas, gênero, políticas e religiosas dos grupos sociais que habitaram a região.

Pois bem, o século XIX, num ritmo cadenciado, num ritmo pedagógico, engendrou as condições materiais, culturais e simbólicas para uma série de conflitos armados na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins que ali ocorreram da virada do século XIX e primeiras décadas do século XX, incluindo, aí as chamadas "guerras republicanas". Tais conflitos são tratados aqui como uma síntese dos processos estudados.

Esses conflitos estão articulados às disputas relacionadas à mudança do regime monárquico para a República. Tensões e conflitos entre liberais, monarquistas, conservadores, republicanos agitavam desde as revoltas independentistas - perpassando a Balaiada, a Guerra do Paraguai e alcançando o Movimento Republicano - os Vales

dos Rios Araguaia e Tocantins. Se, para alguns, os jogos e os interesses políticos nacionais no século XIX terem sido disputados também no *hinterland* é visto com surpresa, para outros, como eu, significa nova cena de investigação: a apresentação das incongruências com que o Brasil foi narrado histórica e literariamente em suas relações sertão e litoral; periferia e centro. As revoltas, como esclareceu o político maranhense Dunshee de Abranches, vinculou-se a interesses de homens – coronéis, políticos, fazendeiros, intelectuais, padres, juízes e sertanejos pobres - que se prolongavam para além das questões de âmbito da política nacional<sup>275</sup>:

Havia crimes e levantes que se tinham sombriamente desenrolado por ali há mais de quarenta anos [...] deveria fatalmente existir uma questão regional. Essa a incógnita que mais preocupava [...] os crimes bárbaros cometidos nestes últimos anos do Grajaú, irradia [ra]-se já a Imperatriz, a Carolina e até a Boa Vista, em Goiás.<sup>276</sup>

Sob a égide de conservadores, liberais e republicanos os homens dos Vales roubavam-se, espancavam-se e matavam-se. Em fevereiro de 1892, problemas na finalização do inventário de bens de um viúvo, ex-vaqueiro e, à época, proprietário da cobiçada fazenda Cordilheira, situada na comarca de Boa Vista, faria crepitarem as primeiras fagulhas que desencadearia o conflito entre Carlos Gomes Leitão e as autoridades políticas e militares constituídas de Boa Vista. As fagulhas iniciadas por Carlos Leitão tornaram-se uma fogueira ardente que, apesar dos intervalos quando se via apenas brasas, alimentou por mais de três décadas lutas armadas e conflitos político-sociais, durando até a década de 1930 e que seriam, na posteridade, conhecidas como *As Três Revoltas de Boa Vista*<sup>277</sup>.

Além das revoltas de Boa Vista (atual Tocantinópolis), a de São José do Duro (atual Dianópolis), a de Pedro Afonso, a da Vila do Peixe, os conflitos armados envolvendo a "questão republicana" em toda a região são a expressão sintética, não só da longa construção de uma cultura de violência na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins como também da alternância entre os momentos de conflitos acirrados em que as papo-amarelo, os facões, punhais e lapianas davam o tom das resoluções e os

<sup>275</sup>Essa concepção de Abranches foi consignada no livro *A Esfinge do Grajaú*. Iniciado em 1908, sua escrita foi adiado e retomada inúmeras vezes entre 1910 e 1930. Foi terminado em curto prazo, entre 11 de fevereiro e 30 de setembro de 1940.

<sup>276</sup> ABRANCHES, Dunshee de. *A Esfinge do Grajaú*. Memórias. 2 ed. São Luis - MA: Alumar, 1993. p. 56-7.

<sup>277</sup> Debrucei-me apenas sobre a "primeira revolução de Boa Vista", que ocorreu entre 1892 e 1895, envolvendo sangrentos combates entre Carlos Gomes Leitão e José Dias Ribeiro, embora me refira superficialmente aqui e ali à segunda, quando julguei necessário citar um sujeito ou outro que dela tenha participado.

momentos de relativa calma marcados pelo retorno daquelas "populações transidas pelo medo" aos seus povoados, buscando, então, retomar suas vidas, seus afazeres cotidianos permeados pelos sobressaltos provocados pelas descargas de rifles, pelo tropéu da animalha dos grupos em armas, por uma pilhagem repentina.

Construiu-se, pois, uma cultura de violência que resultou em uma predisposição para violência, não uma predisposição natural, da parte de alguns sujeitos como algumas fontes quiseram representar, mas uma predisposição construída cultural e socialmente ao longo dos séculos anteriores, principalmente o XIX. Uma construção cultural na qual muitas das fontes aqui analisadas, bem como parte da historiografia, tiveram também seu papel, apropriando-se, incutindo, reproduzindo, difundindo, reelaborando valores e significados acerca da violência.

Palacín, na sua introdução de *Coronelismo no Extremo norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista*, diz que: "escreveu um historiador da economia goiana que as épocas felizes não têm história: poderíamos dizer que a felicidade é anônima e intemporal, enquanto o conflito recebe nomes e põe em marcha seu próprio calendário"<sup>278</sup>.

Quero aqui discordar, no que concerne aos conflitos na região dos vales, que eles puseram em marcha seu calendário próprio. E muito menos que apresentem uma "causa primordial", seja ela o "atraso do norte de Goiás", como querem alguns, ou o sistema coronelístico, como querem outros, e nem mesmo a combinação de ambas apenas.

#### 4.1. ARQUITETURA E PRELÚDIOS DOS CONFLITOS: Em Boa Vista e São José do Duro

Já afirmei anteriormente que na região o controle de terras e o controle de homens era sinônimo de poder. Investigar os mecanismos pelos quais esse poder era buscado a partir das redes de relações estabelecidas possibilitou a compreensão das relações sociais para muito além do que uma "categoria de análise" como coronelismo, por exemplo, poderia esclarecer. Entretanto, não podemos desprezar que eram os

---

<sup>278</sup> PALACÍN, Luís G. **Coronelismo no Extremo norte de Goiás: O Padre João e as Três Revoluções de Boa Vista**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 5. Grifos meus.

coronéis que arquitetavam e direcionavam a maioria dos conflitos na região, objetivando, com isso, a consecução de seus interesses. Eram eles que solicitavam e colocam em marcha a "cabroeira" nos Vales. Aqui e acolá acendiam um estopim que faria eclodir os conflitos.

tinha em mãos um processo de inventário, do qual foi excluído de meeiro o cabeça de casal, sob o pretexto de ser criminoso – a aberração jurídica era fruto do poderio de Carlos Leitão, com a cumplicidade do rábula Maia Junior e do Juiz Leigo, Herculano de tal.

O 'cabeça de casal' era Claudio Gouvêia.

[...] E a razão era simples: tendo corrido a notícia da morte de D. Benedida, Leitão mandou prender Claudio Gouvêia, indigitado, como era, pelo povo, como assassino, e, logo, com o auxílio de seus amigos, trancafiado Claudio entre as grades negras do presídio, sem culpa formada e sem que fosse condenado, realizaram o inventário, que se tornou famoso.

Herdaram as ricas propriedades do casal os poucos parentes da mulher e destes Carlos Leilão adquiriu a herança por 800\$000!...<sup>279</sup>

Eis o estopim dos conflitos armados que ficaram conhecidos como "as revoltas de Bôa Vista" e perduraram de 1892 até a década de 30 do século XX. Mas até o ascender do estopim, muita munição havia sido estocada, muitos rancores cultivados.

Dentre as mágoas acumuladas, temos ainda, em 1881, o presidente da província afirmando em seu relatório que na Comarca de Boa Vista

a situação era mil vezes mais grave, e prendia-se a velhos acontecimentos, que abriram entre seus habitantes uma valla profunda. Os chefes políticos a encheram com os processos iniciados pela paixão e encerrados pelo ódio partidário.<sup>280</sup>

E por acto de 14 de março de 1881 o Presidente da Província destitui dos cargos públicos e requer a prisão do Juiz de Direito Carlos Gomes Leitão, do Juiz Municipal Honorato José de Almeida, do ex Juiz Municipal Manoel Felipe Nery, do Promotor público Alexandre José de Almeida, do Coletor Francisco José de Souza, e o nosso já conhecido carcereiro Salvador Nunes do Valle, todos sob a acusação de crimes de homicídios cometidos. Essa cassação de cargos constituiria o prelúdio das futuras revoltas ocorridas em Boa Vista.

A destituição dos cargos públicos a que nos referimos era uma prática comum exercida na "dança das cadeiras" do jogo político partidário e, não raro, terminava em escaramuças armadas. Algumas duravam um mês ou dois, logo imediatamente aos

<sup>279</sup> SILVA, Ignacio Xavier da. **O Crime do Cel. Leitão**: sedição na Comarca de Bôa Vista do Tocantins, do Estado de Goiaz – 1892 – 1895. Goiaz. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935. p. 37-8.

<sup>280</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás, 1881.

períodos eleitorais, e as consequentes deposições quando quem estava na oposição galgava o poder, contentando-se os perdedores a passar de situação à oposição.

Entretanto, não era rara a reação armada aos resultados das eleições e algumas vezes tentava-se retomar o poder à bala, e nesses momentos, aquela miríade de sujeitos a que nos referimos, era convocada a pegar em armas. Nesses casos, as consequências eram bem mais duradouras. E a "dança das cadeiras" dava-se de forma às vezes inusitada, tendo determinado chefe político sido deposto num ano para ser empossado com mais poder no ano seguinte. Era Carlos Gomes Leitão, um dos líderes da primeira revolta, neto do já nosso conhecido Francisco Germano da Silva.

Em 1881 Carlos Gomes Leitão fora destituído por ato do presidente de província e, em 1882, "por outro [ato] de 34 do mesmo mez, concedi a Carlos Gomes Leitão a exoneração que pediu de 1º suplente do termo de Boa Vista"<sup>281</sup>. Nesse mesmo ano, um decreto presidencial de 29 de abril "reorganiza" a guarda nacional, criando onze comandos superiores, entre eles o

da Comarca de Boa Vista com um corpo de cavallaria, um batalhão de infantaria do serviço activo e uma secção de batalhão de reserva [...]. Por outro [decreto] de 23 de junho, foram nomeados coronéis comandantes superiores das comarcas [...] Da Boa Vista: \_ Carlos Gomes Leitão<sup>282</sup>.

Em Maio de 1882, um mês antes de passar o cargo ao vice-presidente por meio de mais um ato, o presidente da província reconduz Carlos G. Leitão e José Honorato aos seus cargos:

Em observância do disposto no aviso do ministério da justiça de 10 de março, por acto de 4 de maio, revoguei o de 14 de março do anno passado, na parte que destituiu os cidadãos Carlos Gomes Leitão e José Honorato de Almeida dos cargos de 1º e 2º supplentes do juiz municipal e de orphãos do termo de boa vista; ficando por conseguinte em vigor o de 3 de abril de 1880, que os nomeara para servirem no presente quadriennio.<sup>283</sup>

Menos de uma década se passara até que, com advento da república, a situação de Carlos G. Leitão viesse a sofrer reveses. Após a proclamação da república, assume o cargo de intendente de Boa Vista o Tenente Coronel Francisco de Sales Maciel Perna que, em 1891, gozava do pleno apoio do governo federal e seria um dos homens que faria Carlos Gomes Leitão sofrer uma amarga derrota no que ficou conhecido como a primeira revolução de Boa Vista.

---

<sup>281</sup> Relatório do presidente da província de Goiás de 1882.

<sup>282</sup> Ibidem.

<sup>283</sup> Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1883.

Já me referi no início desse capítulo à questão dos inventários e à prisão de Claudio Gouveia, cujo objetivo visado era a tomada da propriedade deste último por Carlos Gomes Leitão. Gouveia era ex-vaqueiro da Fazenda Cordilheira, da qual se tornou proprietário por casar-se com a viúva do patrão. Em suas mãos, tornou-se uma das mais prósperas fazendas da região. Tendo a esposa sido encontrada assassinada a facadas, enquanto o mesmo estava fora a negócios, foi preso como suspeito do homicídio. Tal prisão é relatada pelos adversários de Carlos Gomes Leitão como um plano arquitetado por ele com o único objetivo de "surrupiar" a fazenda Cordilheira.

Pois bem, o Rábula que arquitetara a "falcatrua", por meio do inventário da herança, uma aberração jurídica tosca, pela qual a fazenda foi a leilão e arrematada por Carlos Leitão pelo valor ínfimo do equivalente a trinta cabeças de gado, não era menos que o advogado Maia Junior, ex-secretário da intendência de Boa Vista e braço direito e conselheiro pessoal de Carlos Gomes Leitão. O braço esquerdo era o próprio cunhado de Leitão, José Honorato de Almeida que, segundo os relatórios de província aqui trabalhados, era parceiro de crimes daquele. Não se sabe ao certo os motivos, mas o fato é que Maia Junior desenvolveu uma rixa com José Honorato.

Sob a influência de Maia Junior, secretário da intendência de Boa Vista na gestão do Intendente Capitão Francisco Acacio de Figueiredo, outro apaniguado, Carlos Leitão, valendo-se do fato de ser, desde 1890, Deputado Estadual Constituinte pela província de Goiás e Chefe do Partido Republicano Democrático em Boa Vista, foi retirando aos poucos o poder de seu cunhado no interior desta agremiação, o que levou José Honorato a romper com o cunhado e aderir ao movimento do Partido Republicano Nacional em Boa vista, mesma agremiação a que era filiado o Tenente Coronel Perna. Isso significava uma cisão no partido de Carlos Gomes Leitão a nível local, restando a ele apenas o apoio do poderoso PRG a nível estadual, principalmente na figura de José Leopoldo de Bulhões, diretor do partido.

Nesse contexto, o ano de 1992 em Boa vista se inicia com as ações do Juiz Hermeto Martins, que tomara posse no cargo em 1890, no sentido de implementar o Julgamento, que era sabido por todos resultaria na absolvição do réu Claudio Gouveia, o que anularia o inventário fraudulento realizado por Maia Junior e retiraria a Fazenda Cordilheira das mãos de Carlos G. Leitão, devolvendo-a a Gouveia.



De acordo com o memorialista Xavier da Silva, o Juiz Hermeto Martins, a par de vários crimes e fraudes capitaneados por Carlos G. Leitão, estava predisposto a absolver Gouveia. Entre as falcatruas ele cita:

Os negócios da ponte do mumbuca... Uma eleição em que compareceram 150 eleitores e na qual obteve o Capitão Acácio [apaniguado de Carlos Leitão] 700 votos... O fim dado à boiada da mulher de Antônio Lopes de Figueiredo, no Jatobá... o inventário Zanine [mais um inventário] e a nomeação da professora que não sabia ler e escrever, enfim, aqueles negócios todos arranjados pela política.<sup>284</sup>

Carlos G. Leitão se antecipa ao Juiz e não hesita, um mês antes, em pedir socorro a Leopoldo Bulhões, de quem recebe por carta a seguinte orientação:

Rio, 13 de dezembro de 1891. Meu velho chefe e invicto general Coronel Leitão. Recebi a sua carta escrita de Goiáz [...] acompanhada de uma exposição dos negócios de Boa Vista. Estão findos os vossos sofrimentos. Estou me esforçando para obter do Governo solução para a questão de Goiáz. Ele escrupoliza entervir depois que Paixão se fez eleger; mas o fará. É preciso que o forcemos a intervir, seguindo o exemplo dos Estados do Rio e de São Paulo, isto é, fazendo a revolução. [...]. Comece por lá o barulho: deponha logo a intendência e autoridades, inclusive o Hermeto Martins, que deve ser enxotado; aclame uma intendência ou reponha a antiga e por intermédio dela protestará o povo reconhecer a constituição e Congresso de 1º de junho e o Governador eleito nesse dia, não consentindo cobrança de impostos estaduais, enquanto a legalidade não for restabelecida, isto é, o Joaquim Fernandes empossado. [...]. Mande publicar no Maranhão e no Pará o que ocorrer e me comunique com urgência.  
Do amigo  
Bulhões.<sup>285</sup>

Havia a afirmação dos adversários de Leitão e de Bulhões que este último não teria sido eleito deputado federal em 1881 não fosse as fraudes eleitorais promovidas por Carlos Gomes Leitão no norte goiano, no sul do Pará e sul do Maranhão. Entre esses adversários, estava Frei Gil Vilanova que, como já nos apontou Carlota Carvalho, como membro do Partido Católico de Boa Vista, utilizava-se do púlpito para pregar contra Calos Leitão.

Na carta, Bulhões deixa claro suas intenções de se aproveitar do momento, a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca em favor de Floriano Peixoto no contexto da Primeira Revolta da Armada de 23 de novembro de 1891. Aproveitar o momento

<sup>284</sup> SILVA, Ignacio Xavier da. Op. Cit. p. 27.

<sup>285</sup> Carta resposta enviada por José Leopoldo de Bulhões a Carlos Gomes Leitão. In: SILVA, Ignacio Xavier da. Ibidem, p. 40-1.

poderia significar, dentre outros ganhos, a retomada da presidência da província de Goiás para seu partido. Coadunavam-se os interesses de Carlos Gomes Leitão e de Bulhões. Ou seja, a defesa do interesse maior desse tipo de sertanejo, o controle da terra e de homens, pronto a convocar os demais sertanejos, a "cabroeira" para atacar Boa Vista. Assim o fez e com cerca de 80 homens armados, preparou-se para o ataque. Voltaremos a esse ataque depois de sondarmos a arquitetura dos conflitos em São José do Duro.

Em 1880, a região do Duro já pressentia que os anos vindouros seriam difíceis:

Em dias de fevereiro do anno passado foi a povoação do Duro, da Comarca de Palma, invadida por um grupo de malfeitores que pondo em sobre salto a população, commetteo assassinatos, roubos e outros crimes. Desse grupo fazião parte Felix Serafim de Belém, Francelino Tavares, Cornélio e outros, os quaes foram pronunciados no termo da Conceição em os art. 269 e 271 do Código criminal.<sup>286</sup>

Felix Serafim de Belém, segundo consta nas memórias de Osvaldo Rodrigues Póvoa, escrita na forma de romance na obra *Quinta-feira Sangrenta*, era um Ourives residente no povoado de São José do Duro que, tendo uma irmã deflorada, decidiu saquear a cidade com intuito de vingar a desonra da família. Embora não tenha conseguido se vingar diretamente, atingido o violador de sua irmã, saqueou a cidade, levando toda a reserva de ouro encontrada no povoado. Pressente-se aqui que "mexer com a honra das donzelas provoca cheiro de defunto". Muitos dos homens que participaram dos "bandos de jagunços", em muitos casos fizeram a opção pela "vida bandoleira" por ter se vingado de uma "desonra" na família e por tal vingança passaram a serem perseguidos.

Depois das escaramuças envolvendo Félix Serafim, que segundo algumas fontes teria optado por "viver em bando" para os lados do estado da Bahia<sup>287</sup>, o povoado, então, apesar de sacudido ali e acolá, principalmente durante os períodos eleitorais, passou por aproximadamente duas décadas de relativa tranquilidade. Entretanto, foi também o período que marcou a ascensão política do jovem Abílio Wolney<sup>288</sup> e gestada a rixa envolvendo ele e a família Caiado.

<sup>286</sup> Relatório do Presidente da Província de Goyaz de 1880.

<sup>287</sup> Era recorrente os fugitivos da região circunvizinha a São José do Duro fugirem para Bahia via Barreiras, a cidade fronteiriça mais perto.

<sup>288</sup> Filho do "velho Coronel Wolney", Joaquim Ayres Cavalcante Wolney, com apenas 18 anos de idade, em 1894, foi eleito Deputado Estadual. Em 1896, tornou-se Agente dos Correios e Telégrafos, Secretário do Conselho Municipal e Juiz Adjunto de São José do Duro, sua terra natal. No ano de 1900, aos 24

Mais uma vez Deputado Estadual chega a ser líder da Câmara, situação política em que é mantido por seus pares em um período de três anos. E, nesse tempo, a imprensa de sua terra tece-lhe os mais francos elogios (número doze página cinquenta e nove). E é exatamente nessa época que uma divergência entre o doutor Antônio Ramos Caiado e o senador Sérgio Gonzaga Jaime dá origem à luta que se travou pela imprensa entre o primeiro desses chefes políticos e o moço deputado Abílio Wolney. É o marco inicial da inimizade que divorciou profundamente os dois antagonistas. E assim decorrem três anos de combate pela imprensa, nas fileiras da oposição ao governo dominante em seu Estado.

Desiludido talvez das lutas partidárias, volta para o sertão e torna-se lavrador (número nove, página quarenta e sete). Não o abandonam aí os ódios políticos nascidos na capital (número dez, página quarenta e sete e número onze, página cento e cinquenta). Com eles fazem aliança as mesquinhas da politicalha do sertão. As autoridades locais, adversárias de Abílio, pois ele acaba de militar na oposição, criam-lhe todos os embaraços. Seus amigos não são alistados como eleitores; firmas de Wolneys, de parentes e amigos seus, não são reconhecidas; requerimentos por eles apresentados não conseguem despacho (número treze, página quarenta e sete).

E a pressão chega a tal ponto que a Abílio Wolney e a seus amigos é recusado o direito de ligar suas filhas pelos laços do matrimônio. Uma filha de Abílio está ainda hoje casada apenas na igreja, pois o Juiz distrital, a conselho dos chefes políticos locais, recusam-se a fazer o casamento civil (número treze, página duzentos e trinta e seis). E o mesmo fato se observa com outra moça da Vila, filha de um seu amigo.<sup>289</sup>

O trecho acima é de um relatório enviado em 28 de abril de 1919 ao Ministério da Guerra por Álvaro Guilherme Mariante, encarregado de conduzir tropas federais a São José do Duro para investigar a "chacina do Duro" e, se necessário fosse, combater Abílio Wolney e seus homens. Por hora é preciso ressaltar que o referido relatório é uma peça importante para se compreender os acontecimentos em São José do Duro à medida que ele, sendo produzido a partir de uma intervenção federal, a princípio equidistante da política interna de Goiás, apresenta uma versão bastante diferente dos fatos, principalmente no que tange aos antecedentes da revolta e nas ações dos envolvidos posteriores a ela. Alvares Mariante, em seu extenso relatório, fez questão de "historicizar" a trajetória de Abílio Wolney bem como o processo que resultou na

---

anos, foi eleito Deputado Federal, mas foi alvo da "degola" e não chegou a tomar posse, fato que o magoou profundamente. Uma mágoa que certamente influenciou nas suas futuras decisões, quando decidiu retomar São José do Duro à bala. Em 1903, recebe a patente de Tenente-Coronel da Guarda Nacional. Em 1904 foi nomeado Administrador de Rendas do Norte de Goiás. Em 1909, foi Eleito novamente Deputado Estadual, tornou-se Presidente do Poder Legislativo do Estado de Goiás.

<sup>289</sup> NETO, Abílio Wolney Aires. **O Duro e a Intervenção Federal**. Edição do autor. Visualizado em PDF no sítio <http://www.dno.com.br>. Acessado em: 15 de julho de 2012. p. 176-7. Neto de Abílio Wolney, o autor, mesmo exercendo a magistratura, tem dedicado boa parte de seu tempo a publicações na forma de livros e artigos no sentido de, segundo o mesmo, "fazer justiça" ao nome do avô que, em sua opinião, foi tratado injustamente tanto pela historiografia quanto pela literatura, tendo passado para a história como um vilão nos acontecimentos de São José do Duro quando, na verdade, teria sido apenas uma "vítima" do mandonismo encabeçado pela família Caiado. Chegou mesmo a fazer queixa-crime contra o cineasta que adaptou a obra de Bernardo Élis, *O tronco*, para o cinema. Vide introdução.

chacina de seus familiares e amigos, contextualizando o mesmo a partir da política interna de Goiás em contraposição às versões que coloca a questão no âmbito de rixas pessoais entre os lados beligerantes.

Nesse contexto, quanto mais prestígio político Abílio Wolney conquistava, mais atraía os olhares da situação, representada pela família Ramos Caiado. Até que, segundo Nertan Macedo, o costumeiro estopim foi aceso também em São José do Duro em 1918:

Exigiam as autoridades do Duro, inimigas de Wolney, que do inventário constassem uma mula de arreo e um par de caçambas de potossi... Alegavam, ainda, que a viúva sonegara muito gado da relação de bens deixados pelo Finado Vicente Belém. Abílio Wolney se irrita. Juntamente com o pai, Joaquim Cavalcante Ayres Wolney e alguns jagunços, vai ao Duro, invade o cartório, segura o juiz municipal Manoel de Almeida, grita bem alto que quer a solução rápida para o inventário, bate com o coice da carabina na mesa do magistrado, ameaça, discute, exige – e o juiz, intimidado pelos dois coronéis, pai e filho, e mais os jagunços, cede. Promete atender e despachar o inventário no mesmo dia, nos termos da exigência dos coronéis.<sup>290</sup>

As exigências a que se refere Nertan eram feitas por Sebastião de Brito Guimarães, Coletor Estadual e líder do Partido Democrata na Vila do Duro, e pelo Juiz Manoel de Almeida, e eram, de acordo com relatório de Alvares Mariante, um estratagema para forçar os wolneys a assumirem "as dores" da viúva, o que daria pretexto à situação de enquadrá-los, pai e filho, enquanto "insurgentes" contra os poderes legais instituídos.

Percebe-se a figura do Juiz Municipal, tanto aqui no Duro quanto em relação à Boa Vista, ser uma figura central na articulação do poder de mando na região. Tanto que outro juiz entrará em cena no transcorrer dos acontecimentos.

Logo que o Governo deste Estado teve comunicação destas ocorrências, de acordo com o artigo 115 da Constituição Estadual, designou, em 12 de julho, o Dr. Celso Calmon, Juiz de Direito da Comarca de Pouso Alto, para, em Comissão, ir proceder contra os culpados.[...] 'Acompanhando o Dr. Juiz de Direito, seguiram um Promotor Público e uma força policial composta de 60 praças, sob o comando de um 1º Tenente'.<sup>291</sup>

A partir da entrada em cena da comissão comandada pelo Juiz Celso Camon o processo caminhou a passos largos para o conflito armado. Todas as fontes indicam que o referido Juiz, após ter sido recebido pelos Wolney (pai e filho), dando-lhes garantia de

<sup>290</sup> MACEDO, Nertan. **Abílio Wolney**: Um Coronel da Serra Geral. Goiânia-GO: Legenda, 1975. p. 24.

<sup>291</sup> Trecho de telegrama do vice presidente de Goiás, em exercício da presidência interina da província, coronel Joaquim Rufino Ramos Jubé, ao presidente da república, publicado pela imprensa carioca e citado por: NETO, Abílio Wolney Aires. Op. Cit. p. 25.

que apenas faria as averiguações necessárias em relação à questão do inventário e não tomaria nenhuma medida antes que tais averiguações se concluíssem, desde que os Wolney dispensassem sua "cabroeira", decretou a prisão do Pai de Abílio Wolney, assim que aqueles cumpriram a parte do trato. Tal mandato de prisão culminou com a morte do Coronel Wolney em sua própria fazenda onde estava se preparando para uma caçada com um seu agregado que também foi morto e que, no telegrama abaixo, aparece caracterizado como "jagunço".

Barreiras, Bahia, 13 de janeiro de 1919 - Presidente Estado - Foram pronunciados pelo Dr. Calmon os responsáveis pelo atentado de 13 de maio de 1918. No ato de serem presos, Joaquim Ayres Cavalcante e o jagunço Antônio Coelho resistiram, sendo mortos. Abílio Wolney fugiu para o Estado da Bahia aguardando o auxílio de Abílio Araújo, além fronteira do Estado, para caírem em massa sobre a força policial e saquearem a população. O Juiz Calmon seguiu viagem no dia 1º. Telegrafando a V. Ex. e pedindo a intervenção da força federal pela Bahia, acaba de chegar um portador voltando do caminho, tendo a correspondência sido tomada por Abílio Wolney. Pedimos urgência nestas mesmas providências pois seremos atacados a qualquer momento por enorme onda de bandidos. Respeitosas saudações (aa) Manoel José de Almeida, Juiz Municipal; Sebastião Brito, Coletor Estadual; 2.º Tenente Antônio Seixas de Brito; 2.º Tenente Antônio Catulino Viegas; 2.º Tenente Ulysses de Souza Almeida e José Herminio, Escrivão da Coletoria.<sup>292</sup>

Pelo próprio tom de alarme do telegrama é possível imaginar as consequências que a morte do pai de Abílio Wolney teria. Este pediria o auxílio de Abílio Araújo (mais conhecido pela alcunha de Abílio Batata) e Roberto Dorado, ambos reconhecidamente "chefes de bando" no norte goiano e Bahia, para vingar a morte do pai. E assim o fez e marchou para São José do Duro. O resultado dessa decisão custou-lhe muito caro. Na eminência de seu ataque, sua família foi presa e amarrada a um tronco para serem usados como reféns, e como ele prosseguiu com o ataque, nove de seus familiares foram executados sumariamente ainda amarrados ao tronco. Episódio que ainda hoje em Dianópolis é referido pela população como "a chacina dos nove".

---

<sup>292</sup> Trecho de telegrama do Juíz Manoel José de Almeida enviado de Barreiras na Bahia, local para o qual havia se retirado após a chegada do Juíz Calmon, publicado pela imprensa carioca e citado por: NETO, Abílio Wolney Aires Ibidem, p.28.

#### 4.2. TRANQUILIDADE RELATIVA, VIDA SOBRESSALTADA

O presente capítulo não pretendeu reconstruir esses dois processos nem os demais. Uma revolta apenas, ou mesmo uma única fase de uma delas seria suficiente para se construir uma tese sem que o tema se esgotasse. Por outro lado, entendo como já afirmei, que aquelas revoltas não "colocam em marcha um calendário próprio". Pelo contrário, fazem parte de um longo processo iniciado com o próprio povoamento da Região dos Vales e, nesse sentido, não seria condizente com a presente tese reconstruí-las enquanto processos recortados no tempo.<sup>293</sup>

A opção de esclarecer como os conflitos de Boa Vista e São José do Duro foram arquitetados deu-se por considerar que essas duas revoltas são as mais representativas de como a partir do momento em que eram deflagradas por determinados chefes políticos uma variedade de sujeitos nela se inseriam e de como as revoltas interferiam na vida dos sertanejos da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. Daqui em diante, iremos nos referir aos conflitos citados, indo e voltando a eles sempre que necessário, perseguindo a atuação desses sujeitos. Nesse sentido, não houve uma preocupação cronológica linear que objetivasse narrar tais conflitos com início, meio e fim, até porque muitos desses sujeitos não participaram de todo o processo, tendo neles se inserido ou deles se ausentado de acordo com seus interesses do momento.

Nas citações anteriores, referentes ao deflagrar dos conflitos em Boa Vista e São José do Duro, vimos as figuras dos coronéis como o centro das ações que fizeram irradiá-los. Mas nosso olhar desviante e teimoso vislumbra uma miríade de outros sujeitos. A começar pelas "viúvas desamparadas", em cujo amparo o coronel vê uma possibilidade da manutenção de seu poder à medida que tenta impedir que um adversário o conquiste por meio da ampliação de suas propriedades às custas da propriedade da viúva.

Vemos também a partir do conjunto das fontes uma infinidade de agregados, camaradas, jagunços, cabras e cacundeiros, militares, chefes de bando, padres, juízes, escrivães, estafetas e sertanejos pobres em geral sem os quais o coronel não poderia

---

<sup>293</sup> Evidentemente, para tratar de uma dessas revoltas, ou do conjunto delas, em todas suas minúcias, só seria possível a partir de um recorte cronológico e espacial específico, ou seja, tomando-as como objeto de pesquisa específico. Proposta válida, legítima e, o mais importante, necessária, mas que não foi a opção no nosso caso.

exercer o poder. Transparece uma intrincada teia de relações. Essa teia abarca a todos e nos momentos de conflitos armados deflagrados arrasta essa multidão para as armas, para as traições/apoios, para as fugas, para a violência, para a morte.

Ao tratar dessas revoltas, interessou-me muito mais os deslocamentos desses homens e mulheres, a arregimentação dos bandos armados e suas escaramuças pilhatórias pelos vales, a fixação sazonal em determinados espaços. Em outras palavras, interessou-me os deslocamentos da violência pela Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins. Deslocamentos espaciais e circunstanciais no que tange às relações construídas entre os sertanejos pobres e os demais sertanejos, incluindo os coronéis, padres, juízes e militares, frutos de uma cultura de violência pré-existente na região, engendradora nas experiências de vida desses sujeitos que é “operacionalizada” sempre que necessária durante os séculos XIX e XX pelos chefes políticos locais, convocando o “braço armado”, quando se fazia necessário para a resolução dos conflitos políticos travados entre as facções que se debatiam pelo poder na região.

Essa operacionalização, de regra, é realizada calcada em valores como valentia, hombridade, macheza, lealdade, compadrio, subserviência, elementos que, em seu conjunto, expressam a violência enquanto um elemento cultural específico, que se revestem todos de aspectos ideológicos com vistas à consecução de determinados interesses. O resultado: a constituição de práticas de mando e do exercício do poder por meio da violência e que a literatura da região insistiu em abordar:

em toda parte do sertão dominava um chefe. Tinha um coronel mandão reconhecido como o maioral, que vivia cercado de jagunçada. Um soba daqueles saísse no terreiro e desse um grito, os cacundeiros reuniam, pegavam em armas. Alguns deles, às vezes, eram instruídos. Passavam por conselheiros mansos [...] desses assim haviam doutores, havia padres. Mas os broncos que não se envolviam em políticas nem eram aceitos nela [...] eram excluídos dos assuntos da política, porque eram boçais e possuíam rosário de orelhas de inimigos que mataram e mandaram matar [...] reuniam cabroeira, saíam flagelando a região, saqueando os arraiais [...].<sup>(294)</sup>

Esse exercício do poder, por sua vez, dava-se geralmente perpassado por tensões intestinas que envolviam a todos, desde os chefes políticos mais poderosos até os chefes de "bandos de jagunços", forças policiais e, com certeza, com sérias consequências para os sertanejos pobres em geral. Moura Lima se serve da personagem Capitão Labareda, um chefe de bando (provavelmente inspirado em Angelo Roque, o "Labareda", um dos chefes do bando de Lampião"), colocando-a em relação com

---

<sup>294</sup> BERNARDES, Carmo. Op. Cit. p. 101.

sujeitos reais (Cipriano de quem era "subchefe", Abílio Batata e os Solinos, a quem combatera) para representar sua percepção acerca desses homens, muitos dos quais a historiografia não nomeou na Região dos Vales.

[...] Mas vamos deixar de pabulagem de cabra frouxo. Eu estou mesmo é esperando Anca-de-Jumento. E assuntando os fatos e a traição dos chefões da política. Os tutanquebas da política estão serrando de cima. Eu não sou besta. Estão querendo mal-querença, botar questão, só porque tomei alguns possuídos e defuntei uns cabras safados, depois do assalto da vila. Mas na hora de enfrentar Abilio Batata, os Solinos e os grandes da terra me mandaram chamar. Agora viram as costas e cospem no prato.\_ Mas chefe, político é como feijão em panela de água, só sobem os podres [...].<sup>(295)</sup>

Pela boca de Labareda, Lima nos fala tanto de episódios registrados pela historiografia e pela memória da Região dos Vales quanto de uma cultura geral dessa região em suas manifestações políticas carregadas de valores como lealdade e valentia; suas manifestações materiais fazendo reluzir os arreios da animalha, descansando nos pousos dos desertos do Jalapão, nas trepes em que se prepara o passadio; as manifestações religiosas carregadas de sincretismo pelo qual os patuás e as mandingas invariavelmente acompanham o disparo da papo-amerelo. Manifestações de uma cultura tensionada sempre entre um tempo de revolta e um tempo de relativo descanso das refregas.

Dessa tensão originada entre os grupos dominantes e seus prepostos, construía-se no extremo norte uma emaranhada teia de relações que envolvia os sertanejos pobres. A figura do “agregado” da fazenda seria talvez a síntese dessa teia de relações. O agregado em “tempos de paz” é às vezes o vaqueiro, às vezes o lavrador que, por força do seu modo de viver e trabalhar, é também mateiro e caçador. E dadas as circunstâncias político-sociais em que está inserido, nos momentos de crise política engrossa as fileiras dos jagunços propriamente ditos. Ele e os seus experimentam, assim, a violência armada, a priori de forma sazonal, e nesta experimentação vão incorporando-a aos poucos, transmitindo-a a outras gerações.

O vaqueiro muitas vezes ao fazer ombro aos jagunços, defendendo mais a própria vida que a do coronel, entrevia a possibilidade de ascender socialmente, o que por vezes ocorria. Muitos, por meio da participação nos conflitos armados, ganhavam o respeito e a admiração de seus chefes, recebiam como prêmio terras e gado. Passavam de agregados a agregadores, alimentando, reproduzindo e solidificando um sistema político-sócio-cultural.

---

<sup>295</sup> LIMA, Moura.Op. Cit. p. 26.



os fazendeiros tinham seus vaqueiros que, após cincarem, retiravam-se das fazendas levando suas sortes, que formavam o princípio de uma nova fazenda. Eram os criadores que iam viver de agricultura e deste pequeno rebanho. Após alguns anos, tornavam fazendeiros respeitados como seus patrões.<sup>(296)</sup>

Ascender socialmente pela forma citada pela memorialista Adozinda Luso com certeza era mais raro, bem como pela forma escolhida por Claudio Gouveia, qual seja, casando-se com a viúva do patrão falecido. Embora começar um próprio rebanho por meio da "sorte"<sup>297</sup> fosse possível, e às vezes acontecia, os caminhos trilhados para essa "ascensão social", além de percorridos por relacionamentos tensos, eram também revestidos pelos ritos de deferência, de assentimentos e consentimentos. De lealdades construídas às vezes durante uma vida e, geralmente, por força das condições materiais da vida, mas desfeitas numa fração de segundo, no tempo de um espoucar de uma carabina.

O que ocorria com mais frequência era o vaqueiro se tornar um fazendeiro à medida que angariava o respeito do patrão ao pegar em armas junto a ele, ação que era premiada com a participação na pilhagem do gado dos adversários e mesmo algum pedaço de terra. Alguns deles, após as pilhagens, ocupavam essa terra e iniciavam seu próprio rebanho, outros aderiam a bandos, que passavam a pilhar continuamente uma determinada região. Os conflitos armados, nesse sentido, eram oportunidades aproveitadas por alguns sertanejos pobres para tentarem uma "mudança de vida". E embora ela ocorresse às vezes, não deixava, entretanto, de ser uma vida de sobressaltos.

Sem dúvida, a possibilidade de mudar de vida é o que motivava muitos a atender aos "chamados" dos coronéis. Mas entre um conflito e outro, entre uma revolta e outra, entre um chamado e outro, os sujeitos na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins tocavam a vida cuidando do gado, das roças, pescando e caçando. Uma vasta rede de atividades que, embora para serem realizadas era necessária uma relativa estabilidade, a violência, o sobressalto, o conflito estava sempre à espreita e insurgia sempre que um limite era ultrapassado, uma lealdade negada, uma aliança desfeita.

Mesmo em atividades como as longas viagens pelos rios Araguaia e Tocantins que, a priori, poderia se imaginar uma vida, apesar de árdua, devido às condições de trabalho penosas, relativamente tranquila em relação à experimentação da violência,

---

<sup>296</sup> PIRES, Adozinda Luso Pires. **Meu Mundo Encontrado**. Rio de Janeiro: Gráfica Olimpica Editora Ltda., 1979. p. 199.

<sup>297</sup> Sistema no qual a cada cinco crias uma era destinada ao vaqueiro. Diga-se, de passagem, geralmente lhe era destinada a cria mais frágil.

esta também se impregnara no cotidiano das relações. Não nos deixemos cativar por alguns relatos que descrevem as "longas horas mansas" nas quais se descia o rio "tranquilamente de bubuia" margeado por uma "natureza prodigiosa"<sup>298</sup>.

Em um relato de viagem, Josias de Almeida, em viagem realizada em 1912 pelo rio Araguaia, narra aspectos da atividade dos barqueiros e remeiros no contexto do transporte do látex que era extraído na região dos vales e comercializada em Belém do Pará no ápice da "febre da borracha".

Em geral, dispunham (proprietários de batelões) de frotas de cento e cinquenta embarcações, tripuladas por trinta remeiros cada uma para o transporte da mercadoria (o látex) até ao caes da *port of* ('Port of Pará') [...]. A mim, cumpria-me descer as trezentas e oitenta léguas de Conceição a Belém e já não seria com os bondosos barqueiros de Santa Leopoldina, homens humildes, obedientes e respeitadores dos patrões, mas, sim, com fera humanas destituídas de qualquer sentimento, capazes de praticar os maiores crimes, sobretudo depois das libações nos portos de escala. Lembro-me de como, na barreira de Sant'Ana, depois de três dias de Embriaguez renovada, as tripulações de Gonçalo Costa recusavam regressar a bordo para o prosseguimento da viagem. Já sem força moral, os pilotos tiveram de ser violentos. Com o auxílio do destacamento local, amarraram os recalcitrantes e metteram-n'os assim nos barcos, deixando-os amarrados até passar o efeito do álcool. Mesmo ahi, todavia, renhida luta se travou, com uso de rifles e carabinas, perdendo a vida quinze barqueiros.<sup>299</sup>

Almeida reputa à vida embrutecida no "longínquo interior" e à "psycologia esquisita" do remeiro a necessidade de "tratal-o autoritariamente, quase escravisa-o. então, vae tudo muito bem. Mas, há horas em que explode nelle o sentimento de homem livre, e torna-se perigoso"<sup>300</sup>. E lembra também que "a manifestação do instinto sanguinário valorisa e recomenda os indivíduos, junto àquelles que dão certas empreitadas..."<sup>301</sup>. Aqui, como nas demais relações construídas na região dos vales, percebe-se o uso da violência como uma norma que rege as experiências sertanejas. E aquele que melhor aprende lidar com ela tem mais chances de sobreviver. Não era raro, portanto, que um remeiro ou outro deixasse o extenuante trabalho nos barcos para se dedicarem à atividade de "pingueleiro", seja a serviço de um regatão seja a serviço de um fazendeiro que necessitasse encomendar uma "empreitada".

Brasiliense dedica o romance *Rio Turuna Aos barqueiros do Tocantins, homens feitos de aço*. E dedica um capítulo, dividido em três tópicos, à personagem Simão, um

<sup>298</sup> Um bucolismo muito presente em autores como Frei Audrin e em alguns viajantes estrangeiros.

<sup>299</sup> ALMEIDA, Josia de. *Do Araguaia às Índias Inglesas*. Coleção Viagens, Vol. IX, São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1935. p. 48.

<sup>300</sup> Ibidem.

<sup>301</sup> Id. Ibidem. p.49.

velho barqueiro que teria participado de todas as batalhas travadas por José Dias, o "general do sertão". Do título da obra à dedicatória, passando pela estruturação de todo o romance, o autor constrói uma representatividade dos rios e dos barqueiros como um dos fios mais resistentes com os quais foram tecidas as tramas envolvendo a violência na região dos vales.

Na narrativa de *Brasiliense*, pela boca de Simão, que, por sua vez narra suas reminiscências ao sobrinho Marcelino, esse barqueiro aparece como representativo de tantos outros. Como aqueles narrados por Josias de Almeida que, tendo aflorado o "instinto sanguinário", foram valorizados pelos "controladores de homens" do sertão. O romancista representa por meio da personagem Simão quem é que controla o rio e os homens:

\_ Aqui no Pôrto – afirmava êle – quem despachava bote era coronel, quem soltava batelão era major, mas aquêle que não tinha canoa, a não ser fazendeiro grande do seco, não chagava a vintém. Era peixe miúdo... [...] um bote, mesmo dos menores, era barco para muitas toneladas. Ocupava de vinte a trinta remadores.<sup>302</sup>

E a personagem Simão, como barqueiro que navega por todos os caminhos de água, por todo o vale, sintetiza em suas reminiscências todos os conflitos, toda a memória social acerca seus embates.

\_ Quando foi tio Simão?  
\_ No tempo em que êle [Frei Gil Vilanova] foi na Boa Vista e já achou a cidade tôda em pé de guerra. Todo mundo arrastava carabina pra todos os lados.  
\_ Foi por causa de Cipriano e Abílio Batata?  
\_ Foi não. Cipriano fez barulho em Pedro Afonso. Lá na Boa vista o negócio foi de fazer riacho de sangue no rumo do rio. [...].  
\_ Lá foi a guerra de *Seu* coronel Perna mais *Seu* coronel Leitão. Coronel Perna terminou mesmo foi guerreando contra o governo, que mandou um despotismo de soldado contra êle e contra o *general* Zé Dias. Nesse tempo eu já pilotava batelão pra *Seu* coronel Perna, e já tinha uma porção de mulher por minha conta.  
\_ Mas tinha general lá também?  
\_ A gente chamava seu Zé Dias de general. Lá isso ele era, e dos melhor que já teve pra ganhar contra soldado.<sup>303</sup>

O romancista interrompe abruptamente a narrativa do velho barqueiro e ele próprio assume a narrativa acerca dessa memória, evidenciando seu desejo, eu diria, explícito, de nos informar que sua narrativa é fruto de uma correspondência com uma dada realidade que ficou representada e registrada pela memória de quem participou

<sup>302</sup> BRASILIENSE, Eli. Op. Cit. 1964. p. 81

<sup>303</sup> Id.Ibidem. p. 92

ativamente nos conflitos e foi narrada de geração em geração. Nesse sentido, o velho barqueiro é representativo também dos contadores de causos, dos exímios narradores sertanejos.

Às margens do Tocantins, repletas de histórias de lutas desde a destruição de Bom Jesus do Pontal pelos índios, os conflitos mais sérios tinha sido os de Boa Vista. Marcelino sabia das escaramuças de Pedro Afonso, onde apareceram as figuras de Cipriano e Abílio Batata, dos tiroteios em Pôrto Nacional, e da matança de quase todos os membros da família Barbosa no Peixe, pegados de surpresa em seu estabelecimento comercial. Mais adiante, umas quarenta léguas, se registraram as lutas de São José do Duro, chefiados por Abílio Wolney. Ali também muito sangue havia sido derramado. Algumas dessas lutas eram do tempo de Marcelino, êle as conhecia bem. O caso de Boa Vista era contado pelos mais velhos, mas Simão havia tomado parte ativa em todos os acontecimentos, motivo por que a história, relatada por êle, tinha um sabor especial.<sup>304</sup>

E Simão também é o sertanejo experimentado. O que vê, que assunta, que se vale tanto da experiência de barqueiro – transporte essencial na região – quanto da experiência das refregas para se inserir num dos lados em contenda. Mas também é o sertanejo que fica ali, pelas beiras do Tocantins, contando seus causos nas rodas de amigos, participando dos festejos do divino, passando dias pescando solitariamente, ou participando de uma tinguizada.

Passados os momentos de turbulência, era hora de ter um pouco de paz, de (re) alocar a vida num determinado ritmo que, em certa medida, é ditado pelo contato do sertanejo com a natureza que o cerca:

nos meses de verão, turmas de sertanejos deixam os trabalhos da roça e vão acampar semanas inteiras [...] É lá que se reúnem em montes os pirarucus arpoados durante o dia, para, em seguida, retalhar, salgar, secar ao sol em estaleiros e, finalmente, enfardar os produtos da interessante pescaria. Só a carestia do sal impede, geralmente, os ribeirinhos de intensificarem a pesca do pirarucú.<sup>305</sup>

As condições materiais de existência dos sujeitos na Região dos Vales lhes impõem, relativamente, a necessidade de acompanhar um "ritmo natural", encaminhado pelas sazonalidades do que a natureza pode oferecer. Nesse sentido, as atividades de preparação da terra e do plantio, que são realizadas principalmente entre os meses de maio e outubro, são alternadas com a pesca dos peixes de grande porte, a exemplo dos pirarucus e piraíbas, entre os meses de dezembro e abril quando as condições climáticas estão mais propícias a ela.

<sup>304</sup> Id. Ibidem. p. 92-93.

<sup>305</sup> AUDRIN, Frei José Maria. Op. Cit. 1963, p. 32.

As atividades como a caça e a pesca, e as de coleta como a "panha do piqui" e a "tirada do mel", os cuidados com a plantação da mandioca, que terá destino certo na casa-de-farinha, dentre outras, mesmo tendo a função clara e definida no interior da economia sertaneja como formas de subsistência, têm ao mesmo tempo a função de lazer que, de acordo com a visão de mundo desses sujeitos, não era incompatível com a manutenção de seus modos de viver e que lhes proporcionavam um lenitivo em tempos de paz em relação aqueles momentos em que viviam "transidos pelo medo" e/ou manuseando suas espingardas de caça ou mesmo a "papo-amarelo" a serviço de um fazendeiro.

Segundo Audrin, enquanto os sertanejos se dedicavam à pesca do pirarucu por meio da tinguizada,<sup>306</sup> experimentavam também a "uma das mais alegres festas que, no decurso do ano vêm romper a monotonia da vida sertaneja"<sup>307</sup>. Depois de narrar minuciosamente os preparativos e a realização da tinguizada Audrin complementa: "E começa, então, a festança num alegre e interminável banquete, composto dos melhores peixes preparados de diversas maneiras e temperados com os deliciosos molhos tão apreciados no sertão"<sup>308</sup>, não sem antes, ainda segundo o Frei, o excedente ter sido salgado para posterior consumo, trocas ou mesmo comercialização.

Novamente a literatura nos apresenta um sujeito representativo dessas relações. "Seu" João Saracura que, embora tendo abandonado a labuta das refregas, ali durante a preparação da tinguizada, relembra suas participações nas lutas por meio do contato com o Capitão Labareda e não havia hesitado em se colocar a disposição deste no momento da partida do Capitão, caso ele precisasse de um "ajutório na vingança". Do lado de fora:

O sertanejo, no seu jeito destabocado, vai gritando pra dentro do rancho:  
 \_Traga café, Joana!  
 E foi esparramando tamboretas, e a cabroeira foi se aboletando à sua maneira.  
 Uns nos próprios calcanhares, outros sentando-se nas toras de sucupeira empilhadas no terreiro.  
 \_ Não arrepare não, Capitão. Nós estamos preparando a timbozada [o mesmo que tinguizada] para a pescaria de amanhã. É a época que eu mais gosto. Os meus amigos dos brejos mais distantes vêm pra cá. E é uma alegria danada,

<sup>306</sup> O Pirarucu, peixe típico da região, constituiu-se na última metade do século XIX, segundo os relatos, numa atividade venatória do sertanejo-pobre que era realizada em grande escala para fins comerciais, inclusive tendo se tornado produto para a exportação. O termo *tinguizada* deriva do nome do cipó *tingui*, do qual é extraído substância entorpecente que lançada nas águas facilita a pescaria. Tinguizada é utilizada pelos sertanejos para designar tanto a pescaria em si, quanto a festa que ela encerra.

<sup>307</sup>Id. Ibidem, p. 37.

<sup>308</sup>Id. Ibidem, p. 39.

por quatro dias. É só bater as primeiras águas que meu coração se abre, aguardando esse dia. [...].

Os sertanejos vão chegando ressabiados com a presença do grupo. A cabroeira procura se alojar na casa-de-farinha e pelos barracões e prepara uma fogueira no terreiro do rancho. O senhor João, acompanhado de seis jagunços escarneia uma vaca [...]. tudo é alegria, com os homens pilando o timbó [o mesmo que tingui]. Logo o cabra Jaburu puxa os primeiros acordes da sanfona.<sup>309</sup>

No caso da personagem João Saracura, a festa da tinguizada não viria "quebrar a monotonia do sertão", mas sim a alegria da festa seria um lenitivo para sua vida de sobressaltos e atribulações participando dos conflitos armados e, assim, também o era para muitos sujeitos no sertão. E para além desse lenitivo muitas das atividades realizadas pelos sertanejos visavam suprir suas necessidades materiais à medida que uma complementava a outra. É o caso do sertanejo que tem como atividade principal a caça e a conseqüente venda de peles, os "espichados", e, concomitantemente, "faz duas coisas num só tempo [...] pesca, charqueia o peixe, e mata ariranha"<sup>310</sup>.

Os couros da ariranha e da lontra, ambos mamíferos que vivem boa parte do tempo nos rios, eram muito valorizados e sua venda – ou troca –, conjugada à do peixe salgado, rendia os cobres suficientes para comprar ferramentas e gêneros que a natureza não oferecia. Além disso, podia-se sempre contar com os bandos de capivaras que, abatidas nas barrancas dos rios, forneciam carne em abundância e a banha, que era utilizada não só para cozinha como também para a fabricação de velas-de-sebo, amplamente utilizadas na região pelos sertanejos pobres. Couto de Magalhães, ainda na década de 1880, esclarecia que: "a caça e a pesca [...] para o norte exprimem um exercício indispensável à existência, pois dela depende considerável parte dos gêneros com que se alimentam as famílias do interior, sejam elas ricas ou pobres"<sup>311</sup>.

Mas a relativa autonomia conseguida pelos sertanejos pobres por meio dessas atividades poderia ser suspensa abruptamente de acordo com os interesses do patrão, fosse esse um fazendeiro, comerciante, padre ou juiz, e se viam obrigados a interromper suas atividades costumeiras, aquelas de caráter integradas como a coleta, a pesca, a caça e o lazer, para atender as demandas dos fazendeiros e chefes políticos da região. Essas demandas giravam muito mais em torno do comandar a terra por meio do controle sobre os homens e muito menos em torno da exploração do trabalho. Isso explica, por

<sup>309</sup> LIMA, Moura. Op. Cit. p. 94-5.

<sup>310</sup> BERNARDES, Carmo. Op. Cit. p. 133.

<sup>311</sup> COUTO DE MAGALHÃES, J. V. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Editora Três. 1974, p. 34.

exemplo, os fazendeiros manterem um elevado número de homens como agregados, sendo que muitos deles não exerciam em suas fazendas nenhuma atividade produtiva. A esses é que referem as fontes como "cacundeiros".

Os sertanejos pobres, vinculados à terra, seja por um acordo tácito, como a agregação, por exemplo, seja pelos costumes típicos da cultura sertaneja, constituíam o elemento fundamental para o controle da estrutura política na região dos vales. Não é por acaso que a literatura, de regra, recorre insistentemente às situações em que os sertanejos pobres são instados a interromper seus afazeres por meio de "chamados" de um dos chefes políticos que "na calada da noite, promove uma reunião secreta. E ali, no cochicho de rosário [...] manda chamar a caboclada do sertão [...]"<sup>312</sup>. A "caboclada", a "cabroeira", a "jagunçada". Uma miríade de sujeitos, "de todas as cores e tamanhos", como observou Gardner anteriormente, que formavam essa "massa homogeneizada" pela literatura e/ou pelos memorialistas que aqui, por força das circunstâncias da escrita, denominamos de sertanejos pobres.

Esses sujeitos viam-se obrigados, ao mesmo tempo, a atender ao chamamento dos controladores de terras e de homens e ao convite inexorável das condições materiais de suas existências. Porque dependiam socialmente, especialmente nos momentos dos conflitos deflagrados, de um dos lados em disputa. E nesses momentos, diante do se posicionar inevitável, abriam mão da sua relação com as roças, da integralidade das atividades da coleta, caça e pesca, de seus festejos e sociabilidades, abriam mão da própria morada.

Duarte narra em suas memórias que em 1908,

S. Vicente prosperava dentro de um clima de paz e sossego, quando repentinamente é surpreendida com a chegada a 6 de junho, das autoridades de Boa Vista. [...] aqui fizeram seu quartel general. Aliciavam gente por tôda parte, tomavam armas dos viajantes [...] e assim iam armando os elementos de defesa e ataque. [...] com a retirada dos chefes que aqui estiveram mais de dois meses ficou a povoação à sanha desenfreada dos capangas que cometiam depredações e abigiatos dando motivo ao despovoamento completo do lugar, ficando apenas com os sediciosos, um casal de velhos, sendo que os demais moradores disseminaram-se por Surubim, São João do Araguaia e Marabá. [...] Terminada a revolução [...] a vida econômica se tornou bastante difícil pois os lavradores na maioria, haviam tomado parte na revolução, obrigados por uma ou por outra parte, ficando a lavoura abandonada<sup>313</sup>.

<sup>312</sup> LIMA, Moura. Op. Cit. p. 76

<sup>313</sup> DUARTE, Leônidas G. Op. Cit. . p. 28.

Todas as fontes nos dizem das vilas e povoados saqueados, abandonados, das privações, do lento retornar de sua população, do mais lento retornar às suas atividades cotidianas. Mas um cotidiano sempre sobressaltado, uma população sempre sobressaltada pelo espocar das carabinas e/ou pelo tropel dos cavalos anunciando um novo ataque.

Nesse sentido, aparentemente os ritmos de suas experiências eram demarcados por uma irregularidade. Entretanto, essa irregularidade era, paradoxalmente, constitutiva de uma regularidade maior: a alternância entre o tempo das revoltas e o tempo de relativa estabilidade. É essa alternância que engendra, que dá forma, que alicerça, que dinamiza e que coloca em movimento a cultura sertaneja na região dos vales.

#### 4.3. HOMENS CONTROLADORES E HOMENS DESCONTROLADOS: Os ajuntamentos e a morte rondando os Vales

Entretanto não era apenas o sertanejo pobre, o típico agregado ou camarada, que vivia aos sobressaltos, que tinha assim suas atividades de trabalho e de lazer suspensas constantemente. Cipriano Rodrigues, comerciante de peles, estava, como João Saracura, curtindo a ressaca das batalhas, aquele nas grotas onde se refugiara e este na vila de Pedro Afonso após a luta contra Abílio Batata.

Por meio dessa personagem, aqui emprestada da vida real, Lima novamente coloca em relação, além da ficção e realidade, a alternância entre os conflitos armados e os momentos de relativa estabilidade.

A Vila de Pedro Afonso, outrora cheia de vida, com os batelões descarregando mercadorias no porto local e saindo carregados com os produtos da terra, para o Maranhão e Belém! E agora? Um cemitério! Uma tapera! Parecendo povoado fantasma, depois do assalto da jagunçama de Abílio Batata. O sangue correu em riacho gorgolejando para o Tocantins e o rio do Sono. Os Papos-amarelos repicaram a cantiga da morte. Urubus ficaram com o bico doce, de tanto comer cadáver. [...]. O herói da resistência, Cipriano Rodrigues, curiboca, mulato atarrancado, feiço, de lábios grossos [...] No seu jeitão de barranqueiro destemido, como se não tivesse compromisso com a vida e os mortos do barulho. Acabando, indolente, dependura os braços por cima do caibro de cega-machado, que circula o quadro de paus fincados, no largo. Aqueles paus ali fincados serviam, no passado, para dependurarem a balança romana, onde se pesavam os couros de bois. E também, nesse lugar, os coureiros e vaqueiros passavam horas e horas, ao ar-livre, cujo comércio era na base da troca. Os comerciantes da vila recebiam os espichados dos vaqueiros, que os trocavam por sal e tecidos. Em certas épocas do ano viam viajantes do Maranhão e levavam os couros



nos batelões e balsas, deixando aos comerciantes novos estoques de tecido e sal.<sup>314</sup>

Nessa pequena descrição do povoado de Pedro Afondo e das atividades comerciais desenvolvidas, é possível vislumbrar muitas das atividades criatórias e das venatórias como caça, pesca realizadas pelos sertanejos. Os espichados provenientes da caça, os couros (e também a carne seca) advindos das fazendas de criação, todas dependentes do sal utilizado nas charqueadas tanto da carne bovina quanto na salga dos pirarucus e piraíbas. Sal que era trazido de Belém para os locais em que esses produtos eram escoados em longas viagens nos pesados batelões e até sete toneladas forçados rio acima por cerca de trinta remeiros em cada um. Para estes, os tempos de paz e de violência eram um só, assim como para Cipriano Rodrigues. Lima ao descrever a vila a partir do momento de sua desestruturação após um conflito e das reminiscências daquele que o defendeu do ataque de Abílio Batata, nos induz a pensar na importância econômica dessas atividades, o que de certa forma justifica as lutas intestinas vivenciadas nesses povoados.

Mas também nos instiga a refletir sobre como o poder era exercido, por um lado por meio da cantiga de morte das carabinas papo-amarelo, manuseadas por determinados sujeitos como Cipriano Rodrigues, e por outro por aquelas atividades. Em última instância, Cipriano na condição de comerciante era, por conseguinte, mediador, das relações que as movimentavam. Exercia assim um poder simbólico junto a população desse povoado justamente por sua condição de mediador dessas relações conjugado ao domínio incontestado do uso das armas. Tal domínio era expresso invariavelmente por valores como valentia, macheza e lealdade. Sejam esses valores operacionalizados em prol da defesa de um povoado, na defesa de um amigo ou mesmo na vingança de um crime.

Cipriano foi um desses homens que passou a participar constantemente das refregas na região dos Vales depois de ter tido sua família destroçada. Ele teve a esposa vitimada em um assassinato, que as fontes não esclarecem como ocorreu e nem quem o praticou, mas que na narrativa de Lima é apresentado a partir de uma figuração recorrente nas fontes, principalmente nas memorialísticas e nas literárias: a imagem de um recém-nascido sendo jogado para cima e aparado na ponta de um punhal, ou, ainda, a imagem dos seios de uma mãe lactante sendo extirpados à faca. "Abriram-lhe [a

---

<sup>314</sup> LIMA, Moura. Op. Cit. p. 24-5.

esposa de Cipriano] impiedosamente o ventre a facão, retiraram ainda viva a criança e em seguida jogaram-na pra cima para espetá-la nos longos punhais, como se fosse uma melancia."<sup>315</sup> Ei-nos novamente diante da cena dantesca de uma criança aparada na ponta de um ferro. Problematizo-a novamente pensando agora mais especificamente em sua ocorrência na literatura.

É provável que esse fato tenha ocorrido algumas vezes na região. Menos provável é que ele tenha ocorrido com a frequência com que aparece nos relatos em várias situações. Entretanto, essa "figura" é emblemática no sentido de representar a percepção dos literatos em relação à violência. A recorrência dessa figuração representa na verdade duas coisas: a primeira, a recorrência com que crimes eram praticados com armas brancas, quais sejam facões, punhais e lapianas, principalmente nas execuções de inimigos feitos prisioneiros que eram rotineiramente sangrados, furados, degolados, castrados, tendo as orelhas cortadas, a pele retirada à faca dentre outras crueldades.

A segunda e talvez a mais importante é que essa figuração é a forma mais contundente que os literatos encontram para "dizer a violência". Presente na maioria das narrativas acerca de cangaço e cangaceiros, especialmente no que se refere aos bandos comandados por Lampião, sendo colhida numa memória passada de geração a geração, com certeza oriunda de testemunhos<sup>316</sup> em torno de fatos acontecidos.

Muito provavelmente tenha ocorrido com alguns recém-nascidos indígenas. Fato que se perdeu no tempo, mas que ficou plasmado pela oralidade em vários outros acontecimentos violentos em que crianças tenham sido brutalmente assassinadas, mas não aparadas na ponta de um punhal; ela ficou registrada na memória social como o ápice da violência, já que o recém-nascido "encarna", do ponto de vista simbólico, a própria vida, ou mais especificamente a possibilidade do constante re-nascer. Matar uma criança equivaleria atentar contra os próprios instintos de sobrevivência.

Nesse sentido, ao recorrer à figura do recém-nascido aparado pelo punhal, o literato quer exprimir o seu repúdio a uma violência generalizada, que ele considera inaceitável, mas que é, paradoxalmente, seduzido por ela, mas que sabe existir na realidade. A criança aparada pelo punhal ou os seios extirpados da lactante são figurativos, portanto, da máxima violência, aquela que transgride a própria violência enquanto elemento normatizador das relações. Quanto à violência, vivida como norma,

---

<sup>315</sup>Id. Ibidem.p. 24.

<sup>316</sup> Testemunhos semelhantes aos que nos referimos sobre a balaiada em capítulo anterior.

no máximo as atrocidades são representadas como "excessos". Na tentativa de controlar homens e terras por meio dela, promovia-se o descontrole dos homens.

O fato é que Cipriano Rodrigues, após ter combatido e expulsado Abílio Araújo (Abílio Batata) de Pedro Afonso em 1914 já galgara um patamar mais alto nas relações políticas na região. Segundo as memórias de Othon Maranhão:

A situação política passou, então, para as mãos de um grupo que se espantava da sua própria sombra e dos imaginários fantasmas, passando Cipriano a desempenhar importante papel na defesa da cidade. Ninguém previa que o humilde caipira viesse a destacar-se na organização administrativa de Pedro Afonso, nem que fosse capaz das maldades que praticou.<sup>317</sup>

Os "imaginários fantasmas" eram bem reais, sendo o principal deles Abílio Batata, com o qual o próprio Othon Maranhão uniria forças logo a seguir para combater mais uma vez Cipriano. Sua decisão em combater Cipriano deu-se devido a uma emboscada realizada por este ao seu irmão de criação Hildebrando Maranhão e José Américo que, estando eles em fuga de Pedro Afonso para Couto Magalhães, foram atacados por aquele, tendo três de seus homens mortos, sendo eles Sebastião, Claudio Fraga e José Nenêm. Hildebrando e José Américo foram aprisionados e conduzidos de volta a Pedro Afonso. A expedição de Othon Maranhão e Abílio Batata trataria, pois, de libertar José Américo e Hildebrando Maranhão. Embora o memorialista não esclareça em sua narrativa, se referindo mais a Hildebrando que a José Américo, é muito provável que este último se trate também de um seu irmão.

Othon Maranhão evidencia em seu relato a existência de uma rede de relações, na qual, colocar-se ao lado de um amigo, de um compadre, significava, na maioria das vezes, uma demonstração de lealdade, que era condição necessária para se garantir em eventuais necessidades futuras e/ou pagar um favor recebido com a mesma moeda. Depois da emboscada ele matutava:

Precisava procurar uma meio de libertar Hildebrando e nenhuma providência podia ser tomada a não ser pela força e, como devia agir se nunca havia praticado a violência? Além disso, quem seria capaz de me ajudar na organização de um grupo que pudesse enfrentar os bandoleiros de Pedro Afonso? [...]. Paramos, oramos, depois prosseguimos. Os pensamentos sucediam-se aos turbilhões, tudo impelindo-me para ir a Pedro Afonso. Pensei que, em Couto Magalhães, contava com alguns amigos, todavia para uma empreitada dessa natureza, talvez com bem poucos, ou nenhum.<sup>318</sup>

<sup>317</sup> MARANHÃO, Othon. **Setentrião Goiano**. 2 ed. Centro Gráfico do Senado Federal, 1990. p.56.

<sup>318</sup> Idem. p. 60.

Lembra-se então de Manuel Rodrigues Neto que, em certa ocasião, necessitava da ajuda de seu tio, Amâncio do Rego Maranhão, para "fazer um cerco" a Conceição do Araguaia, no que foi prontamente atendido. Segundo o memorialista, "esse ato e outros semelhantes contribuíram para firmar aliança entre a colônia maranhense, representada por meu tio Amâncio do Rego Maranhão e a baiana da qual Manuel Rodrigues era a figura principal".<sup>319</sup>

Em suas memórias é possível perceber também os deslocamentos que a violência provocava na região:

Em 1909, o ritmo do progresso, em Pedro Afonso, era animador e, nessa fase auspiciosa, chegava de Conceição do Araguaia, importante contingente, representado pelos irmãos Solinos, Cristino Moreira e parentes do falecido Leão Leda, que fora assassinado naquela cidade por um movimento popular, no dia 9 de março.<sup>320</sup>

Os irmãos Solino seriam os que antagonizariam Abílio Araújo (o Batata) e com a ajuda de Cipriano Rodrigues o forçariam a se retirar para a Bahia. Ou seja, o que provocava os deslocamentos desses homens não é, como quer Othon Maranhão, o "progresso" e sim a violência. A chegada de um "contingente importante", e as refregas resultantes das disputas pelo poder por esse contingente recém-chegado, força o deslocamento de Abílio Batata. Parte desse contingente chegou a Pedro Afonso devido ao assassinato do chefe político Leão Leda que por sua vez havia se deslocado para Conceição por ser perseguido pelas forças militares maranhenses como veremos adiante.

Mas voltemos à expedição de Othon Maranhão. Aqueles "poucos amigos" se transformaram, um pouco adiante na narrativa de Othon, em trinta e quatro homens bem armados, depois que recebeu a ajuda de Manuel Rodrigues: "Combinamos, então, encontrar-nos na fazenda Areias, no dia 10 de junho. Em Conceição do Araguaia, compramos dois cunhetes de balas para rifles (96 caixas) e partimos. Éramos 34 homens"<sup>321</sup>. O Grupo é acrescido de mais dez homens comandados por Joca Maroto, que também vinham em fuga de Pedro Afonso, e cinco homens de Abílio Batata que, segundo Othon, ali aparecera "por casualidade", pois todos o imaginavam em Santa Rita na Bahia já há dois anos, lugar em que se estabelecera após deixar Pedro Afonso. Joca Maroto coloca todos a par da execução dos prisioneiros Hildebrando e Martiniano

---

<sup>319</sup> Idem.

<sup>320</sup> Id. Ibidem. p. 15.

<sup>321</sup> Id. Ibidem. p. 63.

Carvalho. Mesmo assim, Othon não teve como mais se furtar ao ataque que já estava preparado e, ademais, tendo em vista que agora os "poucos amigos" já somavam 60 homens fortemente armados.

Magoava-me não ter chegado a tempo de salvá-lo, todavia, se o espírito ali baixasse, teria a satisfação de presenciar a dedicação dos amigos que deixara no nosso meio. Não era um grupo de bandoleiros. Ali estávamos cinco oficiais da Guarda Nacional, diversos comerciantes, auxiliares de comércio, farmacêuticos práticos, fazendeiros e alguns empregados acompanhando o patrão. Nenhum assalariado. Também não nos havíamos congregado para o mal, mas sim, para libertar um amigo aprisionado por elementos que só viam diante de si o fantasma do inimigo. [...]. Os adversários já haviam atravessado o ribeirão quando se deu o encontro. Não fosse o reforço congregado, tudo estaria perdido. Eram 68 homens [de Cipriano], enquanto o nosso grupo atingia apenas 60.<sup>322</sup>

Vencido esse primeiro combate às margens do ribeirão sob a liderança de Abílio Batata e colocando-se Cipriano Rodrigues em fuga, rumam para Pedro Afonso de onde expulsam o restante dos homens de Cipriano após três dias de escaramuças. Após derrotados os inimigos, encontraram escondido o Fiscal de Rendas José Bernardo da Silveira, que, segundo Othon Maranhão, apesar desse fiscal ser amigo de Abílio Batata, havia se aliado a Cipriano Rodrigues e participado junto a este da expedição contra Joca Maroto no Ribeirão. Ao ser encontrado, é sumariamente executado. A assepsia da narrativa do memorialista se restringe a dizer que:

foi assassinado sem a autorização do auto-comando [...]. Abílio não queria, de forma alguma, findar a excursão com fatos lamentáveis. No entanto, Maroto, Deocleciano e outros o obrigaram-no a lavar as mãos, como Pilatos. Naquela manhã [...] dois tiros, na rua do rio do sono, fizeram cair sobre Pedro Afonso a sombra espessa de profundo pesar.<sup>323</sup>

A narrativa de Othon Maranhão é totalmente asséptica. Ela enuncia a todo o momento uma justificativa por ter participado de uma ação violenta. O "alto comando" não deu ordens de executar prisioneiros; não haviam "homens pagos"; as execuções foram a tiros, não havendo "sangramentos"; a execução é-lhe motivo de pesar.

Ora, a forma mais recorrente dos chefes políticos, ou chefes de bando, que era o caso de Abílio Araújo, de manterem a lealdade de seus homens, principalmente durante os conflitos armados, era punir "exemplarmente", e de regra com a morte por sangramento, os traidores dessa lealdade. Por que então no episódio narrado por Othon, Abílio Batata teria agido diferente de outros eventos similares sobre os quais as demais

---

<sup>322</sup> Id. Ibidem. p. 65-6.

<sup>323</sup> Id. Ibidem. p. 68-9.

fontes indicam que ele não admitia nenhuma forma de traição, usando e abusando dessa forma de punição? Quanto a não haver homens pagos, mais uma vez, na narrativa de Othon Maranhão, Abílio Batata é apresentado de forma diversa de outras fontes. Embora ele zelasse pelas lealdades, como todos ali, em todos os outros relatos Batata aparece como um homem que, após ter assumido a "vida nômade de pilhagens", não entrava num conflito, mesmo ao lado de um amigo, sem antes negociar o preço do seu "adjuvório". Quando foi auxiliar Abílio Wolney no "barulho do Duro", por exemplo, apesar da reconhecida amizade que mantinha com o seu "chará Coronel", Abílio Batata só aceitou a incumbência depois de acertar com Wolney o preço de mil rezes para si, e outras mil para Roberto Dorado, outro chefe de bando que o acompanhava.

Por fim, o Deputado baiano expôs que Abílio Wolney, mais do que antes, continuava acenando com a paz, terminada a sua *Revolução*, inclusive havia rogado a sua intermediação, acrescentando que, naquela altura do mês de março de 1919, a grande maioria dos jagunços [Abílio Batata e seus homens] já haviam deixado a *Vila*, depois de pagos com os mais de 1.000 bois contratados para coadjuvarem na batida contra a oligarquia goiana.<sup>324</sup>

Abílio Araújo (o Batata) foi um homem que trocou a vida de fazendeiro pela de chefe de bando, colocando seus homens e suas armas a serviço de outros fazendeiros. Parece ter pesado o fato de que uma vida sobressaltada cuidando de terras, de gado e de homens e defendendo-os dos inimigos fosse menos "lucrativa" que a vida não menos sobressaltada de pilhagens pelo sertão adentro. Todas as narrativas a seu respeito, exceto a de Othon Maranhão, enfatizam suas pilhagens, primeiro aos inimigos daqueles a quem servia por uma boa paga, e, posteriormente, terminada a empreitada, àqueles que por desventura estivessem em sua rota de fuga. A prática da pilhagem era comum após conflitos específicos e dela participavam também as "tropas do governo". Seja por grupos de soldados desertores ou mesmo por oficiais graduados.

Póvoa, no já mencionado livro *Quinta Feira Sangrenta*, romance baseado na chacina da família Wolney em São José do Duro, faz uma interessante narrativa de cerca de dez páginas sobre o Capitão Antônio César de Siqueira. Em que pese a licença poética da literatura<sup>325</sup>, e até possíveis exageros de Póvoa, o conjunto das fontes

<sup>324</sup> NETO, Abílio Wolney Aires. Op. Cit. p.135-6.

<sup>325</sup> Há de se ressaltar que a "licença poética", nesse caso, é muito pouco utilizada, como é possível perceber na explicação inicial do próprio autor: "A narrativa às vezes foge aos padrões consagrados pela história. embora retrate fielmente o ocorrido, colocando no devido lugar as dimensões de uma das maiores tragédias da História de Goiás, não dizendo 'de menos nem de mais'. Nas páginas que se seguem,

evidenciam que o comportamento do Capitão Siqueira estava longe de ser uma exceção à regra. A narrativa é aportada entre os anos de 1923 e 1926, período que o Capitão havia sido destacado para combater o Coronel Abílio Wolney. Tendo o Coronel se refugiado na Bahia, o Capitão assume a "administração" do povoado do Duro na condição de chefe de polícia.

Em sua nova sede Siqueira se estabeleceu na casa de residência do Coronel Wolney, abandonada pela família, e no grande cômodo onde funcionara a farmácia do cel. Abílio, montou uma grande loja, com variado sortimento [...]. Este fato já foi suficiente para que a população começasse a desconfiar desse curioso espécime de militar e comerciante.<sup>326</sup>

O espécime em questão era do tipo que se valia do "poder discricionário" a ele concedido pelo governo do estado, quando em face de um conflito estabelecido, para amealhar bens e propriedades para si, ou, nas palavras de Póvoa, "locupletar" a si mesmo. E para tanto, valeu-se da tropa por ele comandada, montando uma estrutura de comércio invejável aos mais ricos comerciantes da região:

Havia soldados tropeiros, soldados vaqueiros, soldados pagos pelos cofres públicos para o desempenho das várias tarefas que o comércio exige. Os soldados tropeiros dirigiam-se aos municípios vizinhos para comprar açúcar mascavo, rapadura, farinha e outros produtos regionais para manter o estoque da loja, e frequentemente tropas carregadas de couro iam à Barreiras [na Bahia] onde eles eram vendidos e de onde vinham várias espécies de mercadorias. Para esses misteres, possuía uma grande tropa. Não foi necessário comprar animais. Havia tantos por aí... [...] Gado não faltava, estava aí o gado do Cel. Wolney, do Cel Abílio, de quem lhe desse na telha, pois ele não tinha que dar satisfações a ninguém. Os soldados vaqueiros estavam aí exclusivamente para campear gado alheio.<sup>327</sup>

A violência era sempre a arma mais poderosa tanto para realizar os saques quanto para que as práticas da pilhagem não fossem combatidas e, assim, um clima de terror era estabelecido pelos seus praticantes como medida preventiva contra possíveis contestações ou punir contestações já feitas e neutralizar uma eventual possibilidade de reação armada por parte daqueles que sofriam as pilhagens. De acordo com Póvoa, o

---

há um desfile de nomes de personagens importantes, não apenas para a História de Dianópolis, mas para a História mesma de Goiás, além da própria gente do povo, simples figurante dos acontecimentos". PÓVOA. Osvaldo Rodrigues. Op. Cit. p.7. O livro, que inclusive conta em sua estrutura com uma parte dedicada a "perfis e documentos", enquadra-se mais na categoria de obra memorialística e/ou romance histórico que propriamente na de romance ficcional.

<sup>326</sup> PÓVOA. Osvaldo Rodrigues. Op. Cit. p. 136.

<sup>327</sup> Id. Ibidem, p.136.

Capitão Siqueira nos quase três anos que permaneceu no povoado de São José do Duro "foi o árbitro supremo de tudo".

Um verdadeiro esquadrão da morte foi montado por ele [...]. Dependendo das circunstâncias, qualquer cidadão pacato podia incorrer na ira do abargantado Capitão.

Manoel Frigi e Estevão Elesbão tão logo a 4ª Companhia [comanda por Siqueira] se transferiu para a vila do Duro, vieram pedir garantias ao comandante, o primeiro tivera dois filhos, que lutaram ao lado do Cel. Abílio, embora ele mesmo nunca se tivesse envolvido em coisa nenhuma, do mesmo modo que Estevão Elesbão, o qual simplesmente fora vaqueiro do Cel. Abílio. Não tinha as qualidades para se fazer jagunço. Sob o pretexto de sair do perímetro urbano sem ser molestado por soldados, o Cap. Siqueira determinou que o Sargento Manduca conduzisse Manoel Frigi até fora da vila, no que deveria ser auxiliado pelos soldados Antônio Rocha, Manoel Pedro e Chico Mourão, que o executaram, assim que se afastaram da vila.

Do mesmo modo, foram fuzilados ou sangrados Estevão Elesbão, Marcolino, José Horácio (filho de Manoel Frigi), Apolinário Malheiro de Sousa (irmão de Elesbão), Tiago, Manoel Três Paus e muitos outros, cujos cadáveres insepultos serviam de pasto aos urubus e cães vadios. Além dos militares já referidos, fazia parte do esquadrão da morte o soldado Joaquim Teles, uma presença constante nos atos violentos. Muitas vítimas eram conduzidas para fora da vila numa simulação de que iam ser levadas para julgamento em Natividade. Fora, mandavam que elas corresse e atiravam pelas costas.

Às vezes atiravam nas pernas e quando os infelizes caíam, acabavam de matá-los a punhal. Cerca de 15 a 20 pessoas foram executadas por ordem do arbitrário Capitão, autêntico jagunço fardado.<sup>328</sup>

Nas práticas de pilhagem, davam-se as mãos jagunços e militares. A expressão "jagunço fardado" é bem apropriada para o Capitão Siqueira, haja vista que o mesmo, após prender Zeca Piauí, ex-aliado do Coronel Wolney, o liberta, justamente com o fito de se valer do ódio que aquele passou a nutrir por Wolney e incorpora Zeca Piauí e seus homens à sua tropa, metendo-lhe uma farda e divisas de sargento que, segundo Póvoa, era uma estratégia para não o acusarem de estar se utilizando de jagunços para dar caça ao Coronel Wolney.

Zeca Piauí, Joaquim Piauí, Luís Padre, Sinhô Pereira e sua "cabroeira" foram homens "arribados" dos sertões nordestinos, principalmente do Piauí e Ceará devido às perseguições das volantes em sua terra natal. Nessa fuga, tendo como rota a Bahia, deram com os costados no norte de Goiás e, nos primeiros momentos, colocaram-se a serviço do Coronel Wolney, e ficaram conhecidos como "os Piauí". Esses sim podem ser caracterizados como "cangaceiro clássico", tendo Luís Padre pertencido ao bando de Lampião, inclusive. Segundo Nertan Macedo, no livro *Abílio Wolney, um Coronel da Serra Geral*, muitos contemporâneos tanto das revoltas de Boa Vista quanto do "barulho

---

<sup>328</sup>Id. Ibidem. p. 140.



do Duro" acreditavam que Luís Padre e Sinhô Pereira teriam vindo para a região recomendados pelo Padre Cícero do Juazeiro ao Padre João de Souza Lima, uma das figuras mais proeminentes das chamadas revoltas de Boa Vista<sup>329</sup>.

Independente de não termos encontrado indícios nas fontes que confirmassem essa crença, sua existência revela que, no imaginário dos sujeitos da época, ao vincular o poder político à religiosidade, principalmente àquela do tipo praticada pelo Padre João, tomava como parâmetro o mesmo tipo de relação já conhecida previamente, no caso, as relações estabelecidas pelo Padre Cícero com Virgulino Ferreira, o Lampião. Nesse imaginário o Padre João de Souza Lima é referendado, ainda nos dias de hoje, como o "Padre Cícero de Goiás", o "Padre Coronel", o "Padre Jagunço" e epítetos afins.

Mas sondemos a participação de outro Padre naquele primeiro ataque de Carlos Leitão à cidade de Boa Vista. Voltemos, portanto, no tempo, para o ano de 1892, quando, no contexto da primeira revolta de Boa Vista, Frei Gil Vilanova interferiu no conflito.

Há inúmeras versões sobre os fatos referentes ao ataque de Carlos G. Leitão à Boa vista, tanto nas obras de memórias quanto na historiografia sobre a região. No conflito dessas versões se sobressai uma questão importante que se refere à participação de Frei Gil Vilanova. Diga-se, de passagem, muito do que foi escrito a respeito tem como base a própria narrativa desse frei acerca dos fatos.

Palacin, com formação em filosofia e teologia e ordenado padre pela ordem jesuíta, assume a narrativa do frei como a que mais se aproxima da "realidade dos fatos". Assim diz o autor:

como a narração de Frei Gil é muito mais sóbria e coincide substancialmente com as declarações do próprio Leitão, devemos tomá-la como reflexo real dos fatos. Deve ter sido em virtude destas considerações, e talvez do próprio processo, que Ignácio Xavier da Silva, a segue unicamente em seu livro<sup>330</sup>

Uma das contradições presentes nas fontes gira justamente em torno da participação de Frei Gil Vilanova no episódio durante o ataque, no qual, depois de fracassar em sua investida e sitiado na casa do seu apaniguado Francisco Acácio, o irmão de Carlos G. Leitão, Alexandre, teria solicitado que Frei Gil intermediasse a rendição de Leitão e seus homens, dando-lhes garantia de vida. No ato da negociação,

<sup>329</sup> Pelas ações desse Padre serem circunscritas ao que ficou conhecido com a "Segunda" e a "terceira Revolução de Boa vista" a partir de 1897, ano que retorna à cidade na condição de Vigário, e aqui estamos tratando apenas da "primeira", ele será apenas esporadicamente mencionado, quando necessário.

<sup>330</sup> PALACÍN, Luís G. Op. Cit. p.57.

que teria ocorrido na loja de propriedade de Alexandre, este foi fatalmente baleado, segundo a narrativa de Frei Gil, por um dos homens do Tenente Coronel Perna, Manoel Clemente. O homem estava "descontrolado" e atendia pela alcunha de Jacarandá.

Apesar da morte de Alexandre, as garantias de vida solicitadas pelos sitiados foram atendidas e, sob a proteção de Frei Gil, Carlos G. Leitão, seus familiares e seus homens puderam se retirar de Boa Vista num barco, o que encerrou, do ponto de vista bélico e militar, a primeira revolta de Boa Vista, circunscrita cronologicamente por Palacin entre 1892 e 1895. Posteriormente, Carlos Leitão acusaria Frei Gil de ter arquitetado a morte de seu irmão.

O fato é que as rixas entre Carlos G. Leitão e Frei Gil existiam. Tendo o primeiro assumido a Diretoria do Departamento dos índios, tomou para si o controle dos apinajés de Boa Vista, o que criou uma animosidade com o antigo diretor Frei Francisco do Monte de São Vito, que, de acordo com Carlota Carvalho, como vimos anteriormente, teria reduzido por meio de sua catequese uma população de quatro mil índios para o número de trezentos. Os dominicanos, assim como os capuchinhos, não admitiam nunca de bom grado que o controle dos índios ficasse nas mãos de civis, e Frei Gil não era exceção. Outrossim, as pregações desse frei contra a separação entre a Igreja e o Estado, na condição de correligionário do Partido Católico, a partir do advento da república, atingia diretamente Carlos G. Leitão como chefe do Partido Republicano em Boa Vista. O fanatismo religioso de Frei Francisco do Monte de São Vitor, praticado em meados do século XIX, reverberava aqui no final dele nas ações de Frei Gil Vilanova.

Carlos G. Leitão acusaria também o frei de ser o responsável pelo conflito.

Segundo Palacin:

Nas declarações que deu ao chefe de polícia [da capital], publicadas pelo diário do partido, de agressor passava a agredido, e a culpa principal recaía sobre Frei Gil, e conseqüentemente, sobre o partido católico. Frei Gil era, segundo essas declarações, quem voltando de Santo Antônio [povoado do Maranhão, onde se achava em desobriga], tinha restabelecido o juiz na Comarca, reintegrando-o na sua jurisdição. Com essa finalidade tinha trazido consigo de Sto. Antônio numerosos capangas recrutados no Maranhão.<sup>331</sup>

Evidentemente Frei Gil refutaria veementemente tais acusações, alegando, inclusive, que quem defendeu Boa Vista foi sua própria população que dali não arredou pé, isso enquanto os homens de Leitão eram em boa parte assassinos contumazes, como

---

<sup>331</sup>Id. Ibidem. p. 61.

é o caso de Joaquim Bala, que abordaremos mais adiante. Como era corriqueiro também, em relação às figuras públicas da região, incluindo os padres, por "falta de provas", Frei Gil foi inocentado em processo posterior. Em que pese todas as informações contraditórias acerca do ataque de Carlos Gomes Leitão à Boa Vista, as fontes analisadas até o momento me faz desconfiar de todas as versões no que se refere a quem tomou parte no processo e o porquê das participações.

A primeira questão que levanto é que pelas fontes estarem direcionadas, invariavelmente, por um posicionamento ao lado de, ou contra um determinado "coronel", de um padre, de um juiz, e irão tratar esses sujeitos como o foco da narrativa, colocando-os ora como os "heróis salvadores" de uma cidade sitiada, ora como os "facínoras" que irão tomá-la pelas forças das armas. Nesse sentido, dependendo de quem narra, um grupo ora é colocado como "uma população valorosa" que defende sua cidade, ora como um "bando de salteadores" da mesma. No que se refere a esse primeiro assalto por Carlos Leitão à Boa Vista, creio que ela não foi atacada apenas por um grupo de jagunços e tampouco foi defendida apenas pelos seus "valerosos" moradores.

Devemos nos lembrar das "populações transidas pelo medo", que nesses momentos debandavam, fugiam para os matos. Devemos nos lembrar de que muitos dos "cacundeiros" mantinham uma relação de lealdade aos seus chefes e que o rompimento dessa lealdade era, de regra, severamente punida, o que se dava, na maioria das vezes, com a morte. Nesse sentido, é improvável que Jacarandá tenha atirado em Alexandre sem ordem expressa do Tenente-Coronel Francisco de Salles Maciel Perna, caso este realmente o quisesse vivo. É também provável que Frei Gil soubesse o que aconteceria, se não por informação direta, ao menos pela sua longa experiência na região e seus conflitos, mas estaria, obviamente por interesses políticos, de mãos atadas para impedir a execução de Alexandre.

Entre os anos de 1892 e 1895, certamente Carlos Leitão era acompanhado no ataque por jagunços que viam a oportunidade para a costumeira pilhagem, mas é certo também que entre sua tropa de ataque havia muitos agregados de suas próprias fazendas, quanto de seus correligionários. Muito provável também que ao se deslocar de Santo Antônio para Boa Vista, que sabia estar em pé-de-guerra, para intermediar as negociações entre os lados beligerantes, Frei Gil tenha sido acompanhado por um número significativo de homens armados, que Carlos Leitão caracterizou como

"numerosos capangas recrutados no Maranhão", com o duplo objetivo de, por um lado se proteger de possíveis emboscadas durante o trajeto e, por outro, engrossar as tropas dos que pretendiam defender Boa Vista do ataque de Carlos Leitão.

Segundo a própria narrativa de Palacín, em momento posterior, passa a existir a eminência de um segundo ataque de Carlos Leitão que, após ser expulso de Boa Vista no episódio de março de 1892, envolvendo a morte de seu irmão Alexandre, vai à capital e, habilmente, com o apoio do Partido Democrata, consegue a intervenção do governo na questão. Atendendo sua solicitação, o governo do estado envia tropas comandadas pelo Capitão Augusto Alves de Castro que parte da capital em maio e chega à Boa Vista em junho para lá "restabelecer a ordem".

A notícia desta intervenção foi o sinal para uma mobilização geral em Boa Vista. De uma parte, a Intendência e o partido de Perna aumentavam seus efetivos até perto de mil homens, encomendavam um velho canhão a Grajaú e conseguiam a adesão dos índios apinajés, caraos e xerentes até 800 arcos. Da outra parte, em Filadélfia reuniam-se os remanescentes do grupo de Leitão em torno de Estevam Tavares, Joaquim Bala, João Cassiano, Francisco Acácio – Chico Curto –, Honorato de Almeida – reconciliado com o cunhado apesar de suas antigas promessas –, Gregório Acácio e capangas. Esperavam que a coluna militar os reporia no poder em Boa Vista.<sup>332</sup>

Creio ter já discutido o suficiente como esses "ajuntamentos" eram constituídos nesses momentos de conflito, mas aqui cabe ressaltar a participação dos "800 arcos" que, com certeza, caracterizou-se em uma adesão influenciada pelo missionário Frei Gil. Cabe ressaltar também a forma que Palacín se refere aos "remanescentes" do grupo de Leitão que gravitavam em torno dos nomes por ele referidos, culminando por "Gregório Acácio e capangas", seguindo a mesma caracterização feita no relato de Frei Gil que ele usara como fonte. Nesse sentido, Palacín consciente ou inconscientemente opaciza o "grupo" que, em sua maioria, devia ser constituído de agregados dos sujeitos nominados e, destaca estes e seus "capangas" sabidamente praticantes de pilhagens e morticínios no processo narrado.

O Capitão Augusto Alves de Castro procede a rápido, e com certeza, superficial inquérito sobre o conflito e retorna à capital, "orientando" o grupo de Carlos a Leitão a se dissolver. Evidentemente tal "orientação" significava o mesmo que "fazer vistas grossas" para a situação.

---

<sup>332</sup>Id. Ibidem. p.62.

Ao contrário dessa "orientação", o grupo foi acrescido por praças da tropa do Capitão Augusto Alves de Castro, que tinham ordens de voltar à capital, mas desertaram e juntaram-se ao grupo de Carlos Leitão que passou a praticar o que nas fontes aparece como "todo tipo de excessos". Para a dúvida aqui se, mais do que fazer vistas grossas aos desmandos de Carlos Leitão, a deserção dos soldados não tenha sido proveniente de uma ordem dada extraoficialmente nos bastidores do conflito, ou se preferirem, de uma "orientação" extraoficial.

Na verdade, tais "excessos" eram a regra em momentos como esses e eram praticados por homens como Joaquim Bala, um dos homens do grupo de Carlos G. Leitão e que aparece nas fontes como um "homem nascido para a violência", dada a recorrência com que praticava tais excessos. Infelizmente não me foi possível construir-lhe uma biografia, mesmo que breve e lacunar, dada a primazia das fontes em se preocupar mais com os atos do que com os homens quando estes não ostentassem uma patente mínima da Guarda Nacional, ou, mesmo sem esta, uma considerável riqueza.

Entretanto, posso inferir que Joaquim Bala, assim como vários outros sujeitos que aqui aparecem empunhando suas carabinas, punhais e lapianas, é da categoria de sertanejo dos Vales que um dia foi vaqueiro/agregado em uma fazenda e por meio da valentia conquistou a lealdade de um chefe político e foi leal a ele, ou teve um familiar assassinado injustamente, como no caso de Cipriano Ribeiro, ou, simplesmente, tenha se cansado da extrema exploração enquanto agregado e optado pelas pilhagens em bando, ou, ainda, que tenha experimentado em momentos distintos de sua vida todas estas situações. Dito de outra forma, Joaquim Bala é representativo do tipo de sertanejo que fez uma opção consciente sobre o uso da violência como forma de viver a vida.

Ele era um desses homens que se deslocavam na região indo para onde o cheiro da pólvora os conduzisse. Era um desses homens que, tendo seus chefes resolvido suas querelas com os adversários e vendo-se "liberados" de um conflito específico, ou ainda fugindo após um mal sucedido, juntavam um pequeno grupo, variando de dez a trinta homens, e eventualmente se tornavam nômades, matando e pilhando por onde passavam; ora esse pequeno grupo agindo autonomamente, ora engrossando outros grupos como os de Carlos Leitão, que podiam chegar a quinhentos homens e, em circunstâncias específicas, ultrapassar a casa do milhar.

Uma das atrocidades que vários relatos atribuem a ele e, ao que tudo indica, o mesmo tinha prazer em praticar, era crucificar seus prisioneiros, perfurando-lhes o pulso

a punhal, passando-lhes cordas através dos ferimentos e amarrando-os nos mourões das cercas.

Apenas um rastro de sangue ficou assinalando-lhe a façanha: no dia 13 [agosto de 1892] foi iniciada a peregrinação de verdadeiro canibalismo – atacaram, nesse dia, a fazenda Curicaca, de Demétrio Lopes, que morreu barbaramente crucificado entre chacotas e risos da horda maldita, do mesmo modo se findaram os dias de Silvano Barbosa, Gonçalves e Tanobam, ainda na Curicaca, que foi saqueada; daí se dirigiram para a fazenda S. Salvador, cujo proprietário Antonio Lopes de Figueiredo, mulher e filhos foram deixados em completo estado de nudez, sendo levado tudo que de valor existia na fazenda, onde, vítima dos desatinos do bando, ficou sem vida um soldado desertor [que havia aderido ao bando]; a 16 foi assaltada a casa de Viriato José de Sousa, onde saquearam joias, imagens, roupas e tudo que foi possível ser conduzido, sendo repetida a façanha, no dia 18, em casa de José da Mata Lisbôa... E o rastro de sangue se perdia num verdadeiro labirinto.<sup>333</sup>

Essas pilhagens duraram até fins de agosto, quando os praças desertores foram presos e o restante desse grupo foi rechaçado pelas forças do Tenente-Coronel Perna. Mas apesar de rechaçado, Joaquim Bala, continuou suas pilhagens como era prática desses homens durante suas fugas. Era prática também permanecerem alguns meses acoitados em alguma fazenda ou mesmo embrenhados nos sertões até serem novamente convocados para a luta. A última notícia que Xavier da Silva nos dá de Joaquim Bala e seus "excessos" envolvido nos conflitos de Boa Vista é em fevereiro de 1894, quando junto com Xico Curto e Gregório Acácio atacaram a fazenda "Aldeia" do Tenente Coronel Wanderley. Nesse episódio, prenderam em sua própria fazenda

O Tet, Coronel Wanderley e mais dezoito membros de sua família, entre filhos, netos e genros. [...]. Inúteis foram os protestos do septuagenário, assistiu ao espancamento de sua família amarrado à cerca, em sua frente. Xico Curto entregou uma corda a Joaquim Bala dizendo:

\_ Esta é para o velho.

Logo furaram-lhes os pulsos e atravessaram a corda pelas feridas, amarrando-o num mourão. Um a um, e a seus pés, tombavam os filhos, friamente assassinados à faca. [...]. Nesta posição permaneceu até que, acabada a horrível cena de sangue, recebeu um tiro do lado esquerdo. Em sua agonia desesperadora, a vítima sofreu ainda nove facadas pela mão de Joaquim Bala...<sup>334</sup>

Parsondas de Carvalho, irmão de Carlota Carvalho, viajando pela Região dos Vales em 1902 e colhendo informações sobre as "guerras republicanas" para escrever sobre as mesmas no jornal *A Pacotilha* fala de como tais "excessos" praticados por

<sup>333</sup> SILVA, Ignacio Xavier da. **O Crime do Cel. Leitão**: sedição na Comarca de Boa Vista do Tocantins, do Estado de Goiás – 1892 – 1895. Goiás. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935. p.93-4.

<sup>334</sup> Id. Ibidem. p. 118.9.

Joaquim Bala e por outros sujeitos ficaram registrados na memória dos homens e mulheres da região que lhe davam depoimentos e que:

guardavam lembrança do que tinham visto os soldados praticar na 'Guerra da Boa Vista' e as tragédias horrorosas da matança dos Wanderleys e do Livrenos-Deus e se retratava nos fatos recentes que os proscritos do Grajaú repetiam. As mortes de Hermógenes Rodrigues, Constâncio, Francisco Monteiro e o suplício de Martinho Piauí e seus dez companheiros de infortúnio espacandos até caírem desfalecidos e depois sangrados para a carne não ficar enfezada, provam que a obediência e a humildade não salvaram ninguém.<sup>335</sup>

Mas os referidos excessos eram praticados também, como já vimos, por aqueles "espécimes de militares" que praticam as pilhagens das propriedades e dos bens dos "inimigos do Estado". Após a debandada do grupo comandado por Joaquim Bala é mandada pelo governo do Estado uma companhia do 5º Batalhão de Infantaria à Boa Vista, comandada pelo Capitão Antônio Francisco Mendes Machado e destacada para se juntar ao restante da tropa do Capitão Augusto Alves de Castro, que ali ficara aquartelada após sua partida.

O recém-chegado Capitão Machado, na condição de Delegado de Polícia deveria ali ficar para "manter a ordem" após a retirada do antecessor. Mas diferentemente daquele, que teria "orientado" o grupo de Carlos Leitão a se dissolver, o Capitão Machado, segundo Xavier da Silva, acolheu o grupo em Boa Vista:

Altino Coelho de Souza, que na horda chefiada por Xico Curto [Francisco Acácio] se revelara um chacal insaciável, esfregava as mãos de contente entre os poucos livros e processos que escaparam ao saque no cartório. Agora era ele o Escrivão e o cargo ser-lhe-ia rendoso. Para ele, havia sido, pois, bendita a atitude do Delegado Machado e da Força Federal, metendo no xadrez o Tte. Cel. Perna e seus amigos e abrindo as portas da cidade ao grupo leitônico.<sup>336</sup>

Ao que parece, o Capitão Machado, diferentemente do seu colega de farda, Capitão Siqueira em São José do Duro, não quis montar uma estrutura de comércio para disfarçar a pilhagem, preferindo coadunar seus interesses com os do grupo de pilhagem de Carlos Leitão. De Qualquer forma, os desmandos em relação à população atingiram os mesmos patamares e, em alguns casos, até mesmos piores que no povoado do Duro. Em Boa Vista "a noite ainda encontrou os soldados do 5º Batalhão varejando as casas...

---

<sup>335</sup> CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA:Ética, 2007. p. 328. "A Guerra do Leda" é uma publicação de Parsondas de Carvalho que foi inserida na íntegra no livro de Dino Sálvio. Nele, Carvalho, por sua vez, transcreve uma série de matérias jornalísticas de sua autoria que podem ser encontradas também na seguinte referência: ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31.

<sup>336</sup> SILVA, Ignacio Xavier da. Op. Cit. p. 95-96.

uns não passavam do compartimento onde qualquer objeto de valor os detinha e outros, ameaçando, espancando, ingressavam nos quartos à cata de mulheres..."<sup>337</sup>

O Capitão Machado aparece na narrativa de Xavier da Silva como mais um "jagunço fardado" e a caracterização do grupo de Carlos Leitão segue os mesmos passos da construída por Frei Gil e Palacin.

As ruas de Boa Vista regorgitavam de ébrios, de bandidos e assassinos. Xico Curto e Gregório Acácio, dos quais não se separava o Cap. Machado, qual istriões, convidavam o povo a visitar a sala imunda de uma casa abandonada e desde que, por curiosidade ou por medo, alguém ali entrava logo se via obrigado a beijar uma grotesca escultura em casca de cajá.

\_Beije! Beije! – rosnava Xico Curto – é o retrato de Frei Gil! [...]. Por aquela casa passava uma escolta, que fez alto à voz do Cap. Machado, para continuar a marcha, depois de receber esta ordem: 'Tudo quanto pertencer ao Perna deve morrer'.<sup>338</sup>

A coincidência das três narrativas ao caracterizar o grupo de Carlos Leitão como constituído apenas de jagunços e assassinos, creio, deve-se primeiro ao fato de os dois primeiros serem padres e Xavier da Silva ser sobrinho de outro Padre, de quem é homônimo e a quem dedica o livro. Nesse sentido, a referência à zombaria da imagem de Frei Gil não é gratuita. Além disso, tanto Frei Gil quanto o tio do autor, Monsenhor Ignácio Xavier da Silva, eram inimigos políticos declarados de Carlos Leitão. Sobre isso, o próprio autor declara em nota inicial ao leitor:

As circunstâncias de meu parentesco com o adversário [o tio] dos Bulhões e o fato de me valer de seu jornal, poderia suscitar dúvidas: tive, por isso de [...] colher dados através de documentos autênticos ou por estes confirmados. [...]. Os diálogos foram extraídos de inúmeros depoimentos e se encontram neste trabalho sem qualquer alteração. Muitos, até, pecam pela imperfeição gramatical, mas são autênticos.<sup>339</sup>

Evidentemente que a advertência do autor não invalida o uso dessa fonte que, como as demais evidências que apresentamos por meio do conjunto das fontes nessa tese, são representativas das práticas de violência na região. Por outro lado, auxilia-nos no entendimento de que subjacente as três narrativas referidas há o discurso autorizado tanto pelo poder político quanto por uma matriz religiosa que, na região, caminharam invariavelmente juntos.

Ainda segundo Xavier da Silva, após terem recebido a ordem de que tudo que pertencesse a Perna deveria morrer, a soldadesca deu vazão aos instintos sanguinários:

---

<sup>337</sup> Id. Ibidem. p. 96.

<sup>338</sup> Id. Ibidem. p. 100.

<sup>339</sup> Id. Ibidem. Nota ao Leitor. p. XI.



Homens, mulheres e crianças, eram impiedosamente sacrificados, pois que mais sangue exigiam as hienas insatisfeitas. Pouco adiante da cidade, o destacamento cruzou com quatro homens.

\_ Voce é católico? Indagou a um deles o comandante.

\_ Sim. Sou católico...

Foi o bastante a resposta para que recebesse cinco tiros. Os demais, que não puderam reagir, nem escapar à sanha incontida dos bárbaros carrascos, sofreram o mais duro castigo \_ depois de castrados, tiveram arrancados os olhos; arrancaram-lhes a pele, retalhando-lhes a carne. E quatro corpos rubros de sangue, ficaram beijados por um sol loiro, muito loiro.<sup>340</sup>

Para fazer frente a tais atrocidades, entra na cena dos conflitos de Boa Vista, em janeiro de 1893, o sertanejo de origem nordestina José Dias Ribeiro, Fazendeiro na região circunvizinha à Boa Vista, tenente das forças militares brasileiras que, à revelia das autoridades a quem deveria submeter-se, tornou-se "líder revoltoso", tanto do ponto de vista político quanto militar nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins e, após a prisão do Tenente Coronel Perna, que foi mandado para o Rio de Janeiro por ordem do Ministro da Guerra, José Dias assume a tarefa de dar combate ao grupo de Carlos Leitão. Reúne cerca de trezentos homens armados e marcha sobre Boa Vista, tendo como um dos objetivos libertar vários prisioneiros do Capitão Machado que, segundo Xavier da Silva eram:

Raimundo Braga, João de Barros, Tito de Brito e Alferes Francisco Inácio [que] foram metidos numa só corrente, sustentando cada um seis quilos de ferro sobre o pescoço. Para os demais, coube um grosso tronco de madeira, onde, presos pelas mãos ou pelos pés, permaneciam privados de qualquer garantias, tolhidos, até, de satisfazerem a mais exigente necessidade fisiológica, aguardando o espingardeamento que lhes estava sendo concertado pelos facínoras.<sup>341</sup>

Mantidos assim no tronco por ordem direta do Capitão Machado, a ideia era utilizar os prisioneiros como reféns na eminência do ataque, como ocorreu em São José do Duro, mais de duas décadas adiante, e caso não funcionasse, deveriam ser executados ali mesmo no tronco, similar ao que ocorreria mais tarde com a família Wolney, que ficou presa ao tronco, no povoado do Duro.

Aos primeiros sinais do ataque de José Dias, o Capitão Machado bate em retirada para Porto Franco e, em quatro de Janeiro, recebe uma mensagem de José Dias, um "abaixo assinado" em nome dos "povos da comarca de Boa vista". O documento é subscrito por José Dias Ribeiro, Belizário Vaz de Azevedo e "outros". Após votos de "saúde e fraternidade", conforme transcrição do documento no livro de Xavier da Silva,

<sup>340</sup> Id. Ibidem. p. 100.

<sup>341</sup> Id. Ibidem. p. 101-2.

Dias informa ao Capitão Machado que a invasão à Boa Vista tinha o fito de evitar a chacina dos prisioneiros.

O Capitão Machado responde imediatamente, de modo lacônico, em mensagem de apenas sete linhas, e informa a José Dias que se retiraria de Porto Franco e se apresentaria ao quartel na capital, local em que teria sua "vida garantida" e, assim, devolve os votos de saúde e fraternidade. Tais votos, que encerram as mensagens da parte de Dias, era um sinal claro ao Capitão Machado de que não seria perseguido pelo mesmo caso se retirasse da região prontamente e, da parte do capitão, ao devolvê-los, um sinal a Dias de que aceitava o "acordo tácito" por ele proposto.

Apesar da retirada do Capitão Machado, durante todo o ano de 1893 houveram inúmeras escaramuças bélicas entre o grupo de Carlos Leitão e o de José Dias, este comandando pessoalmente suas "tropas" e aquele dando ordens à distância ao grupo chefiado por Xico Curto e Joaquim Bala. As mortes contabilizadas de ambos os lados ultrapassaram a casa de três centenas apenas naquele ano. Um novo emissário do governo chega à Boa Vista, objetivando estabelecer a Paz: o Major Grounwell, que consegue que um tratado fosse "assinado [...] pelo Major e Dias [...], a 7 de setembro [de 1893 e], tinha como pontos fundamentais a anulação de todos os processos de crime e cíveis instaurados contra pessoas e bens dos dois grupos beligerantes"<sup>342</sup>

Mas o tratado não foi respeitado e os grupos continuaram se degladiando e, agora, com muito mais ferocidade, principalmente depois da chacina da família Wanderley, promovida por Joaquim Bala e Xico Curto no início de 1894. Além disso, por intermédio de Carlos Leitão, o Major Grounwell foi substituído pelo Tenente José Inácio Hesketh, que passou a agir nos moldes do Capitão Machado. Durante todo o primeiro semestre desse ano, o morticínio continuou de lado a lado e só em setembro teve fim, a partir de um cerco à Boa Vista, iniciado em agosto por José Dias que levou o Tenente Hesketh e os homens de Carlos Leitão, vencidos pela fome, a capitular ocasião em que um "termo de rendição" foi assinado pelo referido tenente e por José Dias.

Tal termo, além de assegurar a retiradas das tropas contrárias a José Dias da região, elevou o "General do Sertão" a uma situação política privilegiada: "[...]. 4º) o chefe José Dias Ribeiro manterá a ordem pública, velando pela tranquilidade de todos, salvo os que se acharem envolvidos em crimes comuns, que tenham de responder a

---

<sup>342</sup> PALACÍN, Luís G. Op. Cit. p.74.

processo e júri; [...]”<sup>343</sup>. Findava-se, assim, a chamada primeira revolução de Boa Vista. E o fato de José Dias ter enfrentado o poderoso Carlos Leitão<sup>344</sup> e tê-lo vencido deixou profundas marcas nas relações políticas da região, colocando os demais chefes políticos de sobreaviso. Entretanto, se muitos dos homens que participaram dos conflitos armados na região tiveram suas façanhas contadas e recontadas pelo memorialismo e pela historiografia, merecendo alguns, como Carlos Leitão e Abílio Wolney, obras específicas de alguns autores, sobre José Dias Ribeiro pesou um intrigante silêncio após sua participação nos conflitos armados na região dos Vales.

#### 4.4. SILÊNCIAMENTOS E ELOQUÊNCIA DA MEMÓRIA: Encontros de sangue

Os relatos conhecidos sobre José Dias Ribeiro são, apesar de persistentes, esparsos e lacunares. Refazer os passos de sua história colhendo indícios de sua memória é importante principalmente por evidenciar como estratégias destinadas a apagar determinadas lembranças podem ser reencontradas quando buscamos na memória da violência os traços das histórias dos homens violentos.

Apesar dos esforços para apagar José Dias Ribeiro, um dos arquitetos da violência, dos relatos e das memórias sobre os vales dos Araguaia e Tocantins, sobreviveu ao tempo um conjunto de relatos sobre esse caudilho, que foi escrito pelo jornalista maranhense João Parsondas Carvalho e publicado no Jornal *A Pacotilha*, de São Luís – MA, o que leva a condensar sua presença na história da região, isso no momento mesmo em que, com suas últimas forças, lutava contra os muitos inimigos que lhe declarariam silêncio eterno, mas que, se diluindo em narrativas, permaneceria vivo de diversas formas. Surgem aí os rastros da marcha de um homem afeito à violência e ao poder, que em nada parece referir-se a alguém prestes a desaparecer.

---

<sup>343</sup>Id. Ibidem. p. 79.

<sup>344</sup>Após a derrota Carlos Gomes Leitão se retira para a confluência dos rios Itacaiunas e Tocantins e é atribuído a ele tanto a descoberta do caucho (planta produtora do látex) nessa região quanto seu povoamento a partir da fundação do Burgo Itacaiunas, que oportunizaria o surgimento posterior da cidade de Marabá-PA em consequência de tal descoberta. Viveu ai até falecer em abril de 1904.

Contemporâneo de José Dias, João Parsondas Carvalho, jornalista nascido em Grajaú<sup>345</sup>, publicou, entre 20 de janeiro de 1902 e 02 de fevereiro de 1903, no *Jornal do Brasil*, localizado no Rio de Janeiro e, concomitantemente, no *Jornal A Pacotilha*, de São Luís - MA, um conjunto de matérias sob o título de *O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX*, no qual, além de noticiar os acontecimentos da década de 1890, narra momentos decisivos na História dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Em uma das matérias, veiculada no dia 07 de fevereiro de 1902, Parsondas Carvalho relata acontecimentos de setembro de 1894:

Conduzidos por José Dias, o guerrilheiro, os deodoristas resistiram à Legalidade e seguiu-se uma guerra de três anos, que teve como epílogo a capitulação da força federal [...] Não sei por que título a fazenda Cordilheira, finda a guerra, passou a ser propriedade de José Dias, que a política nomeou coronel da Guarda Nacional de Boa Vista, depois da anistia.<sup>346</sup>

Trata-se da mesma fazenda que esteve em mãos de Carlos Gomes Leitão e que agora passava às mãos de José dias como "espólio de guerra". Indiscutivelmente foi Carvalho quem registrou as experiências datadas que colocou José Dias Ribeiro no centro das relações de poder no final do século na região dos Vales, isso ao afirmar, recorrentemente, ter sido a habilidade militar desse chefe o aspecto definidor para que, no ano de 1894, as forças federais instaladas na região tivessem sido batidas.

Contudo, a narrativa de Carvalho nos jornais em referência não está preocupada em contar a história de vitória de Dias sobre Carlos Leitão, mas sua marcha ao lado de Leão Leda, outro caudilho do sertão que viveu sob a égide das matanças e pilhagens, pelos sertões maranhenses. A primeira matéria, veiculada no *A Pacotilha* do dia 01/02/1902, traz o relato do início da viagem realizada por José Dias Ribeiro e Leão Leda, em 17 de julho de 1899, à região de Carolina e de Grajaú, sul-sudoeste do Maranhão, período em que esse homem, denominado por vários narradores como o "General do Sertão", era considerado chefe político e comandante militar de parte da região dos Vales. Nessa ocasião, acompanhado de trinta homens, pretendia auxiliar Leão Tolstoi Leda na venda de terras e gado no Maranhão<sup>347</sup>:

Leão Leda tinha conseguido que o Coronel José Dias Ribeiro o acompanhasse como amigo, até suas fazendas. Julgando que disso não lhe viria responsabilidade, José Dias havia acedido. Da Cinta ao Canto Grande

<sup>345</sup>Cidade localizada no sudoeste do Maranhão.

<sup>346</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31. [Matéria veiculada na Edição do dia 07/02/1902, fls. 04.]

<sup>347</sup>ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. *Ibidem*, loc. Cit. [Matéria veiculada na Edição do dia 01/02/1902, fls. 04.]

[fazendas de Leda] havia cinco léguas. Aí ficou José Dias enquanto Leão foi a Balsas e ao Riachão tratar de seus negócios. Tinha prometido esperá-lo para ajudá-lo na condução do gado ou para, se assim fosse preciso, tomar conta do trabalho da pega e condução dos gados, a fim de Leão se retirar, evitando a necessidade de resistência<sup>348</sup>.

Aparece aqui um vínculo entre José Dias e Leão Leda. A família Leda havia protagonizado uma das mais violentas lutas políticas durante o Período Imperial, na qual se digladiaram os Partidos Conservador e o Partido Liberal, nos sertões do Maranhão. Leão Leda era o herdeiro dessa tradição política e militar da família. A morte do Promotor Público, Estocolmo Eustáquio Polary, em agosto de 1898, foi atribuída a Leão Leda e a seus companheiros, os irmãos Moreira, entre os quais o seu genro Tomaz Moreira. Leão Leda teve de sair fugido de Grajaú e praticamente todos os que tiveram contato com ele passaram a ser perseguidos pelas tropas do Governo do Maranhão.

O relato da morte de Polary já demonstra uma preocupação do governo do Maranhão com um movimento sedicioso, na verdade um movimento de resistência às incursões das "Forças do Sertão" organizado por Leão Leda e com o apoio de José Dias Ribeiro.

Em Grajahú, no dia 16 de Agosto do anno passado [...], foi assassinado publicamente na rua principal da cidade com três tiros e diversas punhaladas o Tenente-Coronel Estolano Eustáchio Polary, que exercia naquela localidade o cargo de Promotor Público, sendo o crime agravado por actos da mais requintada crueldade. [...]. Chegavam também ao meu conhecimento notícias de que em outros pontos do alto sertão, Imperatriz e Carolina, suspeitava-se de perturbação na ordem pública [...]. As comunicações, que a esse respeito me foram dirigidas, pelo Procurador Geral do Estado e pelo commandante das Forças do Sertão davam como possível movimento revolucionário, em toda aquella parte do Estado, auxiliado por políticos influentes da Comarca de Boa Vista do Estado de Goyás<sup>349</sup>.

O relatório aponta Leão Leda como mandante do assassinato e seus executores como sendo "Francisco de tal, vulgo Chico Gallo, Rosendo de tal, João Felipe e Hermenegildo de tal, vulgo Hermenegildão" e, ainda, que os mesmos teriam se retirado tranquilamente para a casa de Leão Leda onde este esperava a notícia do sucesso da "empreitada". Com certeza esses eram daquele tipo de agregados que os chefes mantinham como "cacundeiros" para esse tipo de necessidade, diga-se, de passagem, que das dezesseis testemunhas constantes do inquérito, a maioria se referiu a Chico Gallo como trabalhando há muito tempo "a serviço" de Leão Leda. No mesmo relatório,

<sup>348</sup> Ibidem, loc. cit..

<sup>349</sup> Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1899.

em documento anexado pelo referido Procurador e com data de 1º de dezembro de 1898, este tenta minimizar essas preocupações, mas os acontecimentos por vir mostrariam que sua análise da conjuntura estava equivocada. O Procurador Geral a expõe da seguinte forma:

A agitação dos espíritos era enorme. Mas não trepidamos: expedido o mandato de prisão. Seguiu uma diligência de cinquenta praças. [em] 7 de outubro sob as ordens do Capitão Pedro Ascenço da Costa Ferreira e do Alferes Bernardino da Silva Leite. A opinião geral era que esta força seria desbaratada pelo Bando de Leão Leda, tal era o terror que esse cabecilha infundia ao povo do alto sertão. [...]. não desanimaram, porém [com a fuga de Leão Leda para Carolina e posteriormente para Boa Vista], os novelleiros mais obstinados. Inventando desculpas de toda sorte para o fracasso dos amotinados. Apregoavam em alto e bom som que a revolução ia rebentar. Que em breve o sertão estaria conflagrado. Falava-se então com muita insistência que José Dias, rebelde annistiado, mas não emendado, da Comarca de Boa Vista, em Goyáz, estava prompto a prestar auxílio de grande pessoal à Leão Leda. Boa vista é de facto o refúgio dos criminosos do sertão Maranhense. Para lá seguiram Geminiano e mais assassinos de Francisco Serqueira e família: para lá correm todos aquelles que se veem perseguidos pelas justiças das comarcas sertanejas. De lá fogem todos os que não se sujeitam à caudilhagem de José Dias.<sup>350</sup>

Apesar da tentativa do Procurador Geral José Eusébio de Carvalho Oliveira demonstrar sua própria coragem e das Forças do Sertão, a menção a José Dias não deixa dúvidas quanto às preocupações que o auxílio deste a Leão Leda causava na região. Em sua fuga, o que eu diria ser mais uma retirada estratégica, Leão Leda passou por Carolina e Pedro Afonso, locais em que não teria sido bem recebido, o que o levou a finalmente instalar-se com a família em Boa Vista<sup>351</sup>, travando, então, relações de proximidade com Dias e seus apaniguados.

Tal proximidade contextualizada no momento das "guerras republicanas", na qual Leão Leda passou a ser o inimigo declarado do Estado, deu ensejo a uma série de atos de violência contra Leão Leda desfechados pelo Estado do Maranhão que mantinha "como força material, capaz de ser usada no caso de uma rebeldia de Leão, era cuidadosamente conservado e prestigiado um Francisco Serqueira, chefe de um grupo de facínoras, morador na Serra da Cinta"<sup>352</sup>.

Como soubemos pela pena do Procurador Geral do Estado do Maranhão, a possível rebeldia de Leda se concretizou muito rapidamente com a morte de Francisco

<sup>350</sup> Ibidem.

<sup>351</sup> Onde iria encontrar o Padre João de Sousa Lima que retornaria à Boa Vista, no ano 1897 como vigário da Comarca e contra o qual Leda iria protagonizar o que ficou conhecida como a "segunda revolução de Boa Vista". Mas esta é uma outra história da qual não pudemos tratar aqui.

<sup>352</sup> CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. Op. Cit. p. 158.

Serqueira já em janeiro de 1889 na fazenda Pau Ferrado. Foi morto por Geminiano, filho de Antônio Alves Ferreira, proprietário dessa fazenda e irmão de José Felix, ambos assassinados a mando de Serqueira. O motivo das mortes teria sido por inveja: depois de ter vendido a referida fazenda a Antonio, aquele passou a destilar ódio mortal ao comprador que a fizera progredir. Após a morte do pai e do irmão de Geminiano, ocupou e saqueou a fazenda juntamente com praças das "forças do sertão" que davam caça a Leão Leda. Isso, somado ao descaso das autoridades do governo maranhense em relação a morte de seus familiares, provocou a ira de Geminiano.

Em longa transcrição de documento escrito por uma sobrinha da viúva de Antônio, D. Joana Maria de Novaes (esta não era letrada), e assinado por Geminiano Ferreira Antunes e seus irmãos e endereçado aos "Exmos, representantes da nação", a família enlutada se queixa das "autoridades estaduais e força estadual do Maranhão", narrando minuciosamente o descaso de tais autoridades com a morte do patriarca da família e o desfecho do saque à fazenda. A queixa da família evidencia tanto a proximidade entre ela e Leão Leda e José Dias quanto o início da série de morticínios que se "esparramou" pelos altos sertões Maranhenses.

No começo da noite de 15 de setembro de 1897, a bala do assassino matou em sua própria casa a José Felix Ferreira. Buscada pela derradeira vez a justiça do Grajaú, o juiz de Direito dr. Adolfo Eugênio Soares Filho disse a Geminiano Ferreira Antunes que na luta entre sua família e Francisco Cerqueira, o que pudesse mais esmagasse um ao outro, visto como ele nada podia fazer, por ser Cerqueira do partido que governava, cujos chefes tinham-no necessário e que não voltasse mais lá com queixas. [...]. Tomou [Geminiano] uma resolução desesperada: transpôs o Tocantins e foi buscar homens de armas no território de Boa Vista. [...]. Na noite de 14 de janeiro de 1898, Geminiano, com doze homens, trazidos, cercou a casa de Cerqueira e quando o sol, limpo de nuvens, se alterou por sobre o mato do riacho Cavalhada, começou o fogo, um duelo, depois de prévia intimação e com todas as regras de lealdade. Morreram sete homens do lado de Cerqueira e um da gente que acompanhara Geminiano.[...]. Depois aconteceu que Leão Leda [...] resistiu a uma intimação de prisão no lugar Carolina [a fazenda, não a cidade], e tanto bastou para que a força estadual do Maranhão, destacada no Grajaú, se derramasse no sertão, matando e queimando as casas dos suspeitos de amigos de Leão Leda e essa força queimou a casa e o engenho do Pau Ferrado.<sup>353</sup>

O documento também requer a indenização dos bens da família, avaliados por ela em 12:000\$ de Réis (doze contos de Réis), a liberdade de um outro filho menor, Arthur Ferreira, que havia sido preso pela força e a garantia de vida para toda a família. Foi lavrado na Vila de Pedro Afonso e datado em 12 de março de 1901. É possível

---

<sup>353</sup>Id. Ibidem. p. 161-2.

perceber, mesmo em meio ao tom de impessoalidade da escrita da sobrinha, a defesa da honradez da família, que não esconde o fato de ter matado Serqueira e seus homens, mas que o justifica por ter sido cometido durante o dia, com o sol limpo, num "duelo, depois de prévia intimação e com todas as regras de lealdade" ao contrário do assassinato do filho Félix realizado na calada da noite a mando de Serqueira.

Falando sobre essa refrega entre os homens de Serqueira e os que acompanhavam Geminiano, Parsondas de Carvalho, ao mesmo tempo em que caracteriza os laços existentes entre a família de Geminiano, Leão Leda e José Dias, uma vez que Geminiano vai à Boa Vista solicitar homens a Dias, caracteriza também os tipos de homens que se bateram naquele "duelo". Treze homens de cada lado, e quanto às "qualidades" desses que combateram na casa de Serqueira, vizinha da fazenda Pau Ferrado, não deixa dúvidas sobre qual dos lados estava acostumado às batalhas:

Geminiano era um desesperado. A gente que trazia, poucos embora, eram homens que tinham a imensa superioridade resultante do costume de vencer; que se tinham familiarizado, em uma guerra de três anos, com o sibilar das balas, que se tinham endurecido nos acampamentos de José Dias, e aprendido deste guerrilheiro a afoiteza; entusiasmo no combate e esquecimento da morte. A gente de Cerqueira só possuía jactância. [...] o indivíduo conhecido por Passarinho [um dos que vieram com Geminiano de Boa Vista] valsava em campo aberto, no largo do terreiro. No intervalo das descargas e enquanto carregava a sua arma, disseram-me a mulher e filhos de Serqueira, esse homem (o Passarinho) ia lá e vinha cá dançando!<sup>354</sup>

Passarinho, por certo, era daquela estirpe de homem que bebia restilo com pólvora durante as refregas e que causavam aquele misto de terror e respeito entre os sertanejos da região e o jornalista não perde a deixa em utilizá-lo para, ao mesmo tempo, dizer do temor e respeito que José Dias e seus homens causavam à região, bem como, também, para ridicularizar o grupo de Serqueira.

O temor e o respeito a José Dias, Leão Leda e seus homens em terras maranhenses pode ser confirmado em alguns outros jornais como, por exemplo, *O Jornal de Caxias*, localizado na cidade de mesmo nome no Maranhão, que noticia em 26 de julho de 1899, quando José Dias ainda estava no sul do Maranhão, que mesmo entre os aliados governistas havia uma extrema cautela ao se referirem a estes homens. Raimundo de Melo, presidente do diretório do partido governista do Grajaú, estando em Caxias, fala sobre a presença de Leda e Dias. Segundo o *Jornal de Caxias*:

Estivemos com o senhor coronel Raimundo Ferreira de Melo, aqui chegado a 26 do mês passado, do Grajaú, onde é chefe político e intendente municipal.

---

<sup>354</sup> Id.Ibidem. p. 165-6.



Em sua consciência acha que Leão Leda nenhuma parte teve no assassinato do promotor Estolano Polary e a que a sua presença ali, atualmente não tem outro fim senão retirar gados que lhe pertencem – mas que está disposto a não [se] deixar prender<sup>355</sup>.

E o objetivo de Leão Leda era mesmo esse. Após ter se retirado para Boa Vista, era premente que ele tentasse reaver seu gado no Maranhão para, então, recomeçar seus negócios na nova cidade. No trecho acima da reportagem Carvalho, a cautela em falar de Leão Leda e, por extensão de José Dias Ribeiro, que o acompanhava no campeio do gado, e ambos eram acompanhados apenas de trintas homens, embora fortemente armados, não é apenas um sinal de respeito ou o reconhecimento da sua coragem, está presente também a garantia de paz que a presença de Dias junto a Leão Leda, um coronel foragido do sul do Maranhão em função de acusações de assassinios e abigeatos, poderia trazer ao interior do Maranhão.

Acredito que o convite para o campeio do gado feito a Dias por Leda tinha exatamente esse objetivo: garantir que a recolha do seu gado se desse em paz. Sabedor do misto de temor e respeito que o General do Sertão causava, estar lado a lado com ele, com apenas trinta homens, era maior indicativo de segurança do que se estivesse acompanhado apenas com seus vaqueiros, mesmo que fosse em maior número. Essa segurança dava-se em duplo sentido. No de ser bem defendido pelas habilitares do "guerrilheiro" e seus homens, caso atacado, e, principalmente, por serem poucos os que ousariam enfrentar aquele "mito das batalhas" que era José Dias. A não ser que o atacante estivesse em vantagem numérica muito superior, e por assim pensarem os perseguidores de Leda, e com o desejo de

efetuar a sua prisão [...] de Carolina seguiu 40 praças, o capitão Bibiano, a quem na Cinta, se reuniu o capitão João Pedro com maior número, umas 60 praças, idas do Grajaú e mais o destacamento da vila de Imperatriz [...] e muitos paizanos [...] somando, tudo, um efetivo muito superior a cem homens. [...] Era a segunda vez que o capitão Bibiano exercia tão magestática função. A primeira era tenente, foi no ataque à 'Aldeia', em 24 de abril de 1893, na guerra de Boa Vista, aonde deixou as armas, as munições e as bagagens e um morto.<sup>356</sup>

Desta feita, deixou dois soldados feridos para trás na fazenda Carolina, local em que foi encontrado Leão Leda, que reagiu, mas que teve tempo na fuga de carregar o colega de patente, capitão João Pedro, também ferido. Sobre os dois feridos

<sup>355</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornais Avulsos**: números do Jornal de Caxias, Anos 1897 e 1899. Cx. 95. [Matéria veiculada na Edição do dia 26/07/1899 s/fls.]

<sup>356</sup> CARVALHO, Parsondas.Op. Cit. p. 173.

abandonados, Parsondas de Carvalho afirma que Leão Leda humanamente tratou de seus ferimentos tendo um deles morrido e o outro se restabelecido. Parsondas de Carvalho, estando acampado às margens do Rio Zutúia em julho de 1899, onde esperava as águas baixarem para poder atravessar com os animais que conduzia, relata as notícias que recebe ali, por carta do amigo Jeferson Nunes, sobre "notificações para diligências policiais, um recrutamento em massa havia sido determinado, acrescentando os portadores dessa notícia que seriam presos ou mortos os que desobedecessem à notificação"<sup>357</sup>.

Dando prosseguimento à sua narrativa, o autor diz que ali no Zutúia ele mesmo foi alcançado por um agente desse recrutamento, Pedro Mecenas, que faz a solicitação de que lhe cedesse um de seus camaradas, de nome Cirylo, para ser levado para Grajaú, à qual ele nega e, apesar de contrariado, Mecenas não o retalia, por serem conhecidos. Nesse episódio, Parsondas fala dos moradores daquelas paragens que ali estavam naqueles momentos de relativa estabilidade, abalada repentinamente pelo recrutamento forçado.

Pedro Mecenas, acompanhado de algumas praças, vinha fazer ajuntamento de gente na beira da mata. Fora alguém que, tendo aí parentes, correu adiante de Mecenas, vindo furtivamente avisar. Em umas casas, perto da que eu estava, moravam a velha Maria, filhos e genros. Estes, pela madrugada, internaram-se na mata, deixando as mulheres incumbidas de lhes justificar a ausência com o fato costumeiro de irem extrair óleo de copaíba e colher cumaru e breu.<sup>358</sup>

Percebe-se os sujeitos se valendo das atividades extrativistas como estratégia de fuga do recrutamento que lhes convocava para uma luta que não era sua, sobretudo percebe-se como a passagem de José Dias Ribeiro, narrada por Carvalho, evoca a presença constante da violência e da morte na vida dos sertanejos. Mas nessa evocação é perceptível também eles se valendo de suas atividades costumeiras para burlar a violência também costumeira. Deixando ali apenas as mulheres tanto para poupá-las de uma prolongada permanência nas matas quanto para não caracterizar a fuga da família. A copaíba utilizada como lenitivo e cicatrizante, o cumaru utilizado tanto como antibiótico quanto aromatizante e o breu como combustível ou como calefação: se tais produtos, extraídos em tempos de paz tinham essas utilidades para a manutenção da

---

<sup>357</sup> Id. Ibidem. p. 178.

<sup>358</sup> Id. Ibidem.

vida desses sertanejos, naquele tempo de convulsão, a alegação de sua extração significava o próprio ato de permanecer vivo.

Em suas matérias, nosso jornalista vai encadeando os relatos que expressam as últimas experiências datadas de José Dias, que se encontrava em suas terras na comarca de Boa Vista, estado de Goiás. Na matéria do dia 10 de outubro de 1902, aquele jornalista enunciava a promessa de futuras refregas, na voz rumorosa das chuvas:

O mês de janeiro de 1900 chegou chuvoso como nunca [...] Inverna muito em novembro e dezembro, mas em janeiro há verão, com o qual antecipadamente se conta [...] Em 1900 essa regra geral teve exceção e janeiro foi excessivamente pluvioso. Após a carnificina de dezembro, João de Deus [comandante geral das tropas sob as ordens dos que se opunham a Leão Leda] chamou à sua presença os comandantes de destacamento [...] <sup>359</sup>.

A "carnificina" em dezembro de 1899 a que se refere Parsondas Carvalho se deu quando as forças militares do governo maranhense, em conjunto com os "exércitos dos coronéis", promoveram uma verdadeira hecatombe no sul-sudoeste do Maranhão: roubando, matando, violentando e exilando grande parte das pessoas que tinham qualquer relação com Leão Leda e que a viúva D. Joana já referira em seu documento.

A convocação de João de Deus não foi aleatória, a ideia era que as forças atacassem Boa Vista, única cidade não atingida pela ação do governo maranhense que havia sido requerida pelos coronéis e políticos aflitos com a presença de José Dias em fins de 1899. Carvalho afirma ainda na matéria do dia 27 de outubro de 1902 que, cientes do risco que corriam, em Boa Vista, trataram de organizar uma resistência mas que muitos se preparavam para a fuga. Parsondas de Carvalho, inquirindo a população humilde no seu afã de escrever suas matérias, transpõe para o jornal as seguintes impressões da população:

[...] Alguns ricos, como Manuel Francisco e Roberto Souza, preparavam-se para emigrar com suas famílias porque tinham dinheiro e cavalgaduras prontas, porém [os] que nada disso tinham, não haviam de conduzir os filhos em cofo, com se conduz gato; viver ou morrer era ali mesmo; se os soldados sangrassem dois, três ou quatro, não sangrariam a todos [...] Ouvindo de muitos estas palavras, fiquei convencido de que estes não se deixariam sangrar como peba <sup>360</sup>

Novamente as "gentes transidas pelo medo" em fuga. Mas dessa vez a fuga não seria necessária, porque a resistência não se efetivou, porque as forças de Francisco de

<sup>359</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31 [Matéria veiculada na Edição do dia 10/10/1902, fls. 02.]

<sup>360</sup> ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. *Ibidem*, Cx. 32. [Matéria veiculada na edição de 27 de outubro de 1902, fls. 02.]

Salles Maciel Perna<sup>361</sup> não entraram em Boa Vista. As razões do recuo não são apresentadas explicitamente por Carvalho, entretanto o jornalista relata um acordo firmado entre Perna e as forças governistas que o consideravam como o único capaz de fazer frente a Dias, considerando-se, inclusive, que o antigo amigo de Dias ficara desgostoso pelo fato de a fazenda cordilheira ter sido dada a Dias e não a ele como espólio de guerra. O tal acordo firmado entre Francisco de Salles Maciel Perna e o chefe governista de Carolina, Joaquim Antônio Nogueira, foi feito nos seguintes termos:

- a) Aliança ofensiva e defensiva e defensiva entre o grupo contrário a José Dias na Boa Vista e os governistas do Grajaú.
- b) Perna, dar seu genro Nicolau, a quem atribuiria as ações valorosas dos revoltosos de 1892, para ir comandar a força policial do Maranhão, encerrada no Grajaú [...].
- c) Em compensação, os governistas de Grajaú se obrigavam a dar a Perna a fazenda 'cordilheira', situada na Comarca de Boa Vista.
- d) [...] os governistas do Grajaú se obrigavam a conseguir, por intermédio do senador Benetido Leite, que já promessa se dizia ter do senador Bulhões, ordem ou autorização para a força estadual do Maranhão invadir o território de Goiás, a pretexto de prender Leão e mais assassinos de Estolano Polary.
- e) [...].
- f) Para matar Leão Leda, Nicolau ganharia 600\$000.<sup>362</sup>

Ao que tudo indica, o pavor de que José Dias pudesse sitiar Grajaú levou a este acordo. O fato de não ter se dado mais o esperado conflito contra Dias em Boa Vista, acredito se dever ao fato do próprio Perna não ter ele mesmo as condições e a coragem necessárias para enfrentar o antigo companheiro de armas e, ainda, de seu genro, Nicolau de Brito (Nicolau Perna em algumas fontes), ter se preocupado, devido à vultosa quantia prometida, mais em caçar Leão Leda, que nesse momento estava distante de Dias, do que em invadir Boa Vista. Além disso, já havia recebido uma significativa recompensa, pois, de desertor que era, fora alçado, mediante o acordo estabelecido, à condição de Capitão. Considerava-se com "a vida ganha". Na opinião de Parsondas, os "assustados coronéis do Grajaú" foram enganados por Perna e Nicolau.

De qualquer forma, percebe-se um cerco tentando fechar o General do Sertão, inclusive com a tentativa de se colocar antigos aliados contra ele. E, considerando que José Dias Ribeiro fazia-se em personagem marcante em todas as matérias anteriormente publicadas e, diante da eminência de um ataque à cidade onde Ribeiro residia e, ainda, que tinha seus principais interesses, sua quase opacização era inquietante: um ataque

<sup>361</sup> Aqui Francisco de Salles Maciel Perna já não tinha a mesma disposição para as refregas e, por isso mesmo, quem tomava a frente de "suas tropas" era seu genro, Nicolau de Brito.

<sup>362</sup> CARVALHO, Parsondas. Op. Cit. 185-6.

sendo orquestrado contra Boa Vista, a cidade onde ficava o forte de José Dias, o “General do Sertão”, e este não aparece nos relatos de Carvalho sobre a formação de uma resistência da cidade.

De fato, a última menção, ainda que indireta, a José Dias Ribeiro deu-se em 27 de outubro de 1902. O homem de quem Parsondas Carvalho exaltara as ações militares não aparece no relato da formação das primeiras fileiras de defensores daquele torrão, prenunciando o desaparecimento completo de José Dias Ribeiro a partir de 1900, mas, principalmente, prenunciando os esforços de quase um século em fazer os muitos sentidos atribuídos a ele e a suas experiências desaparecerem.

Com efeito, entre as datas de 28 de outubro de 1902 e 02 de fevereiro de 1903, Carvalho publicou ao menos vinte e uma (21) matérias referentes aos conflitos no norte de Goiás e no sul-sudoeste do Maranhão, denominadas por ele de *Negócios do Grajaú*, e, nelas, a José Dias Ribeiro não mais alude, mesmo que secundária ou indiretamente. Os problemas envolvidos nesse silêncio, somente em um diálogo com narrativas posteriores poderíamos encontrar vestígios.

Os caminhos de compreensão acerca da relação entre história e narrativa aparecem nesse momento em toda a sua dificuldade. Mesmo com visíveis avanços, essa dificuldade não parece estar próxima de uma superação, pois está em questão a tarefa de compreender e de interpretar os espaços de atuação política, ou seja, os espaços de poder, inclusive o poder exercido pela violência armada, em que é manipulada a pluralidade narracional. Sobre o que fizera José Dias ou o que lhe acontecera depois de 1899 nada fora escrito, seu desaparecimento fora silenciado, ao menos foi o que pensamos até descobrirmos, no livro de memória *A Esfinge do Grajaú*, escrito em 1959<sup>363</sup> por Dunshee Abranches, uma surpreendente narrativa sobre José Dias:

Quanto ao Coronel, José Dias, era tal o seu desejo de rever-me, que um dia na hoje famosa Ilha do Bananal, onde fora homiziar-se através das florestas virgens de Goiás, encontrando-se com a sertanista carioca Leolinda Daltro, esta se ofereceu para trazê-lo até o Rio de Janeiro. E, certo domingo, na minha residência em Icaraí, era surpreendido pela visita da destemida professora que, acompanhada por alguns índios daquelas longínquas regiões, me dava o prazer de abraçar o meu velho companheiro de lutas dos altos sertões de minha terra! Poucos dias depois [...] sucumbia atacado pela varíola e recebia sepultura no velho Cemitério de Jacarepaguá<sup>364</sup>.

<sup>363</sup> Ano da primeira edição da obra *A Esfinge do Grajaú*, escrita por Dunshee Abranches.

<sup>364</sup> ABRANCHES, Dunshee de. Op. Cit.p. 56-7.

Esse relato surge quase 60 anos após a última referência a José Dias, em 1899. Outras dimensões foram surgindo. Em primeiro lugar, talvez o silêncio sobre ele após 1902 não significasse que na região fosse desconhecida as razões de seu desaparecimento, mas que um interdito a essa questão poderia ter sido colocado. Em segundo lugar, o silêncio da escrita era também o da memória? Haveria quem ainda se lembrasse de José Dias e, caso houvesse, que lembranças seriam essas? Quem seria Leolinda Daltro e qual sua relação com os rastros e silêncios sobre José Dias Ribeiro?

Não é possível, no contexto desse trabalho, discorrer sobre quem é a misteriosa Daltro. Entretanto, o desaparecimento de José Dias se coloca para nossa investigação como uma das forças em luta pelo poder na região dos Vales. Esse homem, que fora um dos representantes do medo e da violência, foi calado misteriosamente: não se narrou sua morte, mas, em se tornando um homem perigoso para o próprio poder instituído, foi silenciado.

Nesse sentido, o segredo que circundou as práticas e as ideias sobre o que aconteceu efetivamente com José Dias após o ano de 1899 não fornece elementos suficientes para que à experiência daquele homem fossem atribuídos sentidos plausíveis na perspectiva da narrativa historiográfica, ou seja, na perspectiva formal, estilística e de conteúdo da narrativa moderna. Entretanto, liberou para outros narradores, principalmente os iletrados de quem as letras "colhem" as memórias, o direito, o dever e o prazer de (re) construir e contar a história deste Coronel.

Quanto ao seu fim, é possível que ele tenha sido levado por Leolinda Daltro para o Rio de Janeiro, para retirá-lo de um cenário político no qual estava, aos olhos dos demais chefes políticos da Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, "roubando a cena" de forma vertiginosa e assustadora.

Abranches afirma que José Dias teria falecido no Rio de Janeiro, pouco depois de ali chegar. Mas... quanto aos fios que foram utilizados para tecer a trama que o impediu de retornar à Região dos Vales, não descobrimos quais foram. E sobre sua *causa mortis*... de acordo com o mesmo Abranches, a varíola... não pudemos confirmar. Algumas fontes levantam explicitamente a suspeita que tenha sido vitimado também o general do sertão pelos controladores de homens e não por essa causa natural. Com efeito, não é improvável que, por um tiro certo em uma emboscada, a mesma violência que o fez forte tenha recaído sobre ele, escondendo o sangue que as elites dominantes derramaram no sertão dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

Mas se houve esse silenciamento intencional sobre José Dias e seu sangue derramado, o mesmo não se deu com a memória acerca da série de assassinatos e toda sorte de crueldades praticadas pelas "forças do alto sertão" que o simples temor à sua presença ao lado de Leão Leda provocou. Já seguimos os passos de um viajante no capítulo anterior, e aqui continuaremos a seguir os passos de um jornalista viajante, recolhendo dele as impressões e expressões da violência que o mesmo obteve dos moradores da região pela qual passou sobre a memória recente dos morticínios por estes vivenciados.

A retirada de Leão Leda e da gente de Boa Vista foi o sinal da matança levando ordem para matarem determinadamente os Moreiras<sup>365</sup> e indeterminadamente a todos que tivessem tido comunicação com Leda, tendo-o visitado ou recebido em suas casas quando viajou [no campeio do gado], bandos armados foram espalhados pelo sertão. Assim, foram apontados à faca dos assassinos aqueles que mais haviam se esforçado, em benefício da paz, para a retirada de Leão.<sup>366</sup>

Enquanto ainda gozavam de uma relativa tranquilidade a maioria das pessoas, que foram os depoentes de Parsondas de Carvalho, estava, apesar das notícias de "revolução" que corriam a região, ocupadas em suas atividades cotidianas, dando continuidades aos seus costumes que ordenavam tais atividades. Ainda praticando a caçada que, além de propiciar o lazer e o descanso em relação ao trabalho, tinha ainda uma função relacionada ao próprio cotidiano de trabalho destes sujeitos, pois eram momentos em que se faziam as "combinações" para futuras ações em conjunto, como nos lembra Audrin:

Sempre notamos como são cordiais as relações entre vizinhos [...] que os faz prestarem-se mútuos serviços em dias de maiores apertos nos trabalhos, como acontece no tempo de derruba [da] das roças, das colheitas, das vaquejadas, da moagem de cana [...] ou quando se trata de perseguir uma onça que está prejudicando [as] criações<sup>367</sup>.

As caçadas sejam da onça, do porco-do-mato ou da anta, assim como a tinguizada, aquela pesca coletiva à qual já aludimos, são exemplos de atividades venatórias associadas, ao mesmo tempo, ao lazer e à subsistência e, quanto a estas, o sertanejo “nunca empreende sozinho [...]; chama sempre seus vizinhos e todos executam

<sup>365</sup> Família Moreira, um das ramificações da família de Leão Leda.

<sup>366</sup> CARVALHO, Parsondas. Op. Cit. p. 2003.

<sup>367</sup> AUDRIN, Frei José Maria. Op. Cit. p. 153.

juntos arriscadas manobras, de costume, bem sucedidas”<sup>368</sup>, e nessas atividades essenciais do ponto de vista da economia sertaneja construía, reforçavam laços de solidariedade e transmitiam essa forma de sociabilidade às gerações posteriores, por meio das narrativas elaboradas nesses espaços.

Um dos depoentes do jornalista, Simão Ferreira Lima, havia sido flagrado por Pedro Mecenas num "domingo, estando a preparar-se para uma caçada, arma encostada na parede, facão à cinta. [Pedro Mecenas] foi comunicando-lhe que Leão havia corrido e ele ali vinha notificá-lo para os acompanhar e ir matar os Moreiras".<sup>369</sup>

Simão se recusa, alegando que não podia abandonar o trabalho na roça e

afinal, ungido pela ameaça, ‘que iria quisesse ou não quisesse, ou solto ou preso, e se corresse morria, pois era para isso que andava com as armas do governo’ (mostrando o soldado), Simão reagiu, e lançando mão da arma, respondeu que, solto não ia porque não queria, correr, não corria porque não era veado, e amarrado... só se vendo... Ante tal atitude, recuaram e voltaram pelo mesmo caminho.[...]. Na terça-feira seguinte [...] soube que na véspera a tropa de Mecenas, capitaneada pelo subdelegado Pedro Rodrigues, tinha assassinado Professório Viana e Antônio Viana. Nada mais esperou. Correu à casa, apanhou a família, mulher e três filhos e duas filhas, e o que pôde conduzir e, abandonando o quanto possuía, alguns gados, roças de cana e de mandioca, fugiu aproveitando a noite. Porcos, galinhas, as colheitas de feijão, arroz e milho ainda não levados ao Grajaú, por esperar que cessasse a agitação, tudo ficou.<sup>370</sup>

Simão, como muitos outros, foi um dos sobreviventes das matanças promovidas pelos opositores de Leão Leda que, nos serões da preparação da tinguizada, nos mutirões das farinhadas ou do plantio e da colheita ou, ainda, para quebrar o silêncio nas esperas das caçadas, utilizaria esses espaços de sociabilidade dos sertanejos para rememorar as façanhas próprias ou daquele compadre que pegou em armas durante um conflito e as dores sofridas por uma família em função do mesmo ou de um outro. Assim, esses espaços e momentos de sociabilidade, realizadas no interior das práticas de trabalhar e de lazer, serviam também como instrumentalização, por meio da troca de experiências, para o enfrentamento de uma problemática sempre colocada para o sertanejo-pobre: a participação ou não nos conflitos armados na região. A tinta usada para as construções narrativas desses sertanejos foi o sangue de familiares, amigos e vizinhos, o sangue derramado na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

<sup>368</sup>Id. Ibidem. p. 14.

<sup>369</sup>CARVALHO, Parsondas. Op. Cit. p. 2004.

<sup>370</sup>Id. Ibidem. p. 204-205.



Sobre a notícia que fizera Simão fugir, deixando tudo o que possuía para trás, o assassinato dos Viana que soube da boca de um vizinho, foi assim relatado a Parsondas de Carvalho:

Com algumas praças de polícia, as armas do governo no dizer de Pedro Mecenas, e os paizanos Sebastiãozinho, Antônio Troqué, Raimundinho, Bernardino, Domingos Lopes, Antônio Batista, e o genro e filho deste, João e Enrique, o subdelegado Pedro Rodrigues seguiu, ao romper da aurora do dia de segunda-feira, 30 de outubro, para a casa de Aristides, que como sabia ele, estava muito doente. Em caminho [...] puseram uma tocaia no mato do Riachinho do Recanto [...] acompanhado de sua mulher e de um sobrinho Dionísio, em breve se apresentou a vítima [Professório Viana, sobrinho de Aristides]. Dado da emboscada, um tiro o feriu. [...] Professório caiu logo, pouco adiante, e ali foi esbordoado e esfaqueado em presença da mulher. [...] seguiram para a casa de Aristides, este tinha tomado um purgante. Sua mulher, recebendo a autoridade policial, indagou o que pretendia. A autoridade exigiu-lhe a presença do marido para assunto importante. Assim chamado, Aristides saiu do quarto e, apenas apareceu fora, deram-lhe alguns tiros, cujas balas o prostraram sem vida. [...] Seguiram para o Governador [onde] morava o velho Antônio Viana, homem de 80 anos. [...] tudo ignorando, o velho Viana, risonho, inerte, saiu a receber os que o procuravam. Apeando-se, o subdelegado Pedro Rodrigues lhe estendeu a mão a apertar e segurou a de Viana. Imediatamente a horda de assassinos de faca em punho se precipitou sobre o velho, que agarrando Rodrigues, procurou defender-se apresentando o corpo deste. Um tiro disparado por um soldado pôs termo a essa luta desigual.<sup>371</sup>

Tanto no caso de Simão quanto da família Viana, havia um mesmo motivo pessoal para terem se tornado alvo de Mecenas. Simão dias antes havia se negado a ajudar um dos homens de Mecenas, Sebastiãozinho, a campear "gado do monte" dos Moreiras. Gado do monte era a designação do gado de um inimigo derrotado que ficava à disposição de quem fosse autorizado a pegar pelo vencedor de um conflito. Já vimos como nos episódios de São José do Duro, o Capitão Siqueira transformou o gado do Coronel Wolney em "gado de monte". Era uma prática corriqueira e faziam parte dos "espólios de guerra". No caso de Aristides Viana, Mecenas lhe devia uma quantia razoável e, ao ser cobrado, ofereceu em pagamento uma quantidade de rezes do gado do monte dos Moreiras, bem superior ao valor da dívida, oferta que Aristides recusou. Foi o bastante para receber a sentença de morte.

Em seu caminho de tropelias e assassinatos e roubos não houve um só morto que não tivesse os bolsos e/ou a casa revirados e o dinheiro levado, segundo Parsondas Carvalho. Ali naquela localidade, devastaram várias casas que haviam sido abandonadas pelos moradores que já eram sabedores das mortes dos Viana por Pedro Mecenas e que

---

<sup>371</sup>Id. Ibidem. p. 206.

seus homens ainda mataram quatro vaqueiros e outros trabalhadores de uma das fazendas dos Moreiras, pelo simples fato de ali não encontrarem os donos procurados.

Nicolau de Brito, genro de nosso conhecido Tenente Coronel Perna, também andava por ali acompanhado por cerca de 100 praças. Incendiou duas fazendas dos Moreiras situadas na localidade conhecida por "Gato" e, logo adiante, mais duas, a fazenda Frates e a "fazendinha", e iam assim queimando e destruindo quando encontraram pelo caminho o capitão Pindaíba, que apesar de ser colega de farda, teve o azar de Nicolau nunca tê-lo visto antes. Imediatamente recebeu voz de prisão. Surpreso, antes que pudesse dizer qualquer coisa em seu favor,

foi tirado do cavalo e sangrado à beira do caminho. Depois, foi despojado do pouco dinheiro que levava, sendo conduzido o cavalo e deixado o corpo para pasto dos urubus.[...]. O Capitão Nicolau voltou para oeste foi procurar nas águas do Rio Santana o que sabia que lá não encontrava.<sup>372</sup>

Percebe-se na narrativa de Parsondas de Carvalho a ironia, insinuando que Nicolau estava procurando Leão Leda onde ele não estaria, ou seja, que o "desertor Capitão" estava se utilizando da missão que lhe valeria seiscentos contos de réis para roubar descaradamente e matar suas vítimas de roubo. Prosseguindo na jornada sangrenta chega Nicolau na localidade Água Preta, na qual dois governistas o delatam a um vizinho, Raimundo de Souza Liarte, como sendo jagunço dos Moreiras. Tal delação foi o suficiente para que Liarte fosse morto a pancadas no momento em que chegava no lugar Francisco de Barros, que também foi morto da mesma forma. Da casa de Liarte Nicolau de Brito levou sete cavalos, joias e dinheiro. Tais informações foram passadas ao jornalista por outro vizinho de Liarte, Manuel Martins de Moraes que, tendo presenciado as mortes sem ser visto, "transido de terror [...] puxou pelo cavalo e, alcançando sua casa, fugiu com trinta e cinco pessoas de sua família [...] deixando tudo quanto possuíam. Muitos vizinhos o imitaram"<sup>373</sup>.

Já perto das nascentes do Rio Santana, o grupo de Nicolau mata um homem pobre plantador de tabaco que limpava uma caça, uma pequena cutia nas águas de um riacho. Foi morto na presença da esposa que o acompanhava. Levaram daí apenas tabaco, por ser o único produto possível de roubo. Do Santana seguiram para o Rio Flores e

Chegaram à casa de Antônio Bandeira, o inspetor de quartirão que denunciou a presença de José Dias ao Capitão Carneiro, o comandante do

---

<sup>372</sup> Id. Ibidem.p. 211.

<sup>373</sup> Id. Ibidem. p. 212.

destacamento de Imperatriz. Como era um agente do poder público, Antônio Bandeira, vendo chegar a força, foi afetosamente recebê-la. Depois de se certificarem da identidade da pessoa, pegaram o pobre Bandeira, suspenderam-no na ponta de ferrões, espalderaram-no, castraram-no e sangraram-no, entregando, depois da pilhagem, a casa às chamas.[...]. é difícil decidir se foi assim tão severamente punido por ter sido, ainda que involuntariamente, companheiro de José Dias por um dia, ou se por o ter denunciado.<sup>374</sup>

Parsondas Carvalho, com a expressão "amigo por um dia", refere-se ao fato de José Dias ter intimado Antônio Bandeira a seguir viagem com ele durante um dia quando do campeio do gado de Leão Leda. Nicolau, inimigo de Leda e de José Dias, segue para a casa de Martinho Piauí, prendendo seis pessoas pelo caminho e mais cinco quando chega à casa de Martinho que, segundo os depoimentos colhidos pelo jornalista, era culpado apenas "de crime de caridade", por ter socorrido um ferido que chegara estropiado à sua porta e, evidentemente, o ferido tinha ligações com Leda. Seguiu com os presos na direção de Nova Olinda, mas, no meio do caminho, decidiu matar um por um os prisioneiros, que foram espancados com os sabres dos soldados e, quando não mais conseguiam ficar de pé, Nicolau mandava dar a ordem de sangramento, "para não ficar enfezado". "Não enfezar" significava que o processo de putrefação do corpo é mais ameno com a retirada do sangue pelo sangramento, impedindo, inclusive, o "inchaço" do cadáver.

Esse, aliás, seria o motivo de ordem prática de se optar pelos sangramentos à medida que nos conflitos, às vezes, os executores necessitavam ficar até mais de um dia na presença dos cadáveres. Da necessidade prática para a constituição de um costume não foi necessário mais que dois séculos para esse se consolidar.

Dos onze prisioneiros, apenas Pedro Carneiro conseguiu escapar, aproveitando o ensejo de um soldado solicitar a este que fosse recolher umas palhas para o fogo e foi este Pedro Carneiro que narrou as execuções ao jornalista, tendo-as assistido até a sétima. Segundo a narrativa de Parsondas de Carvalho, dos dez executados apenas Martinho Piauí e Vitorino José de Almeida apresentavam uma ligação mínima com Leão Leda: o primeiro por ter acolhido o ferido já mencionado, o segundo por levar uma carta de Leda a um correligionário, não por ser partidário de Leda, mas por ser com seus serviços de mensageiro e de pequeno tropeiro para viagens rápidas que o sertanejo emigrado das secas do Ceará, casado e pai de nove filhos, ganhava a vida.

---

<sup>374</sup> Id. Ibidem. p. 214.

Sobre as cercanias de Nova Olinda, Parsondas Carvalho relata, a partir de depoimentos colhidos dos vaqueiros da região, que:

As casas dos Marinheiros, Leonardo, Lino, Piauí e Antônio Bandeira foram queimadas. [...]. Em Nova Olinda, Nicolau chegou com três presos, que foram assassinados [...]. Os corpos foram postos aos urubus.[...]. Os vaqueiros me informaram que, quando a população retornou, um ano depois, eles haviam reunido os ossos dispersos pelos urubus, procurando completar o esqueleto de cada um e dado sepultura distinta aos restos mortais dos infelizes que a justiça *civilizada do Maranhão* *justiçou* ali.<sup>375</sup>

A última referência que faço aos morticínios relatados por Parsondas de Carvalho, embora sua narrativa continue desfiando um longo rosário de morte praticadas pelas "forças do alto sertão", é sobre um grupo de sertanejos, que, com certeza, menos tinha ligações com Leão Leda. As mulheres.

Na noite de 13 de novembro [...] oito mulheres, reunidas na casa de uma delas, rezavam entoando as velhas rezas que suas mães lhes tinham ensinado.[...] Indo ter àquela casa, os soldados e o capitão, completamente embriagados, disseram que as jagunças estavam rezando 'em intenção a Leão Leda e José Dias' e degolaram todas. [...] E o baço clarão da candeia de azeite, acesa junto ao crucifixo, iluminou, em um lago de sangue, os corpos sem cabeça! Nessa marcha, que foi o delírio da crápula, a força legal chegou a umas casas de pobres agricultores, nas quais, na ausência dos homens, uma porção de mulheres, tendo mandioca em montões, trabalhavam no fabrico da farinha. [...]. Entrando em uma capoeira, onde os espinhos as dilaceravam, algumas se salvaram; outras, porém entraram para uma roça de mandioca, preparada há pouco tempo, mas aí foram seguras e conduzidas para a casa onde, com as que ficaram, foram entregues à lascívia de soldados e comandantes. [...]. segundo elas, não foram poupadas meninas de nove anos, nem velhas de setenta anos, obrigadas a dançarem nuas.<sup>376</sup>

As depoentes de Parsondas Carvalho foram Ana e Leocádia, as mesmas moças que aparecem na narrativa de Abranches e que tiveram os tendões dos tornozelos cortados para que não pudessem correr, fato que, segundo Parsondas de Carvalho, fizeram questão de provar, ao dar o depoimento, levantando a barra das saias para mostrar as cicatrizes em torno dos "nós dos calcanhares". De outras mulheres, ouviu relatos sobre meninas de nove anos serem estupradas pelos soldados e cujas genitálias eram "entupidas com areia" pelos cachorros do governo. É certo que Abranches tenha se valido das narrativas do jornalista, de quem foi amigo, para compor sua obra. A mesma narrativa nesses dois autores vem reforçar o peso com o qual essa memória escrita com sangue marcou a Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

<sup>375</sup> Id. Ibidem. p. 216. Itálicos do autor.

<sup>376</sup> Id. Ibidem. p. 220-1.

Vale fazer ainda uma ressalva sobre um posicionamento que transparece nas narrativas de Parsondas de Carvalho: assim como sua irmã, Carlota Carvalho, ele nutre uma admiração pelos "liberais" e sendo os "Moreiras" e Leão Leda considerados os herdeiros dos liberais da época da Balaiada, herdeiros dos ideais da "roda de amigos", a narrativa do jornalista é permeada pela ironia quando se refere as forças militares do alto sertão e às autoridades do Estado do Maranhão, inimigos declarados desses "liberais históricos".

Enquanto que em sua narrativa Carlota Carvalho promovia um combate anticlerical, responsabilizando a Igreja Católica e seus prepostos pelo obscurantismo que impedia o desenvolvimento dos princípios humanistas e liberais, seu irmão trava um ácido combate por meio de sua narrativa contra os "governistas", inimigos de Leão Leda e responsáveis pelo não desenvolvimento dos princípios da Justiça, do ponto de vista do Direito, no Maranhão.

Não refuto a possibilidade de que possa haver alguns exageros em suas narrativas, afinal, é próprio dos jornalistas usarem de artifícios objetivando tornar seus relatos mais "interessantes", ainda mais quando subjacente aos seus relatos existe o desejo do combate, seja contra doutrinas religiosas, ideologias e/ou princípios e posicionamentos políticos. Entretanto, em que pese essa possibilidade, tratei seus relatos como tratei as demais fontes: como representativas não de um "real" que, sabemos, é inatingível por nós historiadores, mas sim de um real como possibilidade, como verossímil, como crível. Possível porque percebido, porque interpretado, porque narrado. As fontes das quais me servi, todas, narraram-me encontros. Encontros de sangue entre diversificados sujeitos, ora pertencentes a uma mesma classe social, ora de camadas sociais distintas.

Encontros entre narradores e narrados.

Em minha limitada compreensão, não existe narrador capaz de narrar algo sobre a sociedade na qual se insere mesmo que em tempos e espaços diversificados, que não faça parte das construções culturais dessa sociedade. Dito de outra forma, e faço questão que seja de uma forma muito simples: estar no mundo pressupõe narrar o mundo e o mundo narrado é o único mundo que acessamos.

Sinceramente não me preocupa a quantidade de sangue que correu dos sangramentos no alto sertão maranhense. Se esse sangue formou riachos ou rios. O que

me preocupa é que ele correu. A memória sobre esse sangue o atestou. Para mim é o suficiente.

Por último, se as memórias recentes recuperadas pelo jornalista em sua viagem serviram a ele, no despontar do século XX, como munição para aquele combate, para mim, essas memórias por ele re-colhidas quase que "no calor dos acontecimentos" serviram, no século XXI, para combater o esquecimento. Aquele tipo de esquecimento ao qual se tentou relegar José Dias. Estas memórias, para mim, mais importantes até. Por terem sido narradas, em boa parte, pelos humildes, pelos transidos de medo, pelos que "não haviam de conduzir os filhos em cofo, como se conduz gato", pelos "notificados" por Pedro Mecnas, pelos que nada tinham de seu, além de uma vida sobressaltada!

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegado o difícil momento de encerrar uma tese e lidar com a impressão, contraditória, de que já se disse tudo, mas, tudo ainda está por ser dito. Não menos contraditória a sensação de alívio e de apreensão. Mas antes de me acercar da tese e do que nela realizei e das aberturas que nela possa conter, quero colocar o leitor a par do que considero dois resultados que, embora não estejam presentes na narrativa que construí, é resultado direto do trabalho realizado e, em minha opinião, tão importantes quanto a tese.

O primeiro foi a criação do Grupo de Pesquisa "História Regional: Memórias e Territorialidades" e sua Linha de Pesquisa correspondente, "[Cultura e Região: histórias, memórias e narrativas](#)". O Segundo foi a recente publicação realizada por nós<sup>377</sup>, membros fundadores dos referidos grupo e linha de pesquisa, do "Manual de Fontes para a História Regional dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins", pela Editora CRV. Essas duas iniciativas são fruto tanto de minha tese quanto da dissertação de mestrado da colega Olívia M.M. Cormineiro, referenciada já anteriormente no texto, e refletem uma década de nosso combate pela história regional e mais especificamente pela Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

O Grupo de pesquisa tem conseguido aglutinar vários alunos em torno de projetos de pesquisa sobre a história da região aqui em foco e, especialmente o Manual de Fontes, embora seja uma modesta publicação, é-nos muito caro, pois nele não só procuramos demonstrar, mas principalmente tornar acessível a outros pesquisadores a diversidade e riqueza de fontes existentes sobre a região. Nesse sentido, essa publicação foi elaborada a partir de nossas pesquisas e do nosso combate contra uma falsa ideia de que "não existiam fontes documentais" sobre a história da região aqui estudada. Falseamento que estabeleceu um demasiado apego de vários pesquisadores em nosso meio tanto pelas fontes orais quanto por recortes cronológicos menos recuados no tempo o que, embora tenha dado contribuições para a história mais recente, contribui de

---

<sup>377</sup>Professores(as) Euclides Antunes de Medeiros, Olívia M.M. Cormineiro e Vera Lúcia Caixeta, dos Cursos de História/UFT/Araguaína.

certa forma na manutenção de um hiato referente ao século XIX presente na historiografia tradicional que privilegia ora o bandeirantismo e ciclo do ouro num passado mais recuado, ora parte de dois marcos referenciais recentes, quais sejam a construção da rodovia Belém-Brasília e "criação do Estado do Tocantins".

Voltemos à tese, iniciando por uma questão que ficou de certa forma, creio, dependendo da sensibilidade do leitor, ambígua em minha narrativa. No penoso exercício de delimitar, afunilar, encerrar, que, por questões por um lado de ordem prática e, por outro, tentando primar pela não superficialidade de algumas abordagens, decidi não abordar determinadas questões ou abordá-las de forma periférica ou, ainda, parcialmente. Mas é meu dever apontá-las aqui, inclusive para servir de estímulo para que nelas se aventurem outros pesquisadores.

A questão que levanto é que se o capítulo II refere-se ao povoamento da região dos Vales, em verdade toda a tese poderia ser estruturada girando em torno desse povoamento a partir da noção de uma região que "se desenvolve ao seu próprio ritmo". Dito de outra forma, o processo de povoamento pode ser verificado durante todo o período que a tese abrange e, na verdade, em algumas "microrregiões" da região estudada ele ainda continua se dando, existindo ainda atualmente amplos espaços despovoados. Nesse sentido, todos os eventos, as rixas, as escaramuças, os movimentos armados e os períodos de relativa estabilidade sobre os quais me detive fazem parte da história desse povoamento que continua ainda por ser escrita por vários vieses e matizes.

Esclarecida essa possível ambiguidade passo a considerar o que a tese tem de promissor enquanto possibilidades, encerradas nela mesma, mas também como aberturas para que outros pesquisadores se aventurem na pesquisa da Região dos Rios dos Vales Araguaia e Tocantins. A narrativa que construí nessa tese foi, a todo tempo, creio, desviante. Desviei meu olhar dos coronéis do sertão para seus agregados e/ou "cacundeiros"; dos comerciantes para seus camaradas; do Estado para seus prepostos, juízes, padres, militares; destes prepostos para os que sofriam deles, direta e cruelmente a violência, mas também sob seu mando e/ou proteção por vezes a praticava.

Desviei-me do estruturalismo e das estruturas e voltei-me para a cultura; desta para suas simbologias; das simbologias para as memórias; destas para as experiências. Todos meus desvios, tomei-os intentando colocar os olhos, mesmo que de relance, mesmo a partir de visões "deformadas" sobre os sertanejos comuns expressas nas



representações letradas, mesmo que meus olhos vislumbressem, aqui e ali, apenas uns poucos vestígios deixados por rastros dispersos pelos quais, por muito tempo, ficaram obscurecidos, opacizados, encobertos na e pela História dos Vales: os sujeitos de carne e osso que construíram uma cultura de violência na região.

Meu olhar desviante não objetivou, entretanto, eximir nenhum desses sujeitos, independente da classe social a que pertenciam, de serem responsabilizados pelas práticas de violência. Ao contrário, percebi sempre nas fontes tais tentativas de isenção, de si e de outrem, por parte daqueles que as produziram. Ora um missionário eximindo seu rebanho ou, o que é mais recorrente, eximindo um irmão de ordem; ora um chefe político eximindo seus apaniguados, o Estado eximindo seus militares.

E se pelas próprias características das fontes não foi possível ver, diretamente nelas, o sertanejo pobre se eximindo de tais práticas, posso inferir que em suas narrativas por meio da oralidade, nos serões da farinhada, nas narrações das caçadas, na preparação da tinguizada, que indiretamente ajudaram a construir as narrativas letradas, em muitas delas eles também tentaram se eximir. No fundo, é justamente por buscarem se eximir da prática da violência, na maioria das vezes atribuindo-a aos seus detratores e/ou adversários, que os sujeitos presentes em minha narrativa a evidenciaram, deram-lhe visibilidade.

Nesse sentido, sem pretender seguir o caminho fácil que levaria à conclusão precipitada de que se a violência está em todos os lugares não estaria em lugar algum, creio que a tese contribui para abrir alguns caminhos para se repensar a violência. Uma inquirição que procure ir além da compreensão de ela ser apenas um instrumento potencializador das ações do Estado ou de grupos revolucionários – embora ela seja isso também. Que vá além do acoplamento a uma matriz filosófica que parece sonhar sempre com uma sociedade não violenta que nunca existiu. Repensá-la também para além de uma matriz estruturalista sociológica que estabelece uma "identidade violenta" a partir de uma "estrutura social" em torno da qual tudo gira.

A possibilidade que defendi aqui foi trilhar o caminho perscrutando a violência como uma construção cultural cujos construtores são todos os sujeitos que participam das ações violentas, seja praticando-as, seja sofrendo-as, e em muitos casos sendo, a um só tempo, ou em tempos alternados, ora a "mira", ora o "alvo" dessas ações". A própria fuga, como vimos no caso da perseguição a Leão Leda, provocava em determinadas situações o recrudescimento da violência. Nesse sentido, a violência deve perder seu

caráter abstrato e filosófico contraposta à uma "sociedade ideal", isso para dar lugar às relações sociais que constroem uma sociedade violenta, partilhando a violência – diga-se de passagem inclusive a violência como abstração ou, se preferirem, como representação – vale dizer, relações travadas por homens, mulheres e crianças de carne e osso em suas experiências, que pressupõem costumes, valores, aspirações, ações, paixões.

E foi essa prática generalizada da violência, principalmente durante o século XIX, que engendrou o que denominei de "pedagogia da violência". Essa pedagogia esteve sempre presente, ensinando sempre que para ficar vivo se haveria de matar. Considerei em determinado momento que talvez fosse necessário dedicar um tópico específico à discussão sobre as formas desse aprendizado. Entretanto, diluído nas relações sociais, e nas experiências dos sujeitos, diluído na memória e nas representações acerca dessa memória e numa *cultura de violência* da qual ela é parte constitutiva e diluído até mesmo nas brincadeiras de criança, esse aprendizado ficou, também ao longo de minha narrativa, diluído.

Nesse sentido, quanto mais diluído, e difuso até, com mais concretude esse aprendizado se apresentava para mim. Ele é um daqueles elementos que, por "naturalizado" em uma determinada sociedade por meio de seus costumes, pressupõe valores, ninguém dessa sociedade reflete sobre o mesmo, ninguém o aborda, ninguém o registra, mas ele está ali, agindo sub-repticiamente, silenciosamente, talvez com mais contundência que outros elementos mais explícitos. Entretanto, há momentos em que esse aprendizado toma a forma de processo e, nesse sentido, o movimento como a Balaiada, por exemplo, pode ser tomado como a "escola" que ensinou a temer militares que aparavam os recém-nascidos na ponta do ferro, ensinou a fuga para os matos dos transidos pelos medos narrados pelos irmãos Carvalho, ensinou os sujeitos a sitiarem e defenderem os povoados. Ensinaamentos que seriam úteis nos futuros conflitos armados que, a seu turno, renovariam tais ensinaamentos. Eis o aprendizado da violência em seu viver e em seu rememorar.

Esse rememorar, persegui-o não apenas nas narrativas, procurei-o transformado em práticas. No ir e vir das memórias no tempo e no espaço que estavam subjacentes às representações, via-as reativando-se, impulsionando ações, estabelecendo práticas, construindo experiências, fazendo recrudescer o medo, instituindo ensinaamentos nos castanhais, nos apresamentos de índios e na sua dominação simbólica por meio da

catequese, nos movimentos armados, no agregado que se torna cacundeiro e até nas brincadeiras com facões de taboca.

Acredito que a tese poderá instigar demais pesquisadores a problematizar as práticas de violência como mecanismos e estratégias de sobrevivência que impelem as populações rurais, no período aqui estudado, a substituírem o facão e a enxada pelo punhal e a carabina e, ainda, em que medida essas ferramentas, ora instrumentos de trabalho e lazer, ora de matança, são incorporadas ao seu modo de viver, gestando a partir dessa experiência, uma cultura de violência que é retransmitida às gerações futuras.

Partindo-se dessa abordagem, pode ser aberto um leque de possibilidades, podendo-se, por exemplo, ao se investigar as múltiplas relações existentes entre os modos de viver e trabalhar dessas populações e outros aspectos de sua cultura como os seus costumes, tradições, valores éticos e morais, religiosidade e crenças, afetividade, construir explicações históricas em campos específicos como o da história do cotidiano, da etno-história e/ou história antropológica, para citar apenas alguns campos no interior da história da cultura.

Fiz questão de sondar as condições materiais de existência dos sujeitos na Região dos Vales que lhes condicionaram a necessidade de acompanhar um "ritmo natural" encaminhado pelas sazonalidades do que a natureza podia oferecer. Mas viveram também outra forma de sazonalidade: a provocada pela alternância entre os períodos de relativa estabilidade e os períodos dos conflitos armados.

Narrei, parcialmente ao menos, as atividades sertanejas praticadas nesses momentos mais tranquilos. Na complementaridade das atividades de uma economia sertaneja, que era a um só tempo trabalho e lazer, e no caráter de mutualidade dessa economia, a caça e a venda de peles, os "espichados", a pesca e a charqueada dos peixes de grande porte. As vendas e as trocas dos couros das onças, das ariranhas e das lontras, dos peixes charqueados, rendiam os cobres suficientes para comprar ferramentas, sal, tecidos e outras mercadorias não passíveis de serem retiradas da natureza. Desta, podia-se contar ainda com uma infinidade de produtos: uma gama variada de frutos, cocos e raízes, que além de serem utilizados na alimentação eram também recursos medicinais; uma variedade de animais, pássaros, anfíbios, mamíferos que, caçados, faziam parte cotidiana do passadio, a exemplo das capivaras que surpreendidas nas margens dos rios e lagos forneciam carne em abundância, além da gordura utilizada não só para cozinhar,

como também para a fabricação de velas-de-sebo, utilizadas na região principalmente pelos sertanejos pobres. Velas que iriam iluminar um santo de barro malamanhado naquele oratório tosco, como no dizer de um literato.

Nesse sentido, a complementaridade dessas atividades realizadas ora alternadamente, ora há um só momento, otimizava o tempo, ampliando o suprimento das necessidades materiais por meio do aproveitamento ao máximo dos momentos de relativa tranquilidade, pois a qualquer momento um espocar de uma papo amarelo viria anunciar o seu rompimento. Ao ouvir esse sinal que soava quase sempre como um chamado, muitos se embrenhavam pelas matas, alguns se apressavam em preparar mais munição que há pouco tinha como alvo a caça, mas que, dali em diante, seria disparada contra alvos humanos. A manutenção de seus modos de viver pressupunha invariavelmente tomar essa decisão: atender ao chamado, manuseando suas "rústicas espingardas" de caça, as lapianas com as quais carneavam o produto da caçada, ou até mesmo uma papo-amarelo, o tão cobiçado rifle que um chefe lhe daria ou, "transidos pelo medo", embrenhar-se nas matas, fugir de um povoado para outro, "bater pernas" pelos sertões, aqui e ali se ajustando como camarada até que viesse uma nova agregação. Re-apresentei assim uma vida sobressaltada.

Especificamente sobre os modos de viver sertanejo, no que tange à região estudada, quase tudo ainda está por se fazer, e, especialmente no campo dos estudos culturais de matriz inglesa, há pouquíssimos trabalhos, sendo um pioneiro nesse aspecto a dissertação de mestrado de Olívia Macedo Miranda Cormineiro, já referenciada em outras passagens de meu texto. Está, pois, esse campo quase virgem ainda e esperando para ser desbravado por outros pesquisadores. Espero que meu trabalho e o dessa autora lhes sirvam de inspiração.

E nessa perspectiva, há uma questão que perpassa minha narrativa sobre a qual considero necessário tecer algumas considerações: os vencedores e vencidos nos encontros de sangue que narrei. Acredito que nas páginas que precedem essas considerações é inquestionável meu posicionamento ao lado das "pessoas comuns". Entretanto, desde o momento que passei a perscrutar seus rastros até o momento que finalizo a tese, jamais me ocorreu o desejo de heroicizá-los, de transmutá-los de vencidos em vencedores. Por outro lado, procurei sondar-lhes a todo tempo o desejo de autonomia mediante o mandonismo exercido pelos chefes políticos, pelos juízes, pelos padres, pelos militares. Confesso que quando iniciei a pesquisa desejava – e esperava –

mais autonomia e menos submissão. A aspiração pela autonomia, em minha opinião, esteve sempre presente em suas experiências, a sua realização bem menos. Por isso, em minha narrativa a autonomia dos sertanejos pobres é adjetivada – infelizmente – de relativa.

Na maioria das vezes foram vencidos, senão numa batalha, como na Balaiada, pela própria violência. Em todas as estratégias por eles elaboradas, a fuga, a adesão, o trocar de lado, em todas elas a violência os alcançava. E por alcançá-los sempre é que se tornaram também, em muitos casos, seus praticantes. Os colares de orelhas cortadas pelos cacundeiros dos coronéis ensinaram-lhes que podiam cortar as orelhas dos porcos do vizinho que estragavam suas roças, desumanizavam-se, assim, até com os animais, aprenderam a voltar a violência contra o vizinho, às vezes contra o próprio filho: colocar um filho em um côfo e atear-lhe fogo ou agredir a outrem que tinha a própria filha nos braços, causando-lhe a morte. Seriam casos isolados? Creio que não.

De qualquer forma, são episódios representativos das violências a que também os pequenos estavam submetidos, como também o é a memória que ficou registrada das crianças de peito "aparadas na ponta de um ferro" que ensinou aos sertanejos pobres o temor pelos "cachorros do governo". Alcançados nas fugas, alguns aprenderam que talvez aceitar a papo-amarelo, oferecida pelo patrão, fosse mais vantajoso que o se embrenhar pelas matas, afinal não queriam ser "sangrados como pebas".

Os soldados aprenderam que a impunidade lhes garantia o exercício da violência mas aprenderam também que, por vezes, era mais vantajoso desertar e aderir a um bando que continuar sendo tratado como "cachorro do governo" ou, às vezes, até ser morto por um superior imediato e os índios, talvez de todos os mais derrotados, uma vez que quase extintos, aprenderam cedo que, às vezes, só a vingança pela violência lhes trariam um lenitivo pela dor dos filhos roubados e/ou assassinados.

Essa gente, de todas as cores e tamanhos, como a pintou o Viajante Gardner, aprendeu a atender o chamado para a violência. Foram vencidos por ela. E é justamente por ela a todos ter vencido que a cultura sertaneja, parcialmente aqui narrada, está dela profundamente impregnada. Digo isso porque os valores e costumes no interior dessa cultura a expressaram por meio dos fios e dos rastros tecidos e deixados nas representações da memória acerca das experiências que a construiu. E tais valores

não são 'pensados' nem 'chamados'; são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc. necessárias e aprendidas (e

'aprendidas' no sentimento) no 'habitus' de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida.<sup>378</sup>

Pois bem, a violência foi aprendida também como valor: valor que preenche e é preenchido por outros valores como sentimentos de religiosidade, de lealdade, de honra, e ela é valor justamente por ser também preenchida, a seu turno, por significados morais, éticos e simbólicos contidos nesses valores. Por isso ela podia e era necessária, nesta região e no período estudo, que fosse praticada, pois estava sempre enunciada e anunciada como um valor e era isso que possibilitava, inclusive, que, do lado dos vencedores, o mesmo sujeito que ora era considerado um "bandido facinoroso" por cometê-la em outro momento dela recebia a redenção, resurgindo como "valeroso chefe militar", como o foi no caso do coronel Abílio Wolney que, depois de redimido, fora comandar as mesmas tropas do governo que antes lhe dava caça, no combate à coluna Prestes.

Entretanto, se as experiências – as que mais importam para mim – dos que foram vencidos pela violência nos são apresentadas a partir de uma autonomia relativa frente aos vencedores, isso não significa que a sua história não deva ser escrita ou se o for seja opacizada pela história desses vencedores. Ao contrário, se as memórias de uma determinada sociedade e de um determinado tempo nos trazem insistentemente nas representações acerca dessa dessas memórias as marcas das experiências daqueles que perderam, é perscrutando os fios e os rastros deixados por estes sujeitos que podemos entender como e porque perderam. Se a memória "dominante" geralmente se esforça em apagar esses vestígios, temos o dever de rastreá-los, encontrá-los e narrá-los por meio da representação historiadora.

Entender como e por que perderam e como foram vencidos pelo aprendizado da violência significou entender suas escolhas possíveis. E cada vez mais me convenço da impossibilidade de se escrever a história que não seja por um viés relacional. Dito de uma forma bem simples, escrever uma história das mulheres sem homens, dos escravos sem senhores, dos oprimidos sem opressores, dos vencidos sem vencedores. Porque é na relação entre o que oprime e o que é oprimido, entre o que pratica a violência e o que a sofre que a própria opressão e violência adquirem sentidos e formas. É na relação entre

---

<sup>378</sup> THOMPSON, Edward. Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1981.p.194.

essas partes indissociáveis que as escolhas são feitas, que as decisões são tomadas e as ações colocadas em curso.

Um coronel não ousaria sitiar um povoado do qual a maioria da população escolhera fugir para as matas se quatrocentos ou quinhentos homens armados não tivessem escolhido fazer fogo contra os outros tantos que em suas trincheiras o defendiam. E reafirmando que a maioria desses homens era composta por aquela massa de "homens mal armados", esses sujeitos, premidos pelas suas condições materiais de existência, fizeram a escolha de estarem ali, de um dos lados do conflito, alguns para não serem "sangrados como peba", outros na esperança de participar dos espólios de guerra, alguns por lealdade a seus chefes, aqueles que tinham por hábito beber restilo com pólvora pelo prazer do exercício da coragem e valentia, um outro talvez por uma psicopatia, a maioria talvez pelo simples medo de não o fazer.

Simão Ferreira Lima relatou a Parsondas de Carvalho sua reação à "notificação" de Pedro Mecenas dizendo que, "solto não ia porque não queria, correr, não corria porque não era veado, e amarrado... só se vendo...". Porém, ao valer-se para esse enfrentamento de sua espingarda de caça estivesse, talvez, com esse relato, apenas valorizando sua coragem que, ao fim e ao cabo, esvaiu-se, o que o fez fugir antes que Pedro Mecenas retornasse. Talvez ele houvesse prometido, como estratégia para preparar sua fuga com a família, que iria em outro dia, mas jamais saberemos como realmente se procedeu tal encontro. No entanto, o que importa é que, tendo enfrentado abertamente o "notificador" do governo, ou tendo se valido de uma estratégia para evitar tal enfrentamento, estava ele aí fazendo sua escolha, assim como estava fazendo escolhas o carcereiro Salvador Nunes do Vale ao dar fuga aos presos.

Entretanto, afirmar que o desejo por autonomia dos sertanejos pobres em face do mandonismo dos fazendeiros e/ou chefes políticos foi realizado apenas em algumas circunstâncias e apenas relativamente e que esses sertanejos fazem parte do convencionou-se denominar, entre nós, de "vencidos na história", significa exatamente que devemos procurar entender e explicar os processos reconstruindo "os becos sem saída, as causa perdidas e [as experiências dos] próprios perdedores [que] são esquecidos"<sup>379</sup>, jamais nos esquecendo que "eles viveram nesses tempos de aguda

---

<sup>379</sup> THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.13.

perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência"<sup>380</sup>.

E já que minha perspectiva é sempre relacional, não poderia deixar aqui de fazer uma consideração acerca dos "vencedores". Até que ponto foram vencedores os coronéis e/ou chefes políticos? Evidentemente, dadas às suas condições materiais, de viverem do trabalho alheio, o viver desses sujeitos foi bem menos sofrido que o dos sertanejos pobres. Porém, no que tange à violência, ela também não os teria vencido?

Alguns deles, do ponto de vista imediato, acabaram sucumbindo à própria violência que propagavam. O Coronel Abílio Wolney, mesmo tendo sido redimido pelo Estado que arquitetou e executou, primeiro a morte de seu pai e, a seguir, a chacina de quase toda sua família, esta presa a um tronco, tendo como preposto um juiz, certamente carregou até o túmulo as dores dessas perdas que, em certa medida, por elas cabe-lhe parte da responsabilidade. Do ponto de vista político, deu prosseguimento à sua vida tal qual fora antes, talvez um pouco menos abastado, um pouco menos respeitado, mas ainda assim abastado e respeitado. Continuou sendo um vencedor, portanto. Mas do ponto de vista pessoal, pagou um alto preço pelas escolhas que fez.

Da mesma forma Leão Leda, fugindo da perseguição das forças do alto sertão no estado do Maranhão, conseguiu renovar seu poder até que, protagonizando a segunda revolução de Boa Vista, por algum tempo até que foi assassinado em Conceição do Araguaia em 1909. O preço pago foi a própria vida. Também assim o foi para José Dias. Colocando-se pela força das armas e pelo uso da violência como defensor de Boa Vista, ele ascendeu rapidamente à condição simbólica de "General do Sertão" e, graças às escolhas que fez, ascendeu também economicamente a partir dos espólios de guerra, dentre os quais a cobiçada fazenda Cordilheira e, ainda, ao se colocar ao lado de Leão Leda, atemorizou os poderosos coronéis do Grajaú. A violência que o conduziu a esse efêmero poder o retirou de cena repentinamente e sem nenhum alarde.

Sem dúvida, esses acima e tantos outros, incluindo boa parte dos memorialistas que colocamos em tela nessa tese, são da categoria de homens que compõem a dita história dos vencedores. Não foi minha intenção torná-los vítimas, a não ser de suas próprias escolhas, com essas considerações. Enquanto pertencentes a uma classe específica, é assim que devemos tratá-los, até porque até o presente momento da

---

<sup>380</sup> Id. *Ibidem*.



história, é inegável a vitória da classe que vive do trabalho alheio sobre os que trabalham.

Podemos, pois, deixá-los então, do ponto de vista conceitual, na categoria dos vencedores, apenas ressaltando que suas vitórias às vezes podem adquirir um gosto amargo, e isso em nada alterará a compreensão histórica acerca dos conflitos de classe e nem tampouco no que tange à dicotomia entre história dos vencidos e história dos vencedores. Mas ousar considerar que, do ponto de vista das relações sociais, tomadas em seu conjunto, na região e no período abrangido por essa tese, a grande vencedora foi a violência, cobrindo com seu manto de morte a tudo e a todos e fazendo exalar intensamente um odor característico nos encontros de sangue na região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

Não obstante, vale considerar ainda que esse não é um ponto de chegada para essa questão, mas sim um ponto de partida. Afinal a assertiva de Thompson de que foram os sujeitos do passado viveram suas experiências e não nós, historiadores, me leva a considerar também que, muito possivelmente, cada sertanejo que praticou a violência no momento em que a praticava considerava-a como um instrumento de vitória e não de derrota. Então, seja qual for a representação historiadora construída sobre suas experiências ela não mudará a forma pela qual cada sertanejo sentiu a prática da violência.

Os fios e os rastros dessa violência os enxerguei inúmeras vezes e em representações diversificadas e estas me guiaram a uma memória social que é o substrato mais tangível, por assim dizer, o "caldo grosso" ou a "vara mais forte" no meio do feixe que denominei de *cultura de violência*. Representações intensas como os corpos insepultos "servindo de pasto aos urubus e cães vadios" e "crianças de peito atiradas ao ar e aparadas na ponta dos punhais" declararam essa memória. Mas de que nos serviriam essas representações acerca dos mortos? Creio que desnecessário é ao historiador se escusar de rastreá-las com o fito de tornar sua narrativa mais "interessante". Então o objetivo é reconstruir uma dada memória a partir delas? Essa inquirição pode gerar frutos mais saudáveis para serem colhidos pelos historiadores, mais que a primeira. É preciso considerar que "o historiador não tem apenas como contraponto mortos, para os quais ele constrói um túmulo escriturário; ele não se dedica

apenas a ressuscitar viventes de outrora, [...]; ele se dedica a re-apresentar ações e paixões"<sup>381</sup>.

Eis, pois, o que a intensidade de tais representações despertaram em mim: um desejo de re-apresentar aquilo que eu percebia, por vezes de forma clara, outras vezes opacizadas, nas fontes, ações praticadas e narradas com paixão. Reputei essa paixão ao desejo declarativo da memória e aqui devo ressaltar – a honestidade intelectual me impele a fazê-lo – que, estando a anos-luz atrás de Ricoeur, face aos seus exercícios da erudição e de hermenêutica, apenas muito modestamente consegui me instrumentalizar em suas problematizações. Entretanto, naquilo que consegui, vislumbrei a possibilidade de repensar a relação existente entre história e memória. Creio que os resultados que alcancei foram frutos em boa medida por esse repensar que em linhas gerais pode ser traduzida na seguinte base:

Uma hermenêutica que leva em consideração as figuras culturais limitadas que constituem, de certa forma, o texto histórico da memória. Essa mediação pela história é, principalmente, possibilitada pelo caráter declarativo da memória, além disso, ela se torna mais urgente pelo caráter problemático do fenômeno mnemônico central, a saber, o enigma de uma representação presente do passado ausente. Torna-se legítimo supor que é sempre sob formas culturais historicamente limitadas que a capacidade de fazer memória se deixa apreender.<sup>382</sup>

Caminhei sempre me inspirando nessa "dialética aberta" proposta por Ricoeur, tropeçando aqui e ali na sua erudição, ora buscando retomar o equilíbrio em outro erudito, Carlo Ginzburg, perscrutando fios e rastros, ora me socorrendo na capacidade imaginativa de uma Natalie Zemon Davis, buscando "vozes do passado" ou, ainda, seguindo os passos de Edward P. Thompson, buscando desmembrar o intricado "feixe" da cultura sertaneja que possibilitou remontar uma parte dessa cultura, outro feixe, o que constitui uma *cultura de violência*.

Problematizei e re-apresentei as alternâncias e descontinuidades das práticas de violência. Inquiri como essas foram re-colhidas na memória social e representadas pelos produtores das fontes que utilizei, sem desconsiderar, contudo, que essa recolha, em muitos casos, rastreava uma dada oralidade e a resignificava ao longo de um século e em que medida tal resignificação, enquanto construções intelectuais e/ou representações, correspondiam aos processos e experiências vivenciados nas Regiões dos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. Nessas considerações finais intentei trilhar um

<sup>381</sup> RICOEUR. Paul. Op. Cit. p.396.

<sup>382</sup>Id. Ibidem. p. 403.

caminho invertido, revisitando os capítulos anteriores e pontuando, aqui e ali, alguns elementos no sentido de às vezes reafirmá-los, outras vezes complementá-los. Elementos que embora tenham construído o fio condutor da presente tese ao longo dos capítulos, reaglutinados e rediscutidos aqui, creio, contribuíram para tornar mais substancial uma noção de conjunto referente a essa cultura específica.

As raízes dessa cultura sorveram seus nutrientes na terra ensanguentada por homens fora de controle a serviço ou sob o mando de homens controladores, isso nos encontros de sangue que foram contados e recontados nos serões da farinha, nos preparativos das caçadas, na festa da tinguizada. Re-colhidos, escritos e reescritos por historiadores, romancistas, jornalistas, viajantes, memorialistas.

E é por isso que a violência se sobressaiu nesta narrativa acerca dos encontros de sangue na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins, na qual re-apresentei uma *cultura de violência*, por meio da história, da memória e da literatura!

## FONTES

### Documentos públicos

- ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31.
- ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31. [Matéria veiculada na Edição do dia 07/02/1902, fls. 04.]
- ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. *Ibidem*, loc. Cit. [Matéria veiculada na Edição do dia 01/02/1902, fls. 04.]
- ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornais Avulsos**: números do Jornal de Caxias, Anos 1897 e 1899. Cx. 95. [Matéria veiculada na Edição do dia 26/07/1899 s/fls.]
- ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31 [Matéria veiculada na Edição do dia 10/10/1902, fls. 02.]
- ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. *Ibidem*, Cx. 32. [Matéria veiculada na edição de 27 de outubro de 1902, fls. 02.]
- A INFORMAÇÃO GOYANA**. Rio de Janeiro, n.10, ano IV, vol. 3, mai. 1920.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais Da Província De Goiás** – 1863. 2 ed. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.
- Relatório de Presidência da Província de Goiás de 1835 à 1918.
- Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1836 à 1920
- Relatório de Presidência da Província do Pará de 1833 à 1920

### Fontes Literárias

- ABDALA JR., Benjamin. (org.) BERNARDO ÉLIS: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios. São Paulo: Abril Educação, 1983.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. Prefácio. In: BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: UFG. 1995.
- BERNARDES, Carmo. **Força da Nova**: memórias – autobiografia. Goiânia: Edição da Secretaria de Educação do Estado de Goiás. 1981.
- BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: um drama nos babaquais. Goiânia: UFG. 1991
- BERNARDES, Carmo. **Santa Rita**. Goiânia: UFG. 1995.
- BRASILIENSE, Eli. **Rio Turuna**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. 1964.
- BRASILIENSE, Eli. **Uma Sombra no Fundo Rio**. Romance. 2 ed., Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1977.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**: campanha de canudos. 5 edição. São Paulo: Ediouro. s/d.
- ÉLIS, Bernardo. Ontem como hoje como amanhã como depois. In: **Caminhos dos Gerais**. (Contos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- ÉLIS, Bernardo. Sua alma: sua palma. In: ANDRÉ LOUCO: **contos**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1978.
- Entrevista que Moura Lima concedeu ao Jornal Folha da Cidade, Gurupi-TO, nº 248, setembro de 2001. reproduzida no site [www.recantodasletras.com.br/ensaios/458288](http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/458288).
- FERREIRA, Ecléa Campos. Prefácio in: BERNARDES, Carmo. **Perpetinha**: Um drama nos babaquais. Goiânia: CEGRAF/UFG, 1991.
- LIMA, Herman. Bernardo Élis. In: ÉLIS, Bernardo. **Veranico de Janeiro**: contos. 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1987.

LIMA, Moura. **Chão de Carabinas**: Coronéis, peões e boiadas. Gurupi-TO: Gráfica e Editora Cometa, 2002.

LIMA, Moura. **Serra dos Pilões**: jagunços e tropeiros. Gurupi-TO: Gráfica e Editora Cometa, 3 ed., 2001.

RAMOS, Hugo de Carvalho. Carta Nostalgias. In: **Tropas e Boiadas**. 8 ed. Goiânia: UFG; Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira, 1998.

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. **Quinta-feira Sangrenta**. Goiânia: Gráfica Editora Líder. 2 ed., 1980.

## Fontes Memorialísticas

ABRANCHES, Dunshee de. **A Esfinge do Grajaú**. Memórias. 2 ed. São Luis - MA: Alumar, 1993.

ALMEIDA, Josia de. **Do Araguaia às Índias Inglesas**. Coleção Viagens, Vol. IX, São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1935.

AUDRIN, Frei José Maria. **Entre Sertanejos e Índios do Norte**: O Bispo-Missionário Dom Domingos Carrerot, O. P.. Rio de Janeiro: Edições PUGIL/Livraria Agir Editora, 1947.

AUDRIN, Frei José Maria. **Os sertanejos que eu conheci**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

BERTHET, Frei Michel Laurent. Uma viagem de missão pelo interior do Brasil. in: **Memórias Goianas I**.

BRASIL, Antônio Americano do. **Pela História de Goiás**: introdução, seleção e notas de Humberto Crispim Borges. Goiânia:UFG, 1980.

BRITTO, Francisco de. **1904 Memórias de Outro Tempo**. Goiânia: Editora e Gráfica Abertura Ltda., 1980.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão**: subsídios para a História e Geografia do Brasil. 2 ed. Imperatriz- MA: Ética, 2006, p. 116-7. [A primeira edição dessa obra, pela Editora Progresso, é de 1924, tendo sido escrita na década de 1910]

CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

COUTO DE MAGALHÃES, J. V. **Viagem ao Araguaia**. São Paulo: Editora Três. 1974.

CUNHA MATOS, Raimundo José da. **Itinerário**: Do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

DUARTE, Leônidas G. de. **De São Vicente a Araguaetins**. Goiânia: J. C. Rocha Editor, 1948.

Frei Gil Vilanova e suas excursões missionárias em busca dos índios (Depoimentos de contemporâneos de Frei Gil) N. 08 s/d.

GARDNER, George. **Viagem ao Interior do Brasil**: principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

GIRALDIN, Odair. CATEQUESE E CIVILIZAÇÃO: os capuchinhos “entre” os “selvagens” do Araguaia e Tocantins. p. 11. Disponível no site: <http://www.uft.edu.br/neai/documentos/catequese.pdf>. Acessado em: 15 de junho de 2012.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Andanças de um Militar Português Pelos Sertões do Brasil (1823-1826). In: CUNHA MATOS, Raimundo José da. **Itinerário**: Do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.

- MARANHÃO, Othon. **Setentrão Goiano**. 2 ed. Centro Gráfico do Senado Federal, 1990.
- NEIVA A; PENA B. **Viagem Científica**: pelo Norte da Bahia, Sudoeste de Pernambuco, Sul do Piauí e de Norte a Sul de Goiás. Ed. Fac. Similar — Brasília: Senado Federal. 1999.
- NETO, Abílio Wolney Aires. **O Duro e a Intervenção Federal**. Edição do autor. Visualizado em PDF no sítio <http://www.dno.com.br>. Acessado em: 15 de julho de 2012.
- OLIVEIRA, Américo Leonides Barbosa de. **O Vale Tocantins-Araguaia**: possibilidades econômicas navegação fluvial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.
- PATERNOSTRO, Júlio. **Viagem ao Tocantins**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1945.
- PIRES, Adozinda Luso Pires. **Meu Mundo Encontrado**. Rio de Janeiro: Gráfica Olimpica Editora Ltda., 1979.
- RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos Sertões Maranhenses**. São Paulo: Siciliano, 2002. [Este trecho faz parte do relato *Memória sobre as Nações Gentias*, escrito pelo Major Graduado Francisco de Paula Ribeiro no ano de 1819, que reunido por Manoel de Jesus Barros Martins a outros relatos de Ribeiro, escritos na década de 1810, compõem a obra em referência publicada em 1ª edição]
- SERRA, Astolfo. **A BALAIADA**. 3 ed. Rio de Janeiro: BEDESCHI, 1948.
- SILVA, Hermano Ribeiro. **Nos Sertões do Araguaia**. São Paulo: Edições Cultura Brasileira. 1935.
- SILVA, Ignacio Xavier da. **O Crime do Cel. Leitão**: sedição na Comarca de Bôa Vista do Tocantins, do Estado de Goiás – 1892 – 1895. Goiás. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935.
- SILVA, Ignacio Xavier da. **O Crime do Cel. Leitão**: sedição na Comarca de Bôa Vista do Tocantins, do Estado de Goiás – 1892 – 1895. Goiás. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935.
- TONINI, Pe. Quintino. **Dom Orione**: Entre Diamantes e Cristais – cenas vividas pelos missionários de Dom Orione nas matas do Norte de Goiás- Brasil. Fortaleza: Expressão Gráfica, s/d (escrito em Montevidéu: 1959).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Ângela Mendes de. Violência e cordialidade no Brasil. **Estudos** – Sociedade e Agricultura, n. 9, out. 1997.
- ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. **A Guerra dos Bem-te-vis: A Balaiada na Memória Oral**. 2 ed. São Luís: Edufma, 2008
- AUERBACH, Eric. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. **Figura**. São Paulo: Ática, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Annablume, 2002.
- BARTHES, Roland. **Aula**. Tradução de Leyla Perrone-Moisés. 13ª ed. São Paulo: Cultrix, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Introdução, organização e seleção de Sergio Miceli. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz (Português de Portugal), 9 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CAMPOS, Haroldo de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.
- CANDIDO, Antônio. **Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos**. 11 ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- \_\_\_\_\_. **Brigada Ligeira**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CARRONE, Modesto. Um roteiro do conceito de figura. In: AUERBACH, Erich. **Figura**. São Paulo: Ática, 1997.
- CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia de. **Homens Livres na Ordem Escravocrata**. São Paulo: Ática, 1974.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história política**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.
- CORMINEIRO, Olívia Macedo Miranda. **Trilhas, Veredas e Ribeiras: os modos de viver dos sertanejos pobres nos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins (séculos XIX e XX)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Uberlândia. 2010.
- COSTA, Lena Castelo Branco Ferreira. **Arraial e Coronel: dois estudos de História social**. São Paulo: Cultrix, 1978.
- COUTINHO, Afrânio. Formação da Literatura Brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. **Conceito de literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas /MEC, 1959.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do Povo: sociedade e cultura no início da França moderna**. Tradução de Mariza Corrêa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. **O Retorno de Martin Guerre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ERTZOGUE, Marina H.; CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo R. A Partilha do Sensível: quando *Clio* encontra *Calíope* para reinventar o passado. In: RAMOS, Alcides Freire, COSTA; Cléria Botelho e PATRIOTA, Rosângela. **Temas de História Cultural**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro**. 3 ed. São Paulo: Globo. 2001.

- FONTANA, Josep. **História: Análise do Passado e Projeto Social**. Bauru-SP: Edusc, 1998.
- FREITAS DE JESUS, Alysson Luiz. **No Sertão das Minas: escravidão, violência e liberdade (1830-1888)**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG, 2007.
- GARCIA, Cyro. Violência e Movimentos Sociais: opressão, repressão e resistência. In: BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha; MOURA, José Francisco de. (Orgs). **Violência na História**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2009.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed., 13 reimp. Rio de Janeiro: LCT, 2008.
- GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O Queijo e os Vermes**. Tradução Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GIRALDIN, Odair. Povos Indígenas e Não-indígenas: uma introdução à história das relações interétnicas no Tocantins. In: GIRALDIN, Odair. (Org.). **A (Trans)Formação Histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG; Palmas: Unitins, 2002.
- HALBAWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- JANOTI, Maria de Lourdes Mônaco. **O Coronelismo: uma política de compromissos**. São Paulo: Brasiliense, 5 ed., 1986.
- LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- MACEDO, Nertan. **Abílio Wolney: Um Coronel da Serra Geral**. Goiânia-GO: Legenda, 1975.
- MEDEIROS, Euclides Antunes de. ANTUNES DE MEDEIROS, E. Uma Discussão Acerca de Violência, Escravidão e Liberdade. **Revista História e Perspectivas**. Uberlândia /MG: EDUFU. N. 43 – jul;dez. 2010.
- NARBER, Gregg. **Entre a Cruz e a Espada: violência e misticismo no Brasil rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2003.
- OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Cidades Ribeirinhas do Rio Tocantins: Identidades e Fronteiras**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Goiás, 2007.
- PALACÍN, Luís Gomes. **O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás – O Padre João e as três Revoluções de Boa Vista – 1890 a 1930**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.
- \_\_\_\_\_. ; MORAES, Maria Augusta de Sant`Anna. **História de Goiás**. 5 ed. Goiânia: UCG, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 2, vol. 1, 1996.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (org). **III História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 1. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997
- RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.
- ROSE, R. S. Beyond the Pale of Pity: Key episodes of elite violence in Brazil to 1930: São Francisco: Austin & Winfield Pub. 1998. Apud: NABER, Greg. **Entre a cruz e a espada: violência e misticismo no Brasil rural**. São Paulo: Terceiro Nome, 2003.
- SANDES. Noé Freire. Memória e História de Goiás. In: SANDES. Noé Freire et. al. (Org.) . **Memória e Região**. Coleção Centro Oeste de Estudos e Pesquisas. Brasília: Ministério da Integração Cultural: Universidade Federal de Goiás.
- SANT`ANNA DE MORAES, Maria Augusta. História de uma oligarquia: os Bulhões. Goiânia: Oriente 1978. Apud. CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade**. Goiânia: UFG, 1997.



SARLO, Beatriz. **Paisagens Imaginárias**: intelectuais, arte e meios de comunicação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

THOMPSON, Edward. Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. **A formação da Classe Operária Inglesa**. Vol. I. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

\_\_\_\_\_. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos** / E.P Thompson; Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Os Românticos**. Tradução de Sérgio Moraes Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.